

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

GEÓRGIA COLLETE RODRIGUES DOS SANTOS CADAMURO

**A VIVÊNCIA DOS NÔMADES URBANOS
UMA PROPOSTA DE ABRIGO INDIVIDUAL
ESTUDO DE CASO: CURITIBA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Curitiba
2018

GEÓRGIA COLLETE RODRIGUES DOS SANTOS CADAMURO

**A VIVÊNCIA DOS NÔMADES URBANOS
UMA PROPOSTA DE ABRIGO INDIVIDUAL
ESTUDO DE CASO: CURITIBA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso Superior de Arquitetura e Urbanismo do Departamento Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo – DEAAU – da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado.

Orientadora: Profa. Dra. Yumi Yamawaki

Curitiba
2018

TERMO DE APROVAÇÃO

**A vivencia dos nômades urbanos. Uma proposta de abrigo individual; estudo de caso:
Curitiba**

Por
GEORGIA COLLETE RODRIGES DOS SANTOS CADAMURO

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado em 11 de Junho de 2018 como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. Renata Akyiama
UNIVERSIDADE POSITIVO - PR

Prof. Rafaela Fortunato
UTFPR

Profa. Simone Polli
UTFPR

Prof. Yumi Yamawaki (orientadora)
UTFPR

À minha família, com amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me acompanharam durante o desenvolvimento deste trabalho e no decorrer do curso de Arquitetura e Urbanismo. Primeiro a minha orientadora Yumi Yamawaki, que me guiou durante todo percurso, sempre me incentivando nos momentos de indecisão, foi uma honra poder compartilhar essa experiência com você.

Agradeço aos meus pais, Carla, Edson, Antônio e Gilmara, por todo o amor e carinho dedicado e por sempre me apoiarem durante a minha trajetória. Além da paciência e compreensão, mesmo nos meus momentos de ausência. Agradeço também aos meus irmãos por me animarem em fases de cansaço e descrédito. Obrigada também todos os meus familiares que de diversas maneiras, mesmo que sem saber, me ajudaram e a atravessar esse percurso.

Finalmente, agradeço aos meus amigos, que me acompanharam durante o curso e me apoiaram nos momentos difíceis, em especial ao meu melhor amigo, Felipe, por me amar e sempre estar presente quando necessário. E a minha companheira de madrugadas e trabalhos, desde do início do curso, Iraiane.

“Um corpo tem que ocupar um lugar no espaço”

Raimundo Sobrinho, nômade urbano

(Frangella, 2009)

RESUMO

CADAMURO. Geórgia Collete R.S. **A vivência dos nômades urbanos, uma proposta de abrigo individual – estudo de caso de Curitiba**, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2018

A vivência nômade está presente na gênese humana. Na contemporaneidade os nômades coexistem com a sociedade formal, ocupando os espaços públicos de forma intensa. Caracterizado por ser um fenômeno comum a todas as cidades, esse personagem vive em constante estado de vulnerabilidade. Esse trabalho tem como objetivo produzir um abrigo de caráter emergencial, que auxilie a sobrevivência dessas pessoas no contexto urbano brasileiro, ao mesmo tempo que não aprisiona a errância desses indivíduos. Por isso, utilizou-se de pesquisas bibliográficas e levantamento de campo, para traçar um perfil do nômade urbano brasileiro, com enfoque naqueles que não conseguem se adaptar aos equipamentos públicos existentes. Como área piloto de intervenção, adotou-se o centro de Curitiba, e por isso foi realizado um estudo dos fatores relevantes e da realidade da região. Nesse sentido o trabalho propõe um abrigo individual como forma de auxiliar os nômades urbanos durante a sua vivência itinerante nas ruas.

Palavras chaves: nômades urbanos, pessoas em situação de rua, abrigo individual, espaços urbanos

ABSTRACT

CADAMURO. Geórgia Collete R.S. **A vivência dos nômades urbanos, uma proposta de abrigo individual – estudo de caso de Curitiba**, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

The nomadic experience is present in the human genesis. In contemporary times the nomads coexist with the formal society, occupying the public spaces of intense form. Characterized as being a phenomenon common to all cities, this character lives in a constant state of vulnerability. This work aims to produce an emergency shelter that helps the survival of these people in the Brazilian urban context, while not imprisoning the wanderings of these individuals. Therefore, it was used bibliographical research and field survey, to draw a profile of Brazilian urban nomad, focusing on those who can not adapt to existing public equipment. As a pilot area of intervention, the center of Curitiba was adopted, and a study of the relevant factors and the reality of the region was carried out. In this sense the work proposes an individual shelter as a way to help the urban nomads during their itinerant.

Key words: urban nomads, homeless, individual shelter, urban spaces

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Vila operária em Kensal Rise, leste de Londres, em 1921	21
Figura 2 Nômade urbano curitibano	30
Figura 3 Tenda Yurt.	34
Figura 4 Tenda Tipi.	35
Figura 5 Tenda Árabe.	36
Figura 6 Abrigo Nissen Hut.	37
Figura 7 Abrigo Quonset Hut.....	38
Figura 8 Manchete sobre morte nômade urbano em abrigo coletivo.	40
Figura 9 Manchete sobre caso de nômade urbano queimado vivo.	40
Figura 10 Manchete sobre a morte de nômade urbana.	40
Figura 11 Manchete sobre agressão contra nômade urbano.	41
Figura 12 Manchete sobre esfaqueamento de nômade urbano em Curitiba.....	41
Figura 13 Manchete sobre resgate de nômade urbano após 4 horas de espera.	43
Figura 14 Manchete de mãe obrigada a entregar o filho para o Conselho Tutelar....	44
Figura 15 Manchete sobre prisão injusta.	44
Figura 16 Manchete sobre nômade urbano	44
Figura 17 Manchete sobre ação policial em São Paulo.	45
Figura 18 Manchete sobre internação forçada de um nômade urbano.	45
Figura 19 Manchete Abrigo Rio Acolhedor, na Zona Oeste,	48
Figura 20 Mapa de capacidade de albergagem de Curitiba, por regional.	73
Figura 21 Mapa populacional de nômades urbanos em Curitiba, por regional.	74
Figura 22 Regional matriz	75
Figura 23 Área de levantamento	76
Figura 24 Levantamento no Bairro Centro de pontos de pernoite.....	78
Figura 25 Nômade urbano, dormindo na rua próximo ao horário das 10 horas.	79
Figura 26 Levantamento de equipamentos públicos que atendem a população.....	81
Figura 27 Locais de violência no centro	82
Figura 28 Esquina da Rua Conselheiro Laurindo com Rua XV de Novembro.	84
Figura 29 Fotos de fachadas de tipologia 1	85
Figura 30 Paço da Liberdade.	86
Figura 31 Fotos de fachadas de tipologia 2.	87
Figura 32 Fachada no calçadão da XV de Novembro.....	88

Figura 33 Fotos de fachadas de tipologia 3	89
Figura 34 Fachadas no calçadão da XV de Novembro.	90
Figura 35 Fotos de fachadas de tipologia 4	91
Figura 36 Banco localizado no calçadão da XV de Novembro.....	92
Figura 37 Fotos de fachadas de tipologia 5	92
Figura 38 Ponto de ônibus na Rua Brigadeiro Franco	93
Figura 39 Espaço sob a Ponte Preta.....	93
Figura 40 Ponto de ônibus em frente ao Teatro Guaíra.	94
Figura 41 Perspectiva <i>Homes for the Homeless</i>	95
Figura 42 Composição do módulo: madeira, metal e vidro.	96
Figura 43 Setorização interna do abrigo.	97
Figura 44 Configuração dos módulos em comunidade dentro do cenário urbano. ...	98
Figura 45 <i>Maggie Shelter</i> , aplicado como abrigo para crianças.....	99
Figura 46 Desenhos técnicos do abrigo.	100
Figura 47 Imagens internas do abrigo adotando diversas funções.	101
Figura 48 Diferentes modulações que o abrigo pode adotar.....	101
Figura 49 Sugestão da disposição dos abrigos em comunidade.	102
Figura 50 Projeto piloto, Maggie Shelter.	103
Figura 51 Quartos do hotel Ebisu.....	103
Figura 52 Corredor e quartos do hotel Ebisu.....	104
Figura 53 Materialidade dos espaços de convívio e circulação.....	105
Figura 54 Abrigo emergencial no contexto urbano.....	105
Figura 55 Detalhe do revestimento externo do abrigo.....	106
Figura 56 Detalhe do revestimento interno do abrigo.....	107
Figura 57 Fatores que envolvem a vivência dos nômades urbanos.....	109
Figura 58 Classificação da sociedade, considerando a segregação social.....	110
Figura 59 Perfil do nômade urbano curitibano.....	111
Figura 60 Necessidades básicas ao homem.....	112
Figura 61 Processo de implantação e gestão do abrigo	114
Figura 62 Locais de implantação dos módulos no bairro centro	116
Figura 63 Terreno de implantação piloto dos módulos. Elaboração: a autora.	117
Figura 64 Implantação piloto do projeto.	119
Figura 65 Implantação do Módulo Capsula.....	120
Figura 66 Implantação do Módulo de Abrigo.....	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Composição por sexo dos nômades urbanos brasileiros.....	51
Gráfico 2 Composição por etnia dos nômades urbanos brasileiros	52
Gráfico 3 Motivos que levaram a vivência nas ruas brasileiras.....	53
Gráfico 4 Local de moradia anterior a vivência nas ruas brasileiras	54
Gráfico 5 Fontes de renda dos nômades urbanos brasileiros.	55
Gráfico 6 Motivos para os nômades urbanos não pernoitarem nos albergues.	56
Gráfico 7 Nômades urbanos brasileiros que recebem auxílio governamental.....	57
Gráfico 8 Composição por sexos dos nômades urbanos curitibanos.....	65
Gráfico 9 Composição por etnia dos nômades urbanos curitibanos	66
Gráfico 10 Motivos que levaram a vivência nas ruas de Curitiba.....	67
Gráfico 11 Local de moradia anterior à vivência nas ruas de Curitiba	67
Gráfico 12 Local de moradia dos familiares dos nômades urbanos curitibanos.....	68
Gráfico 13 Fontes de renda dos nômades urbanos curitbanos.....	69
Gráfico 14 Renda média mensal dos nômades urbanos curitibanos	70
Gráfico 15 Preferência nos locais de pernoite dos nômades urbanos curitibanos	70

LISTA DE TABELA

Tabela 1 Lista de equipamentos públicos para albergagem	61
Tabela 2 Lista de equipamentos públicos para atendimento social	62
Tabela 3 Ruas com registros de 4 ou mais locais de pernoite	77
Tabela 4 Estimativa de população que será atendida pelo projeto	111

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	JUSTIFICATIVA.....	15
1.2	METODOLOGIA DE PESQUISA.....	15
2	CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA	16
2.1	URBANIZAÇÃO E A HABITAÇÃO: NÔMADES E A MORADIA.....	16
2.2	NÔMADES URBANOS.....	22
2.2.1	CORPOREIDADE DOS NÔMADES URBANOS.....	28
2.3	EVOLUÇÃO DOS ABRIGOS NÔMADES.....	32
3	INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE	39
3.1	POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	39
3.1.1	ABRIGOS COLETIVOS	45
3.2	NÔMADES URBANOS NO BRASIL.....	50
3.3	O CASO DE CURITIBA	58
3.3.1	POLÍTICAS CURITIBANAS.....	58
3.3.2	PERFIL DO NÔMADE URBANO CURITIBANO	64
3.3.3	ANÁLISE DA CIDADE.....	71
4	ESTUDOS DE CASO	95
4.1	HOMES FOR THE HOMELESS.....	95
4.2	MAGGIE SHELTER.....	99
4.3	HOTEL EBISU	103
4.4	ABRIGO DE EMERGÊNCIA.....	105
5	DIRETRIZES PROJETOuais	108
5.1	PÚBLICO ALVO.....	108
5.2	CONDICIONANTES	112
5.3	LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO	115
6	O PROJETO	118
6.1	OUTROS LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO.....	120
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
8	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	123

1 INTRODUÇÃO

O nomadismo é um modo de vida que acompanha o homem desde os seus primórdios, caracterizado pela ausência de local fixo para moradia e pela busca constante de recursos no ambiente para sobrevivência. Esta foi a primeira forma de vida adotada pelos nossos antepassados. Por mais que não sejam realizados muitos estudos sobre as populações nômades, foi comprovado que essas civilizações não existiram apenas durante o início da história humana. Mesmo após o surgimento das sociedades sedentárias, elas continuaram a se desenvolver de forma paralela aos novos assentamentos humanos e até mesmo coabitando no mesmo espaço físico.

Na contemporaneidade, alguns nômades persistem e elegeram os centros urbanos como habitat, utilizando os recursos fornecidos pela sociedade formal como meio para manter a sua existência errante. Conhecidos popularmente como pessoas em situação de rua ou moradores de rua, nesse estudo esses personagens são denominados de nômades urbanos. É importante ressaltar que, para essas pessoas, o espaço público vive um processo de resignificação constante, sempre adquirindo novas funções que promovam sua sobrevivência.

Ao adquirir uma errância constante na cidade, a mente humana perde a percepção dos limites que separam as esferas pública e privada, transformando todos os espaços ociosos em potenciais lugares para apropriação. Essa forma de ocupação espontânea desenvolve novos modos de uso do espaço público, na sua maioria diferentes da função pela qual esses lugares foram projetados. Ocasionalmente, na visão da população formal, numa incompatibilidade na forma de uso das cidades. Por isso, o nômade urbano deixa de ser visto como um fenômeno, para transformar-se em um problema contemporâneo aos centros urbanos.

A falta de moradia, torna os nômades urbanos propensos à riscos psicológicos e físicos, que podem surgir tanto das intempéries naturais, como da própria sociedade. Esse perigo eminente mantém a mente humana em estado constante de alerta, dificultando qualquer interação com outras pessoas, limitando o desenvolvimento desses indivíduos e aumentando a segregação social e o preconceito ao qual o grupo de estudo é submetido.

Por esse motivo, como delimitação do tema da presente pesquisa, surge a necessidade de construir abrigos para a população de nômades urbanos, como forma de aumentar os recursos para sobrevivência e garantir uma convivência mais harmoniosa e tranquila nas cidades. Atualmente, existem no Brasil, políticas públicas que focam nesse objetivo e propõem a albergagem coletiva como forma mais eficaz de acolhimento, promovendo o desenvolvimento de diversos equipamentos nesse sentido.

No entanto, esse processo nega a errância, elemento que compõe a essência da população de estudo. E desta forma, observa-se, por meio de pesquisas, uma dificuldade por parte de alguns nômades a utilizarem esses equipamentos, demonstrando uma preferência pela permanência nas ruas. Seja por causa da dificuldade de socialização, imposta nesse modelo de albergagem, quanto pela limitação de liberdade corporal imposta nesses lugares.

Desta forma, o presente estudo serve como embasamento teórico para a produção de um projeto de abrigo emergencial destinado justamente a essa população de nômades urbanos, caracterizados pela desfiliação social. Garantindo assim, uma forma de proteção menos burocráticas e mais livre, para complementação dos fatores de sobrevivência já existente para essa população nos centros urbanos.

Portanto, o objetivo dessa pesquisa é o desenvolvimento de um projeto para os nômades urbanos brasileiros, que deve desempenhar o papel de proteger essa população dos riscos eminentes aos quais estão expostos, ao mesmo tempo que permita a liberdade corporal desses indivíduos. Para atingir o objetivo geral, são objetivos específicos:

- Identificar as características que compõem a vida nômade;
- Compreender as dificuldades da realidade dos nômades urbanos;
- Compreender as políticas públicas que influenciam a população de estudo;
- Analisar o perfil da população nômade nas cidades brasileiras;
- Estabelecer relações entre a realidade dos nômades urbanos brasileiros e curitibanos;
- Eleger estudos de casos de projetos correlatos, com vistas a auxiliar na determinação da materialidade e sistemas construtivos do objeto dessa pesquisa;

- Propor diretrizes projetuais para definição do projeto arquitetônico.

1.1 JUSTIFICATIVA

O fenômeno de população em situação de rua é um processo comum a todos os centros urbanos. Sendo que o Brasil, é o único lugar no mundo onde existe um movimento organizado que congrega essas pessoas, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua - MNPR (Gazeta do Povo, 2016). Apesar disso, poucos estudos e projetos arquitetônicos no país assumem essa população como público alvo. Acredita-se ser suma importância, o desenvolvimento de projetos viáveis para construção e aplicação nas cidades, destinados à essas pessoas. Por isso, o presente estudo também tem a função de fomentar a discussão do tema num contexto mais amplo.

Adotando as divisões sociais propostas por Valencio (2008) e Castel (2007) o nômade urbano se enquadra tanto na zona de vulnerabilidade, como de desfiliação social. Adquirindo em ambos os casos, a classificação do segmento de mais baixa hierarquia social, sendo também o mais propenso a sofrer com exposição a riscos de violência, fator que é impulsionado pela sua invisibilidade na cidade e pela ausência de habitação. Por esse motivo, o tema torna-se pertinente ao contexto arquitetônico e urbanístico, já que esses são os campos do saber capazes de compreender as necessidades dessa população durante a sua vivência nas ruas e traduzi-las na construção de um espaço que aumente as chances de sobrevivência ao mesmo tempo que garanta o seu modo de viver errante.

1.2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Para entender o contexto em que a população de rua está inserida desenvolveu-se uma análise histórica e bibliográfica sobre temas correlatos ao trabalho, assim como um levantamento das políticas públicas no país destinadas a essa população.

Foram analisados censos sobre essas populações, para tentar traçar o perfil mais característico ao nômade urbano brasileiro. Com o objetivo de compreender a relação dos nômades urbanos com a arquitetura formal, definiu-se o bairro Centro, na cidade de Curitiba, como área de estudo para intervenção piloto, possibilitando a realização de um levantamento físico e análise fotográfica do bairro. Finalmente, para gerar as diretrizes projetuais, estudou-se projetos correlatos ao tema.

2 CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA

2.1 URBANIZAÇÃO E A HABITAÇÃO: NÔMADES E A MORADIA

Esse item irá analisar o desenvolvimento das moradias humanas relacionadas ao processo de urbanização das cidades. Será realizada uma análise de como o desenvolvimento das cidades influencia o posicionamento das comunidades nômades dentro da sociedade.

As primeiras moradias construídas pelo homem surgiram apenas no fim da pré-história, já que durante o período Paleolítico o homem primitivo caracterizava-se como ser nômade, sem um local fixo de permanência, passava os dias vagando em busca de recursos naturais para sobreviver, parava apenas para descansar. Os grupos não ultrapassavam 50 indivíduos e a sua subsistência resumia-se em caçar e coletar alimentos, dependendo constantemente dos recursos fornecidos pela natureza (RODRIGUES, 2015).

Nesse período considerado Pré-urbano, o homem usava como principal habitação a caverna, ou seja, esse era o seu espaço de proteção, procriação, armazenamento e expressão artística. Nesse contexto surge a ideia de abrigo, que será tratada melhor no próximo tópico. O mais importante desse conceito é que não se trata de um espaço de moradia fixo, já que mudanças eram frequentes e necessárias em razão da dependência exclusiva dos recursos fornecidos pelo entorno, mantendo assim a característica desses grupos de comunidades nômades (RAMOS, 1997; CARDOSO, 2003).

Com o desenvolvimento dessas primeiras comunidades, as buscas por terras férteis com recursos abundantes tornaram-se o foco do nomadismo. E abrigos primitivos começaram a ser desenvolvidos para garantir segurança e ao mesmo tempo um deslocamento geográfico constante. Surgem, dessa maneira, as tendas nômades que permitiram o início das primeiras civilizações. Em outros momentos da história também foram desenvolvidos abrigos temporários para suprir outras necessidades humanas, assunto que será tratado melhor no próximo item (NOLLI et al, 2016).

Já no Período Neolítico, com o desenvolvimento das técnicas de cultivo, domesticação de animais e construções de moradia; as tribos começaram a

estabilizar-se em lugares próximos a rios que sempre possuíam solos férteis. Isso transformou os homens em seres sedentários que a partir desse momento, passam a ser considerados civilizados pela história. Esse fator facilitou a sobrevivência e iniciou um aumento populacional nas comunidades, formando as primeiras aglomerações humanas (RODRIGUES, 2015; CASTELNOU, 2007).

Esses espaços habitacionais fixos foram denominados de aldeias e possuíam uma organização sociopolítica, regida por um chefe político–religioso responsável por administrar a tribo. Esse determinava o papel de cada indivíduo dentro da comunidade em grupos de trabalho especializados, setorizando as funções necessárias para sobrevivência. Dessa forma, existiam agricultores, cozinheiros, pescadores, construtores e assim por diante (RAMOS, 1997).

A divisão em grupos de trabalho possibilitou a otimização do tempo e do esforço humano, diversificando e potencializando a produção e a captação de recursos de subsistência. A partir de então, as aglomerações humanas passaram a desempenhar uma função administrativa, política, cultural e econômica. Toda essa evolução, conhecida como Revolução Agrícola, possibilitou o surgimento das primeiras vilas, que com o tempo se desenvolveram e formaram as primeiras cidades (CARDOSO, 2003).

A vida em grupos maiores resolveu um problema antes frequente para humanidade: a escassez. A produção de recursos foi potencializada e o tempo necessário, reduzido. Os gregos por exemplo, tinham acesso a comida, abrigo e segurança sem estar diretamente ligados na produção dos mesmos, diferente do que acontecia no Período Paleolítico, onde tudo o que se tinha acesso era fruto da pesca, caça ou coleta feita pelo próprio indivíduo ou por outros membros do grupo diretamente relacionados a ele. Essa divisão em grupos de trabalho possibilitou um rápido desenvolvimento das cidades (RAMOS, 1997; RODRIGUES, 2015).

Apesar disso, diversas sociedades permaneceram nômades, tanto por necessidade como por opção própria. Existiram até comunidades que depois de um século com uma moradia fixa passaram a ter uma existência nômade. Os principais motivos que levaram a esse modo de vida foram: adaptações as mudanças climáticas, comercialização de mercadorias, proteção comunitária por causa de guerras e crenças religiosas que incentivam a busca pelo desconhecido (ANDERS, 2017).

A partir do século IV, devido as inúmeras guerras entre o Império Romano e os povos bizantinos, as cidades se fecharam com muros e o mundo entrou em um período conhecido como Idade Média. Como consequência, a relação entre as cidades tornou-se mais difícil. As aglomerações humanas perderam a sua função social, econômica e jurídica, e passam a existir como fortalezas de defesa e sedes administrativas feudo-religiosas. A economia voltou a basear-se na agricultura para subsistência, assim como nas primeiras cidades sedentárias. E o controle político e religioso voltou a concentrar-se em uma única figura, o rei que, com o apoio do clero, regia a administração do resto da população, que se dividia em comerciantes, artesões e servos (CASTELNOU, 2007).

As aglomerações humanas passaram a estruturar-se em burgos, fortalezas envoltas por muros que delimitavam um perímetro restrito, acessados apenas pela realeza, o clero e os funcionários do castelo. O restante da população se instalava no entorno dos muros em terras cedidas pela monarquia aos servos (CORTEZ, 2009).

Essa configuração de cidade fechada e restrita enfraqueceu a relação entre elas, principalmente porque esses burgos eram distantes entre si, dificultando dessa forma a troca de mercadorias e informação. Os produtos consumidos em um burgo não eram muito diversificados já que eram oriundos dos recursos fornecidos pela região. Os produtos exóticos eram oferecidos em comércios ambulantes e ocasionais e por isso tinham um alto valor de mercado. Para conseguir acumular capital, os comerciantes passaram a viver como nômades, viajando com frequência entre as cidades e formando rotas de comércio constantes (CASTELNOU, 2007).

Com o passar dos anos, eles estabeleceram nessas rotas pontos fixos de feiras que passaram a funcionar como atrativos para as pessoas irem até os comerciantes. Essas feiras transformaram-se em cidades mercantis que não tinham relação alguma de produção com a terra, já que viviam exclusivamente do comércio livre de mercadorias oriundas de outras regiões. Desta forma, enquanto a monarquia e o clero perdiam poder, os comerciantes fortaleciam-se, principalmente devido ao acúmulo de capital e sua influência na sociedade (DELEUZE; GUATARRI, 1980).

Não demorou para eles ascenderem como uma nova classe dominante, a burguesia. Nesse momento, sem a repressão da Igreja e da monarquia, as cidades mercantis transformam-se em centros vivos, não só de comércio, mas também em

pontos de desenvolvimento econômico, intelectual e artístico, iniciando uma nova era de avanço para humanidade, conhecida como Renascimento (RAMOS, 1997).

Com seu início no século XV, esse período é regido pela retomada dos pensamentos clássicos gregos: a) humanismo, b) racionalismo, c) individualismo. Essa valorização do homem, da ciência e do conhecimento, desenvolveu uma competição entre os indivíduos que possibilita a ascensão social e econômica baseada no seu intelecto (USP, 2008). É interessante observar que nessa época, alguns artistas, escritores e até mesmo cientistas desenvolveram uma vida nômade para conseguir produzir seus trabalhos, eles viajavam por várias cidades para ter contado com diferentes culturas e paisagens (HOLANDA, 2010).

Todas essas mudanças no pensamento possibilitaram um grande avanço tecnológico, que com o tempo possibilitou a mecanização dos sistemas de produção. Essa transformação deu início ao Período Moderno que foi marcado no século XVIII, pela Primeira Revolução Industrial e pelo processo de urbanização¹ das cidades. Tudo isso gerou mudanças econômicas e sociais marcantes que modificaram completamente as relações sociais humanas (RODRIGUES, 2015).

A industrialização altera a função espacial e administrativa da cidade em favor do capitalismo, ou seja, o enfoque do homem da Era Industrial passa a ser a produção, o consumo e o acúmulo de capital (NASCIMENTO; BRAGA, 2009). A divisão de classes também se altera, o trabalho começa a funcionar como um marco social, principalmente para diferenciar os indivíduos das classes populares. O hábito de trabalhar é considerado uma virtude moral praticada pelos bons cidadãos. Seguindo esse pensamento, surge uma divisão binária da sociedade em trabalhadores disciplinados e “vadios ociosos”. Portanto as pessoas em situação de rua eram vistas com um olhar higienista e consideradas um risco para a cidade já que possuíam o vício da vagabundagem (SANTOS, 2013).

Em contrapartida, trabalhar não significava ao proletário acúmulo de capital. Principalmente porque a burguesia, a qual dominava as técnicas de produção, mantinha a maior parte dos lucros obtidos nas fábricas. Assalariando o operário com o mínimo para sobrevivência, ou seja, apenas com o necessário para adquirir os

¹ Entende-se como processo de urbanização o momento em que o aumento populacional demográfico urbano é superior ao da população rural

suprimentos de necessidades básicas. Por esse motivo, a desigualdade social se torna latente nesse período da história. Se na Idade Média as pessoas morriam de fome por falta de produção de alimentos, na Idade Moderna elas passam a morrer por falta de capital para acesso aos mesmos (RAMOS, 1997).

Nesse período, os projetos das casas proletárias eram distribuídos inadvertidamente aos construtores para produção em larga escala em formato de vilas, pressupondo que os operários deveriam possuir um modo de vida uniforme, racional e funcional. Para as indústrias os trabalhadores eram vistos como corpos úteis economicamente, portanto politicamente interessantes, por esse motivo os donos das fábricas cediam essas casas aos seus funcionários (BONDUKI, 2014). Torna-se nítido na Figura 1 uma desumanização do homem no modo de habitar, reflexo da ausência de individualidade ou direito de escolha que os operários dessa época viviam.

Um modelo moderno de urbanismo também se desenvolve, nele cidade passa a ser setorizada e deixa de existir como um espaço orgânico de socialização, para transformar-se em uma cidade limpa e racional com áreas de circulação e de suprimento das necessidades definidas como básicas (habitação, trabalho e lazer), espaços urbanos ociosos passam a ser vistos como focos de perigo sanitário (NASCIMENTO; BRAGA, 2009).

Todo o pensamento da época passa a basear-se em princípios higienistas, defendendo a ordem urbana e a moralização das classes sociais. Segundo esse pensamento, os indivíduos pobres, por não possuírem hábitos *civilizados* estão *naturalmente* propensos a terem desvios morais, sendo considerados perigosos, já que possuem uma maior facilidade em cometer crimes. O pensamento defende que esses indivíduos só poderiam ser contidos por meio do processo de normalização social, que se baseava em enquadrar a população em regras de boa conduta civil e segrega-los espacialmente (SANTOS, 2013).



Figura 1 Vila operária em Kensal Rise, leste de Londres, em 1921
Fonte: Preece, 2012.

Após a Terceira Revolução Industrial, com as revoltas civis que reivindicaram melhores condições de vida, essa política higienista passou a ser considerada ultrapassada. As lutas populares duraram até a década de 70, por meio de greves e protestos, mas possibilitaram maior dignidade as classes populares, principalmente pois modificaram as relações entre empresa e empregado, garantindo os direitos trabalhistas por meio de leis e sindicatos (RAMOS, 1997).

Entretanto, ainda existe uma dependência forte das cidades com os processos de produção e, por isso, diversas ideias higienistas ainda persistem na atualidade. É desse resquício de pensamento que surge a visão sobre as pessoas que não trabalham ou que não se encaixam nesse perfil de consumo, elas são consideradas como indignas e/ou vagabundas. Maior ainda, é preconceito que existe em cima dos povos nômades, como por exemplo as comunidades de ciganos e os grupos circenses, que quebram totalmente os modos de viver estabelecidos pela sociedade formal (SANTOS, 2013).

É importante observar que desde do início da civilização alguns grupos tem a tendência a viver de forma nômade seja por opção ou por necessidade. Isso reforça que esse modo de viver, ainda pouco estudado pela academia, também traz consigo uma história de desenvolvimento que muitas vezes é excluída da história da civilização. Paralelo ao desenvolvimento dessas comunidades, também ocorreu um aperfeiçoamento dos abrigos nômades, assunto relevante para o projeto que será tratado melhor nos próximos itens.

2.2 NÔMADES URBANOS

Como foi possível constatar no item anterior, apesar da predominância e do desenvolvimento do estilo de vida sedentário, comunidades no mundo inteiro optaram por manter uma existência itinerante. Dentro desse contexto, resiste nos centros urbanos, em meio ao preconceito e a segregação, uma categoria abstrata de nômades, identificados por diversos termos estigmatizantes, como “moradores de rua”, “mendigos”, “indigentes”, “loucos da rua”, “sem teto”, “pedintes”, “corpos errantes”, “mendicantes”, “desabrigados” e muitos outros termos que na sua maioria possuem diversos pré-conceitos embutidos na sua etimologia.

Na contemporaneidade o termo mais adotado pela academia para fazer referência a esse grupo é “população em situação de rua” ou “pessoa em situação de rua”, essa nomenclatura é opositiva ao termo “morador de rua” (a mais difundida hoje na sociedade), já que em sua terminologia ressalta que essa população vivencia um evento momentâneo, ou seja, não se trata de um estado permanente. Desta forma a rua deixa de ser uma moradia para se transformar em um local temporário de permanência, sendo assim um termo menos excludente e mais homogeneizador (SILVA, 2014).

Contudo, por mais que essa etimologia atenuie o julgamento na imagem dessa população, ela não elimina a errância como um modo de vida desse segmento. É justamente essa movimentação errante que subverte as dimensões de público e privado na vida desses personagens. Impulsionada por políticas urbanas excludentes e controladoras das funcionalidades dos espaços públicos, é ela também quem dificulta a inclusão desse grupo em políticas sociais assistencialistas (FRANGELLA, 2009). Desta forma, podemos considerar que essa errância é um caracterizador do grupo estudado, por isso, com o objetivo de ressaltar essa particularidade, utilizou-se nesse trabalho como identificador da população de estudo o termo “nômade urbano”.

É importante ressaltar que essa nomeação pode abranger diversos grupos que não se enquadravam antes na definição de pessoas em situação de rua, como por exemplo os andarilhos, viajantes, ciganos, artesões, mochileiros, até mesmo a comunidade circense. Entretanto essas pessoas não se enquadram no público alvo desse estudo e, portanto, não serão incluídos quando utilizado a nomenclatura “nômades urbanos”.

O objetivo desse tópico é compreender de que forma essa população de nômades mantém a sua existência na sociedade contemporânea, por meio da identificação das principais características e singularidades desse grupo. No entanto, para isso também é necessário compreender como o espaço urbano se relaciona com o corpo do homem, já que no caso dos nômades urbanos esses dois conceitos se fundem.

Na atualidade a vivência da velocidade (por meio do automóvel, metrô e outros meios de locomoção) permitiu ao homem a desconexão corporal com os espaços públicos, que passam a ser utilizados apenas como passagem. Até mesmo o desenho urbano moderno contribui para essa relação fragmentada e descontínua dos espaços, criando ligações de “lugar” apenas com os pontos de chegada e partida. Em contraponto os nômades urbanos vivenciam os espaços públicos de forma mais intensa, criando vínculos com as ruas. Seus corpos se camuflam as calçadas, em meio a sujeira da pavimentação, quase como se fossem extensões dos espaços e muitas vezes, não são nem percebidos pelos transeuntes que passam com velocidade (SILVA, 2014).

É importante compreender esse sujeitos como agentes ativos na cidade. Ao tentarem se adaptar ao espaço urbanos, por meio da construção do seu habitat informal, eles impactam diretamente na composição do mesmo. Construindo sobre o espaço formal, uma outra cidade, composta por papelão e plástico, com dinâmicas e regras próprias. Transformando o espaço urbano em um lugar com fronteiras espaciais e políticas diferentes das propostas pelo planejamento urbano (LOSCHIAVO, 2005).

Dessa forma, esses personagens adotam a cidade com uma territorialidade própria, mesclando o público e o privado. Essa exposição do que antes era privado não é um processo fácil para os nômades urbanos, já que os espaços públicos da rua

não estão preparados para receber as intimidades humanas, como higienização, sexualidade, asseios diários e necessidades fisiológicas. Essa subversão da vida privada é um processo complexo psicologicamente, já que obriga essa população a assimilar a sua atual realidade, ao mesmo tempo que gera um processo de fragilização da sua identidade, acompanhada por vergonha em relação aos seus atos (FRANGELLA, 2009).

Em contrapartida, essas situações de exposição geram na sociedade formal reações contraditórias, como raiva, nojo, repulsa ou indignação. Isso ocorre principalmente pois, as regras pré-estabelecidas de convivência em locais públicos estão sendo quebradas nesses momentos. Desta forma, desenvolve-se uma relação de enfrentamento dessa população divergente participante da desfiguração da ordem urbana, e por esse motivo, práticas de ações públicas higienistas, geralmente, são aceitas pela maioria para controle desses indivíduos (SANTOS, 2013).

Justamente por assumirem uma espacialização diferente nos espaços públicos, os nômades urbanos não são compreendidos e acabam, na maioria dos casos, sendo excluídos das intervenções urbanísticas formais, não sendo considerados nas dinâmicas de regeneração urbanas propostas para as cidades. Pelo contrário, essas pessoas são vistas como fora do seu lugar de pertencimento e poluidoras do espaço urbano, por isso o poder público, seguindo uma ética disciplinar, destrói e desmonta a cidade informal construída por esses sujeitos, na tentativa de impedir que essa prática de construção se mantenha (VALENCIO, 2010).

Essas ações de limpeza pública, muitas vezes operadas por policiais, projetam cenas de humilhação aos nômades urbanos. Sem alternativa, essas pessoas acabam tendo que aceitar a perda de seus abrigos e bens materiais, além de se submeterem a agressões psicológicas e físicas. Vale ressaltar que esse tipo de acontecimento marca um processo de desterritorialização, que gera profundas marcas na percepção desses sujeitos em relação ao poder público, quebrando qualquer vínculo de confiança que antes existia (SANTOS, 2013).

Ainda de forma mais sutil, o mesmo ocorre nos serviços oferecidos nas ruas. Nesse caso para receber assistência, o nômade urbano deve se submeter a uma lógica disciplinadora de reintegração social temporária, que muitas vezes não tem sentido para ele, que acaba entendendo essas regras apenas como controladoras de

comportamento. Esse posicionamento da sociedade formal frente a população de estudo só aumenta a segregação da mesma nos espaços públicos e dificulta a sua sobrevivência nas cidades (FRANGELLA, 2009).

Refletindo sobre o processo de significação dos espaços e usando o pensamento de Chapanski (2017) sobre a subjetivação, compreende-se a experimentação espacial como a forma mais pura ao homem para incorporar as suas vivências e absorver novas informações que constituirão o seu inconsciente. Por isso os espaços públicos, sendo o lugar onde a cidade alcança a sua mais complexa e completa expressão, deveriam ser os locais onde os transeuntes poderiam circular no anonimato, sem nenhum critério seletivo que os impedissem.

Entretanto, a fragmentação dos lugares e a fragilização dos espaços urbanos, em sua maioria decorrentes da privatização de alguns setores nesses espaços, gera uma segregação de diversas camadas sociais, mantendo esses locais restritos a determinados públicos (SILVA, 2014).

É importante compreender que os nômades urbanos apesar de usarem intensamente os espaços público, não participam do padrão social aceito nesses locais, sendo tratados como estranhos e impedidos da possibilidade de socialização. Esse estranhamento acontece, por causa de um fator natural ao ser humano, onde ele apenas identifica no outro uma necessidade de relação de respeito, valorização e responsabilidade, quando encontra características das quais se considera próximo ou semelhante ao outro. Existe uma distância social entre os nômades urbanos e a sociedade formal, comprovada diariamente por meio de relações de desrespeito e discrepância, é o que impede o estabelecimento de empatia com essa população. É intersubjetivo ao senso comum que esses indivíduos necessitam de um padrão de sociabilidade diferente do praticado pela sociedade formal (VALENCIO, 2010).

Apesar desse distanciamento ser provocados por fatores naturais, a falta de empatia que causa esse afastamento é provocada por pré-conceito estabelecidos a respeito dessa população. Um dos objetivos desse trabalho é compreender a realidade das ruas que esse grupo vive diariamente, além de tentar caracteriza-lo a fim de comprovar que muitos dessas ideias não possuem base estatísticas e são reforçadas, diversas vezes, pelo medo de ameaça desses indivíduos à ordem das

idades. Para isso, em um primeiro momento é necessário compreender o que caracteriza um indivíduo como nômade urbano.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua criada por meio de decreto de lei, assinada em 2009 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, instituiu como população em situação de rua:

“...o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.”

A partir dessa definição é possível inserir os nômades urbanos como pertencentes ao grupo de desfiliações socialmente. Segundo Castel, existem quatro zonas de existência social: 1) Zona de integração: onde o indivíduo possui trabalho e relações sociais sólidas; 2) Zona de vulnerabilidade: aqui já existe uma fragilidade nas relações tanto de trabalho, quanto sociais. 3) Zona de assistência: onde apesar da incapacidade de trabalhar, o indivíduo ainda possui inserção social por causa das assistências que recebe. 4) Zona de Desfiliação: nesse momento há uma ausência de trabalho e um isolamento social. Esse último grupo seria uma atenuação da vulnerabilidade, representando uma ruptura com vínculo social, até mesmo com a família, considerada uma rede de sociabilidade primária. As pessoas pertencentes a esse grupo, por serem caracterizadas pela ausência de emprego, de recursos materiais e de vinculação com uma comunidade, são taxadas como incapazes que vivem no ócio e sem trabalho, e pela lógica social são afastadas do conceito de cidadão portador de direitos, já que aparentemente não contribuem economicamente ou socialmente para a cidade (CASTEL apud FENATO, 2007).

No caso dos nômades urbanos isso se torna latente, apesar de existirem casos onde os laços familiares ainda existem de forma fragilizada, de um modo geral eles não fazem parte do circuito formal de relações sociais. Por não terem raízes e local de moradia, destoando da conjuntura social, são vinculados a noção de parasitas que dependem de outras pessoas para existir. Dentro dessa caracterização como vagabundo, os nômades urbanos, pela lógica higienista citada no item anterior, são conectados com a ideia de indivíduos com condutas possivelmente criminosas (SILVA, 2014).

Nas produções cinematográficas muitas vezes esse personagem aparece de forma ambígua. Sendo representado como portador de uma sabedoria de vida, por testemunhar diversos crimes da rua, sendo provador da moral social, e muitas vezes caracterizado como um contador de histórias, que passa por vivências estranhas nos espaços urbanos. Ao mesmo tempo em que é representado como o sujo, poluidor, portador do sofrimento e protagonista de práticas contraventoras. Essas duas imagens controversas se confrontam e retratam as imagens que a sociedade possui sobre esses indivíduos. Portanto pela lógica social, a vivência na rua pode resultar em dois universos limites da experiência humana, ou a redenção social e moral causada pelo sofrimento extremo, ou um total processo de desmoralização e desumanização. Não sendo possível, a existência de um indivíduo que abarque os dois mundos (FRANGELLA, 2009).

Desta forma, é possível compreender que os processos de exclusão social aos quais os nômades urbanos são submetidos são complexos, não se restringindo apenas a aspectos econômicos e de moradia. Existem vários processos intrínsecos na mentalidade social que dificultam a reinserção social dessas pessoas. Viver nas ruas significa quebrar os vínculos sociais, familiares e afetivos. E, portanto, romper com a curva de normalidade, destoando da conjuntura social (SANTOS, 2013).

Outro aspecto que dificulta o processo de reinserção social desse grupo, é a sujeira e conseqüentemente o mau cheiro causado por ela, ambos são elementos que destacam e caracterizam esses indivíduos em meio a uma multidão, servindo até como elemento justificativo para a rejeição desse grupo em ambientes privados. É necessário compreender que estar sujo não é uma opção a essas pessoas, mas sim uma consequência de se viver nas ruas. Esse fator ao mesmo tempo que gera desconforto para a cidade formal, também gera vergonha e isolamento para os nômades urbanos, que percebem com o tempo a possibilidade de usar o mau cheiro como proteção física (FRANGELLA, 2009).

Essa perspectiva negativa criada sobre a população de nômades urbanos, dificulta a compreensão deles como personagens ativos na cidade, os quais exercem certo protagonismo em meio as circunstâncias que os constituem. No momento de chegada na rua é necessário um esvaziamento territorial e de identidade em relação ao que existia antes, dando início ao complexo processo de ressignificação. Processo

que se constrói de forma única e individual para cada pessoa. Portanto ao mesmo tempo que eles alteram a cidade, o espaço urbano molda o nômade. (SILVA, 2014)

Nesse sentido, o alcance limitado das políticas de assistência social para essa população se justifica pela tentativa de homogeneização da categoria. Com políticas que não consideram essa reconstrução de identidade singular a cada indivíduo, tratando todos em um ambiente coletivo e supondo necessidades semelhantes. Por esse motivo, essas políticas falham com a população, principalmente por não conseguir fomentar perspectivas de mudança de realidade e frustrando as expectativas tanto de mudança econômica, quanto social e afetiva que essas pessoas buscavam ao procurar instituições assistencialistas. Essa falha no processo de assistência só aumenta o afastamento e falta de confiança no poder público (FRANGELLA, 2009).

É importante observar que apesar de múltiplas as variáveis que levam um indivíduo a habitar o espaço da rua, existe um ponto em comum na narrativa, caracterizado pelo momento de ruptura, ou seja, todos esses indivíduos possuem um processo de perda ou de trajetória de exclusão que os levou a viver na rua. Essa ruptura com a sociedade formal, gera uma desconfiança e muitas vezes um medo de se reinserir socialmente, já que voltar a morar na rua parece algo iminente em narrativas futuras. É interessante também perceber que muitas vezes na descrição de suas histórias de vida, retratam o viver na rua como o fim dela, como se fosse um ponto de chegada, isso demonstra a falta de indícios para essas pessoas de mudança de realidade. (LUCCA, 2007).

2.2.1 CORPOREIDADE DOS NÔMADES URBANOS

Nesse contexto *errante*, o corpo recebe uma nova significação, assumindo um papel de protagonista de narrativa e funcionando como uma extensão da rua. Quando a corporeidade passa a ser o último pertence sob o qual se tem controle, nasce um total estado de liberdade para esses indivíduos, ao mesmo tempo em que os aprisiona em uma vulnerabilidade extrema. O corpo passa a funcionar como uma armadura para mundo externo e o último resquício de espaço privado.

Portanto a relação com o corpo que a população de estudo desenvolve, se transforma em um fator relevante para análise, já que a construção dos vínculos entre nômades urbanos e espaço públicos se mantém diretamente relacionado com o

significado que o corpo assume para elas. Nesse sentido, esse item fará uma análise da relação de nômade urbano e do corpo e de forma sutil também relaciona a vivência da sociedade formal com esses corpos errantes nas cidades.

Quando o nômade urbano aceita a sua realidade de não possuir bens materiais ou vínculos sociais que possam lhe dar algum suporte, o corpo passa por um processo de ressignificação. Ele assume um novo significado, transformando em um protagonista na trajetória dessas pessoas. De certa forma, o corpo sobra como último suporte físico, irreduzível, sobre o qual o nômade tem controle (FRANGELLA, 2009).

O estado físico dos pés é um exemplo dessa relação de aceitação da realidade expressa por meio da corporeidade. Marcados pelo grau de sujeira, pela tipologia ou ausência de sapatos, o estado dos pés marca também o estado psicológico que a pessoa vive naquele momento frente a sua situação. Por exemplo, estar com um calçado fechado, mostra preocupação do indivíduo de manter os seus pés protegidos e limpos, além de demonstrar que ele ainda acredita em uma mudança realidade. Enquanto usar um chinelo, significa estar no limite entre a pele e o asfalto, se agarrando ao último elemento que separa esse homem da exposição da dura situação de não possuir mais nada. Já o andar descalço mostra uma aceitação total da realidade e ausência de perspectiva de mudanças (FRANGELLA, 2009).

Esse processo de aceitação da realidade, paralelo a uma mudança de corporeidade é registrado na Figura 2, no momento em que o nômade urbano apresentava a sua trajetória de vida ao projeto *Humans of Curitiba*². É possível observar, nesse caso, um estado corporal que reflete o estado mental em que essa pessoa vivia no momento da entrevista:

"Claro, tenho uma história para te contar só não queria aparecer, não me sinto muito bem. Eu tinha uma família, não era rico, porém lutava para sobreviver e tinha uma vida melhor que a de hoje. Foram muitos fatores que me levaram até aonde estou hoje, aqui deitado na porta dessa loja. Comecei a me desviar na minha vida, comecei a beber um pouco, depois aumentando, e quando vi bebia todos os dias, precisava da bebida para dormir, e logo após acordar já estava bebendo de novo. Assim fui deixando aquelas coisas boas e importantes para trás, perdi

² Projeto que busca retratar a essência do cidadão curitibano por meio de retratos fotográficos

minha mulher, perdi minha casa e o resto do pouco que tinha. Sair dessa situação? Não, não está fácil não. Estou ficando mais duro e frio do que esse chão que me deito".



Figura 2 Nômade urbano curitibano sem perspectiva de mudança na sua realidade de vida.
Fonte: CURITIBA, 2014.

Sem um abrigo para proteção, a pele torna-se o limite para espacialização de interno e externo, público e privado. Da mesma forma, o corpo se torna importante fator para a sobrevivência nômade, pois é ele quem gera a visibilidade desse grupo para com a sociedade. Esses corpos errantes que vagam nas cidades, passam a ser visto como indesejáveis e causadores da desordem urbana. Sendo por isso, o alvo de diversas intervenções e manifestações de violência, reforçando a tentativa da sociedade formal, de exclusão social dessas pessoas. Portanto, a trajetória dos nômades urbanos passa a ser sempre corporal, de forma que o corpo se transforma, em uma maneira de resistência frente a essa exclusão (FRANGELLA, 2009).

Devido a tamanha significância que a corporeidade ganha para esses indivíduos, a errância passa a ser um processo de reafirmação da sua existência, demonstrando ao mesmo tempo a fragilidade e a força de agenciamento sobre o seu próprio destino. Essa movimentação se torna necessária para a sobrevivência do indivíduo, a ausência de garantia mínima de alimentação diária promove no nômade

urbano, assim como nos nômades primitivos, a errância constante em busca por comida. Esse elemento acaba funcionando, assim como na antiguidade, como eixo central na rotina nômade. Portanto, apesar do deslocamento, trata-se de uma resposta às políticas de invisibilidade imputadas a esses indivíduos (processo que será tratado melhor nos próximos itens), ela não representa um protesto consciente de resistência, sendo apenas um resultado dos processos apresentados (FRANGELLA, 2009).

Também é possível observar intensidades diferentes de circulação, que variam de acordo com capacidade de adaptação que o indivíduo possui em relação a um determinado espaço urbano. E é por meio dessa intensidade de movimento e das diversas experiências urbanas, que os nômades constroem as redes territoriais de circulação. Ou seja, é em meio a esse percurso itinerante que o nômade urbano identifica os espaços que poderá apropriar-se temporariamente e desenvolve laços de amizade com outros errantes. Percebe-se também que devido a esse estilo de vida, eles conseguem desenvolver trabalhos peculiares temporários como, mendicância, vigilância de carros, prostituição, e outras atividades remuneradas, que assim como esses não estão na esfera do prestígio social, o que só contribui ainda mais para a estigmatização do grupo (SILVA, 2014).

Como já comentado anteriormente, por ferir a ordem urbana, esses indivíduos estão sujeitos a violação dos seus direitos sociais e são frequentes as ações de caráter higienistas praticadas contra essa população. No Antigo Regime, essas pessoas eram banidas dos centros urbanos, deportadas para as colônias ou ainda condenadas à morte. Apesar de hoje a condenação à morte não ser mais aceita, ainda existe uma parcela da população que compreende esse artifício como forma de livrar a cidade desses personagens, como é possível observar nas ocorrências recorrentes de assassinatos à nômades urbanos no país, registrados pela mídia (SILVA, 2014).

Essa violência e agressividade que marcam o cotidiano dessas pessoas, torna evidente a vulnerabilidade extrema que essa população vivencia nas ruas. A agressão corporal se torna algo eminente, principalmente à noite, podendo originar-se tanto da população formal como de outros nômades urbanos. Entretanto, um tipo de violência praticado pela população formal, chama mais atenção: o ato de atear fogo nessas pessoas enquanto dormem. Com efeito rápido, irreversível, doloroso e que se propaga por todo o corpo o fogo provoca risco de mutilação e morte. Esse tipo de violência é

uma tentativa extrema de tentar acabar com a única coisa que resta ao nômade urbano, o corpo (FRAGELLA, 2009).

Desta forma surgem nos corpos nômades marcas corporais que registram a sua trajetória na rua, o corpo vira um testemunho das violências vividas e uma marca de resistência frente a essa realidade. Além da violência física, práticas de deslocamentos forçados, muitas vezes com o apoio do governo, são aplicadas constantemente à essa população, um exemplo mais recente foi o deslocamento forçado da população de nômades que viviam em centros urbanos brasileiros que iriam receber o evento da Copa do Mundo de 2014 (SILVA, 2014).

A partir dessa compreensão mais ampla sobre a maneira de existência dos nômades urbanos na sociedade contemporânea, e percebendo o alto grau de vulnerabilidade a qual esse grupo é exposto. É necessário entender melhor qual é a relação que essa população desenvolve com a ideia de abrigo, já que ela depende diretamente dele para sua sobrevivência.

2.3 EVOLUÇÃO DOS ABRIGOS NÔMADES

Esse item irá traçar uma linha do tempo histórica com enfoque no desenvolvimento dos abrigos nômades na história da humanidade. Relacionando os abrigos nômades e o desenvolvimento da humanidade, com o objetivo de compreender os princípios básicos e a tectônica para a criação de um abrigo bem-sucedido.

Como comentado anteriormente o nomadismo era uma característica dos primeiros homens, que vagavam em busca de recursos naturais para subsistência. Em um primeiro momento, eles usavam as cavernas já existente na natureza como forma de abrigo. Acredita-se que mudanças climáticas e escassez de alimentos obrigou o homem a movimentar-se em busca de alimentos com mais frequência e tornou-se indispensável um abrigo que viabilizasse um deslocamento geográfico constante, e ao mesmo tempo garantisse segurança à comunidade (ANDERS, 2017).

Desta forma, com o objetivo de atender as principais necessidades do homem e protege-lo dos perigos da natureza, surge os primeiros abrigos temporários construídos. Inicialmente, montados com os recursos que o entorno fornecia como, pedras, madeiras e vegetais, esses abrigos foram se aprimorando conforme o

desenvolvimento das comunidades, por mais que ainda de forma arcaica e vernacular, esses abrigos marcam os primórdios da arquitetura humana (SOARES, 2014).

Rocha define o abrigo primitivo como um “microclima artificial”, caracterizado como um ambiente controlável que pode ser modificado, regulado ou amenizável conforme a vontade do homem. Funcionando como uma “segunda pele”, um meio de intercâmbio entre o homem e a natureza, separando interior de exterior e criando um vínculo com o local.

“(…) habitação do homem primitivo, não pode ser tratada apenas como fruto de uma necessidade imposta pela pressão de uma natureza hostil ou de uma adaptação não biológica, mas da ânsia ou da urgência de limitar um espaço próprio, de se definir enquanto ser vivo diante da natureza, apropriar-se do contexto, quer de caráter permanente, quer como posse acidental para fins concretos, quer como construção de sua identidade. Não se trata, portanto, de uma construção visando proteção estritamente biológica, mas uma afirmação frente à natureza, uma relação mais ampliada do homem com o meio ambiente” (ROCHA, 2002)

O homem possui uma forte capacidade de adaptação ao meio, fator que favorece a sua sobrevivência. Apesar de possuir necessidades biológicas simples, como manter-se aquecido, seco e alimentado, necessidades que foram atendidas pelos primeiros abrigos o homem continuou a desenvolver seu espaço, sempre com o enfoque de melhorá-los. Reforçando a ideia de que, apesar da simplicidade das relações sociais e das técnicas construtivas daquele período, sempre existiu na humanidade uma necessidade inata de intervir no ambiente (ROCHA 2002; SOARES, 2014).

Na contemporaneidade os povos nômades não possuem uma base cartográfica fixa, mas em geral percorrem territórios pré-delimitados associados com as épocas do ano e com as divisões geopolíticas do mundo. Esse estilo de vida requer um design diferenciado nas produções da comunidade. A moradia é a mais difícil e significativa, pois as construções precisam ser resistentes, flexíveis e de fácil transporte, isso não impede que elas apresentem beleza e conforto, como é o exemplo das tendas na Figura 03, do povo asiático *YURT* (ANDERS, 2017).



Figura 3 Tenda Yurt.

Disponível em: www.trekearth.com/gallery/Asia/Kyrgyzstan/photo105872.htm

A tenda *Yurt* é considerada um dos primeiros abrigos móveis construídos pelo homem e é usada até hoje pelas tribos de pastores asiáticos. Apesar de parecer robusta quando está erguida, essa construção é de fácil transporte, podendo até em casos de emergência ser transportada sem a necessidade de desmontar a estrutura. Com um formato circular, sua estrutura é composta por varas de madeira encaixadas em forma de treliça e com juntas articuladas, essa estrutura pode ser guardada de forma pantográfica, se retraindo como uma sanfona. Para finalizar ela é revestida com feltro de lã que possibilita um isolamento térmico (CARVALHO, 2015).

Hoje empresas de construção americanas e europeias, estão revivendo a tipologia de abrigo *Yurt*, em diferentes contextos, como exposições, feiras e workshops, sempre ligado a ideia de sustentabilidade, uso racional de materiais e mobilidade (SOARES, 2014).

As tendas *Tipi* também compõem o grupo de abrigos móveis primitivos, desenvolvida pelos índios norte-americanos, ela possui um formato que se tornou característico nas representações desse povo, como é possível ver na figura 04. A tenda possui um formato cônico, e assim como as tendas *Yurts*, possui uma estrutura

composta por varas e recebe como revestimento peles de búfalos que são costuradas a tenda. O mais interessante dessa habitação é que ela pode variar de tamanho e complexidade de acordo com sua função e com as características da tribo (ANDERS, 2017).



Figura 4 Tenda Tipi.
Disponível em: www.blog.tocandira.com.br/construindo-uma-abrigo-tipi/

Atualmente o abrigo nômade primitivo mais conhecido são as tendas árabes, desenvolvidas na África e no Oriente, são compostas por tecidos tensionados por tirantes fixados ao solo e por varas no seu interior que elevam as tendas do solo (FIGURA 5). Essas tendas podem ser usadas em planta livre ou com divisões internas, também compostas por tecido. O mais interessante sobre essa tipologia de tenda é a capacidade de conforto em regiões com amplitude térmica elevada, como o deserto. O tecido permite que durante o calor o ar passe por baixo dos panos e refresque o ambiente e a noite, o vento e o frio fecham o tecido hermeticamente, amenizando as influências do clima externo (SOARES, 2014).

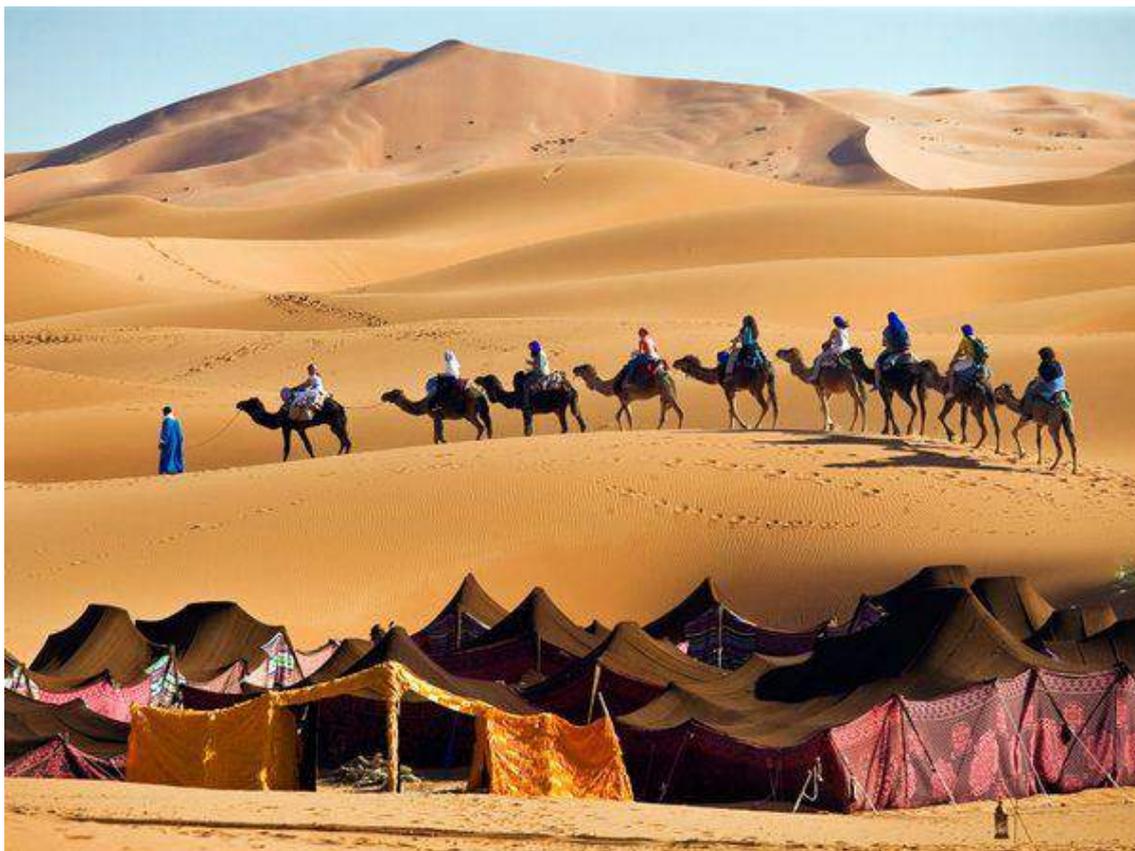


Figura 5 Tenda Árabe.
Disponível em: www.moroccanladies.com

Apesar dos abrigos nômades primitivos, esse tipo de construção continuou se desenvolvendo principalmente com a Primeira Guerra Mundial. Surgiu nesse período da história, a necessidade de construções para abrigar os soldados e as instalações de acampamento como enfermaria, cozinha e depósito. No início eram utilizadas barracas, muito parecidas com as tendas árabes. No entanto elas eram pesadas, de montagem complexa e difícil transporte. Com o objetivo de gerar mais funcionalidade e tecnologia para os abrigos de guerra, foi desenvolvido o abrigo *Nissen Hut* (ANDERS, 2017).

Projetado pelo Capitão Nissen, com a função inicial de receber a enfermagem, o abrigo representou uma inovação para a época e passou a ser utilizado para compor todos os acampamentos de guerra americanos. Com forma semicilíndrica, ele era composto por placas curvas de aço colocadas sobre vigas de madeira e reforçadas por arcos de aço (FIGURA 6). A grande inovação era a capacidade de mobilidade rápida, já que era possível erguê-lo em quatro horas com quatro homens, usando apenas chaves de obra (CARVALHO, 2015).

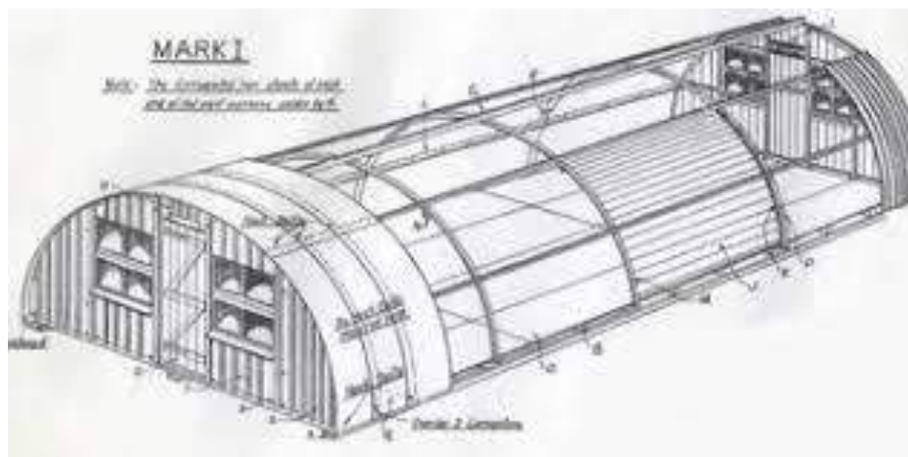


Figura 6 Abrigo Nissen Hut.
Disponível em: www.nissens.co.uk

O abrigo foi tão eficiente nos acampamentos que foi utilizado novamente na Segunda Guerra Mundial, desta vez revestido com chapas de cimento de amianto, ele passou principalmente a abrigar bombas, mas continuou servindo como alojamento em alguns casos. No período Pós Primeira Guerra Mundial os abrigos *Nissen Hut* foram implantados na agricultura, para armazenagem de grãos e equipamentos (ANDERS, 2007).

Com o sucesso do módulo *Nissen Hut*, a humanidade percebeu a importância dos abrigos móveis em momentos de vulnerabilidade, como a guerra, e voltou a desenvolver esse tipo de construção só que de forma mais modernos e eficientes. Com esse pensamento, durante a Segunda Guerra desenvolveu-se o abrigo *Quonset Hut*, que teve como base o *Nissen Hut* (FIGURA 7). Apesar de manter a forma semicircular semelhante ao seu sucessor, essa nova versão do abrigo adotou uma materialidade mais evoluída. Desta vez, com estrutura composta por alumínio, piso de madeira, isolamento térmico com aglomerados, também de madeira, e cobertura de ferro zincado, além de portas e janelas de alumínio. O *Quonset Hut* foi a construção mais replicada, que se tem registros, na história da humanidade, foram feitos 170 mil exemplares (NOLLI et all, 2016).

No período Pós Segunda Guerra Mundial várias cidades estavam destruídas, com um número elevado de desabrigados, a demanda por abrigos temporários era alta e imediata. Por isso a partir desse momento, iniciou-se o desenvolvimento de projetos com soluções inovadoras que buscavam tornar mais eficiente a tipologia do abrigo móvel. Esses novos projetos usaram como diretrizes projetuais os princípios

aprendidos durante a Primeira Guerra: adaptabilidade ao terreno, flexibilidade de layout e uso, processo de montagem e transporte fácil, e fabricação replicável e barata (ANDERS, 2007).



Figura 7 Abrigo Quonset Hut.
Disponível em: www.militarytrader.com/military-vehicles-news

Esses princípios norteiam a produção de abrigos até hoje, tanto os abrigos espaciais da NASA (National Aeronautics and Space Administration) quanto os que se encontram na Antártida seguem essas diretrizes projetuais. Quanto mais fácil de montar e transportar e maior conforto térmico, mais eficiente se torna um abrigo. A exposição humana diante dessas condições adversas, exigem o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência que garantam a mobilidade e a adaptabilidade das pessoas de forma a não impedir o desenvolvimento de atividade nesses locais. (CARVALHO, 2015).

Desta forma, pode se concluir que apesar do abrigo temporário ter surgido junto com o nascimento das comunidades nômades, e por mais que a sociedade sedentária tenha predominado, abrigos móveis se desenvolveram paralelo a história da humanidade e até hoje eles são necessários para garantir a adaptabilidade do homem, frente as condições adversas. Portanto, ele ainda constitui uma estratégia de sobrevivência para as civilizações (SOARES, 2014).

3 INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

Esse item tem como objetivo compreender a realidade que a população de nômades urbanos vivencia, com o intuito de adequar o projeto a esses parâmetros, evitando desta forma um projeto utópico e ausente do seu contexto de atuação. Essa leitura da realidade será realizada por meio da identificação das principais políticas públicas e grupos de apoio com enfoque na população de estudo; uma análise dos censos realizados sobre essa população; e mapas temáticos.

3.1 POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

É importante compreender as políticas públicas vigentes para o grupo de estudo, pois elas impactam diretamente na realidade vivida por essas pessoas e nas formas de assistencialismo e inserção social. Por isso, esse item irá levantar as principais políticas vigentes no país, com enfoque na população de nômades urbanos.

A primeira política que reconheceu os nômades urbanos como pertencentes a população brasileira, foi a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR). Instituída em 2009, ela definiu a atenção a população no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Categorizando essas pessoas como em situação de risco e de vulnerabilidade social, principalmente por ter seus direitos violados frequentemente (SANTOS, 2013).

Compreender o conceito de vulnerabilidade possibilita entender a desigual exposição a esses fatores que as classes sociais mais baixas são submetidas.

“Um grupo vulnerável é aquele que, exposto a determinado fator de perigo, não pode antecipar, lidar com, resistir ou recuperar-se dos impactos disso derivados, situação que está associada a mudanças inesperadas do ambiente e rupturas nos sistemas de vida” (VALENCIO, 2008).

Portanto, considerando a definição de vulnerabilidade de Valencio, pode-se encaixar a População em Situação de Rua na mesma categoria das pessoas vítimas de desastres. Justamente por não conseguir responder rapidamente ou antecipar os fatores de perigo, eles pertencem ao segmento populacional em maior risco nas cidades (ANDERS, 2017). Apesar da semelhança na exposição dos riscos, a urgência com que a população dos nômades urbanos é tratada pelo poder público é bem menor, se comparada com a rapidez com que as vítimas de desastres naturais são acolhidas e realocadas para os centros comunitários ou lares temporários.

Essa diferença no atendimento, em parte se justifica na definição apresentada no item anterior de Castel, ou seja, as pessoas que sofreram com desastres, se encaixam na Zona de Vulnerabilidade, apresentando fragilidade nas relações, mas ainda mantendo o trabalho e os vínculos sociais. Enquanto os nômades urbanos, estão na Zona de Desfiliados e vivem um processo de completo isolamento social. Desta forma, o atendimento e acolhimento dessa população se torna mais complexo, pois é necessário reconstruir todos os vínculos para torná-la menos vulnerável antes de conseguir recolocá-la na sociedade (CASTEL apud FENATO, 2007).

A exposição a perigos é tão alta para os nômades urbanos, que são inúmeros os casos de violência e morte que afetam essa população. Abaixo estão algumas manchetes de casos de violência no Brasil, que aconteceram esse ano, apenas no mês de outubro contra essa população.

Morador de rua é morto a pauladas dentro de abrigo em Colatina, Noroeste do ES

O crime aconteceu dentro do Pop de Rua. Suspeito é outro morador de rua, que foi preso em flagrante.

Figura 8 Manchete sobre morte nômade urbano em abrigo coletivo.
Fonte: G1, 2017.

Morador de rua tem o corpo queimado enquanto dormia no centro do Recife

Vítima relatou à polícia que outro morador de rua teria ateado fogo devido a desavença. Caso ocorreu no bairro de Santo Amaro.

Figura 9 Manchete sobre caso de nômade urbano queimado vivo.
Fonte: G1, 2017.

Corpo de moradora de rua é achado com marcas de tiros em Copacabana

Figura 10 Manchete sobre a morte de nômade urbana.
Fonte: Folha de São Paulo, 2017.

14/10/2017 12h28 - Atualizado em 14/10/2017 12h28

Jovem é preso após pisotear e bater cabeça de morador de rua em muro

Agressor não explicou motivo da tentativa de homicídio

Figura 11 Manchete sobre agressão contra nômade urbano.
Fonte: TONHATI, 2017.

Morador de rua é esfaqueado na Boca Maldita

11/10/17 às 10:08 - Atualizado às 16:38 | Redação Bem Paraná

Comente: 0

Like 4

Twitter

G+

Partilhar 3

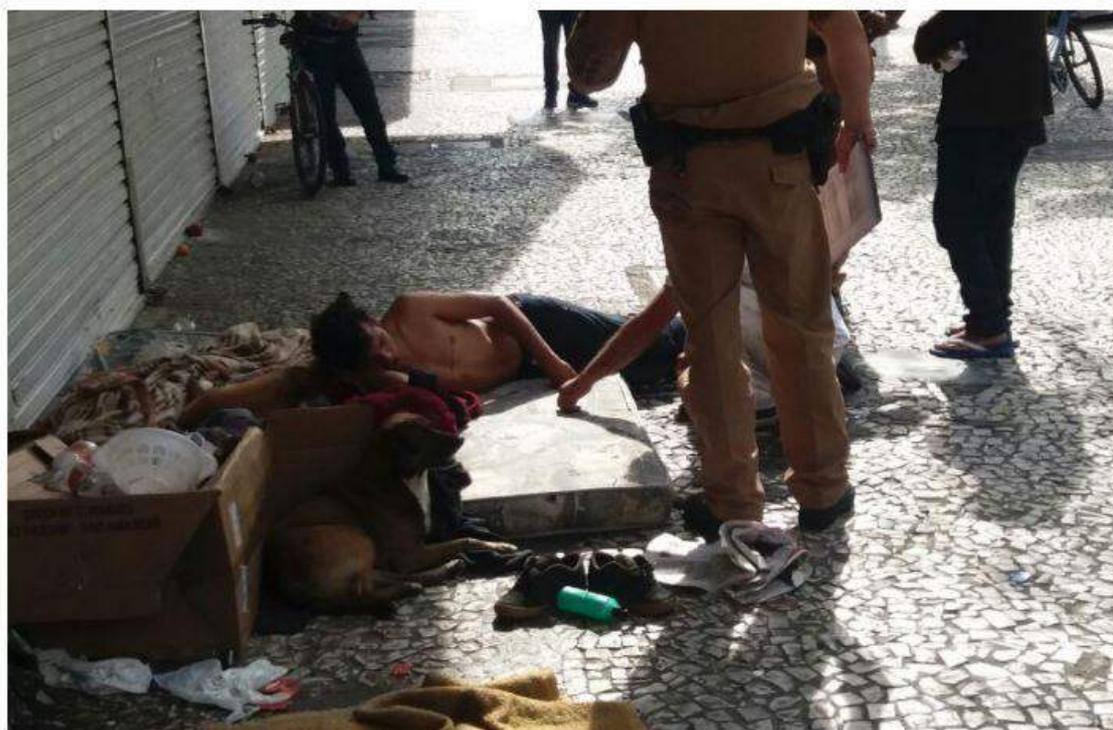


Figura 12 Manchete sobre esfaqueamento de nômade urbano em Curitiba.
Fonte: BEM PARANA, 2017.

Essas manchetes representam só algumas das diversas matérias que foram publicadas sobre esse assunto em outubro do ano passado. Esse grande volume de casos registrados apenas nesse mês, reforça o estado de vulnerabilidade da população de nômades urbanos, frente aos mais diversos tipos de violência física.

Uma análise mais detalhada das matérias, demonstrou uma falta de preocupação da sociedade formal, em específico da mídia, em registrar de forma coerente os acontecimentos. Todas as manchetes apresentadas, são casos que foram registrados nos jornais de forma sucinta, com poucas informações e ocupando uma média de três a quatro parágrafos nos veículos de informação, sempre com um enfoque maior no fenômeno dos nômades urbanos do que na vítima em si.

Esse tipo de registro não busca trazer qualquer questionamento sobre o fato, ou sobre os motivos que levaram a violência, momento em que os jornais e mostram falhos ao desempenhar seu papel social. Já que muitas vezes o único motivador da violência é ódio contra os nômades urbanos, que é incitado por preconceitos já comentados no item anterior.

A análise dessas matérias nos permite traçar um paralelo entre o fenômeno dos nômades urbanos com pensamento de Sennet sobre os corpos enfermos, ou seja, os problemas urbanos são reconhecidos como doenças crônicas da cidade que devem ser aceitos, sem a possibilidade de questionamento sobre outras formas de existência ou de mudança de realidade, tornando as pessoas passivas diante desses problemas (SENNET apud JAMESON, 2006)

A Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPSR), compreende essa vulnerabilidade durante a vivência nas ruas, e busca a reinserção social dos nômades urbanos como forma de reverter essa violência nas cidades. Para isso, ela institui princípios, diretrizes e estratégias que regularizam as ações voltadas para essa população no país, mas deixa sobre responsabilidade dos municípios a efetivação e desenvolvimentos das políticas públicas de atendimento (BRASIL, 2008).

O decreto propõe várias abordagens, formas de assistencialismo e ações para atingir esse objetivo. As estratégias são divididas em setores de: direitos humanos; trabalho e emprego; desenvolvimento urbano e habitação; assistência social; educação; segurança alimentar e nutricional; saúde e cultura.

Algumas das estratégias propostas, se mostram viáveis e tentam aproveitar programas federais que já estão em execução no país. Inclusive, alguns deles compreenderam os nômades urbanos como cidadãos brasileiros e passaram a incluí-los nos regulamentos, obrigando o atendimento desse grupo, como é o caso do Sistema Único de Saúde (SUS), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU),

Programa para Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Programa Bolsa Família (BRASIL, 2008).

A PNPSR também garante ao grupo o acesso à direitos trabalhistas e à aposentadoria, além de tentar facilitar a inclusão dessas pessoas em projetos habitacionais financiados pelo Governo Federal, como é o caso do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Benefício de Prestação Continuada (BPC) (BRASIL, 2008).

Apesar do decreto reforçar que os nômades urbanos são cidadãos brasileiros e, portanto, têm acesso a todos os serviços e direitos que são garantidos a essa população, os preconceitos sobre essas pessoas podem impedir o seu acesso aos serviços públicos. Muitas vezes os próprios funcionários das instituições não estão capacitados ou informados sobre o direito que eles possuem e negam o atendimento desse público. É possível comprovar isso, por meio das notícias abaixo.

Morador de rua espera mais de 4h por atendimento médico em Santarém

Homem ficou jogado na calçada à espera de socorro.
Moradores pretendiam levá-lo ao posto de saúde utilizando uma carroça.

Do G1 Santarém



Equipe do Samu realiza atendimento ao morador de rua, que agonizava por socorro (Foto: Karla Lima/G1)

Figura 13 Manchete sobre resgate de nômade urbano após 4 horas de espera.
Fonte: G1, 2017.

“Tive que entregar meu filho para uma desconhecida”

por Alice Maciel | 20 de julho de 2017

Moradoras de rua ou com histórico de uso de drogas têm seus bebês retirados ainda nas maternidades e entregues para adoção pela Justiça à revelia das mães

“Arruma as coisas do seu filho que o Conselho Tutelar está vindo buscar ele daqui a 30 minutos.” Era uma terça-feira, 26 de julho de 2016, 8 horas da manhã. Yanca Natalie de Miranda amamentava seu bebê na sala da Maternidade Hilda Brandão, da Santa Casa de Belo Horizonte, quando a assistente social do hospital lhe comunicou que seu filho seria levado para um abrigo. Durante os 19 dias que ela e o bebê estiveram internados, ninguém conversou sobre o assunto. “Do dia que meu filho nasceu, 7 de julho, até o dia 26 de julho, não me falaram nada que o Conselho Tutelar ia lá, que isso podia acontecer. Disseram apenas que eu ia passar uns dias no hospital em observação porque estava escrito no meu cartão de pré-natal que eu era usuária de drogas”, relatou a jovem de 21 anos, que, desde então, luta para ter sua criança de volta. “Eu sempre tive vontade de ser mãe. Se for preciso eu lutar dia e noite, eu luto dia e noite para ter o meu filho do meu lado”, diz Yanca.

Figura 14 Manchete de mãe obrigada a entregar o filho para o Conselho Tutelar.
Disponível em: www.apublica.org/2017/07/tive-que-entregar-meu-filho-para-uma-desconhecida/

Morador de rua é solto após passar 3 anos preso por um crime que não cometeu

Júnior Gomes foi acusado por homicídio qualificado com omissão de cadáver e preso na cadeia pública de Juazeiro do Norte

Figura 15 Manchete sobre prisão injusta.
Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/morador-de-rua-e-solto-apos-passar-3-anos-presos-por-um-crime-que-nao-cometeu/>

Morador de rua é impedido de fazer matrícula por falta de documento

Ele tenta há 19 anos passar no vestibular e foi aprovado pela primeira vez. Universidade afirma que não pode abrir exceções.

Figura 16 Manchete sobre nômade urbano que teve sua matrícula negada em universidade.
Disponível em: g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL985071-5604,00-MORADOR+DE+RUA+E+IMPEDIDO+DE+FAZER+MATRICULA+POR+FALTA+DE+DOCUMENTO

Guardas-civis tentam barrar distribuição de sopa na Cracolândia

A denúncia foi feita pelo padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua

Figura 17 Manchete sobre ação policial em São Paulo. Disponível em: exame.abril.com.br/brasil/guardas-civis-tentam-barrar-distribuicao-de-sopa-na-cracolandia/

Ministério Público investiga denúncia de internação forçada na Cracolândia

Usuário de álcool, professor solicitou vaga em albergue, mas foi levado para hospital

Figura 18 Manchete sobre internação forçada de um nômade urbano. Disponível em: noticias.r7.com/sao-paulo/ministerio-publico-investiga-denuncia-de-internacao-forcada-na-cracolandia-30062017

Essas matérias representam algumas situações em que os nômades urbanos tiveram os seus direitos feridos. É importante ressaltar que essas foram algumas das histórias registradas pela mídia, mas que situações de supressão de direitos são comuns a realidade das pessoas que vivem nas ruas. Todas as matérias apresentadas, foram escritas depois que a PNPSR foi instituída, inclusive todas são do mês de outubro de 2017. Isso demonstra que o preconceito e a desigualdade sobre esse grupo ainda estão presentes no país. Mesmo assim, em alguns casos ainda é possível ver uma sensibilização de parte da população formal em relação a esse grupo. Essa sutil sensibilização da sociedade gera um sentimento de revolta e de questionamentos que acabam auxiliando a promoção dos direitos dos nômades urbanos.

3.1.1 ABRIGOS COLETIVOS

Hoje no Brasil, existe um senso comum de que a albergagem é a solução para o fenômeno de nômades urbanos. Essa estratégia é reforçada e incentivada pela PNPSR, como forma de proteção e acolhimento da população, garantindo assim segurança em relação aos perigos que a rua oferece.

Seguindo esse pensamento, o decreto prevê um processo de reorganização dos serviços de acolhimento institucional, objetivo que se torna um desafio no sentido que o decreto de lei propõe uma promoção dos direitos desses indivíduos ao mesmo tempo que opera de forma a tentar controlá-los e normatizá-los (BRASIL, 2008). Por exemplo, quando um usuário não segue as normas instituídas pelas políticas, esse desvio de conduta é penalizado por meio do desligamento dos serviços de assistencialismo.

Essa estratégia não é única para a PNPSR, em geral as Políticas de Assistência Social no Brasil, com finalidade de proteger as pessoas em situação de pobreza, tendem a criar mecanismos de controle que facilitam o gerenciamento dos equipamentos de assistência pública. Desta forma, com um discurso de garantir os direitos das populações mais vulneráveis, as políticas tendem a capturar os indivíduos e a moldá-los dentro dos padrões normativos da sociedade formal. Esse processo é feito por meio de regras rígidas e pré-estabelecidas, que não se adequam as individualidades das pessoas abordadas por elas e por isso, na maioria das vezes não são aceitas pelos usuários. (SANTOS, 2013).

Como comentado no item anterior, os nômades urbanos são sujeitos singulares, ou seja, cada indivíduo que pertence a esse grupo possui uma história de vida que o levou a habitar a rua, além de objetivos e realidades próprias. Por esse motivo, é importante percebê-los como tal, sendo difícil tratar a população de forma homogênea, já que quando essa população tem suas perspectivas frustradas, ela tende a se distanciar dos órgãos de assistencialismo e conseqüentemente das políticas públicas (FRANGELLA, 2009).

O decreto de lei considera essa individualidade dos nômades urbanos, tanto que ele propõe a estruturação da rede de acolhida considerando a heterogeneidade e diversidade que abarcam essa população. No ano de criação da lei, até foi realizado um censo demográfico específico para nômades urbanos, com o objetivo de compreender melhor as singularidades que existem nesse grupo. Mesmo a definição de nômade urbano feita pelo documento considera essa diversidade; "...grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema..." (BRASIL, 2008).

É função do Estado prover abrigo para todos os cidadãos brasileiros, isso torna o governo responsável por procurar soluções para os casos crescentes de população sem habitação nos centros urbanos, que deveriam seguir as diretrizes da PNPSR (CARVALHO, 2015). Mas no momento da efetivação das políticas públicas por parte dos municípios, ainda se percebe um processo de albergagem deficiente, homogeneizador e sem visão das peculiaridades de cada pessoa desse grupo.

Dentro desse contexto municipal, a população de nômades urbanos só recebe assistência pública caso declare-se desabrigada, ou seja, declarar-se uma pessoa que perdeu sua habitação e que necessita de abrigo provido pelo Sistema, pois não possui bens materiais ou relações sociais (parentes ou amigos) que possam lhe dar suporte. Depois que é feita essa declaração o indivíduo passa a ser visto como um desqualificado sem direitos de cidadania, já que não possui bens ou relações, o termo desabrigado torna-se, portanto, estigmatizante. Qualquer ajuda externa pública ou privada passa a ser vista como fruto de bondade e o desabrigado, além de ter que receber com gratidão qualquer ajuda mínima que lhe é oferecida, deve aceitar a retirada a qualquer momento do abrigo provisório e/ou a interrupção no fornecimento de provisões para sobrevivência (VALENCIO, 2008).

As pessoas que passam por essa situação, de perda de sua moradia, voltam a ter uma relação primitiva com o abrigo, semelhante a existente no tempo dos primeiros hominídeos. O abrigo passa a exercer um papel de elemento primordial de proteção, ele torna-se a divisão entre o interior e o exterior, o público e privado, além de criar o único espaço de descanso, isolamento e proteção dentro do cotidiano dessas pessoas, entretanto essa ideia de proteção que o abrigo deveria fornecer se perde devido a forma como a relação com o abrigo coletivo se desenvolve, o estado de desumanização dessas pessoas tende a piorar, dificultando a reabilitação e promoção social (CARVALHO, 2015).

Ao chegar a uma instituição de acolhimento, os nômades urbanos são obrigados a seguir regras, rotinas e horários pré-estabelecidas no abrigo. Um exemplo é o próprio local de pernoite, o gestor do abrigo é quem define o local de dormitório, que deve ser aceito pelo abrigado, mesmo que isso signifique dormir próximo a pessoas desconhecidas. Essas ações geram um estado de insegurança e de alerta constante, que se torna permanente durante todo o período em que essas pessoas ficarem no abrigo (ANDERS, 2017).

O grande problema dessas regras pré-estabelecidas é que normalmente elas quebram os hábitos rotineiros a essas pessoas, que foram desenvolvidos justamente durante a vivência na rua. Essas normas além de opressoras, muitas vezes não tem sentido algum para os abrigados. Até mesmo as regras de convivência e os papéis desempenhados por cada indivíduo dentro do abrigo acabam sendo ditadas pelo gestor. Isso só atrapalha a recomposição de significados e rotina que são necessários a mente humana, principalmente durante um processo de ressignificação da realidade, e é justamente essa desritualização que faz a mente humana transformar um acontecimento ruim em uma catástrofe. (VALENCIO, 2008).

Como é possível ver na Figura 19, não existe privacidade nos abrigos e isso só piora o cenário de desumanização, pois a pessoas se colocam em constante estado de alerta e ansiedade, dificilmente tendo condições de descanso. Esse tempo prolongado de alerta cria uma insatisfação frequente dos abrigados em relação a ausência de individualidade e as normas impostas pela administração do abrigo, tornando os conflitos com os gestores e até mesmo entre os próprios abrigados inevitável. Por causa desses conflitos a população residente no abrigo coletivo passa ser vista como indolente e o local como de difícil administração (VALENCIO, 2008).



Figura 19 Abrigo Rio Acolhedor, na Zona Oeste, estaria recebendo 600 pessoas, 200 além da sua capacidade. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-05-14/morador-de-rua-faz-motim-em-abrigo-da-prefeitura-na-zona-oeste.html>

Portanto a política de albergagem coletiva pode ser entendida como uma biopolítica³, pois ao mesmo tempo em que ela tenta garantir os direitos e a proteção da população atendida ela também tenta disciplinar e controlar os indivíduos atendidos, com o objetivo de diminuir os riscos que esse segmento populacional representa para a ordem local (SANTOS, 2013).

No abrigo coletivo, é garantido ao usuário direito à alimentação, higienização pessoal e espaço para descanso. Em contrapartida, os gestores exigem que as regras locais sejam seguidas, como por exemplo: 1) realizar higiene pessoal; 2) contribuir com a limpeza dos espaços; 3) tratar com respeito os profissionais e os usuário do local; 4) alimentar-se nos horários estabelecidos; 5) não usar álcool ou drogas; 6) não agredir verbalmente ou fisicamente; 7) andar sempre com roupas íntimas; 8) se retirar do abrigo sempre que os gestores solicitarem. Se o nômade urbano possui algum desvio de conduta ou não segue as normas pré-estabelecidas, automaticamente ele é punido por meio do desligamento do serviço ou expulsão temporária do abrigo (SANTOS, 2013).

Portanto, é possível observar nos abrigos coletivos um exercício de controle social e de poder disciplinar por parte da instituição pública. Processos que constroem relações de poder e resistência, ao mesmo tempo que buscam garantir os direitos sociais e promover a cidadania dessas pessoas. Por mais que deficiente, o acolhimento coletivo produz também um processo de promoção de cidadania, servindo como fonte de recurso e de oportunidade para mudança de realidade, minimizando o sofrimento e servindo como mediador na formação de relações sociais. É importante entender que, ao recorrer ao albergue o indivíduo está utilizando a última esperança existente no poder público, servindo como último recurso disponível, já que ao recorrer ao acolhimento ele compreende-se como um problema para o meio envolvente. Além disso, a albergagem funciona como formadora de opinião pública sobre o grupo, melhorando a imagem da população formal das cidades sobre esse grupo, já que nesse caso os indivíduos abrigados estão, teoricamente, buscando uma mudança de realidade. (FRANGELLA, 2009).

³ Biopolítica é o termo utilizado por Michel Foucault para designar a forma na qual o poder tende a se modificar no final do século XIX e início do século XX. As práticas disciplinares utilizadas antes visavam governar o indivíduo. A biopolítica é a prática de biopoderes locais. No biopoder, a população é tanto alvo como instrumento de uma relação de poder.

No entanto, é notável que mesmo com a existência de abrigos coletivos, a busca por soluções alternativas de auto moradia permanecem, comprovando a insatisfação dos nômades urbanos com essa forma de abrigo e a ausência de auxílio que o meio envolvente oferece para essas pessoas. O abrigo coletivo funciona na mente do abrigado como espaço de confinamento, que não possibilita a liberdade de expressão espacial e o uso das normas construídas na rua, funcionando melhor para os nômades urbanos que acabaram de ingressar a vivência na rua (VALENCIO, 2008).

Desta forma, o abrigo coletivo acontece como se fosse um campo de refugiados e adquirindo uma perspectiva higienista, já que ele é desenvolvido com objetivo de confinamento, sem se ater muito a privacidade e a dignidade humana. Para o nômade urbano, o abrigo é quase como uma morte social uma desistência de luta, já que ao habitar esse local ele se torna invisível para a população formal e deixa de lado a sua errância e as relações construídas na rua (FRANGELLA, 2009).

3.2 NÔMADES URBANOS NO BRASIL

O presente documento tem como objetivo desenvolver um abrigo itinerante que possa ser aplicado em diversas cidades brasileiras, por isso é importante compreender o perfil da população de nômades urbanos no país. Com esse enfoque, a seguir será apresentado alguns dados e análises sobre o grupo de estudo.

Apesar da população de nômades urbanos estar presente na sociedade brasileira desde da formação das primeiras cidades, durante muito tempo ela não era incluída nos censos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), principalmente devido à ausência de um endereço fixo de moradia, já que o levantamento geral da população é feito por domicílio, e o nômade urbano é marcado pela ausência do mesmo (CARVALHO, 2015).

No ano de 2008 se realizou o primeiro censo específico para essa população, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e o Combate à Fome e executado pela META (Instituto de Pesquisa de Opinião). O censo partiu da premissa que existe uma tendência maior de concentração de nômades urbanos em municípios mais populosos, e por isso definiu como universo de pesquisa, municípios com população igual ou superior a 300.000 habitantes, totalizando um universo de 71 municípios (BRASIL, 2008).

Foram identificadas 31.922 pessoas (maiores de 18 anos) em situação de rua. E estimou-se para o país uma população de 50.000 pessoas em situação de rua nas cidades com mais de 300.000 habitantes. Representando 0,061% da população nessas cidades (BRASIL, 2008). Apesar de representar menos 1% da população do país, é importante compreender que essas pessoas estão vivendo em situação de vulnerabilidade, e como comentado no item anterior, estão constantemente sujeitas a exposição de violência e intempéries do tempo, sendo considerada a população em maior risco nas cidades. E por esse motivo, um projeto de pequena escala, que pudesse ser replicado em várias cidades e em diversas situações, auxiliaria a sobrevivência dessas pessoas dentro do contexto urbano.

A seguir serão apresentados alguns dados, levantados nesse censo de 2008 que irão auxiliar na compreensão do perfil populacional de nômades urbanos no país. Em paralelo também serão apresentados dados do censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE sobre a população brasileira em geral, para auxiliar na compreensão das informações. Foi selecionado o censo demográfico de 2010, pois estes são os dados oficiais, sobre a população brasileira, mais próximos historicamente do censo realizado com população de nômades urbanos.

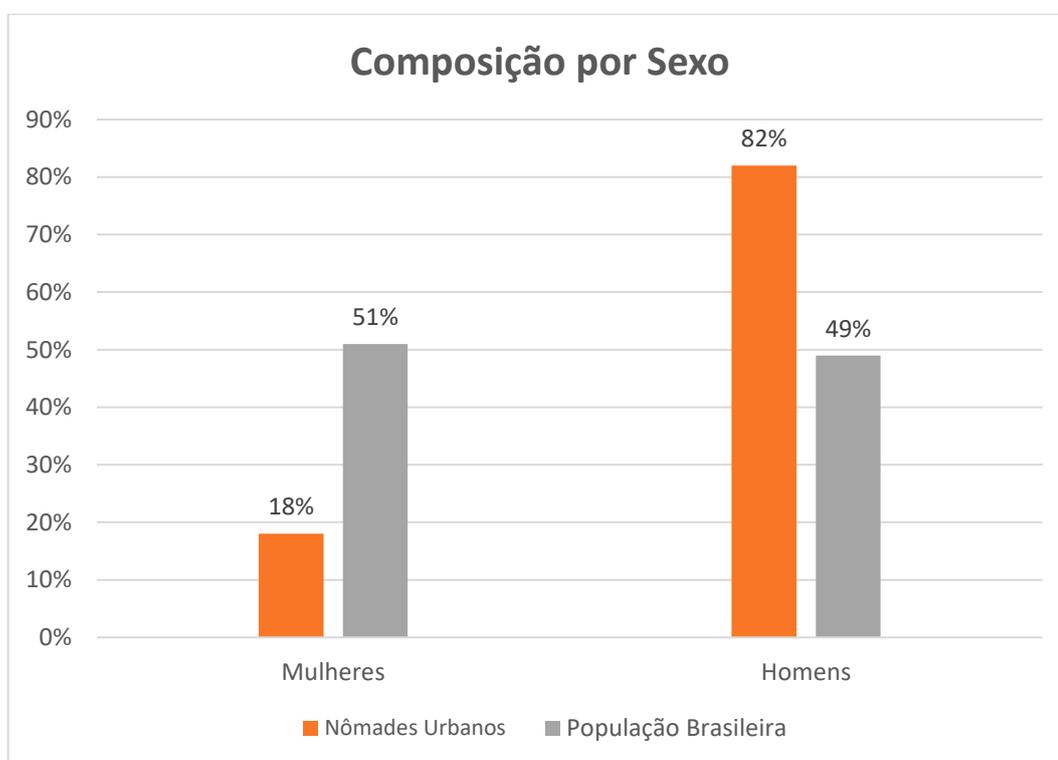


Gráfico 1 Composição por sexo dos nômades urbanos brasileiros.
Fonte de dados: META, 2012 e IBGE, 2010. Elaboração: a autora.

Como é possível observar no Gráfico 1, a maior parte da população de nômades urbanos é composta por pessoas do sexo masculino, além disso o censo também constatou que mais da metade encontra-se nas faixas etárias entre 25 e 44 anos (53% dos entrevistados). A pesquisa não levantou o gênero e a opção sexual dos nômades urbanos, ponto em que ela foi falha, já que esse fator é importante para momento de abordagem e acolhimento dessas pessoas em instituições de albergagem (BRASIL, 2008).

Apesar das mulheres serem minoria entre os nômades urbanos, a proporção de mulheres na rua ainda é alarmante. Bega considera que nas ruas elas são bem mais vulneráveis e possuem maior risco de sofrerem violência do que os homens. Para ela, a mulher em situação de rua, na escala social, está muito abaixo do homem em situação de rua. Por isso, geralmente elas utilizam todos os recursos e estratégias possíveis antes de habitar a rua, recorrendo até mesmo a prostituição, pois a partir do momento em que elas adquirem a vivência nas ruas, se tornam pessoas pertencentes as escalas sociais mais baixas das cidades (BEGA apud GAZETA DO POVO, 2016).

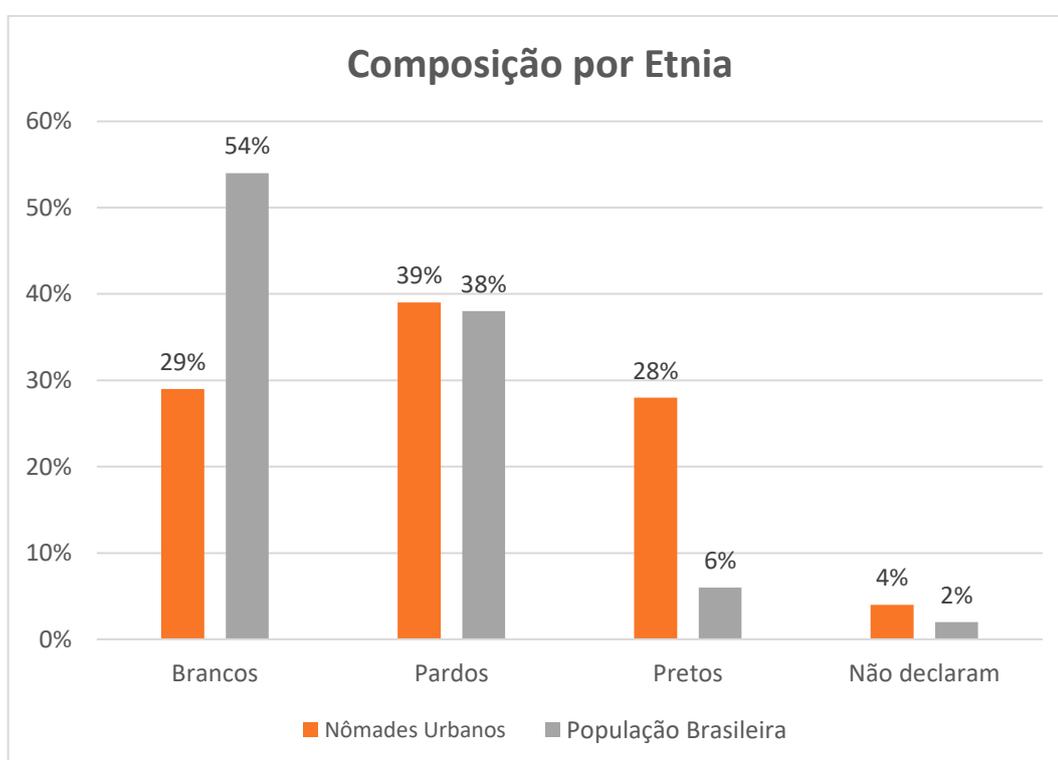


Gráfico 2 Composição por etnia dos nômades urbanos brasileiros.
Fonte de dados: META, 2012 e IBGE, 2010. Elaboração: a autora.

Em relação a etnia, conforme o Gráfico 2, a população segue o padrão parecido com o restante da população brasileira. Enquanto 39,1% da população

entrevistada se declara parda, no conjunto da população brasileira essa porcentagem é de 38,4%. Em relação a brancos a proporção é mais destoante, 53,7% da população brasileira se declara branca, enquanto na população de estudo ela representa apenas 29,5%. Essa diferença é compensada na proporção de pessoas que se declaram pretas, na população brasileira essa proporção é de 6,2% e na população de estudo, 27,9%. Isso significa que 67,0% da população de nômades urbanos se declara negra (somatória de pardos e pretos), demonstrando a desigualdade social que existe no país em relação a etnia (BRASIL, 2008).

Outro fator relevante para análise é o grau de escolaridade, a grande maioria não estuda no momento (98%) e 63,5% não concluiu o primeiro grau, além disso 17,1% não são alfabetizados e 8,3% só sabem assinar o próprio nome. Esses fatores além de indicar uma dificuldade no acesso à educação, também demarca como a falta de escolaridade é decisiva no perfil da população de estudo, já que ela dificulta uma mudança de realidade para essas pessoas (META, 2012).

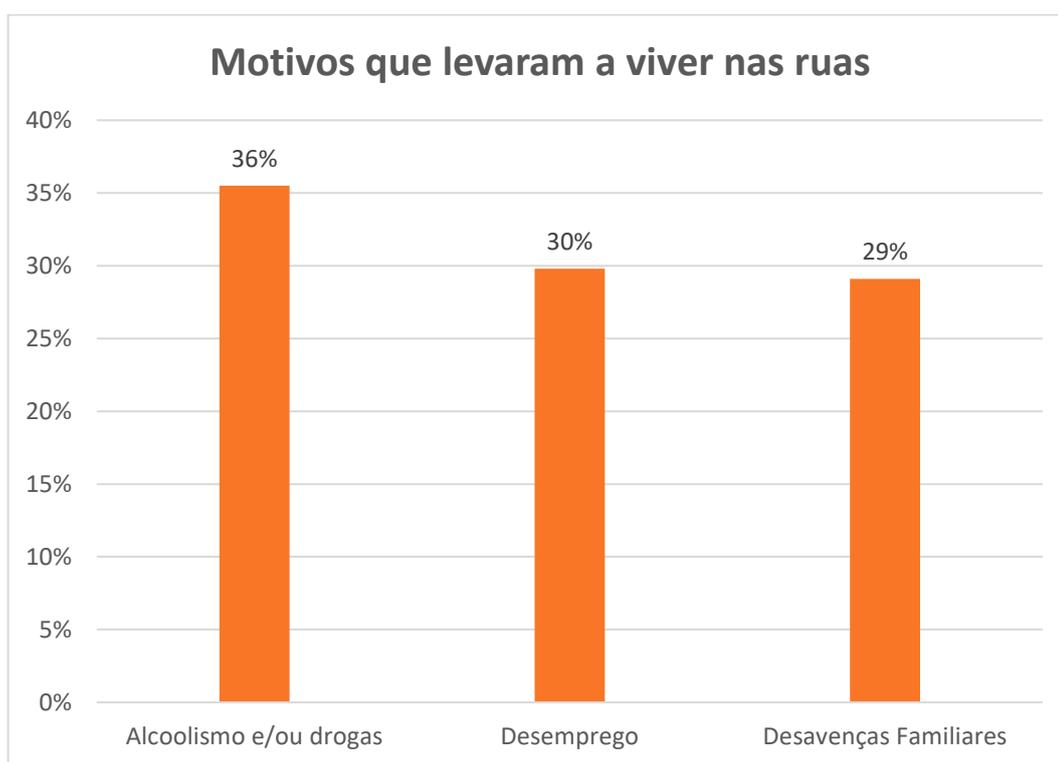


Gráfico 3 Motivos que levaram a vivência nas ruas brasileiras.
Fonte de dados: META, 2012. Elaboração: a autora.

Analisando os motivos que levam uma pessoa a viver na rua, é possível observar que por mais que o alcoolismo e/ou uso de drogas sejam maioria, o desemprego e as desavenças familiares são significativos. Portanto, o Gráfico 3

apresenta dados divergentes do senso comum da população formal, por mais que a maioria dos nômades urbanos tenha chego na sua vivência nas ruas por motivos de alcoolismo e/ou drogas, outros fatores também são relevantes para o grupo, como o caso de desemprego e desavenças familiares. É importante ressaltar que 71% dos entrevistados demonstraram mais de um motivo, isso significa que esses três fatores estão relacionados como motivadores para que as pessoas vivam nas ruas.

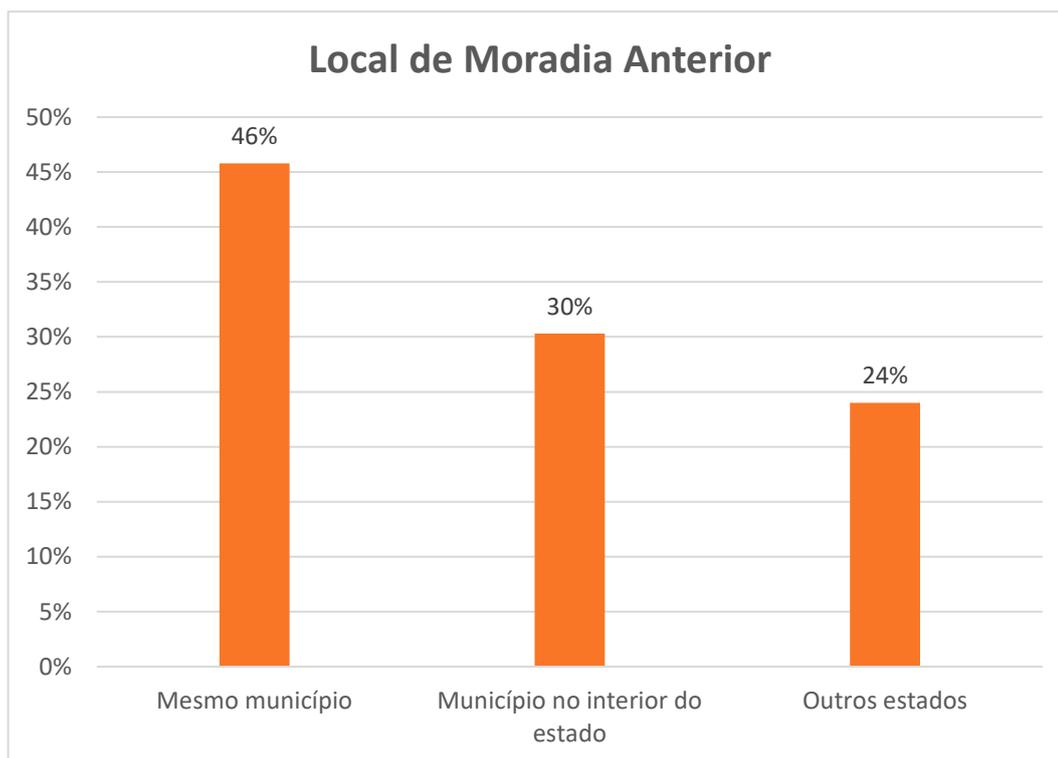


Gráfico 4 Local de moradia anterior a vivência nas ruas brasileiras.
Fonte de dados: META, 2012. Elaboração: a autora.

O resultado do Gráfico 4 também foge do senso comum, a ideia de que a maioria dos nômades urbanos são originários de outras cidades e buscam os grandes centros urbanos para sobrevivência não se valida, dado que a maioria já vivia no município antes de adotar a vivência nas ruas e 76% moravam no mesmo estado. Isso demonstra que promover o retorno dos nômades urbanos para os seus municípios de origem, por mais que seja um mitigador da situação, não é uma estratégia que irá resolver o fenômeno a longo prazo.

Dentro do universo de entrevistados, a maioria possuía parentes na cidade em que habitavam (51,9%), mas destes 38,9% não mantinham contato com essas pessoas e 14,5% mantinham contato em períodos espaçados e apenas 34,3% mantinham um contato mais frequente (diários, semanais ou mensais). Esses dados

são interessantes, pois demonstram que nem todos os nômades urbanos encontram-se em situação de desfiliação social, já que possuem contato social com pessoas que participam da sociedade formal.

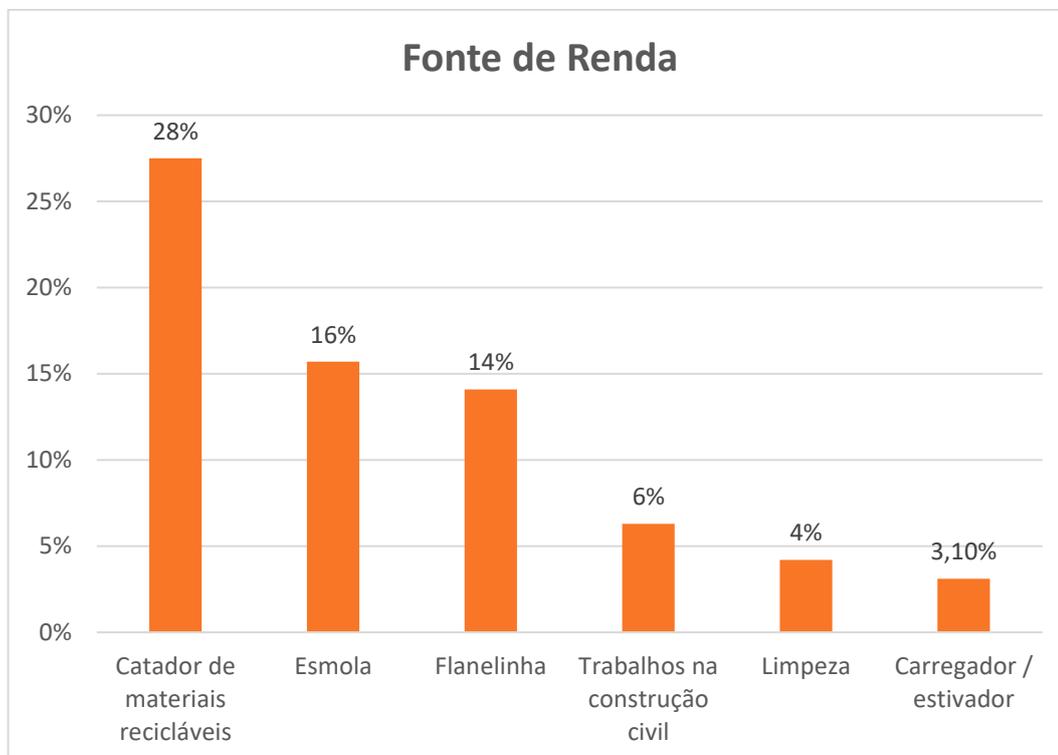


Gráfico 5 Fontes de renda dos nômades urbanos brasileiros.
Fonte de dados: META, 2012. Elaboração: a autora

Outro dado que corrobora com essa ideia é a fonte de renda, a maioria (70,9%) exercem alguma atividade remunerada. E novamente, divergindo do senso comum, apenas 15,7% pedem dinheiro como principal forma para sobrevivência, fugindo da ideia de que os nômades urbanos não trabalham e que vivem da mendicância. Portanto essas pessoas que possuem um trabalho, mesmo que não seja formal, não podem ser classificadas como desfiliações, mas sim como em situação de vulnerabilidade.

Quando uma pessoa se encontra em estado de vulnerabilidade, torna-se muito mais fácil para ela se reinserir socialmente se comparado com um caso de desfiliação social. Isso acontece, pois os vínculos sociais, por mais que fragilizados ainda persistem nos casos de vulnerabilidade, enquanto a pessoa que está em zona de desfiliação social possui a reinserção social como um objetivo na sua trajetória, já que todas as interações sociais se tornam dispensáveis.

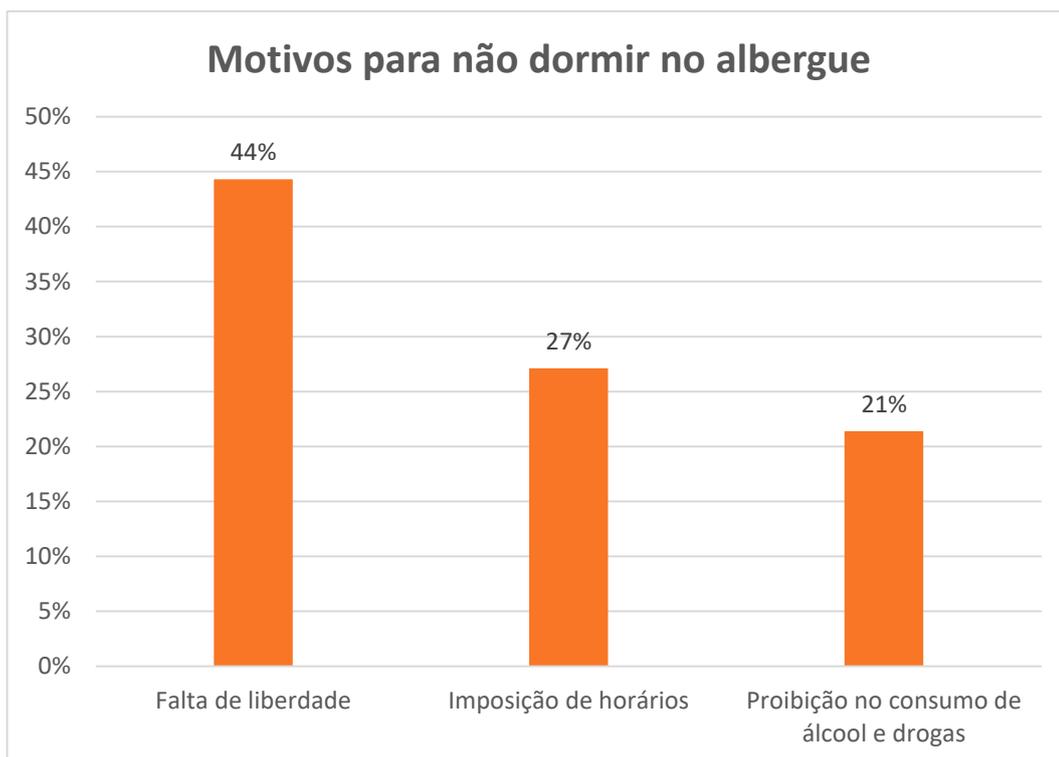


Gráfico 6 Motivos para os nômades urbanos não pernoitarem nos albergues.
Fonte de dados: META, 2012. Elaboração: a autora

Em relação ao local de preferência para pernoite, 46,5% afirmaram que preferem dormir nas ruas e 43,8% prefere dormir em albergues. Apesar da diferença não ser grande, o fato de mais pessoas preferirem por enfrentar os riscos da rua a dormir em um albergue é um dado alarmante. Já que o mesmo deveria garantir segurança e ser um incentivo para que os nômades urbanos não permanecessem nas ruas.

Dos entrevistados que costumavam dormir na rua, 27,1% prefeririam dormir em albergues e desses, 20,7% apontaram a falta de vagas como justificativa para o fato de não o fazer. O Gráfico 6, mostra as principais razões que levam as pessoas a optarem por pernoitar na rua. É importante ressaltar que a imposição de horários e a proibição no consumo de álcool e drogas, não deixam de ser fatores de impedimento de liberdade. Portanto a falta de liberdade é o principal fator (se não o único) que leva as pessoas a dormirem nas ruas e não nos albergues.

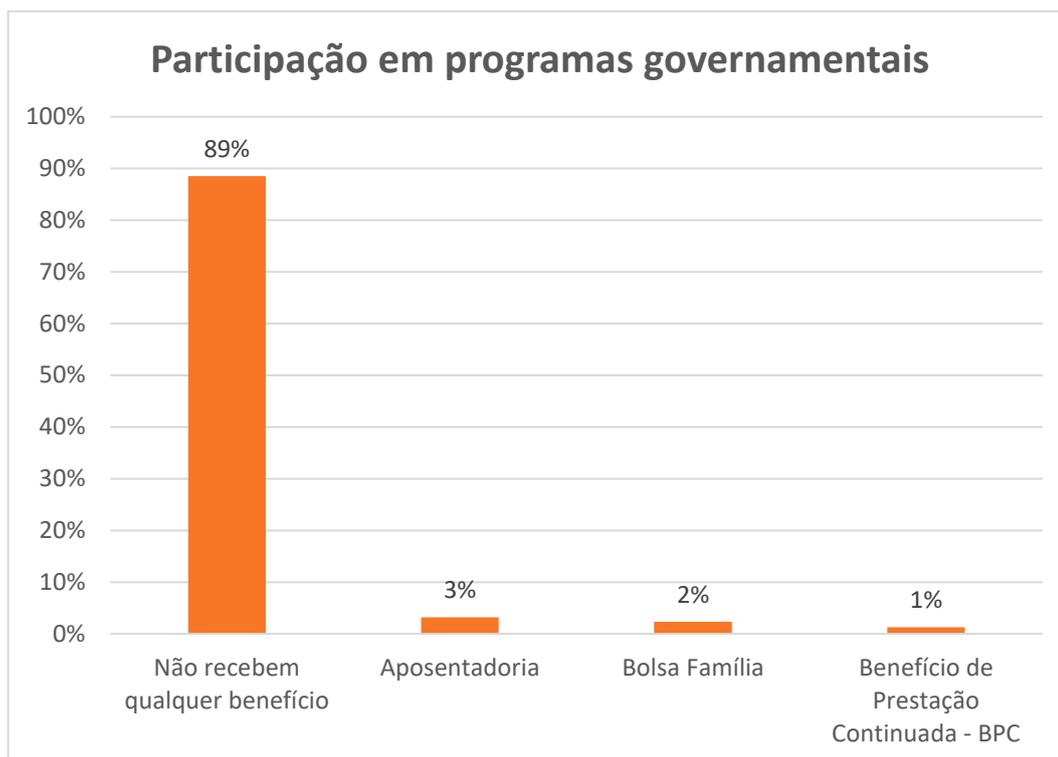


Gráfico 7 Nômades urbanos brasileiros que recebem auxílio governamental.
Fonte de dados: META, 2012.

O Gráfico 7 retrata que a maior parte da população de estudo não recebe auxílio dos programas governamentais, fator preocupante já que, como foi apontado nos itens anteriores, essa é a população em maior vulnerabilidade nos centros urbanos e vive em estado emergencial. Esses dados só demonstram a invisibilidade desse grupo nas políticas públicas.

Outros fatores que são relevantes para esse estudo é a taxa de discriminação, 54,5% dos entrevistados afirmaram que já sofreram com alguma forma de discriminação ou impedimento de permanência em estabelecimentos comerciais, transporte público, órgãos públicos ou ao tentar usufruir de serviços ou realizar atividades, como receber atendimento na rede pública de saúde ou obter documentos pessoais. Esse tipo de discriminação, afeta diretamente o acesso aos serviços públicos e aos direitos que todos os cidadãos brasileiros, inclusive aos nômades urbanos deveriam possuir.

Pode-se concluir, de forma generalizada, que o grupo de nômades urbanos brasileiros é composto em sua maioria, por homens negros, em idade ativa que desenvolvem algum tipo de atividade remunerada, com vínculos familiares fragilizados e que possuem preferência por pernoitar nas ruas. Vale ressaltar, que essa pesquisa

foi realizada em 2008, antes da instituição da PNPSR e, portanto, o perfil da população pode ter mudado no decorrer desses 10 anos, mas para fins de análise, esse será o perfil adotado por esse documento, considerando que os dados apresentados são os mais atualizados sobre a população de estudo.

3.3 O CASO DE CURITIBA

O objetivo desse documento é o desenvolvimento de um projeto de abrigo individual para nômades urbanos que possa ser aplicado em várias cidades brasileiras. Por esse motivo, não é possível delimitar um terreno ou uma área fixa de estudo. Entretanto, devido a facilidade de análise e acesso aos dados de Curitiba, além de ser o atual local de moradia da autora, optou-se por essa cidade. A capital irá servir como área de estudo inicial e como modelo de intervenção para futuras propostas de implantação do projeto. As especificidades identificadas serão categorizadas ao longo do desenvolvimento do trabalho, inclusive na etapa do TCC2, com vistas a propor adaptações ao contexto curitibano.

Portanto, esse item irá aprofundar-se à realidade da população de nômades urbanos em Curitiba. A metodologia adotada, traça um perfil da cidade por meio de dados oficiais da prefeitura e levantamento físico da área central, que abriga a maior concentração da população de estudo.

3.3.1 *POLÍTICAS CURITIBANAS*

A cidade de Curitiba, possui aproximadamente 1,893 milhões de habitantes, sendo a mais populosa do sul do país (IBGE, 2016). A capital possui um clima temperado com grandes amplitudes térmicas, registrando no inverno temperaturas abaixo de 0°C e no verão acima de 30°C. Devido as influências de massas de ar seco, a geada é um fenômeno comum na região. Além disso, a cidade não possui estação seca e registra durante todo o ano altos níveis de precipitação, permitindo que em momentos de baixas temperaturas ocorram fenômenos meteorológicos de hibernais como, chuva congelada e neve (INMET, 2016).

Todos esses elementos climáticos dificultam a sobrevivência nas ruas Curitiba e aumentam o risco de morte, principalmente por hipotermia. Sendo de extrema importância para a capital pensar em políticas públicas para proteger a sua população nos períodos de inverno. Tanto que a cidade foi uma das primeiras capitais do país a

aderir a PNPSR, iniciando em 2013, uma série de mudanças no atendimento à população de nômades urbanos.

Hoje, o órgão na cidade destinado a cuidar da população de estudo, é a Fundação de Ação Social (FAS). Apesar de ter enfoque em pessoas em situação de risco ou de vulnerabilidade social, ela é a responsável por toda a assistência social que ocorre em Curitiba (FAS, 2017).

Com objetivo de adequar as políticas municipais as diretrizes da PNPSR, foi realizado um reordenamento de todos os serviços dedicados a população de nômades urbanos ao mesmo tempo em que se realizou a ampliação no número de vagas em albergues. Segundo a FAS antes de 2013 era possível acolher 600 pessoas e hoje esse número é 1.115 pessoas (FAS, 2016).

Durante esse processo, em 2014, a Central de Resgate Social foi desativada, que era a única instituição que realizava albergagem na cidade. Funcionava no bairro centro e abrigava em torno de 250 pessoas. Reunindo em um mesmo espaço, homens, mulheres, migrantes, idosos, indígenas, crianças e adolescentes. A FAS afirmou que o risco de violência entre abrigados era muito grande, devido a diversidade de pessoas em um mesmo espaço, e além disso o prédio que recebia o equipamento não seguia as atuais normas do Corpo de Bombeiros. Portanto a prefeitura não viu vantagens em manter o funcionamento do abrigo (FAS, 2016).

Após o fechamento da Central de Resgate Social, a FAS preocupou-se em criar unidades de acolhimento, espalhadas na cidade e especializadas para cada grupo e buscou desenvolver um atendimento personalizado e continuado, de forma a realizar um acompanhamento constante dos nômades urbanos, com o objetivo de promover a saída dessa população das ruas (FAS, 2016).

Hoje existem dois níveis de trabalho dentro da Fundação: o básico, que atua com a prevenção e a educação; e o especial, que cuida das pessoas que já estão vulneráveis. A FAS desenvolveu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que por meio dos Serviços de Proteção Social Especial, geram segurança a populações em situação de risco pessoal e social (FAS, 2017).

Portanto, o SUAS é quem organiza todo o acolhimento da população em situação de risco na cidade. Pessoas que foram vítimas de violência e tiveram seus

direitos violados ou ameaçados por motivo de abandono, maus tratos, negligência, ou outros, com quebra ou suspensão momentânea do vínculo familiar e comunitário, possuem o direito à acolhimento em tempo integral nas instituições (FAS, 2017).

As pessoas que não se enquadram nesses perfis podem procurar abrigo temporário em instituições que funcionam em tempo parcial ou integral. Nomeadas de Unidade de Acolhimento Institucional (UAI) ou Casas de Acolhida, elas fornecem: alimentação, banheiro, guarda-pertences, lavanderia, refeitório e dormitório, além de atendimento social e de saúde. Por mais que, algumas unidades funcionem em tempo integral, o acolhimento ocorre apenas no período noturno, já que a população é recebida em geral às 18 horas e as atividades são encerradas às 7 horas. Além disso, todos os dias os abrigados devem dar entrada no equipamento, antes do horário de abertura e mesmo assim não existe a garantia de vaga (FAS, 2017).

Também foi desenvolvido na capital, os Centros Pop. Eles funcionam nos contra turnos das UAI (das 8 às 17 horas), muitas vezes utilizando a mesma estrutura. Esse tipo de equipamento realiza atendimento social aos nômades urbanos, ou seja, oferecem atividades sócio educativas, alimentação e encaminhamento a abrigos e a outros serviços, como assistência de saúde (FAS, 2017).

Com objetivo de compreender a abrangência desse sistema e os locais de atendimento, foi realizado um levantamento de todas os equipamentos públicos que realizam albergagem na cidade. Buscou-se identificar o tipo de público atendido e a capacidade de acolhimento, todas as informações foram recolhidas no site da FAS e foram organizadas em duas tabelas (FAS, 2016).

Alguns dos equipamentos apresentados na Tabela 1, fazem o acolhimento integral da população. Como comentado anteriormente, o público alvo desses lugares são pessoas vítimas ou em ameaça de violência. As instituições que realizam esse tipo de acolhida são: (1) Unidade de Acolhimento Institucional Mais Viver, destinado a pessoas em situação de risco pessoal e/ou social que possuem comprometimento físico ou mental; (5) Casa de Maria, destinada a mulheres com ou sem filhos que sofreram violência doméstica; (7) Unidade de Acolhimento Institucional Solar do Idoso, destinado a idosos que não possuem mais condições de se sustentar e nem possuem auxílio ou contato com familiares (FAS, 2017).

Tabela 1 Lista de equipamentos públicos para albergagem em Curitiba

EQUIPAMENTO	LOCAL	PÚBLICO	CAPACIDADE	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	
1	Centro POP e UAI Boqueirão	R. Anne Frank, 3272, Hauer	Adultos	25	24 horas (integral)
2	Centro POP e UAI Plínio Tourinho	R. Eng. Rebouças, 875, Jardim Botânico	Homens com histórico de dependência química e/ou em acompanhamento do Plano Individual de Atendimento Social	100	24 horas (integral)
3	Centro POP Rebouças	R. Rockefeller, 1177, Rebouças	Adultos	20	das 8 às 18 horas
4	UAI Mais Viver (1)	R. Doutor Salvador Maio, 190, Jardim Botânico	Adultos com comprometimento físico ou mental	100	24 horas (integral)
5	Casa de Acolhida Bairro Novo	R. David Tows, 2604, Sítio Cercado	Adultos	100	das 18 às 7 horas (apenas no inverno)
6	Casa de Passagem Acolhida Boa Esperança	Av. Presidente Getúlio Vargas, 557, Rebouças	Homens adultos	230	das 8 às 18 horas
7	Centro POP Matriz	R. Francisco Torres, 594, Centro	Famílias e adultos	Informação não disponível ⁴	das 8 às 18 horas
8	Casa de passagem para mulheres e LBT (2)	R. Des. Westphalen, 1845, Rebouças	Pessoas do sexo feminino, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis em situação de rua	50	24 horas (integral)
9	República Condomínio Social (3)	R. Júlia da Costa, 3410, Campina do Siqueira	Homens com histórico de situação de rua, inseridos no mundo do trabalho	70	24 horas (integral)
10	Unidade do Migrante e Itinerante e Casa de Acolhida e do Regresso (4)	Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 (Estação Rodoviária), Jardim Botânico	Homens desabrigados por migração	Informação não disponível ⁴	das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas
11	Casa de Maria (5)	Informação não disponível ⁵	Mulheres entre 16 a 59 anos que sofreram violência e seus respectivos filhos menores de idade (determinação judicial)	Informação não disponível ⁵	24 horas (integral)
12	Casa de passagem do indígena artesão (6)	R. Eng. Rebouças, 875 (Praça Plínio Tourinho), Jardim Botânico	Famílias indígenas em situação de rua, em especial crianças e adolescentes	70	24 horas (integral)
13	UAI Solar do idoso (7)	Boqueirão	Idosos	10	24 horas (integral)
14	Centro de Resgate Social	R. Conselheiro Laurindo, 792, Centro	Famílias e adultos	250	DESATIVADO (2014)

⁴ Informação sigilosa, por motivos de proteção dos abrigados. Ou informação não fornecida pelas instituições de acolhimento.

Tabela 2 Lista de equipamentos públicos em Curitiba, destinados a atendimento social de nômades urbanos

	Equipamento	Local	Público	Capacidade	Horário de Funcionamento
1	Centro POP João Dorvalino Borba	Av. Visconde de Guarapuava, 2674, Centro	Adultos	25	segunda a sexta das 8 às 22 hrs sábado e domingo das 17 às 21 hrs
2	Centro POP Portão	R. Professor Assis Gonçalves, 1564, Água Verde	Adultos	70	Informação não disponível ⁵

Além desses equipamentos, existem também alguns que possuem público e atendimentos específicos, como é o caso: (2) Casa de Passagem para Mulheres e LBT; (3) República do Condomínio Social; (4) Unidade do Migrante e Itinerante e Casa de Acolhida e do Regresso; (5) Casa de Passagem para Famílias Indígenas (FAS, 2017).

A Casa de Passagem para Mulheres e LBT realiza a albergagem de mulheres, lésbicas, travestis e transexuais. Com o objetivo de proteger essa população dos riscos da albergagem mista, desenvolveu uma instituição de abrigo que funciona mais como uma república, com vagas rotativas. Com capacidade de 50 atendimentos por noite, apenas no ano de 2015 foram atendidas 450 pessoas (GAZETA DO POVO, 2016).

A República do Condomínio Social tem como foco, homens, entre 19 e 59 anos, com histórico ou em trajetória de rua, que estão em processo de desenvolvimento e de construção de autonomia, são pessoas que estão inseridas no mundo do trabalho formal ou que estão no processo de consegui-lo. A administração do local é toda feita pelos moradores, que tem cadastro na república e não precisa dar entrada para albergagem todos os dias, como é o caso dos outros equipamentos. As condições para permanência é auxiliar nas tarefas de manutenção do lugar e manter a carteira de trabalho assinada. Todos os acolhidos recebem acompanhamento individual, por meio do Plano Individual de Atendimento Social, com o objetivo de reinseri-los socialmente (CURITIBA, 2014).

A Casa da Acolhida e do Regresso, localiza-se na Rodoferroviária de Curitiba, trata-se de uma unidade de atendimento emergencial destinada a migrantes ou

itinerantes que precisam de assistência social, local temporário de permanência e/ou passagem de retorno para suas cidades de origem (FAS, 2017).

A passagem de volta para a cidade de origem só é comprada pela prefeitura se for comprovado que essa é a única opção de retorno que a pessoa possui, por isso o migrante deve comprovar impossibilidade de retorno para casa, apresentando comprovante de extravio de passagem ou Boletim de Ocorrência que indique que a passagem de retorno foi perdida, além disso é feita uma análise pelos funcionários da unidade para compreender os motivos da vinda para Curitiba e a comprovação de que a pessoa não vai retornar. A maioria das pessoas que buscam a unidade vieram do interior do estado do Paraná ou do Centro-Sul do país em busca de trabalho na capital. Também existem casos de desavenças familiares e envolvimento com drogas. (GAZETA DO POVO, 2014).

Existe também uma parcela de estrangeiros que buscam o serviço, principalmente colombianos, argentinos e haitianos. Em 2014, 230 imigrantes procuraram a unidade. Nesses casos a prefeitura entra em contato com o consulado desses países antes de fornecer a passagem (GAZETA DO POVO, 2014).

No caso da Casa de Passagem do Indígena Artesão, o foco é receber famílias indígenas que estavam vivendo nas ruas, em especial sob o Viaduto Capanema. As famílias recebem acolhimento durante 15 dias, nesse período ficam responsáveis por gerar a própria alimentação e em auxiliar na manutenção do espaço. O objetivo é que no fim do período de albergagem os indígenas retornem para as suas cidades de origem (CURITIBA, 2015).

Restando dessa forma 6 equipamentos públicos para albergagem das pessoas que não se encaixam nos perfis apresentados anteriormente. Com capacidade aproximada de 475 vagas para acolhimento, localizados nos bairros Centro, Rebouças, Jardim Botânico, Hauer e Sítio Cercado. Além deles também foram identificados dois Centros Pop que funcionam de forma independentes das UAI, um no Água Verde e outro no Bairro Centro.

É importante ressaltar que não foram inseridos na tabela instituições não governamentais, que prestam auxílio a população com recursos próprios. Apesar disso, foi realizado um levantamento no site oficial da FAS, e constatou-se 13

instituições privadas⁵ que realizam acolhimento na cidade (FAS, 2017). Desses apenas o Pequeno Cotoengo do Paraná – Dom Oriane e a Casa de Acolhida Toca de Asis realizam atendimento para o grupo do presente estudo. Por mais que a ação dessas instituições seja relevante na cidade, por se tratar de equipamentos que a prefeitura não exerce controle direto sobre o funcionamento, esses dois lugares não foram considerados nos futuros levantamentos que serão apresentados.

Vale ressaltar que uma das diretrizes de campanha do atual prefeito de Curitiba, Rafael Greca, era resolver o fenômeno de nômades urbanos na cidade. Por isso novas casas de Acolhida e Centros POP estão sendo inaugurados durante o seu mandato, muitos deles integrados na mesma estrutura e como comentado anteriormente, com funcionamento em contra turnos (CURITIBA, 2017). Ao mesmo tempo, a gestão está encerrando as atividades de importantes equipamentos para a sobrevivência dos nômades urbanos, como é o caso dos banheiros públicos e dos guarda volumes (GALINDO, 2017). Percebe-se então, que gestão está criando novos equipamentos nos bairros periféricos da cidade, e diminuindo o auxílio a essa população no bairro Centro, promovendo desta forma uma locomoção dos nômades urbanos para a periferia da cidade.

Após ter compreendido como funciona a política de albergagem em Curitiba, sentiu-se a necessidade de entender como são os nômades urbanos na capital paraense, para descobrir se essa política atende a essa população, além de tentar identificar as peculiaridades do grupo em relação ao perfil já apresentado de nômades urbanos no resto do país.

3.3.2 *PERFIL DO NÔMADE URBANO CURITIBANO*

Nesse item será desenvolvida uma análise do perfil populacional dos nômades urbanos na cidade de Curitiba, comparativamente aos dados no Brasil. O objetivo é identificar as peculiaridades da população de estudo na cidade de intervenção piloto.

⁵ (1) Comunidade Hermon; (2) Associação Cristã de Assistência Social; (3) Socorro aos Necessitados; (4) Asilo São Vicente de Paulo; (5) Casa de Apoio Associação Padre João Ceconello; (6) Confederação Evangélica de Assistência Social; (7) Pequeno Cotoengo do Paraná; (8) Associação Beneficente Encontro com Deus; (9) Casa de Repouso Recanto Feliz; (10) Casa de Acolhida Toca de Asis; (11) APP. E.M. Thomas Edison; (12) Casa do Servo Sofredor; (13) Casa dos Pobres São João Batista.

A pesquisa usada como base para os dados de Curitiba, foi realizada pela FAS no ano de 2016. Ela identificou na capital paranaense, 1.715 nômades urbanos maiores de 18 anos. Ao todo foram entrevistadas 1.133 pessoas nas ruas e 582 pessoas em instituições de acolhimento (CURITIBA, 2016). É importante ressaltar que própria FAS no ano de 2012, estimou uma população de 3.000 pessoas vivendo nas ruas de Curitiba (FAS, 2012) e no ano de 2014 estimou uma população de 4.000 pessoas (FAS, 2014). Entretanto, nesse estudo será utilizado a estimativa da pesquisa realizada no ano de 2016, pelo fato de ser o dado oficial mais recente e pelo seu valor vir de uma contagem realizada em toda a cidade, e não de uma estimativa. No entanto, é necessário ressaltar que essa população pode variar significativamente em função de fatores sociais e econômicos, como por exemplo a situação econômica.

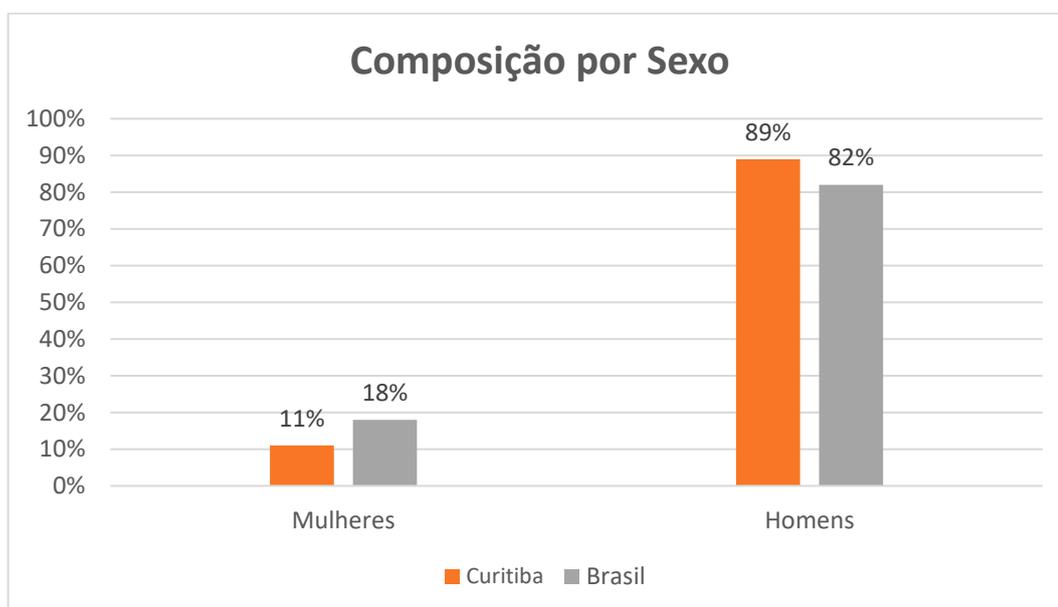


Gráfico 8 Composição por sexos dos nômades urbanos curitibanos.
Fonte de dados: CURITIBA, 2016. META, 2012. Elaboração: a autora

A composição de nômades urbanos por sexo em Curitiba, segue o mesmo padrão do restante do país. Sendo que, 59,6% da população é composta por homens, na faixa etária dos 25 aos 44 anos, enquanto no país esse grupo equivale a 53% da população de nômades urbanos (CURITIBA, 2016). Assim como o censo nacional realizado pela META, não foi levantado o gênero ou a opção sexual dos nômades urbanos em Curitiba, dado que seria relevante para a organização das instituições de acolhimento na cidade. Assim como no comentado no caso do Brasil, as mulheres aparecem em menor proporção devido aos perigos que elas estão exposta nas ruas e por isso, utilizam todos os recursos disponíveis antes de adotar a vivência nômade.

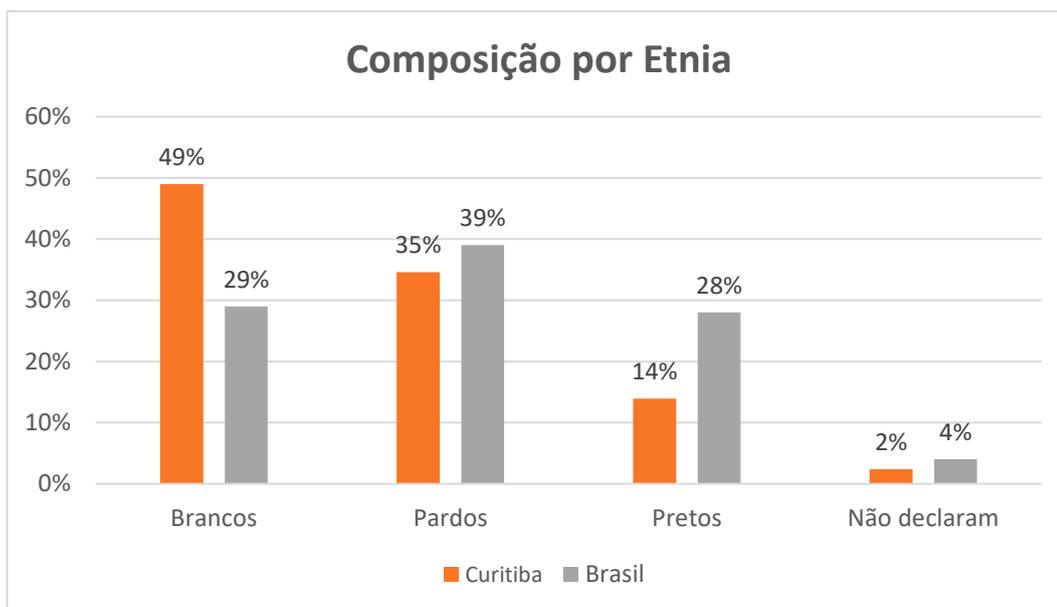


Gráfico 9 Composição por etnia dos nômades urbanos curitibanos.
 Fonte de dados: CURITIBA, 2016 e META, 2012. Elaboração: a autora.

Em relação a composição étnica dos nômades urbanos em Curitiba, se observa que a composição de brancos e negros (pardos somados a pretos) é semelhante (49%). Essa diferença em relação ao restante do Brasil, se justifica de forma geral, pois a população formal de Curitiba é composta em sua maioria por brancos (78,9%); e por uma minoria de negros. Entretanto a desigualdade por etnia ainda pode ser observada se comparar a proporção de negros que vivem na rua (49%), com a proporção de negros na cidade de Curitiba (19,7%) (CURITIBA, 2016).

Sobre o grau de escolaridade, maioria não completou o ensino fundamental (60,5%), 12,9% completaram o primeiro grau, 15,4% o ensino médio e 0,9% o ensino superior (CURITIBA, 2016). Valores semelhantes aos observados no restante da população de nômades urbanos no país, onde 63,5% não conclui o primeiro grau (META, 2012). Reforçando a desigualdade que marca o grupo de estudo, já que graus de escolaridade mais baixos dificultam mudança de realidade na vida dessas pessoas e a sua reinserção na sociedade. Agindo desta forma, como um fator caracterizador aos nômades urbanos e servindo também para o aumento da quantitativo da população que vive nas ruas (FRANGELLA, 2009).

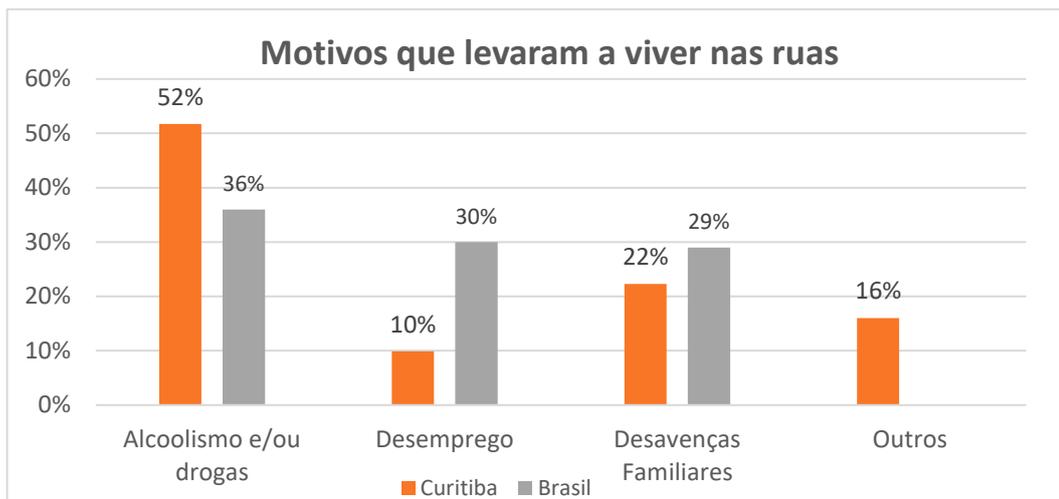


Gráfico 10 Motivos que levaram a vivência nas ruas de Curitiba.
 Fonte de dados: CURITIBA, 2016; META, 2012. Elaboração: a autora.

Observa-se na população curitibana uma proporção maior de pessoas que passaram a viver nas ruas por causa do uso de álcool e drogas. O interessante da pesquisa realizada pela FAS, é o levantamento de outros motivos, que não foram identificados na pesquisa nacional. Nessa categoria está incluso: perda de moradia (5,9%); decepção amorosa (4,0%); preferência/opção (2,5%); ameaça/violência (1,7%); não quiseram responder (2,0%). Por mais que dependência química seja a maior motivação para a vivência nas ruas para o caso de Curitiba, o desemprego somado às desavenças familiares e outros motivos também são fatores representativos (48%), o que demonstra que não se pode considerar a dependência química como causadora do fenômeno de nômades urbanos na atualidade. Além disso existem diversos projetos e casas de acolhidas destinadas em específico para essa população (CURITIBA, 2016).

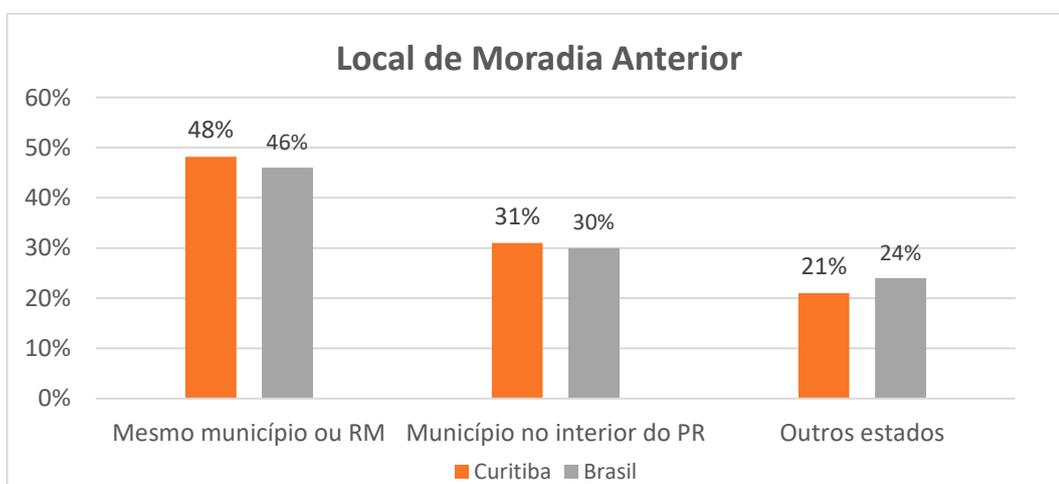


Gráfico 11 Local de moradia anterior à vivência nas ruas de Curitiba.
 Fonte de dados: CURITIBA, 2016; META, 2012. Elaboração: a autora

As proporções no local de moradia anterior são semelhantes nos dois casos. A maior parte dos nômades urbanos já viviam na cidade onde foram entrevistados ou na Região Metropolitana (RM). Comprovando a ideia de que promover políticas de encaminhamento dos nômades urbanos para os seus municípios de origem, por mais que diminua o fenômeno, não irá retirá-los das ruas.

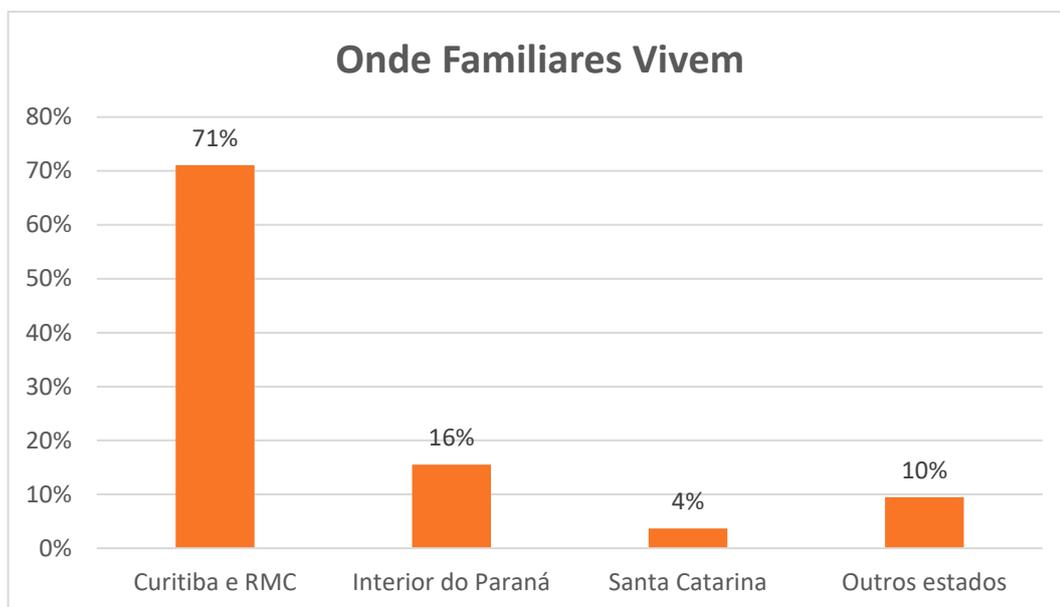


Gráfico 12 Local de moradia dos familiares dos nômades urbanos curitibanos.
Fonte de dados: CURITIBA, 2016. Elaboração: a autora

Sobre as relações familiares foi comprovado que mais da metade dos entrevistados (71,0%) tem parentes na capital ou na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Sendo pequena a proporção de pessoas que tem parentes em outros estados (14,0%). Além disso a maioria dos nômades urbanos mantém algum tipo de contato com os seus familiares (53,5%) e só 1,0% não possuem familiares vivos. Dos que ainda possuem ligação com familiares, 70,7% mantém um contato frequente (diariamente, semanalmente ou mensalmente) (CURITIBA, 2016).

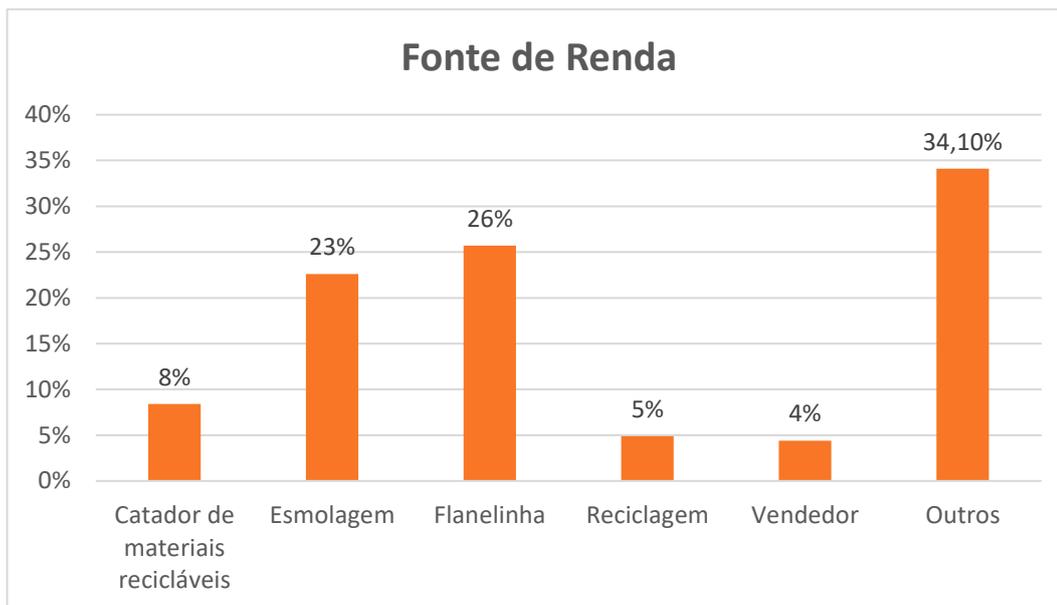


Gráfico 13 Fontes de renda dos nômades urbanos curitbanos.
Fonte de dados: CURITIBA, 2016. Elaboração: a autora

Diferente da proporção nacional, em Curitiba, os nômades urbanos não têm como fonte de renda principal a catação de materiais para a reciclagem, exercendo mais atividades como flanelinha (que inclui lavar e tomar conta de carros), outras ocupações e esmolagem. Foram classificadas como outras atividades: jardinagem; construção civil; distribuição de panfletos; limpeza; carga e descarga ou programas (CURITIBA, 2016).

Realizando uma análise conjunta dos Gráficos 12 e 13, é possível constatar que em Curitiba, pelo menos 57,5%⁶ dos nômades urbanos estão em zona de vulnerabilidade e não podem ser considerados desfiliaados sociais. Portanto, dos 1.715 nômades urbanos de Curitiba, em torno de 986 pessoas apresentam relações familiares e exercem atividades remuneradas. E por mais que essas relações sociais apresentem fragilidade, é mais fácil para elas se reintegrarem na sociedade. Enquanto os desfiliaados sociais, que devem representar em torno de 729 pessoas que vivem nas ruas de Curitiba, se encontram em estado de isolamento social, caracterizado por uma dificuldade de construção de vínculos sociais (CASTEL apud FENATO, 2007).

⁶ Foi feita uma média ponderada entre: a porcentagem de nômades urbanos que exercem atividades remunerada, com exceção da esmolagem (77%); e a porcentagem de nômades urbanos que possuem vínculos familiares (38%), considerou-se nessa situação aqueles que mantém um contato frequente com a família.

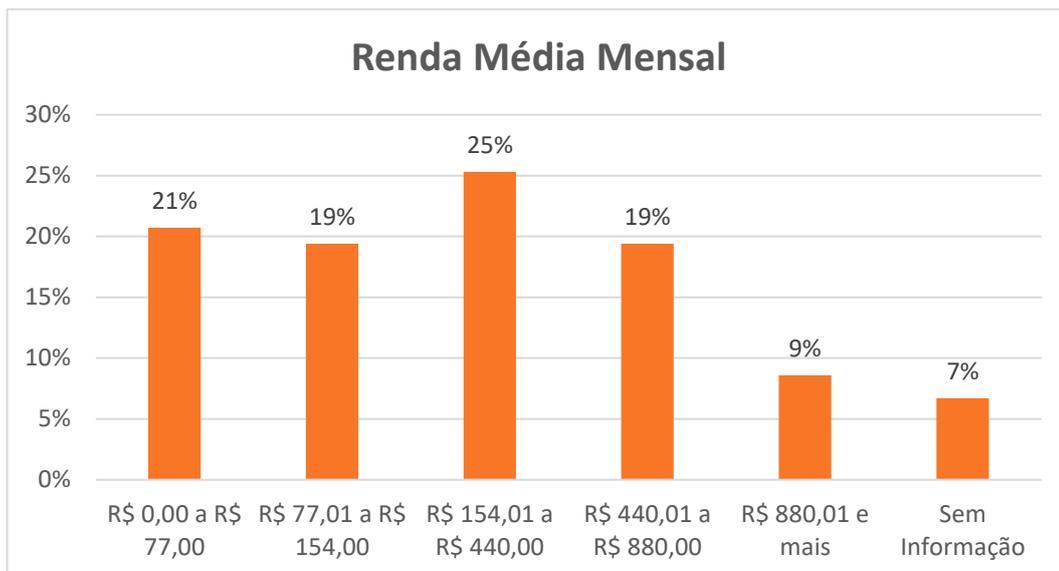


Gráfico 14 Renda média mensal dos nômades urbanos curitibanos.
Fonte: CURITIBA, 2016. Elaboração: a autora.

As atividades apresentadas, geram aos nômades urbanos uma renda mensal que garante a sua sobrevivência. Sendo a renda de R\$ 154,01 a R\$ 440,00 a mais comum (25%). Na época da pesquisa, o salário mínimo nacional era de R\$ 880,00, e a cesta básica R\$ 400,78. Portanto apenas 9% dos entrevistados conseguiam arrecadar mais que um salário mínimo e 65% não tinha renda suficiente para comprar uma cesta básica ao mês (G1, 2016).

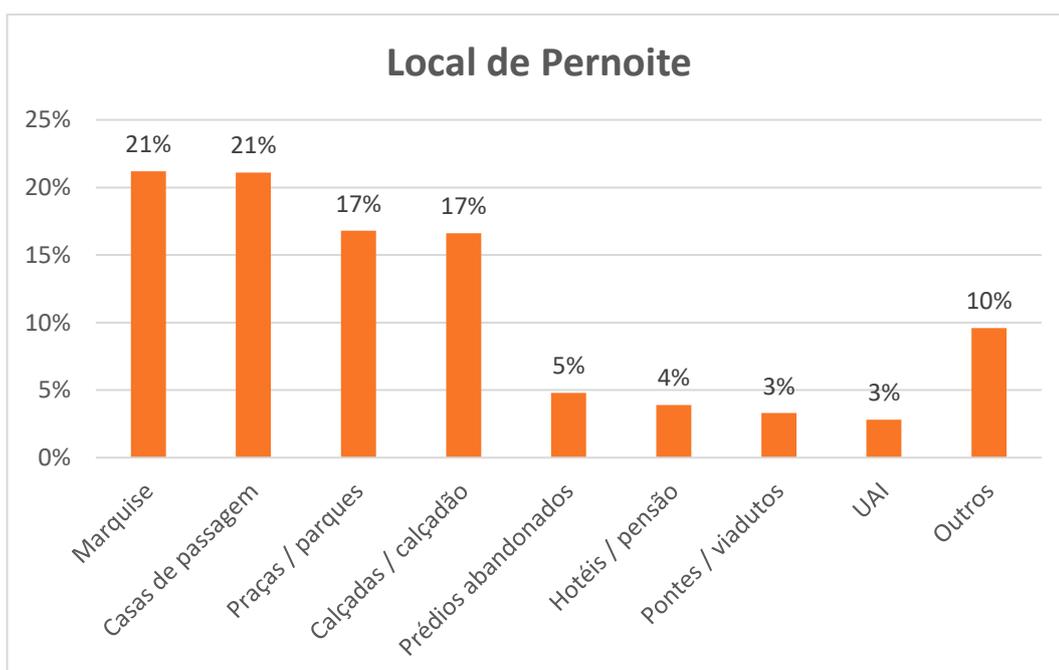


Gráfico 15 Preferência nos locais de pernoite dos nômades urbanos curitibanos.
Fonte: CURITIBA, 2016. Elaboração: a autora.

Por mais que parte significativa da população de nômades urbanos (24,0%) escolha os equipamentos de albergagem para pernoite (casas de passagem e UAI). Uma parte mais representativa (58,0%) prefere dormir nos espaços públicos da cidade. Na categoria outro foi englobado; fachadas de comércio, terminais e pontos de ônibus, rodoviária, pontes, mocós, estacionamentos, semáforos, beira do rio, entre outros (CURITIBA, 2016).

O Gráfico 14 demonstra uma dificuldade dos nômades urbanos a se adaptarem ao modelo de abrigo coletivo desenvolvido na capital. Já que existem 1.715 pessoas vivendo nas ruas para 695 vagas em abrigo, isso significa que a estrutura atual da cidade pode acolher 40% da população de nômades urbanos, mas apenas 24% prefere os equipamentos para pernoite. Ao retirar do quantitativo da população aqueles que dormem em pensões, hotéis e prédios abandonados, restam 68% de nômades (1.166 pessoas) que preferem dormir nos espaços públicos da cidade.

A partir dessa análise, prevalece o questionamento sobre como essas pessoas usam os espaços urbanos para pernoite, de modo a preferirem dormir nas ruas do que nos albergues. Por isso, no próximo item serão apresentados levantamentos que foram realizados para tentar compreender essa dinâmica.

3.3.3 ANÁLISE DA CIDADE

Esse item tem como objetivo coletar dados que não foram encontrados na pesquisa bibliográfica, para que seja possível identificar como a arquitetura formal auxilia na sobrevivência dos nômades urbanos nos espaços públicos.

Primeiro foi realizado um levantamento em Curitiba, para quantificar qual é a capacidade de acolhimento de cada uma das regionais da cidade. Como é possível visualizar na Figura 20, hoje a maior capacidade de albergagem está na Regional Matriz, que pode atender até 500 pessoas, seguida pela Regional Bairro Novo, 100 pessoas e a Regional Santa Felicidade, 70 pessoas.

Em paralelo foi desenvolvido um mapa, com o objetivo de quantificar o número de nômades urbanos por regional em Curitiba, utilizou-se como fonte de dados o censo de 2016, realizado pela FAS com essa população (Figura 21). Sendo possível observar uma maior concentração da população na Regional Matriz, 670 pessoas, seguida pelas regionais: Boqueirão, 132 pessoas; e Portão, 77 pessoas.

Analisando os dois mapas é possível constatar que as áreas com maior capacidade de acolhimento, com exceção da regional Matriz, não são as mesmas que possuem as maiores demandas populacionais, como é o caso das regionais Boqueirão e Portão. É importante compreender que essa deficiência na abrangência dos equipamentos, impacta diretamente a população de análise.

Por mais que ela seja caracterizada pela vida nômade, existe uma tendência de permanência em uma mesma região. Isso acontece por causa da sua forma de deslocamento a pé, e pela construção de territorialidade com o local de vivência. Desenvolvendo vínculos com a região, que quando rompidos, como comentado anteriormente, impactam diretamente na construção de identidade dessas pessoas. Por isso, é comum observar que a população só procura outro local para permanência, caso deixe de encontrar na área formas de subsistência, estratégia muito semelhante as aplicadas pelos primeiros nômades primitivos (FRANGELLA, 2009).

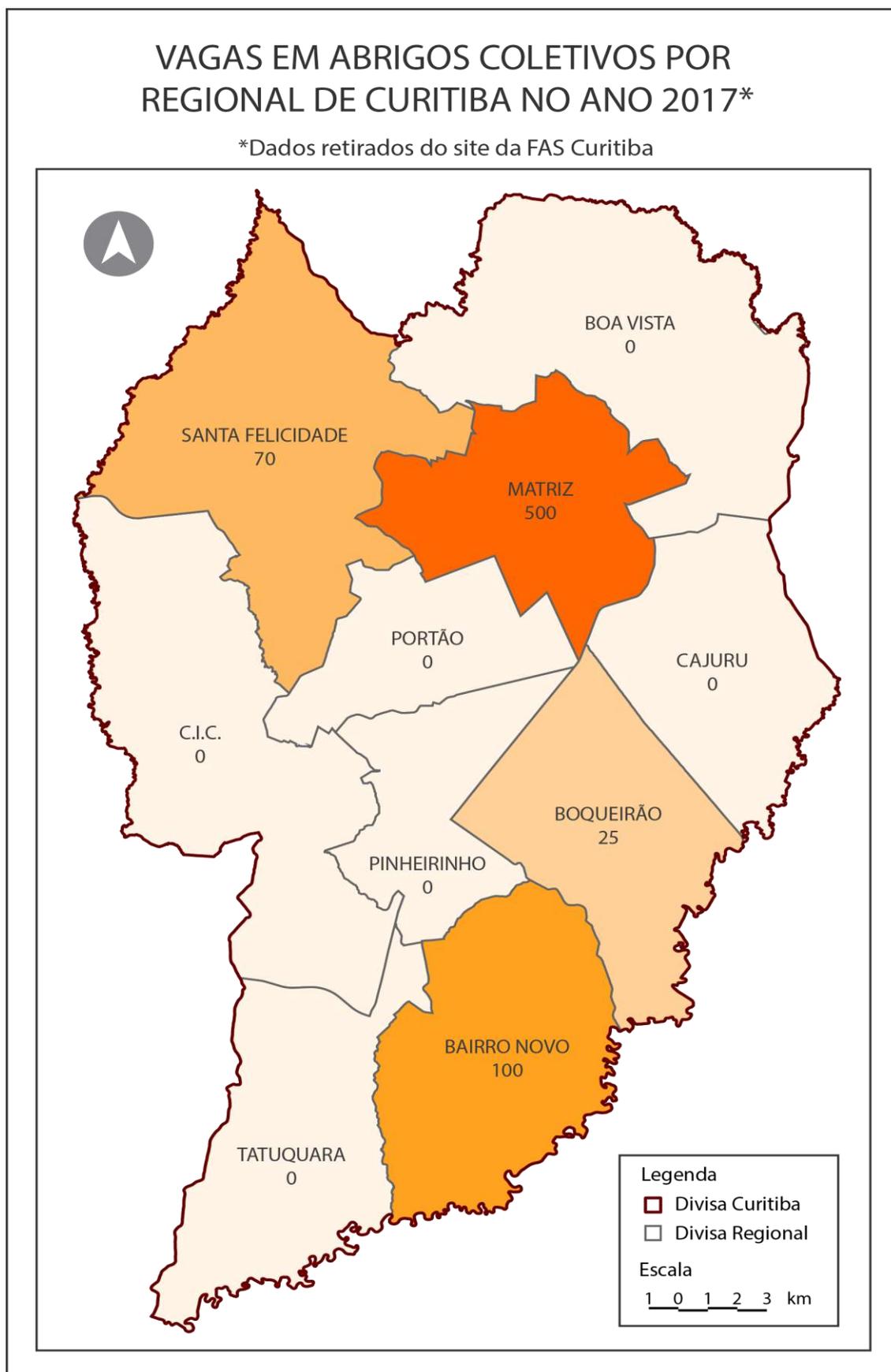


Figura 20 Mapa de capacidade de albergagem de Curitiba, por regional.
Fonte de dados: FAS, 2017. Elaboração: a autora.

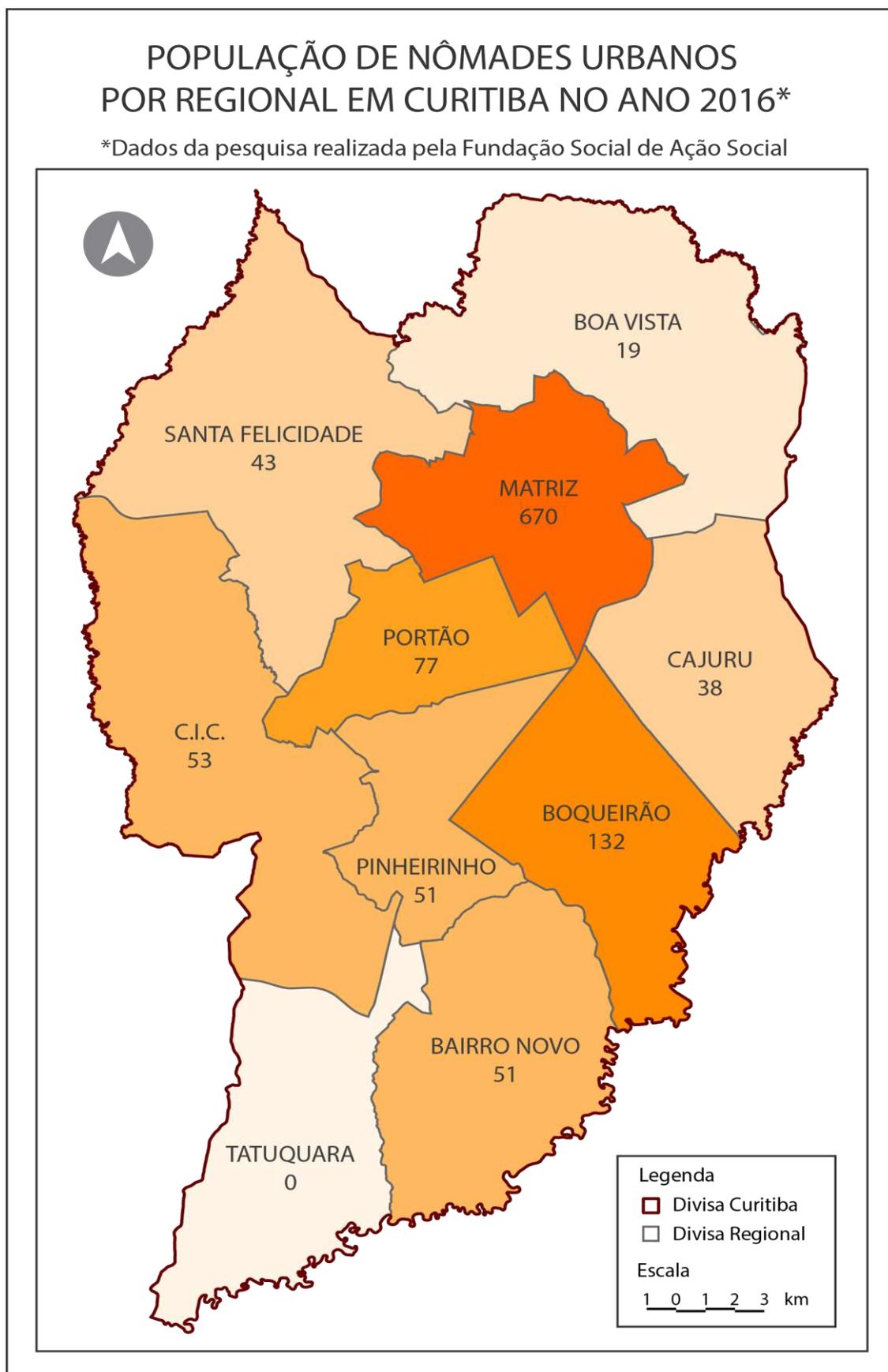


Figura 21 Mapa populacional de nômades urbanos em Curitiba, por regional.
 Fonte de dados: CURITIBA, 2016. Elaboração: a autora

Com objetivo de compreender a forma como essas pessoas ocupam os espaços urbanos da cidade, optou-se por eleger um bairro para análise mais detalhada, em específico da Regional Matriz (Figura 22). A escolha da regional se deu, por causa do equilíbrio entre os índices de acolhimento e a demanda populacional da região.

Dentre os bairros que compõem a regional, optou-se pela análise do Bairro Centro. Os motivos que levaram a escolha foram: 1) Constatação visual de maior concentração de população de nômades urbanos na região; 2) Predominância de características tanto físicas como históricas que se repetem em outras cidades brasileiras, como ruas destinadas a comércio, calçadão, catedral, praça central, entre outros, além de fluxo alto de pessoas e veículos; 3) Facilidade de acesso para realizar o levantamento físico.

REGIONAL MATRIZ E SEUS BAIRROS

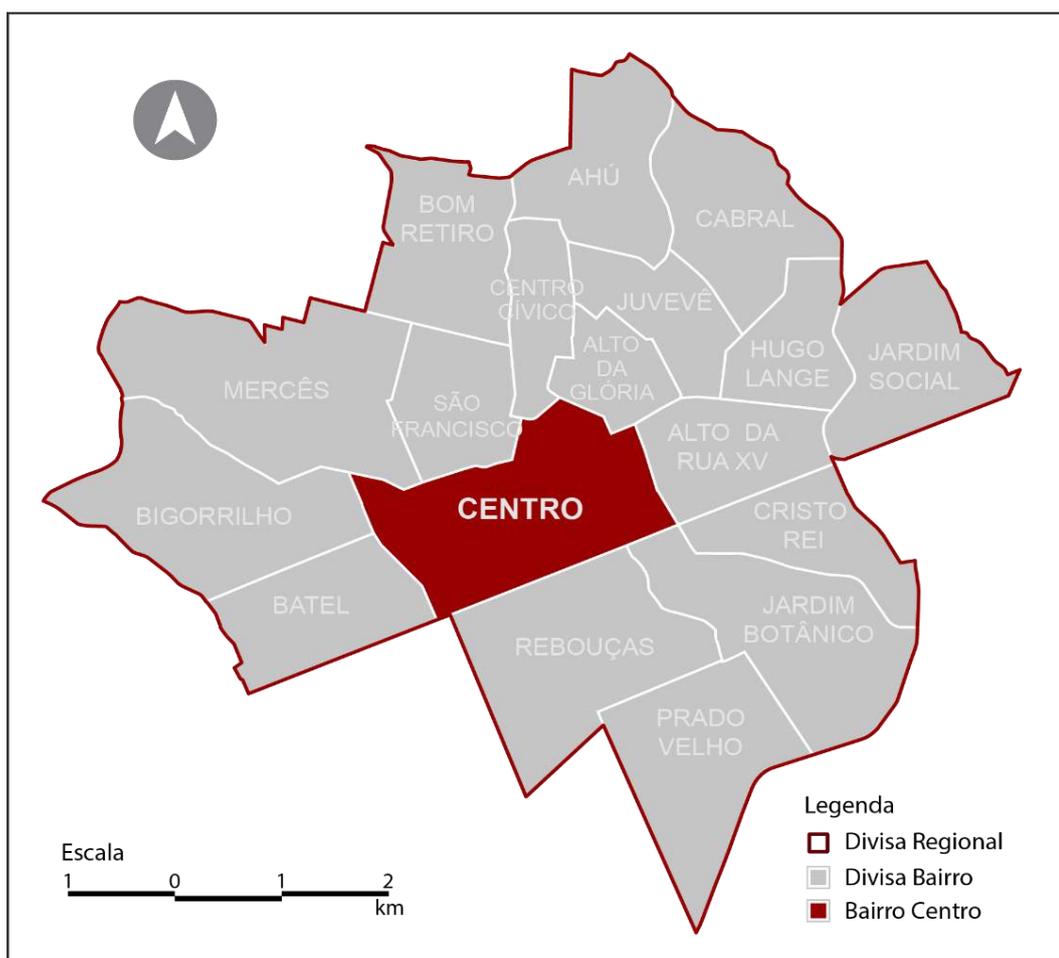


Figura 22 Regional matriz. Elaboração: a autora.

A área de análise foi determinada por meio dos limites formais do bairro, definidos no ano de 2017 pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC (Figura 23). As testadas de quadras limítrofes ao Centro também foram analisadas. As praças e parques não foram consideradas no levantamento, já que o objetivo é entender como a arquitetura formal (ambiente edificado) e os nômades urbanos se relacionam. Além disso, não foi constatado visualmente, um número representativo de pessoas nesses locais.

O levantamento consistiu em andar por todas as ruas do Centro no período da manhã, com o objetivo de pontuar os locais de pernoite dos nômades urbanos, em horários de pouco movimento. Como a proposta não era quantificar a população, todas as pessoas identificadas dormindo nas ruas, foram registradas na Figura 24. Essa metodologia permite que indivíduos sejam marcados em mais de um lugar no mesmo mapa, já que foram realizadas 3 visitas em dias diferentes. Portanto o resultado desse estudo não deve ser usado para calcular o número de nômades urbanos vivendo na região.



Figura 23 Área de levantamento. Fonte: Google Earth. Adaptado pela autora

A primeira visita, que possibilitou maior coleta de dados, foi realizada de carro, no dia 22 de outubro (domingo) das 7:00 às 9:30 da manhã. Com início e fim na Rua Reinaldo Schaffemberg de Quadros, circulando por todas as ruas do bairro que permitiam o acesso de veículos. A noite anterior a essa visita foi marcada por chuva, fator relevante para o estudo, já que é justamente nesse momento de intempéries, que os nômades urbanos possuem maior necessidade de abrigo. Além disso, como comentado anteriormente, a chuva é um elemento caracterizador da cidade, para cada 2,2 dias de sol, um é chuvoso na capital (GAZETA DO POVO, 2014).

A segunda visita foi realizada a pé, no dia 31 de outubro (terça-feira), saindo da Alameda Carlos de Carvalho às 8:30 da manhã. Desta vez, passando pelas ruas com acesso à veículos restrito. Ela foi finalizada às 9:30 da manhã, na Praça Eufrásio Correa. Entretanto constatou-se, devido ao horário tardio de início, que muitos comércios já estavam abertos e a população de nômades urbanos em sua maioria, já havia acordado. Por isso, realizou-se uma terceira visita no dia 02 de novembro (feriado de finados), fazendo o mesmo percurso, novamente a pé, só que com início às 7:30 da manhã e finalização as 9:30 da manhã.

Foram identificados 117 locais de pernoite, destes apenas 27 abrigavam grupos com 4 pessoas ou mais, a maioria (90) abrigava nômades que dormiam sozinhos. As ruas com maior incidência de ocupação foram a XV de Novembro e a Sete de Setembro com 14 locais registrados cada uma. Na Tabela 3 é possível verificar todas as ruas onde foram registradas 4 ou mais ocupações.

Tabela 3 Ruas com registros de 4 ou mais locais de pernoite

	Nome da rua	Incidência
1	Avenida Sete de Setembro	14
2	Rua XV de Novembro	14
3	Rua Marechal Deodoro	10
4	Avenida Visconde de Guarapuava	6
5	Rua Visconde de Nacar	6
6	Rua Brigadeiro Franco	5
7	Rua Barão do Rio Branco	5
8	Rua Desembargador Floriano Peixoto	4
9	Rua Desembargador Westphalen	4

LOCAIS DE PERNOITE DOS NÔMADES URBANOS NO CENTRO CURITIBA, NO ANO 2017

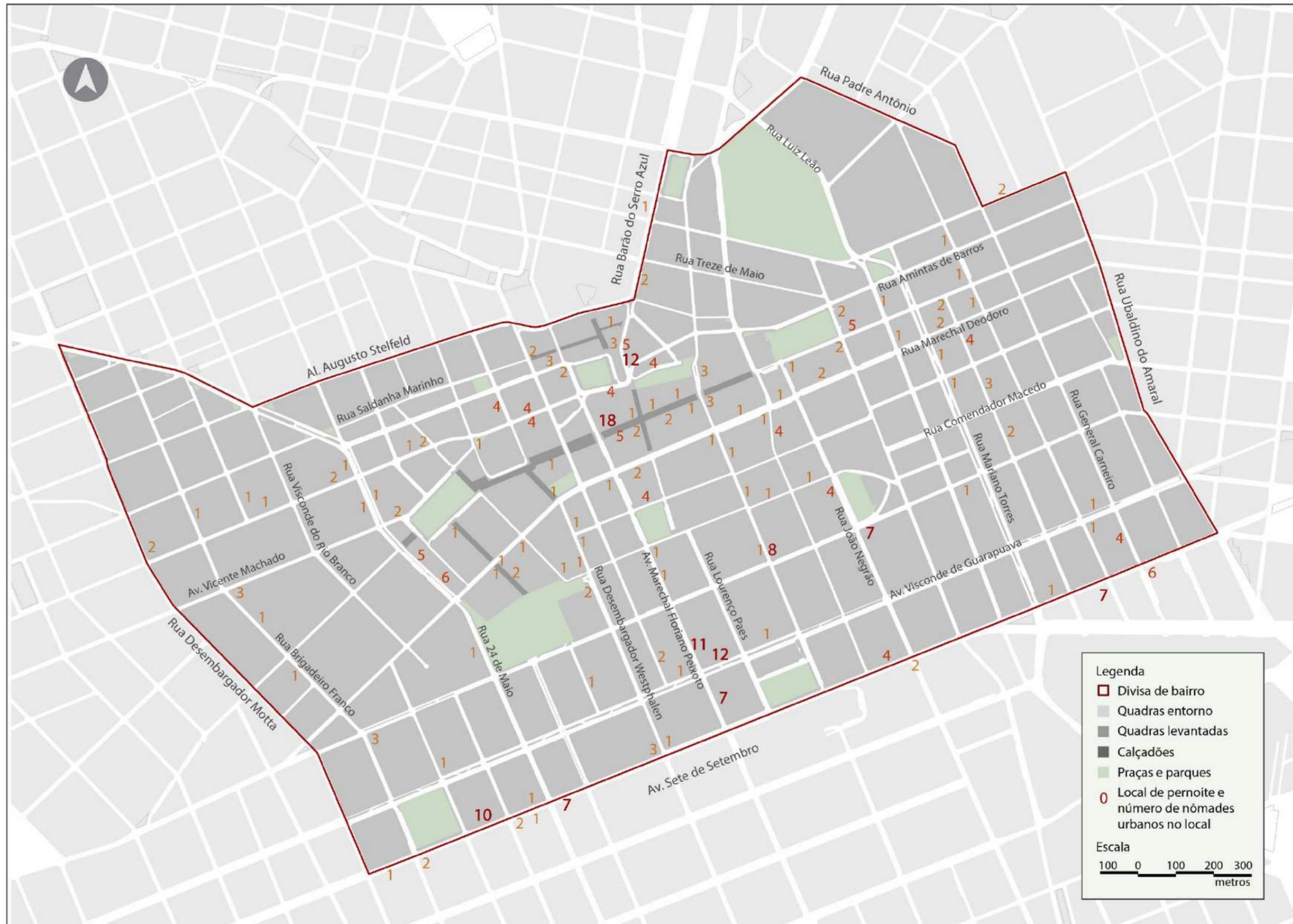


Figura 24 Levantamento no Bairro Centro de pontos de pernoite dos nômades urbanos. Elaboração: a autora

Identificou-se visualmente que essas ruas de maior incidência de locais de pernoite, são as que possuem maior fluxo de carros e pedestres. Esse fato relacionado com a alta vulnerabilidade do grupo de estudo, já apresentada em itens anteriores, conduz para o questionamento: Até que ponto o movimento das ruas não é utilizado como forma de proteção física para essas pessoas? Já que, segundo Jane Jacobs, a segurança urbana é maior em locais que apresentam: 1) Nítida separação entre o espaço público e o espaço privado; 2) Existência de *olhos das ruas*; 3) Calçadas com trânsito ininterrupto de usuário. Fatores que predominam nas ruas apresentadas na Tabela 3 (JACOBS, 2011).

Mesmo não sendo o objetivo formal do levantamento, observa-se *in loco* vários casos de nômades urbanos que dormem durante o dia, justamente, nos horários de maiores fluxos no centro da cidade (Figura 25). Esse fator também se justifica, por meio da análise realizada anteriormente, já que um maior fluxo de transeuntes pode auxiliar na proteção física dessas pessoas, servindo como os *olhos nas ruas*, mencionado por Jane Jacobs (2011).



Figura 25 Nômade urbano, dormindo na rua próximo ao horário das 10 horas.
Fonte: a autora.

Também foi realizado um levantamento de equipamentos públicos, que atendem a população de estudo, com o objetivo de verificar o nível de influência desses locais na escolha das áreas de pernoite, na Figura 26. Para facilitar a análise dos dados, foi mantido, no mapa, apenas a marcação dos locais de permanência de grupos, já que os espaços de pernoite individuais são efêmeros e podem mudar de região facilmente. Constatou-se que esses equipamentos, pouco devem influenciar nos locais de pernoite, pois não foi observado proximidade entre eles. Mesmo analisando os locais de permanência solitária, não foi possível verificar nenhuma relação entre eles.

Outra análise traçada foi em relação aos locais com maior incidência de violência, na Figura 27. Utilizando o aplicativo *Onde Fui Assaltado*, registou-se os locais de violência no centro e que não existe concentração de nômades urbanos próximos a esses lugares, com exceção da região no entorno da Praça Tiradentes e próximo a Rodoviária. Outro fator que pode indicar uma tentativa de proteção física ao pernoitar longe desses locais.

LOCAIS DE VIOLÊNCIA* NO CENTRO EM 2017

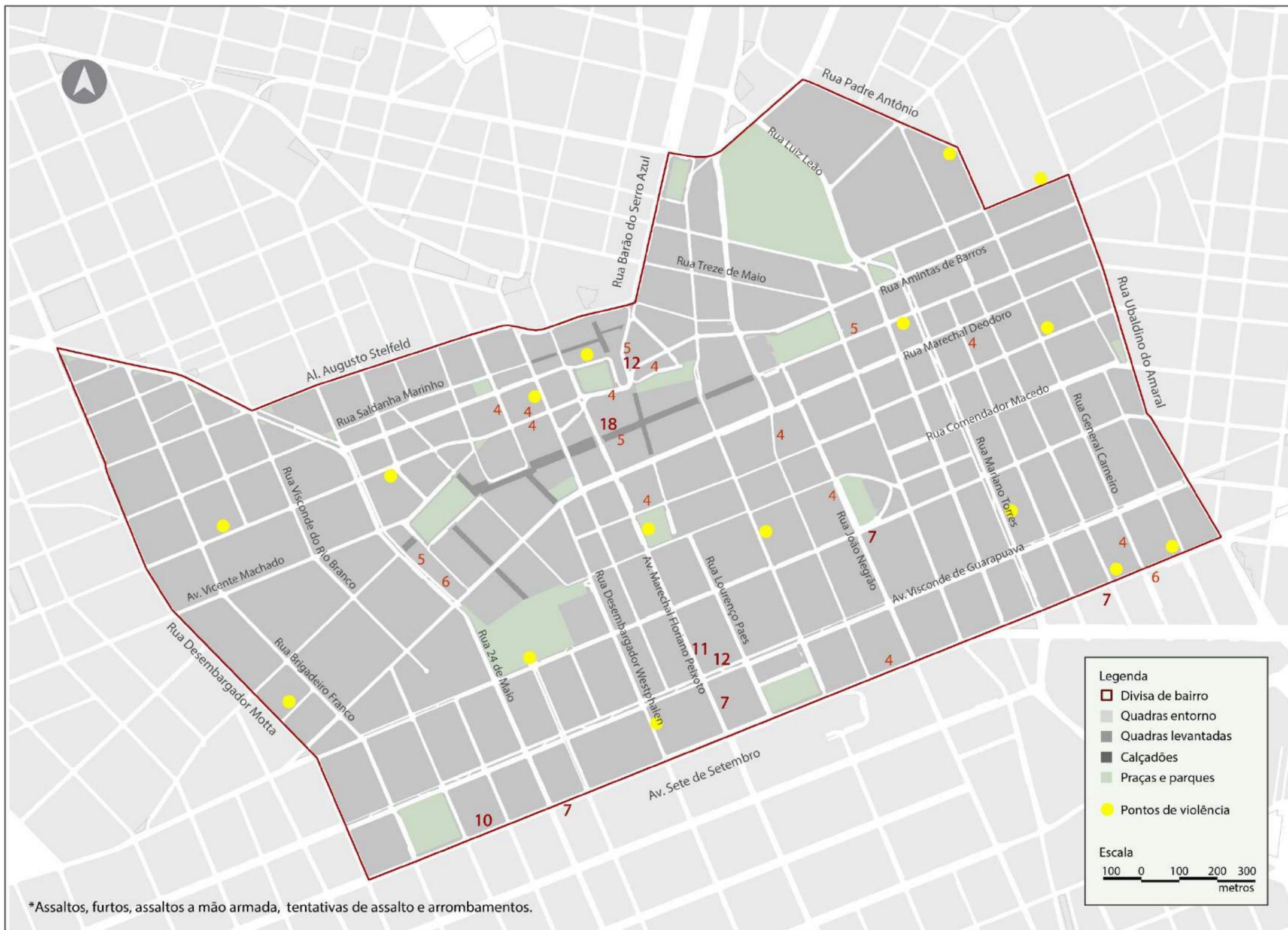


Figura 27 Locais de violência no centro. Fonte de dados: Aplicativo Onde Fui Assaltado, 2017. Elaboração: a autora

Após o levantamento físico do bairro, foi realizado um levantamento fotográfico das fachadas em que os nômades estavam dormindo. Essas imagens foram adquiridas por meio da ferramenta Street View do programa Google Earth ou por autoria própria no momento das visitas. Elas foram organizadas em tipologias de fachadas, com o objetivo de identificar as principais características que levam as pessoas à escolherem esses locais para pernoite. Como as vezes as fachadas apresentam mais de um elemento, as imagens podem ser classificadas em mais de uma categoria.

No total foram identificadas 4 tipologias arquitetônicas, que serão apresentadas em ordem decrescente de ocorrência. Para organizar a visualização, foram feitas montagens com algumas fotos mais representativas de cada tipologia, por isso a coletânea completa das imagens não será apresentada nesse documento.

É importante ressaltar que independente da tipologia arquitetônica da fachada, registrou-se uma preferência por locais com obstáculos entre a linha de ocupação e a rua, como: bancas de jornais, pontos de ônibus, árvores entre outros. Esses elementos acabam servindo como proteção aos nômades urbanos ao mesmo tempo que os tornam mais invisíveis na cidade.

Além disso, a maior parte dos locais de pernoite são fachadas institucionais, comerciais e/ou de imóveis abandonados, sendo raros os casos de uso de fachadas residenciais. A justificativa mais plausível para isso, é de que a taxa de expulsão das fachadas residenciais, deve ser maior se comparada com as demais, já que esses imóveis estão sempre em uso, enquanto os outros funcionam somente no horário comercial.

Tipologia 1 – Marquises: essa foi a tipologia com maior incidência no levantamento, registrando 60 locais de pernoite pertencente a esse grupo (Figura 28). O elemento marquise garante uma proteção das intempéries, como chuvas, ventos e geadas. Também foi considerada para essa tipologia fachadas com toldos ou avanços arquitetônicos, que pudessem desempenhar o mesmo papel das marquises. Observou-se também uma maior incidência de ocupação em fachadas que possuíam esse elemento e pertenciam à prédios públicos, abandonados ou em pior estado de conservação. Na Figura 28 é possível observar elementos metálicos nas portas do

comércio, indicando uma tentativa de dificultar a pernoite de nômades urbanos nesse local, comprovando a reincidência na ocupação dessa fachada.



Figura 28 Esquina da Rua Conselheiro Laurindo com Rua XV de Novembro.
Fonte: Google Earth
Adaptada pela autora.

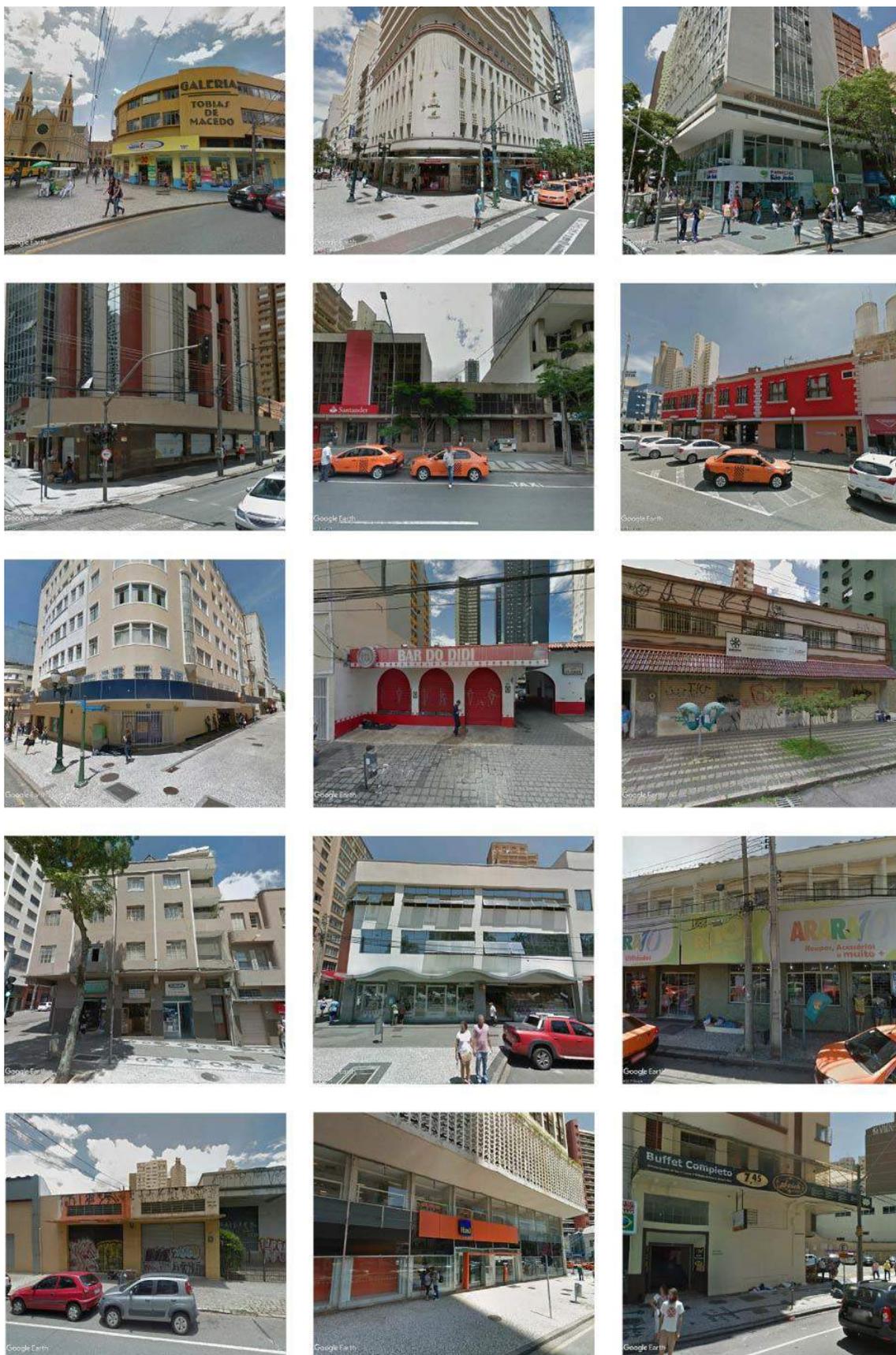


Figura 29 Fotos de fachadas de tipologia 1, em que foram registrados nômades urbanos.
 Fonte: Google Earth. Elaboração: a autora

Tipologia 2 – Paredes sem uso: essa foi a segunda tipologia mais registrada, com 50 incidências. Foi considerado para essa tipologia, todas paredes ocupadas não possuíam uso ou por abandono da edificação ou ausência de aberturas. Sempre que possível essa tipologia é combinada com a anterior, mas houve registros de ocupações de paredes sem uso que não apresentam qualquer tipo de cobertura. É importante ressaltar que fora do horário comercial, várias lojas passam a pertencer a essa tipologia, já que de portas fechadas desempenham o mesmo papel das empenas cegas. Esse tipo de fachada diminui a probabilidade de um nômade urbano ocupar um lugar que seja incômodo para o dono do imóvel, diminuindo os riscos de expulsão do local.

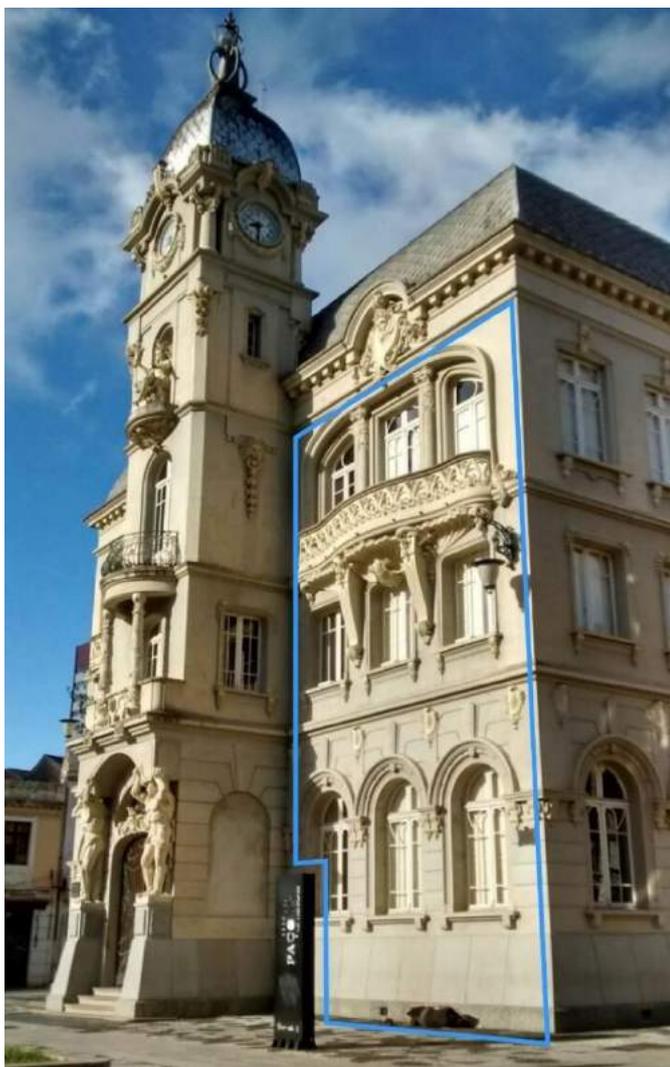


Figura 30 Paço da Liberdade.
Fonte: a autora.

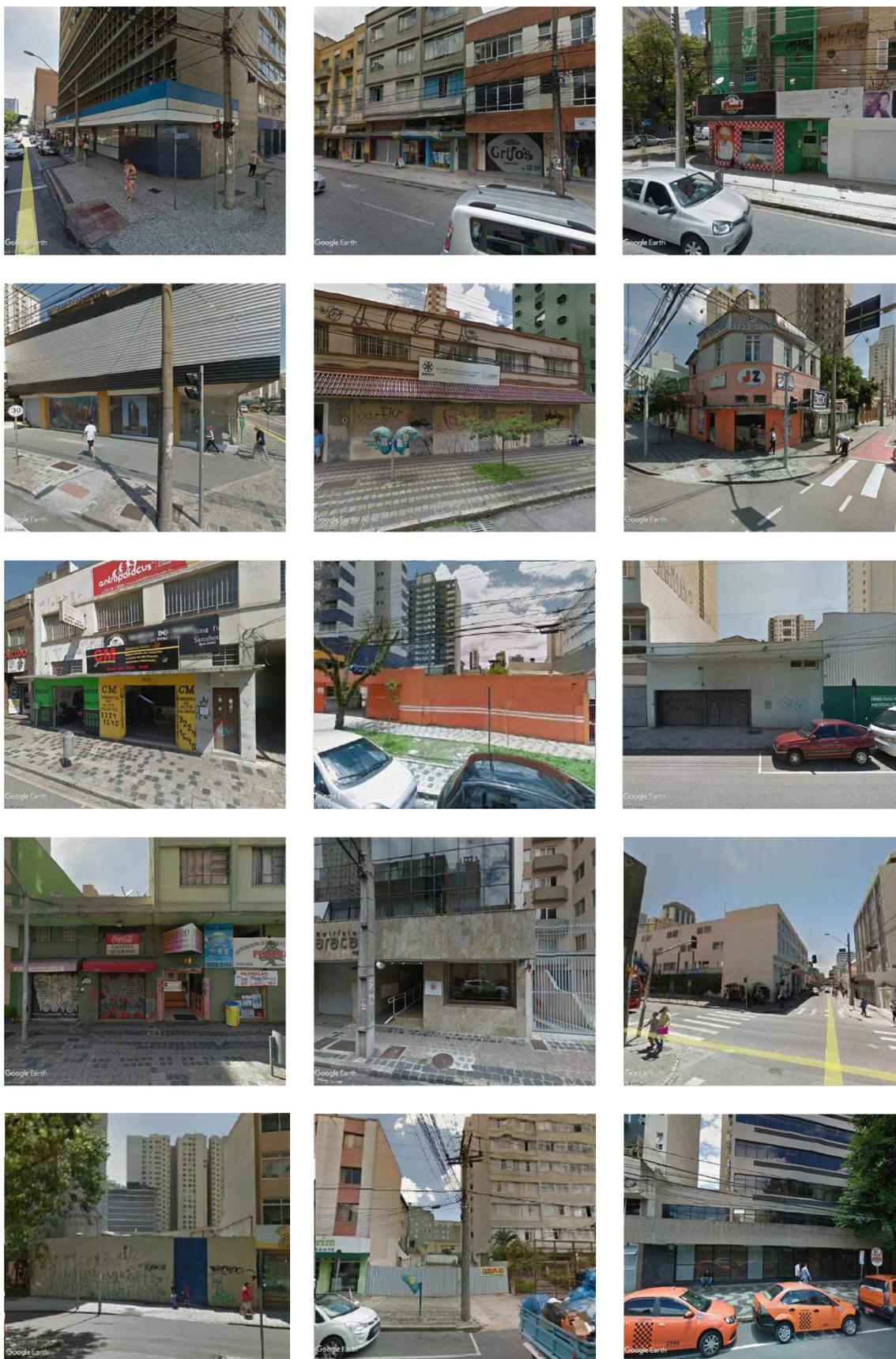


Figura 31 Fotos de fachadas de tipologia 2, em que foram registrados nômades urbanos.
 Fonte: Google Earth. Elaboração: a autora

Tipologia 3 – Fachadas recuadas: essa tipologia é marcada por um recuo no alinhamento predial da fachada em relação as demais. Nesse caso, a preferência se justifica pelo fato dessa tipologia arquitetônica construir um espaço mais intimista, além de diminuir as chances de um transeunte perceber a ocupação desses espaços.



Figura 32 Fachada no calçadão da XV de Novembro.
Fonte: a autora

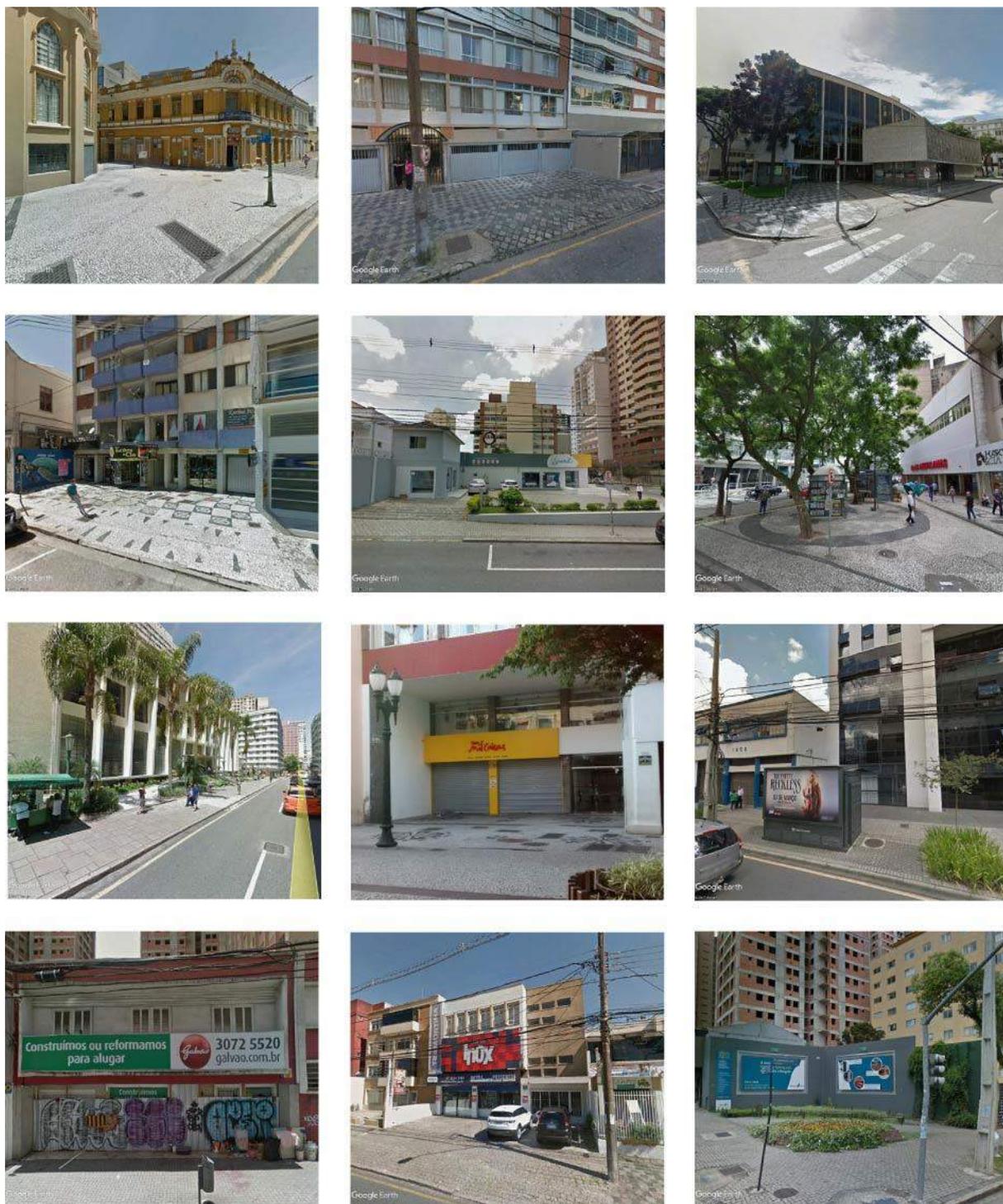


Figura 33 Fotos de fachadas de tipologia 3, em que foram registrados nômades urbanos.
 Fonte: Google Earth. Elaboração: a autora

Tipologia 4 – Plano Massa: caracterizada por reunir os elementos marquise e recuo, essa tipologia de fachada se caracteriza por abrigar grandes grupos de nômades urbanos. Protegendo o usuário das intempéries e dos transeuntes, sempre que possível ele é combinado com o elemento parede cega.

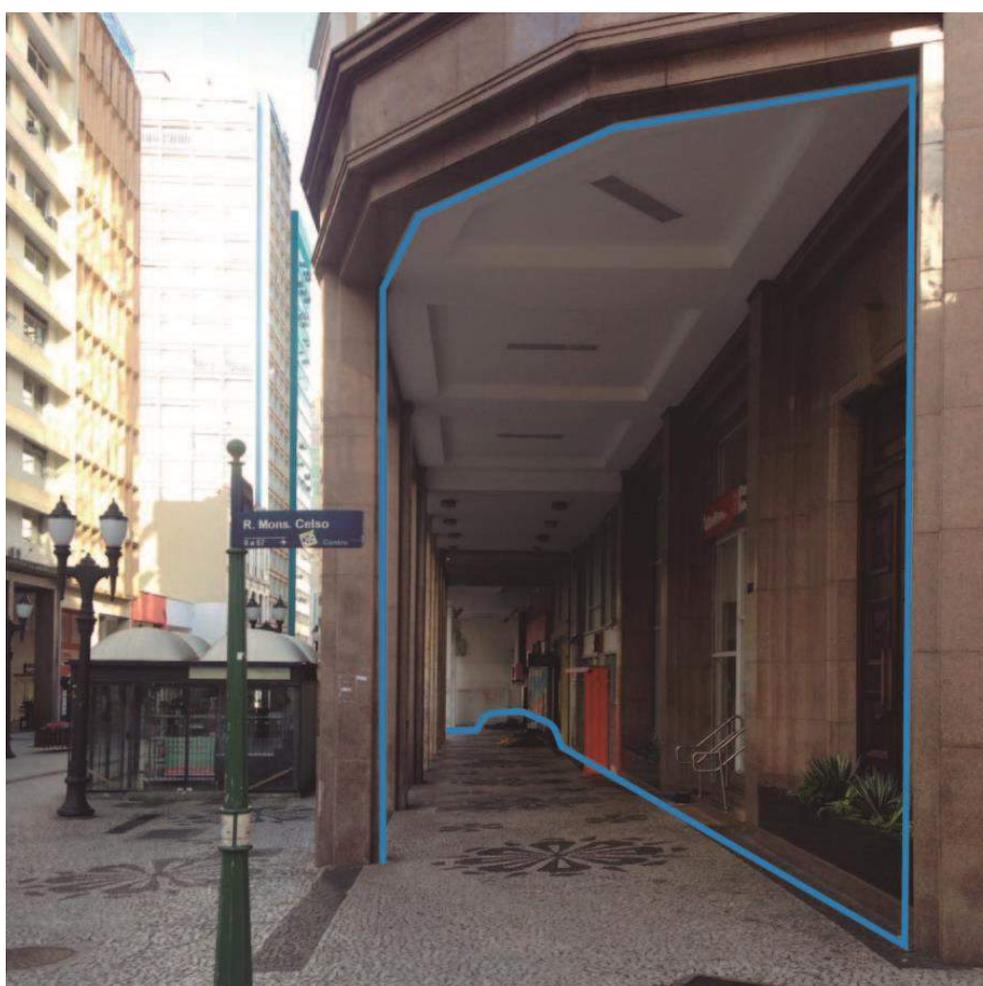


Figura 34 Fachadas no calçadão da XV de Novembro.
Elaboração: a autora



Figura 35 Fotos de fachadas de tipologia 4, em que foram registrados nômades urbanos.
 Fonte: Google Earth. Elaboração: a autora

Tipologia 5 – Áreas elevadas: esse elemento tem maior incidência complementando outras tipologias do que agindo como elemento isolado. Considerou-se a ocupação de bancos nessa categoria. Como comentado no item anterior, dormir afastado chão, além de proteger de vetores e da variação de temperatura, garante psicologicamente mais dignidade para a pessoa.

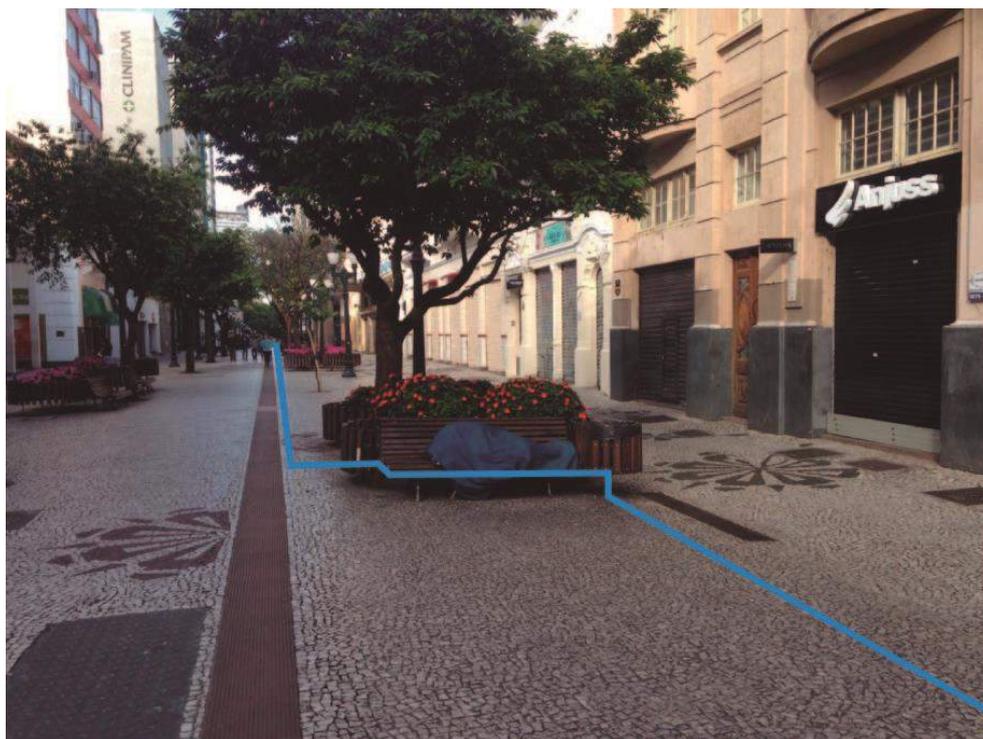


Figura 36 Banco localizado no calçadão da XV de Novembro.
Elaboração: a autora.

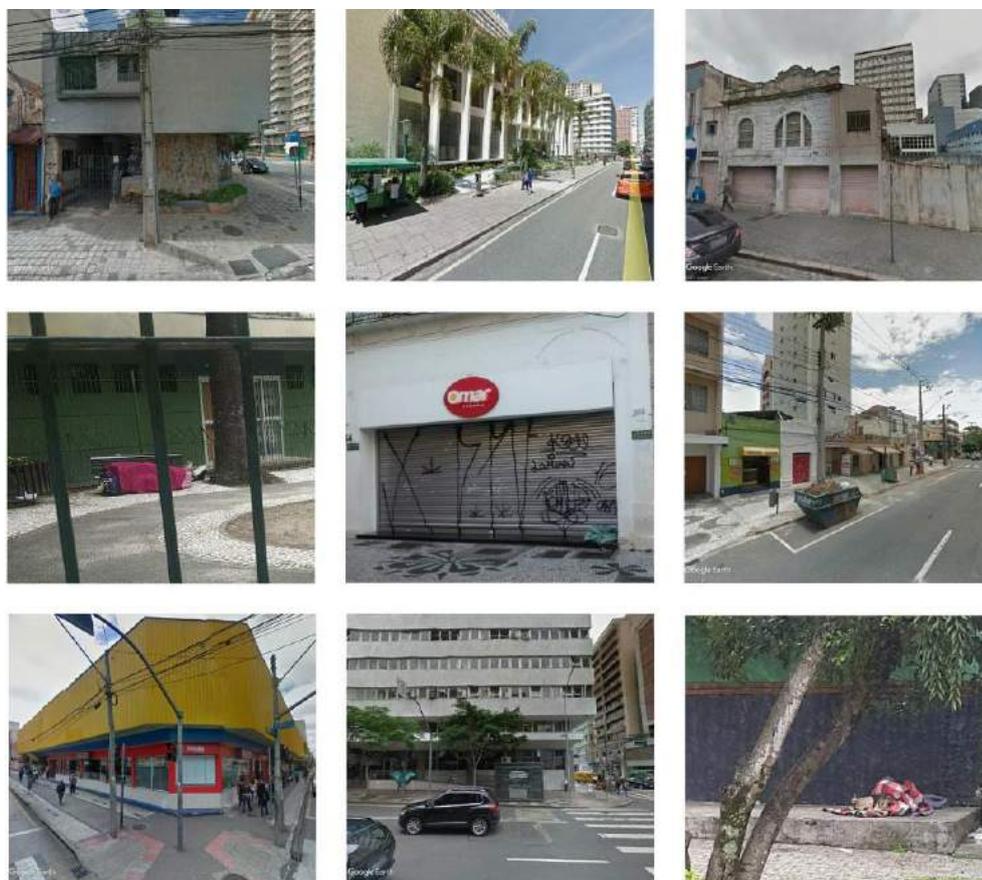


Figura 37 Fotos de fachadas de tipologia 5, em que foram registrados nômades urbanos.
Fonte: Google Earth. Elaboração: a autora

Tipologia 6 – Outros elementos: foram observados elementos diferentes, mais raros e que não se encaixam nas outras tipologias, apesar de conterem os princípios já apresentados, mas de forma ressignificada. Como é o caso do ponto de ônibus que adota a função da marquise (Figura 38) e da ponte que além da marquise, também adota a função de pisos elevados (Figura 39).



Figura 38 Ponto de ônibus na Rua Brigadeiro Franco. Fonte: a autora.

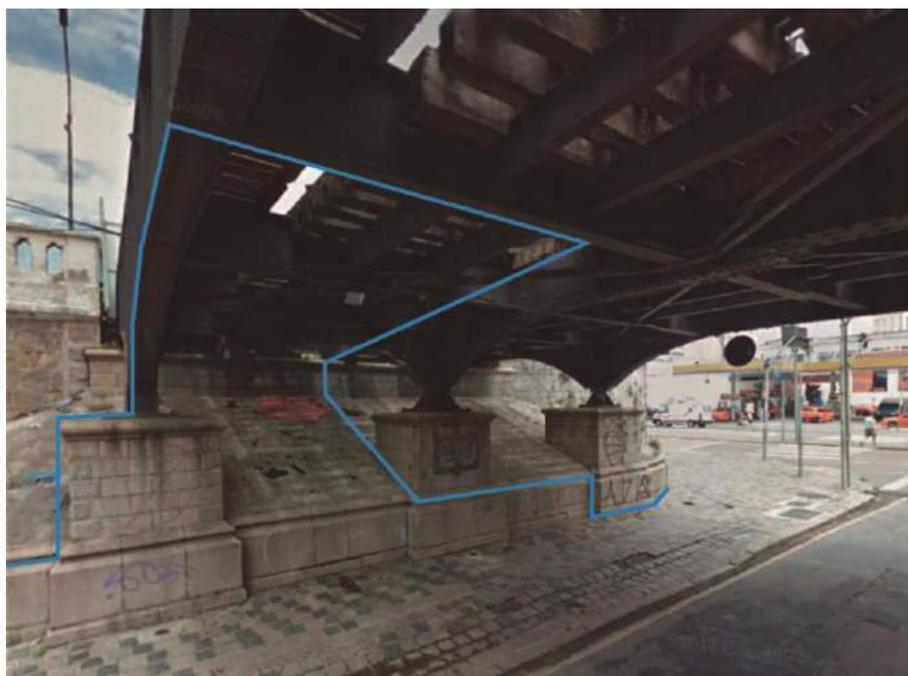


Figura 39 Espaço sob a Ponte Preta.
Fonte: Google Earth. Elaboração: a autora.

Além das tipologias para pernoite, observou-se visualmente um uso da arquitetura formal para armazenamentos de pertences. Pontos de ônibus, marquises baixas e viadutos ou pontes desempenham para essas pessoas, o papel de guarda volume, protegendo cobertores, colchões e mochilas das ações higienizadoras da prefeitura de limpeza das ruas. Por meio da constatação visual de alguns nômades que estavam ao fim do dia com os mesmos pertences colocados nesses locais, comprava-se que essa estratégia é bem-sucedida no contexto da cidade de Curitiba.



Figura 40 Ponto de ônibus em frente ao Teatro Guaíra.
Fonte: Google Earth. Elaboração: a autora.

Essas tipologias identificadas na interpretação da realidade motivaram a escolha de estudos de caso que pudessem atender a essas necessidades, tanto em termos de proteção física e de intempéries, como sociais, fisiológicas e do indivíduo.

4 ESTUDOS DE CASO

Soluções de abrigos para a população de nômades urbanos é um tema muito tratado por estudantes de arquitetura em concursos e nos primeiros semestres da faculdade, entretanto, fora da academia o assunto é pouco abordado por profissionais da área. Por esse motivo, poucos trabalhos foram efetivamente executados, resultando em uma escassez de acervo de projetos com temática semelhante. Portanto, os estudos de caso foram selecionados buscando correlações que auxiliariam no desenvolvimento do projeto proposto neste documento, mesmo que alguns destes não sejam destinados especificamente a população de estudo.

4.1 HOMES FOR THE HOMELESS

O projeto *Homes for the Homeless* (Figura 41), desenvolvido pelo arquiteto britânico James Furzer, foi o vencedor do concurso *Space for New Visions*, organizado pela FARKO (fabricante de coberturas translúcidas e escadas internas) em 2015. O objetivo do concurso era incorporar os produtos fabricados pela empresa em um projeto com conforto, baixo impacto ambiental, funcionalidade e boa iluminação natural (OH, 2015). Apesar de não ter sido construído, esse projeto é muito relevante para o abrigo proposto. Além de possuir como foco o mesmo público (nômades urbanos), também apresenta uma escala (abrigo individual) e uma materialidade rica, que proporcionam conforto e segurança para o abrigado.



Figura 41 Perspectiva *Homes for the Homeless*.
Fonte: FRUZER, 2015. Elaboração: a autora.

Nesse projeto o arquiteto reconheceu a ausência de espaços seguros para os nômades urbanos na cidade de Londres. A partir disso, ele compreendeu que a ausência de individualidade e privacidade são fatores que afetam essa população, por isso o enfoque do projeto foi um abrigo individual que servisse de moradia temporária e protegesse essas pessoas do clima severo da Grã-Bretanha (FURZER, 2015).

O partido do projeto foram as diversas empenas cegas que existem na cidade, que serviriam como hospedeiras e estrutura de sustentação para o abrigo. Perfis metálicos laterais fixariam a construção parasita na parede dos prédios, ao mesmo tempo que o manteria suspenso do chão garantindo a segurança e o isolamento do abrigado. O acesso aconteceria por uma escada metálica dobrável no piso do abrigo. (MAIRS, 2015).

Trabalhando com um orçamento limitado, devido a proposta do concurso, *Home for the Homeless* foi desenvolvido em módulos, pensados de forma que o material utilizado no revestimento pudesse variar de acordo com o preço e a disponibilidade na região (Figura 42). Por isso todo o fechamento é feito basicamente com chapas de compensado de madeira. Enquanto sua estrutura, esquadrias e escada são feitos de metal. As grandes janelas de vidro possibilitam que até mesmo nos dias mais frios de Londres, a luz solar aqueça o ambiente, ao mesmo tempo em que a madeira impede a dissipação desse calor (FURZER, 2015).

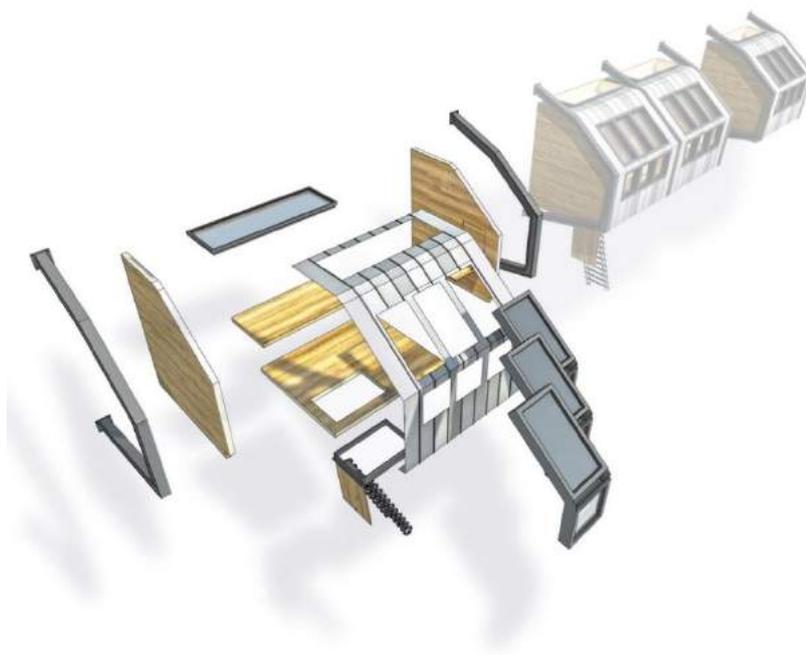


Figura 42 Composição do módulo: madeira, metal e vidro.
Fonte: FRUZER, 2015.

Apesar do conforto térmico ser eficiente, o autor do projeto explica que não se preocupou em criar um ambiente interno muito confortável, deixando o acabamento em madeira aparente e não propondo estofamentos ou outros tipos de revestimento. Essa decisão se deve pela proposta do projeto, que tem como objetivo um abrigo temporário, ou seja, ele deve proteger o abrigado das intempéries e dos perigos noturnos da rua, mas não deve ser acolhedor ao ponto de incentiva-lo a manter esse ambiente como moradia fixa e de certa forma servir como desincentivo na busca por mudança de realidade (FURZER, 2015).

Dentro do abrigo foram colocadas chapas de compensado de madeira com a função de cama, estantes e mesa, setorizando o espaço em áreas de dormitório, armazenamento e refeição (Figura 43). Usando o princípio de proporções e estimando uma figura humana com 1,7 metro, calculou-se o módulo com dimensões internas de 3,0 x 2,5 metros totalizando 7,5 m².

Após ocupado, o espaço minimalista gera liberdade de ressignificação das áreas citadas anteriormente, permitindo ao morador utilizar as chapas da maneira que considerar mais pertinentes. Como o próprio arquiteto sugere, a mesa de refeição pode ser usada como banco e até mesmo como área de socialização. Desta forma, o projeto não restringe as ações do nômade urbano, possibilitando a permanência da liberdade e das regras adquiridas nas ruas (FURZER, 2015).

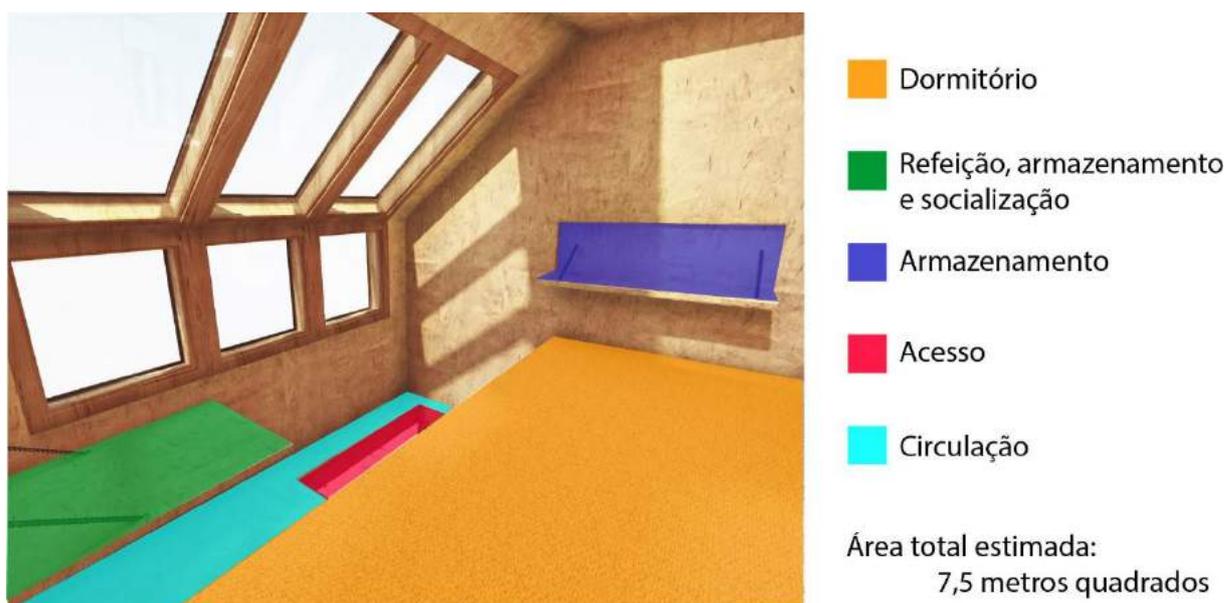


Figura 43 Setorização interna do abrigo.
Fonte: FURZER, 2015. Elaboração: a autora

James Furzer comenta que o aumento da população de nômades urbanos na Europa, se justifica pela inesperada crise econômica mundial. Essa mudança de realidade, acompanhada do sentimento de isolamento social reduz a expectativa do morador de rua para uma média de 47 anos (enquanto no Reino Unido, para a população formal essa expectativa é de 80 anos). Além disso, eles são 35 vezes mais propensos a cometer suicídio do que um cidadão formal. Essas estatísticas são justificadas pelos inúmeros insultos, assédios e ataques que os desabrigados estão expostos na cidade. O arquiteto acredita que, além de garantir mais segurança para essas pessoas, o abrigo vai auxiliar a mudar a visão da população formal em relação a esse grupo (MAIRS, 2015).

Os pontos mais relevantes a serem considerados do *Homes for the Homeless*, que podem ser tomados como diretrizes para o projeto são: o conforto térmico, a escala projetual, a materialidade e o baixo custo de produção.

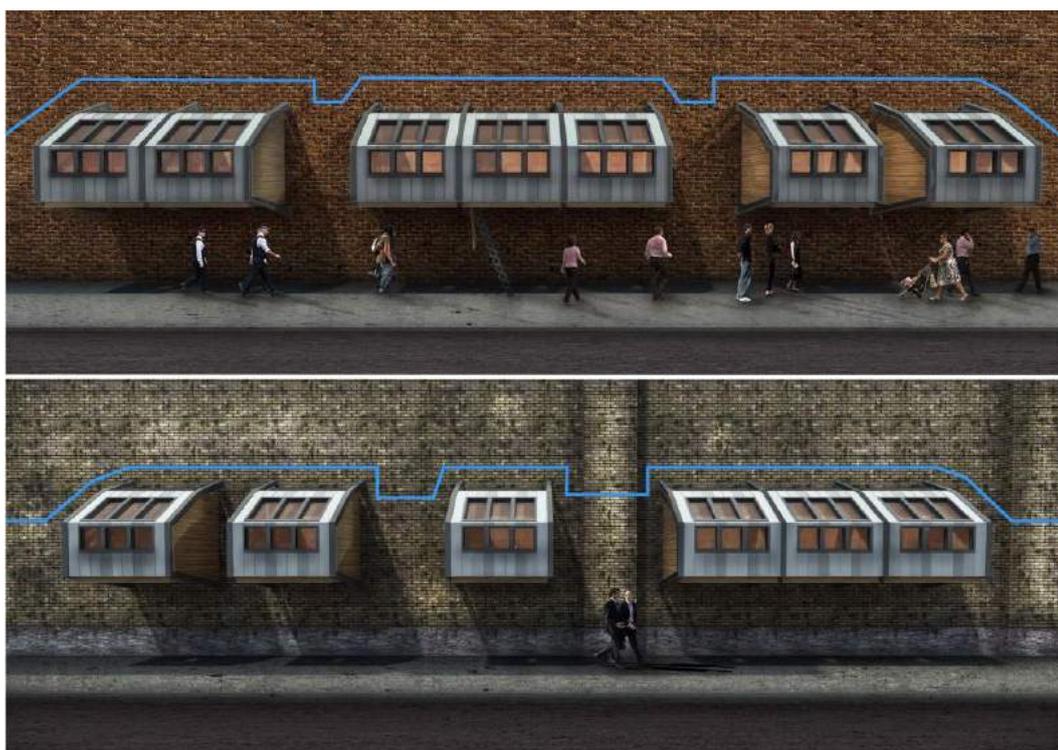


Figura 44 Configuração dos módulos em comunidade dentro do cenário urbano.
Fonte: FRUZER, 2015. Elaboração: a autora.

Como a intervenção tem como proposta o espaço público, e a área pioneira de estudo é a cidade de Curitiba é importante pensar em um abrigo com bom conforto térmico, principalmente pois a capital é conhecida por ser a mais fria do país e pelo clima instável, marcado pelos altos níveis de precipitação e de amplitude térmicas. O

projeto apresentado serve como modelo de utilização correta dos materiais para esse tipo de situação, o vidro funciona como uma estufa, servindo para captar os raios solares que aquecem o ambiente, em contraponto a madeira atua como isolante térmico que preserva esse calor.

Além disso, a possibilidade de adotar outros materiais, como por exemplo, outros tipos de madeira para a composição das chapas de compensado, possibilitam que o projeto mantenha um preço estável e acessível, independente da região de implantação. Aspecto importante para o projeto proposto neste documento, já que o objetivo é um abrigo que possa ser aplicado em diversas cidades.

Entretanto a dinâmica de fixar os abrigos em empenas cegas de propriedades privadas, pode não ser bem aceita no cenário brasileiro. Por isso, se essa estratégia for adotada, deve-se pensar na possibilidade de implantação em equipamentos públicos institucionais, ou em formas de garantir que o proprietário do imóvel receptor irá ser favorecido com essa relação, um exemplo seria a possibilidade do abrigado servir como vigilante do estabelecimento comercial durante o período em que ocupar o abrigo.

4.2 MAGGIE SHELTER

O abrigo *Maggie Shelter*, (Figura 45) desenvolvido pelo estúdio belga de engenharia e arquitetura DMOA em parceria com o projeto *Maggie Program* tem um público alvo e escala construtiva diferentes das estabelecidas para o projeto proposto, mas devido a sua inovação de materialidade ele será analisado neste momento e posteriormente relacionado ao projeto.



Figura 45 *Maggie Shelter*, aplicado como abrigo para crianças refugiadas na Bélgica.

Fonte: Maggie Program, 2017. Elaboração: a autora

O foco do DMOA era desenvolver um abrigo para refugiados que fosse de baixo custo e de montagem fácil e rápida. O resultado foi uma tenda funcional, construída com qualquer material disponível no entorno e que chega a abrigar até 60 pessoas. Por ser de fácil montagem o projeto se caracteriza como habitação temporária, única modalidade de construção permitida na maioria dos países europeus aos refugiados estrangeiros (HYPENESS, 2010).

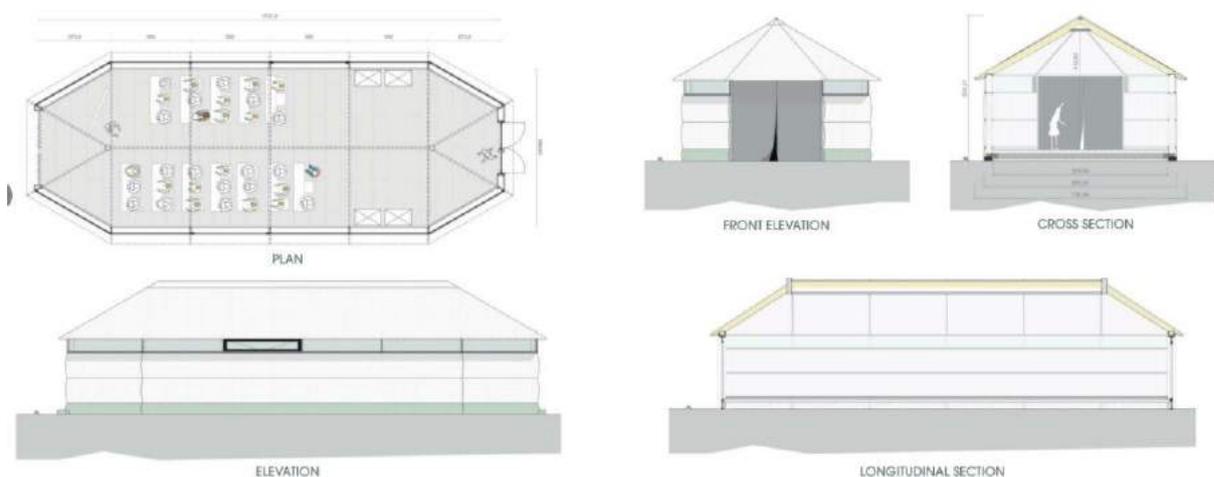


Figura 46 Desenhos técnicos do abrigo.
Fonte: Maggie Program, 2017.

O abrigo é composto por uma estrutura de perfis metálicos e é revestido com bolsas de plástico que podem ser preenchidas internamente com qualquer material disponível no entorno do acampamento (areia, plástico, matéria orgânica, entre outros.). Esse preenchimento auxilia na estabilidade do abrigo e gera um ótimo conforto térmico. Os desenvolvedores fizeram testes em laboratório e comprovaram que independente do material usado para preenchimento, o abrigo se adapta a diferentes climas e amplitudes térmicas, mantendo sempre temperaturas amenas e confortáveis (SANTOS, 2015).



Figura 47 Imagens internas do abrigo adotando diversas funções.
Fonte: Maggie Program, 2017.

Quando está pronto sua área interna totaliza 110 m², podendo ser ampliada se necessário, mas quando está compactado para transporte ele ocupa apenas 4 m³ (Figura 46). Como configura-se em planta livre, essa vasta área possibilita que o espaço assuma diferentes funções dependendo das necessidades como: dormitório, escola, hospital, sala operacional, entre outros. (Figura 47). (MAGGIE PROGRAM, 2017).



Figura 48 Diferentes modulações que o abrigo pode adotar.
Os azuis configuram o módulo padrão.
Fonte: Maggie Program, 2017.

Foram desenvolvidos diversos módulos do abrigo (Figura 48), possibilitando que ele se adapte a diferentes situações. Além de tamanhos variados, os módulos

podem apresentar mudanças construtivas como: aberturas no teto (para ventilação e manutenção da temperatura em climas mais quentes); maior número de acessos (para funções de maior demanda públicas) e divisões internas (para setorização do espaço). A ideia dos criadores é que uma vila temporária possa ser construída com os abrigos *Maggie*, proporcionando conforto e senso de comunidade nos acampamentos de refugiados, fator importante para essa população (MAGGIE PROGRAM, 2017).

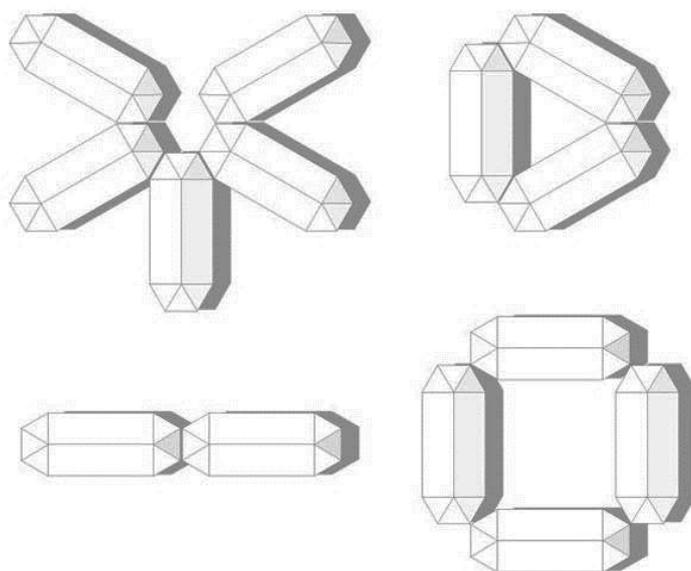


Figura 49 Sugestão da disposição dos abrigos em comunidade.
Fonte: Maggie Program, 2017.

A ideia de utilizar recursos fornecidos pelo ambiente como isolamento térmico é uma ideia que pode ser aplicada no presente projeto. Apesar de ser de uma escala maior do que a desejada para o projeto, o método construtivo é muito interessante, pois os moradores podem utilizar os materiais que eles já armazenavam para construir sua cidade informal como forma de se manter aquecidos no novo abrigo. *Maggie* conseguiu criar o mesmo conforto térmico gerado pela *Home for the Homeless* só que com materiais mais baratos e reciclados. Outra característica que também pode ser aproveitada desse projeto, são as variações construtivas possibilitada pela modulação. Por tanto a estratégia adotada nesse projeto é relevante, pois gera uma alta adaptabilidade a diferentes contextos e climas, fatores presentes na realidade brasileira.



Figura 50 Projeto piloto, Maggie Shelter, aplicado como abrigo para crianças refugiadas.
Fonte: Maggie Program, 2017. Elaboração: a autora

4.3 HOTEL EBISU

Ebisu °C (Do-C) (Figura 51) é um hotel capsula localizado na cidade de Tokyo, Japão. O projeto foi concebido pelo escritório de arquitetura Schemata Architects. Apesar de não possuir um partido semelhante ao projeto proposto nesse estudo, a dinâmica desenvolvida para os espaços é muito parecida com a proposta, o que justifica a sua análise nessa pesquisa (ARCHDAILY, 2018).



Figura 51 Quartos do hotel Ebisu.
Fonte: ARCHDAILY, 2018.

o partido desse projeto é retomar a lembrança dos hotéis capsulas mais tradicionais do Japão, sem perder o aspecto inovador e contemporâneo. Os arquitetos tinham uma preocupação muito grande de manter a relação de hotel capsula e sauna, já que essa dinâmica é tradicional no país. É importante entender nesse projeto, a compartimentação dos espaços para pernoite e banho de forma individual, sempre mantendo áreas mínimas para funcionamento dos ambientes, sem afetar o conforto dos mesmos (ARCHDAILY, 2018).

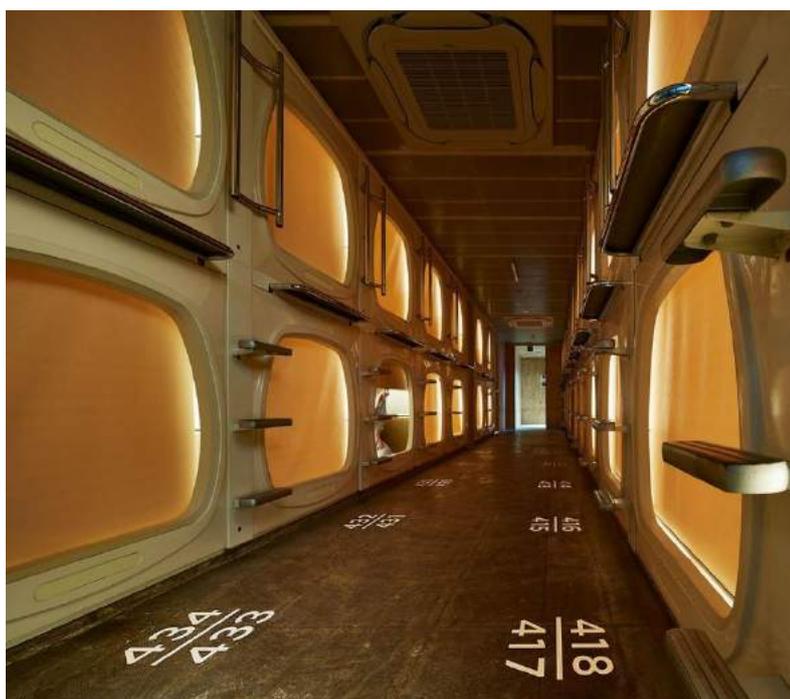


Figura 52 Corredor e quartos do hotel Ebisu.
Fonte: ARCHDAILY, 2018.

A materialidade dos espaços de convívio e circulação também é muito semelhante a proposta para o interior dos módulos, a madeira gera uma sensação de conforto e acolhimento, sensações muito importante, e necessária, para os nômades que encontram-se em processo de ressignificação de identidade pessoal, pois gera uma sensação de pertencimento e aceitação naquele ambiente (NOIRBENT, 2017).

A dinâmica dos espaços que esse projeto propicia é útil como estratégia para o presente estudo (Figura 53). Principalmente por que as regras rígidas impostas em abrigos coletivos é o maior empecilho de aproximação da população em situação de rua a esses espaços. Um abrigo individual que possibilite o empoderamento do usuário aumenta as chances de aceitação do projeto por esse público.

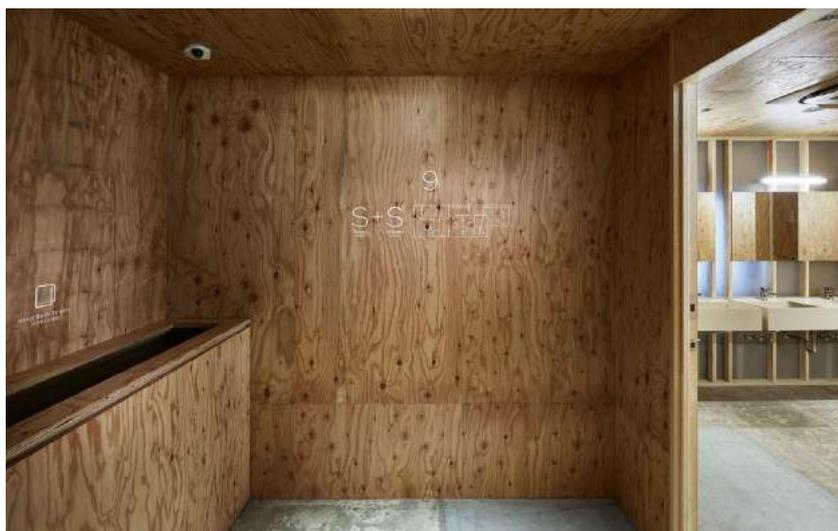


Figura 53 Materialidade dos espaços de convívio e circulação.
Fonte: ARCHDAILY, 2018.

4.4 ABRIGO DE EMERGÊNCIA

Esse abrigo emergencial (Figura 54) foi desenvolvido pelo escritório de arquitetura Conrad Gergett em parceria com os designers australianos, Nic Gonsalves e Nic Martoo. De todos os projetos correlatos apresentados até agora, esse é o que possui uma inserção urbana mais próxima da atual proposta do presente estudo (CONRAD GERGETT, 2017).



Figura 54 Abrigo emergencial no contexto urbano.
Fonte: Furutu, 2013. Elaboração: a autora.

No ano de 2012 o abrigo ganhou o primeiro *International Young Architects Ideas Awards and Exhibition* e foi exibido na *King George Square* em Brisbane. A inovação do projeto está na possibilidade de construção sem utilizar ferramentas mecânicas e no controle de interação do interior do projeto com o exterior (FURUTU, 2013).

O público alvo do projeto são as vítimas de desastres naturais causados pelo homem e o partido foi o empoderamento do usuário sobre o ambiente. Segundo seus desenvolvedores, essa possibilidade de definir o nível de envolvimento com o entorno colabora com o processo de recuperação psicológica e emocional dessas pessoas, pois gera uma sensação de controle da situação e de segurança (FURUTU, 2013).

Outro fator desse projeto que aumenta a sensação de segurança é a elevação do projeto em relação ao solo. Assim como no caso *Homes for the Homeless*, apresentado anteriormente, essa estratégia projetual cria uma separação física com solo urbano que oferece diversos riscos à saúde humana, pois aumenta as chances de contato com animais doentes, insetos venenosos e vetores de doenças. Em termos de conforto também funciona como isolamento térmico, principalmente porque cria-se uma bolsa de ar com o chão, impossibilitando a passagem de umidade e temperaturas mais frias para a parte interna do abrigo. Além de todos esses fatores físicos citados, a criação de um embasamento no projeto cria um efeito psicológico sobre o homem, ao dormir em um nível acima do chão a pessoa se sente mais digna e humanizada.



Figura 55 Detalhe do revestimento externo do abrigo.
Fonte: Furutu, 2013. Elaboração: a autora.

Essa elevação do piso só é possível nesse projeto, por causa da estrutura que foi desenvolvida. Ela é composta por um módulo de madeira cortado a laser, que varia de escala para possibilitar os encaixes sem a necessidade de fixações mecânicas. Seu revestimento externo é composto por uma espécie de telha que pode ser de madeira e opaca, ou de plástico e translúcido ou transparente, essa variação de materialidade da telha permite ao usuário personalizar a estética do projeto durante a montagem e criar um sentimento de propriedade em relação ao abrigo (Figura 55). Como é possível ver na Figura 56, internamente a própria estrutura delimita espaços

que podem ser usados como estantes, que assumem para a população alvo, a função de armazenar os pertences recuperados da catástrofe (CONRAD GERGETT, 2017).

Além do controle do envolvimento com o exterior e personalização estética. A ausência de fixações mecânicas, permite que o abrigo seja facilmente desmontado e remontado quando necessário. Todo abrigo utiliza menos de um metro cúbico de material e pode ser facilmente transportado em um veículo pequeno. A intenção foi de desenvolver um senso de controle ao ocupante e facilitar o processo de recuperação através do ato de habitar (FURUTU, 2013).

O afastamento do abrigo em relação ao solo, é uma estratégia que deve ser aplicada no projeto proposto. Principalmente, pois foi constatado no item anterior, que esse elemento é um fator relevante para nômades urbanos no momento de definir um local público de pernoite. Além disso a possibilidade de personalização do espaço, deve ser valorizada, já que cria um empoderamento sobre o espaço, ao mesmo tempo que gera um sentimento de pertencimento, estado mental muito importante no processo de reabilitação da população estudada.

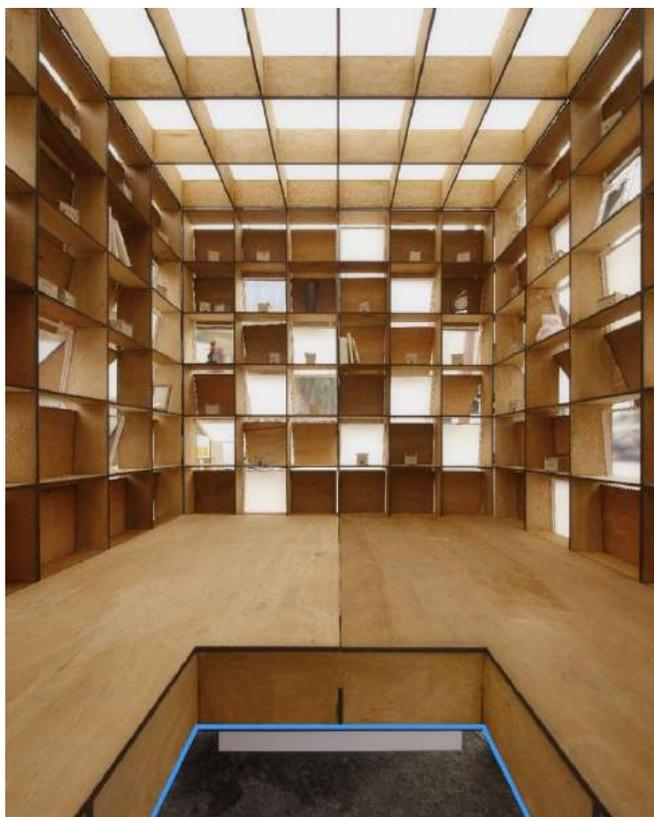


Figura 56 Detalhe do revestimento interno do abrigo
Fonte: Furutu, 2013. Elaboração: a autora.

5 DIRETRIZES PROJETAIS

O fenômeno de nômades urbanos se tornou algo afim à todas as cidades brasileiras, e buscar soluções arquitetônicas para a retirada imediata dessa população das ruas, por mais que seja relevante, não é proposta aqui apresentada, uma vez que já existem diversos modelos de equipamentos e políticas públicas que desempenham esse papel.

Torna-se importante pensar em medidas mais rápidas e eficientes para o fenômeno, já que as condições de vida dessas pessoas são de caráter emergencial, indo contra todos os direitos humanos. Já foi apresentado anteriormente, que a vivência nas ruas transforma essa população no segmento mais vulnerável dentro das cidades. Portanto, o foco do projeto é garantir melhores condições de sobrevivência para essas pessoas, por meio da proposta de um abrigo individual, que possa ser fornecido de forma rápida e eficaz, de forma a sanar as necessidades básicas dessas pessoas. Esse item tem como objetivo, traçar diretrizes para o desenvolvimento do projeto. Por isso, serão retomados informações e conceitos já apresentados, relevantes para análise.

5.1 PÚBLICO ALVO

Por meio da investigação dos pensamentos desenvolvidos na conceituação temática e dos dados apresentados na interpretação da realidade, é possível compreender melhor a situação dos nômades urbanos brasileiros durante a sua trajetória nas ruas. Na Figura 58, organizou-se, de forma esquemática, fatores que envolvem a vivência dos nômades urbanos nas cidades, com o objetivo de sintetizar os conceitos já abordados nesse estudo.

Ao traçar o perfil da população do estudo, percebeu-se, tanto no Brasil como em Curitiba, uma incidência significativa de pessoas não se encontravam na Zona de Desfiliação. Esses indivíduos, mesmo adquirindo uma vivência nas ruas, conseguiram manter relações sociais, que mesmo fragilizadas, garantem trabalhos informais e vínculos familiares. A partir da compreensão das políticas públicas brasileiras, destinadas a esse grupo percebe-se que a recuperação dessas pessoas à Zona de Integração, ao ponto de possuírem vínculos sociais e trabalhistas estáveis é viável, apesar de exigir grande esforço e força de vontade, por parte do nômade urbano. No

caso de Curitiba a realidade é mais favorável. A cidade desenvolveu maneiras para realizar um acompanhamento continuado da população e formas de acolhimento mais especializadas. Essas abordagens garantem maior chances de reinserção social aos nômades urbanos.

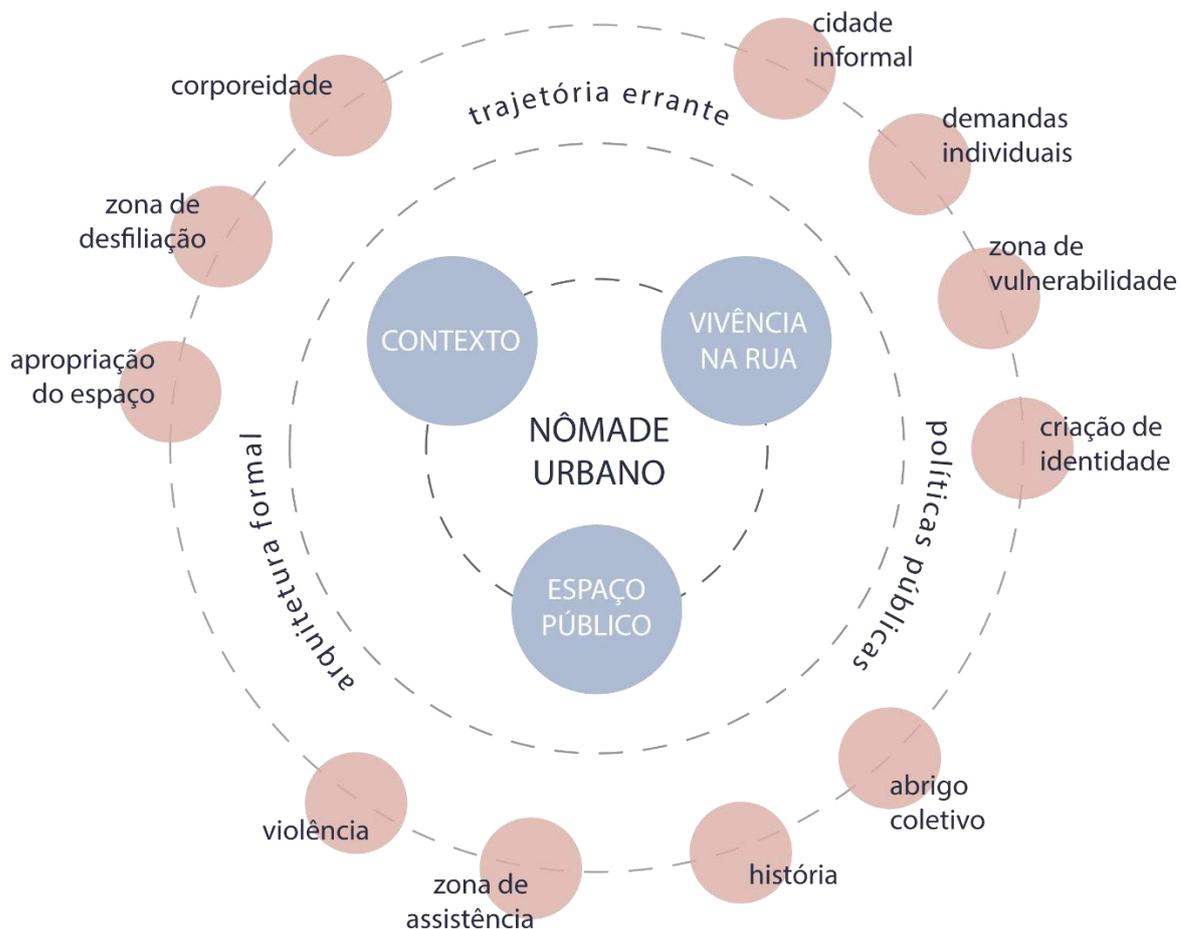


Figura 57 Fatores que envolvem a vivência dos nômades urbanos
Elaboração: a autora

Mesmo com um processo mais eficaz de atendimento, foi comprovado por meio dos dados do censo curitibano, que 58% da população de nômades da cidade prefere dormir nas ruas. Isso provoca um questionamento sobre os motivos que sustentam esse pensamento na população e estudo. Ao realizar uma análise sobre o funcionamento dos abrigos coletivos, percebeu-se uma falta de liberdade e privacidade nos equipamentos, além de diversas imposições de rotinas e regras que, muitas vezes, não condizem com a vivência nômade nas ruas. Essa imposição de valores, afeta a confiança dos sujeitos no equipamento público e distancia-os do processo de reinserção social.

Ao retomar as zonas propostas por Castel para classificação dos indivíduos na sociedade por meio da construção do diagrama, na Figura 58, percebe-se que a Zona de Desfiliação se situa na extremidade oposta a Zona de Integração, justificando a dificuldade dos indivíduos que estão no final do processo de segregação social, de retornarem para a região mais integrada a sociedade (CASTEL apud FENATO, 2007).



Figura 58 Classificação da sociedade, considerando a segregação social.
Fonte: CASTEL, 2007. Elaboração: a autora.

Entendo a lógica de funcionamento dos abrigos, percebe-se que a população de nômades na zona de vulnerabilidade ou de assistência possuem maior facilidade de integração nos equipamentos e consequente de reinserção na sociedade formal. Para o desfiliado social, esse processo de integração é mais complexo. A quebra total de vínculos sociais, em geral, é marcada por um acontecimento traumático que afasta esse sujeito da convivência com outras pessoas. O que desenvolve nessas pessoas uma desconfiança em todas as interações sociais, antes mesmo delas acontecerem.

Compreendendo esse processo, torna-se mais fácil identificar os motivos que levam os desfiliaados sociais a não se adaptarem a rotina de um abrigo coletivo, onde as interações sociais são sempre constantes e quase que obrigatórias para o funcionamento de logística o local. Isso justifica a porcentagem elevada de nômades urbanos que preferem pernoitar nas ruas do que nas casas de acolhida.

É justamente esse segmento da população dos nômades urbanos, que o projeto de abrigo individual busca atender. Considerando em Zona de Desfiliação todas as pessoas em situação de rua devido ao desemprego é possível estabelecer o público alvo do projeto, e torna possível estimar uma média de abrigos necessários para atender essa população.

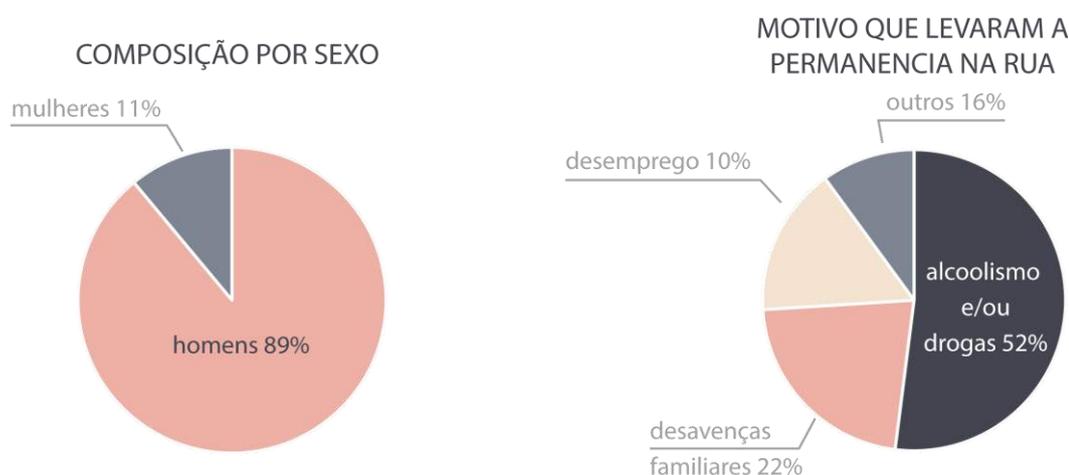


Figura 59 Perfil do nômade urbano curitibano
 Fonte: FAS, 2017. Elaboração: a autora

Considerando que 22% dos nômades urbanos estão nas ruas por desavenças familiares, e considerando a população em situação de rua, na cidade de Curitiba, equivalente à 1.715 pessoas. Entende-se que 378 pessoas precisam de atendimento e abrigo individuais na cidade. Entretanto, como a região de análise e implantação do projeto piloto é o bairro Centro, considerou-se como público alvo para esse primeiro estudo, 22% da população em situação de rua na regional Matriz⁷, ou seja, 147 pessoas, Tabela 4.

Tabela 4 Estimativa de população atendida pelo projeto piloto

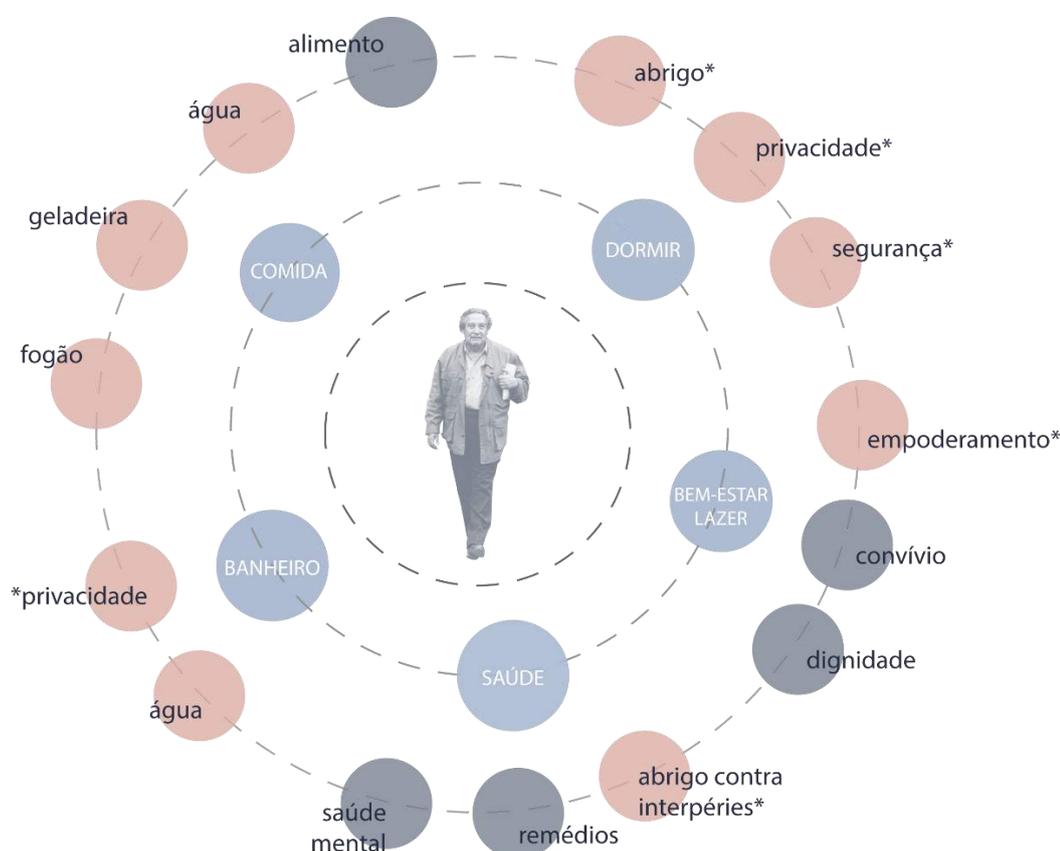
População de nômades urbanos em Curitiba	1715 pessoas
População de nômades urbanos na regional Matriz	670 pessoas
População de nômades urbanos atendidos	147 pessoas (22% da pop.)

Vale ressaltar que o abrigo tem como foco um projeto que permita a sua aplicação em diversas cidades brasileiras, entretanto se faz necessário prever algumas adaptações necessárias para cada região do país. Como foi demonstrado nos itens anteriores, a população de nômades urbanos curitibanos não possuiu características muito destoantes que impactem no desenvolvimento do projeto, mas a cidade apresenta muitas condicionantes climáticas que deveram ser consideradas para o conforto térmico do espaço, como por exemplo alta amplitude térmica.

⁷ Quantitativo populacional, mais restrito em relação ao bairro Centro, encontrado nos registros da Fundação Social (FAS).

5.2 CONDICIONANTES

Tendo em vista o público alvo apresentado, se faz necessário estabelecer algumas diretrizes para norteamento do projeto. Considerando que o abrigo deve auxiliar na sobrevivência dos nômades urbanos, torna-se importante analisar as necessidades básicas ao homem como ser vivo, definindo desta forma as principais atividades relacionadas diretamente à sua sobrevivência. Entre elas, destacam-se, a pernoite, o bem-estar, a saúde e a alimentação. Desmembrando essas atividades é possível elencar os principais elementos que compõem cada uma delas. Na Figura 60, foi colocado em rosa, os elementos que o abrigo individual deve fornecer para cumprir com a sua função na cidade.



*elementos que podem ser atendidos diretamente com um abrigo individual

Figura 60 Necessidades básicas ao homem

Elaboração: a autora

Percebeu-se desta forma, que alguns elementos não são atendidos pelo módulo de abrigo individual. Com o objetivo de sanar essas outras necessidades, é inevitável a criação de outros módulos, que são: módulo de cantina, para refeições; módulo de higiene, para as necessidades fisiológicas; módulo de apoio, para atendimento psicológico e capacitação dos nômades urbanos atendidos.

Embasando-se nessas necessidades básicas elencadas e na compreensão histórica da evolução do abrigo emergencial, entende-se como diretrizes básicas a um abrigo emergencial bem-sucedido:

1. Adaptabilidade ao contexto (terreno);
2. Simplicidade;
3. Flexibilidade de layout e uso;
4. Fácil processo de montagem;
5. Fácil transporte;
6. Narrativa itinerante
7. Fabricação replicável e barata;

Seguindo esses princípios, a primeira diretriz a ser cumprida é a definição da escala, por tratar-se de um abrigo individual não existe a necessidade de um espaço de grande porte, por isso a área máxima estipulada para projeto é de 36,4 metros quadrados para cada abrigo. Área que deve ser contida nas medidas máximas permitidas pela CONAMA para transporte nas estradas, ou seja, deve possuir no máximo uma largura de 2,60 metros, um comprimento de 14,00 metros e uma altura menor que 4,40 metros. Contendo o abrigo dentro dessas medidas a diretriz de fácil transporte e narrativa itinerante atendidas.

Sobre a diretriz de fabricação replicável e barata, se faz necessário pensar na materialidade do abrigo; dentre os principais materiais analisados, os que mais se destacam por adaptabilidade e melhor atendimento das atuais demandas projetuais são: metal; vidro e madeira.

Como metal e vidro são materiais com alto valor agregado se propõe a sua utilização de forma restrita, focando o seu uso em estrutura e esquadrias quando necessário, priorizando sempre que possível a madeira como forma de acabamento e revestimento. O Brasil é um país rico em recursos madeireiros, por isso propõem-se a utilização de chapas de OSB (*Oriented Strand Board*) para compensação dos gastos com os outros materiais. Além disso, esse tipo de material tende a manter um preço estável por todo o país, já que dependendo do lugar utiliza-se na sua composição as madeiras mais abundantes na região.

Para uma melhor viabilidade de funcionamento do projeto, sugere-se que a FAS realize a administração e supervisão dos abrigos, permitindo dessa forma que os assistentes sociais realizem o acompanhamento da população de desfiliaados sociais de maneira mais sutil, e realizando abordagens menos frequentes conforme os indivíduos demonstrem responsabilidade no uso do espaço cedido.

Para implantação e gestão do abrigo propõem-se uma parceria público – privada, que funcionaria da seguinte forma: em um primeiro momento, a FAS identifica as áreas abandonadas ou subutilizadas que possuem potencial para receber os módulos, a partir desse levantamento a prefeitura entra em contato com o proprietário do terreno para firmar um contrato de uso parcial, de forma que: os proprietários que cederem o imóvel receberam desconto no IPTU; não é permitido o uso capião do terreno por tempo de ocupação; e o proprietário pode rescindir ao contrato a qualquer momento, tendo a prefeitura 30 dias para desocupar o local. Definidos os terrenos, os módulos são aplicados e repassados para administração da FAS, que irá identificar os nômades urbanos que poderão usufruir dos módulos. Caso o nômade urbano aceite participar do projeto, ele firma um contrato para ocupação do módulo durante um ano, passado esse período ele deve cede-lo a outra pessoa (Figura 61). O período de um ano, foi estipulado pois entende-se que esse é o tempo necessário para que a pessoa realize uma capacitação e consiga exercer uma atividade remunerada, podendo se sustentar em um imóvel alugado ou em condomínio social.

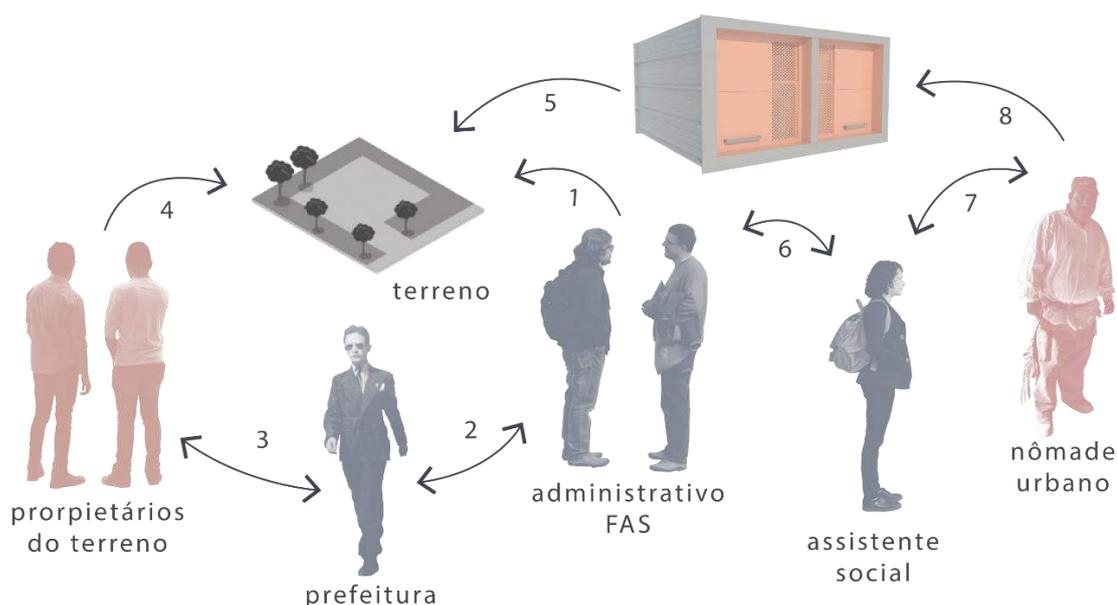


Figura 61 Processo de implantação e gestão do abrigo
Elaboração: a autora

5.3 LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO

Com bases nessas condicionantes, realizou-se uma análise sobre as formas de ocupação da arquitetura formal, por parte dos nômades urbanos e percebeu-se que eles usam os espaços públicos de maneira inteligente, sempre buscando a melhor forma de adaptabilidade das fachadas para realizar a pernoite. Por isso, localizou-se pontos para implantação dos módulos com base nos locais de pernoite já adotados pelos nômades urbanos.

Para implantação dos módulos foram identificadas áreas subutilizadas ou abandonadas no centro da cidade, e foram priorizados os espaços próximos a locais com concentrações de população nômade pernoitando. Não foram considerados como áreas de intervenção, prédios históricos e/ou tombados, praças públicas e mobiliários urbanos, pois foi compreendido que esses espaços e equipamentos já desempenham um papel importante na cidade e por isso não podem ser considerados subutilizados, independente do seu estado de conservação e/ou taxa de uso.

Desta forma, cinco locais foram escolhidos para implantação dos Módulos de Apoio, que atuam como auxílio e administração das outras tipologias de módulos. Com base nesses pontos, distribuí-se os outros módulos em locais de interesse de implantação, respeitando uma distância de 600 metros dos Módulos de Apoio, como é possível ver na Figura 62, a maior parte do centro foi abrangida e foi possível atender à demanda de módulos para o público alvo desse estudo.

Considerou-se que junto com os Módulos de Apoio seriam implantados os módulos de Cantina e Higiene e se possível Módulos de Abrigo. É importante considerar que os locais apontados no mapa podem receber mais de um módulo dessa mesma tipologia indicada, número que varia de acordo com a capacidade e contexto de cada área de intervenção.

LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO DOS MÓDULOS NO BAIRRO CENTRO, NA CIDADE DE CURITIBA

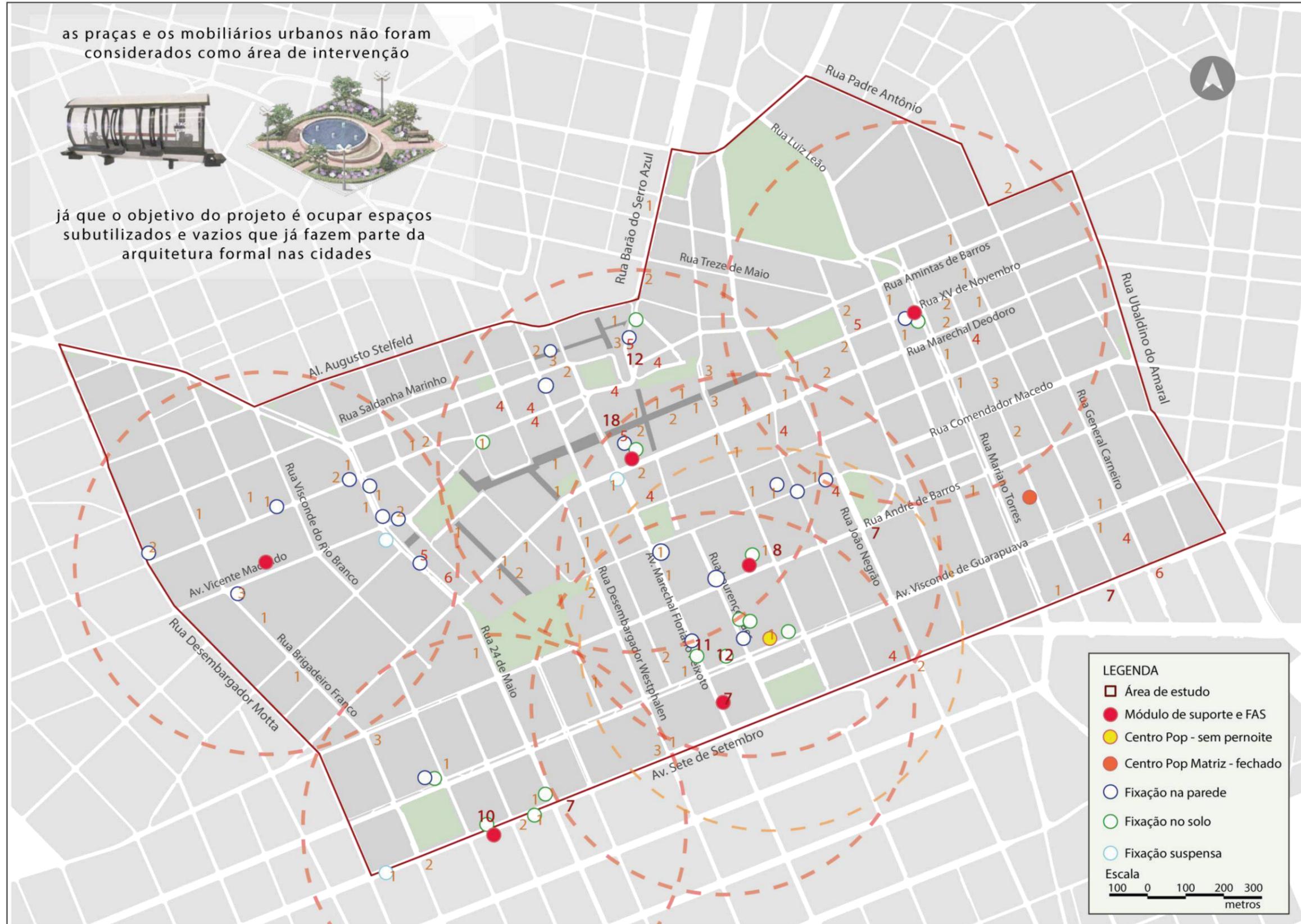


Figura 62 Locais de implantação dos módulos no bairro centro, na cidade de Curitiba. Elaboração: a autora.

O terreno na Rua Mariano Torres, esquina com a Rua Marechal Deodoro foi selecionado como terreno piloto para implantação de estudo, ele foi escolhido pois de todos os outros é o que possibilita uma implantação mais elaborada e diversificada, se comparada com as demais, além disso ele situa-se em um local importante na cidade, próximo a diversos marcos urbanos, isso possibilita uma boa visibilidade do projeto pela sociedade formal, Figura 63.

Também se identificou que essa área possui mais pontos de pernoites individuais ou de pequenos grupos, ou seja, provavelmente nessa região existe uma concentração de desfiliaados sociais em situação de rua, público alvo do projeto. Locais com grupos de grande aglomeração de nômades urbanos não caracteriza lugares de permanência de desfiliaados sociais. Esse fator reforça esse terreno como local de implantação piloto do projeto.

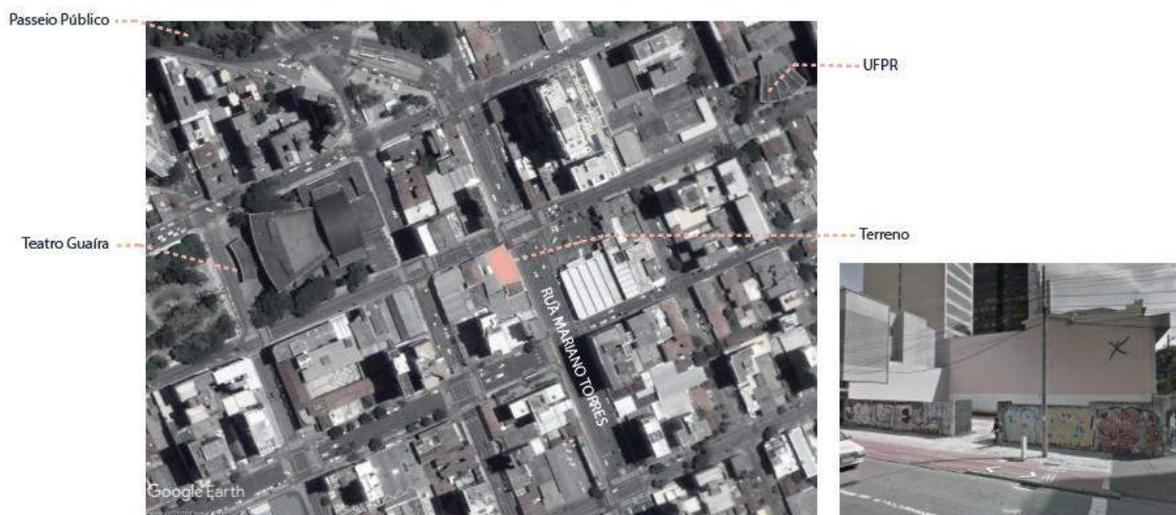


Figura 63 Terreno de implantação piloto dos módulos. Elaboração: a autora.

6 O PROJETO

O projeto arquitetônico procurou atender as demandas apresentadas nesse trabalho, trazendo para o centro da cidade áreas formais destinadas exclusivamente para a população de nômades urbanos. O principal objetivo do projeto é aumentar as chances de sobrevivência dessa população nos centros urbanos e gerar dignidade para eles, por meio do aumento de visibilidade no centro urbanos e respeito dos seus espaços por parte da sociedade formal.

Analisando as necessidades básicas ao homem para sobrevivência, percebe-se a necessidade na criação de outros módulos que auxiliam no atendimento desses elementos que diferem do abrigo individual. Os espaços necessários foram dispostos em módulos, com objetivo de facilitar o transporte, logística e fabricação dos mesmos. Desta forma foram desenvolvidos 5 módulos.

O primeiro deles, que deu origem a esse projeto, é módulo de abrigo, dimensionado em 2,58 metros de comprimento, 1,5 metros de largura e 2,35 de altura. Cada módulo fornece abrigo para uma pessoa e possui para apoio, uma cama e uma mesa, ambas retrátil, uma estante e das prateleiras com iluminação à bateria, por meio de fitas LED.

O segundo módulo é uma variação do Módulo de Abrigo, que é o Módulo Capsula. Dimensionado com 2,42 metros de comprimento, 2,58 metros de largura e 1,35 metros de altura. Ele foi pensando para ocupação dos vazios gerados nas galerias do plano massa. Cada módulo desse possui duas cápsulas para ocupação individual, como apoio possui um móvel que cumpre a função de mesa e estante e também possui iluminação à bateria por meio de fita LED.

O terceiro é o Módulo Cantina, ele surge com a necessidade de espaço para preparo de alimentos e refeições, dimensionado com 3 metros de comprimento, 2,52 de largura e 2,70 de altura. O módulo é equipado com fogão elétrico, pia, reservatório de água e uma mesa para refeições e convivência.

O quarto módulo é o Módulo de Higiene, que também surge de uma necessidade de espaço para realização das necessidades fisiológicas e higiene pessoal. Dimensionado com 3,08 metros de comprimento, 2,52 metros de largura e 2,70 de altura, ele mantém a mesma estrutura e dimensões do Módulo de Cantina, Ele conta com tanque para lavar roupas, reservatório de água, torneira para higiene

das mãos, sanitário e chuveiro. Sua planta foi desenvolvida com o objetivo de uso simultâneo de até 3 pessoas, sem interferência nas atividades de uso.

O quinto e último módulo é o Módulo de Apoio, desenvolvido com objetivo de formalizar a presença da FAS fisicamente na administração dos outros módulos e como espaço para atendimento psicológico e de capacitação dos nômades urbanos. O maior de todos os módulos foi dimensionado com 5,94 metros de comprimento, 2,56 metros de largura e 2,70 metros de altura. Ele possui uma divisória móvel que permite ao espaço novos usos, como sala de reunião, sala de projeção, sala de dinâmicas e sala de atendimento psicológico.

Como mencionado anteriormente a implantação piloto foi realizado no terreno na Rua Mariano Torres, esquina com a Rua Marechal Deodoro. Atualmente ele funciona como estacionamento, por isso a implantação teve como partido a liberação do solo para que o seu uso atual não seja interrompido, o único módulo que ficou no solo foi o Módulo de Apoio, pois entende-se que seu público é oriundo de outras áreas de intervenção. Nessa implantação é possível ver a alternância de cores nos módulos, de acordo com o seu uso e a estrutura metálica servindo como elemento complementar para implantação em locais acima do nível do solo.



Figura 64 Implantação piloto do projeto.
Elaboração: a autora.

6.1 OUTROS LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO



Figura 65 Implantação do Módulo Capsula, em galeria do Plano Massa na Rua XV de Novembro. Elaboração: a autora.



Figura 66 Implantação do Módulo de Abrigo, em empena cena na Travessa da Lapa. Elaboração: a autora.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo permite uma melhor compreensão da realidade dos nômades nos centros urbanos e da sua relação com a arquitetura formal das cidades. Foi possível perceber algumas formas de posicionamento dessa população dentro da sociedade sedentária, além de processos de adaptação enfrentados durante essa vivência nas ruas, como por exemplo, a ressignificação da própria identidade pessoal e sua aceitação como nômade urbano.

Por meio da análise dessas singularidades, foi possível identificar pensamentos condicionados à sociedade contemporânea que se rompem em um contexto de vida nômade, como por exemplo a unilateralidade na compreensão dos espaços; dentro e fora, público e privado. O nômade urbano atinge um alto grau de experimentação dos espaços públicos, enquanto, a sociedade formal se apropria dos espaços artificiais, como shoppings centers, escritórios e escolas. Tal fato, gera um estranhamento em relação a ocupação dos nômades em relação aos espaços públicos e a própria aceitação dele na sociedade formal, conceitos que constroem um muro de isolamento no inconsciente social, ideias pré-definidas sobre a população de estudo, impedindo qualquer busca por empatia e compreensão da situação desses sujeitos.

Ao tentar ver através desse muro de preconceitos, esse estudo percebeu uma beleza na trajetória nômade informal, cheia de criatividade e vislumbres construtivos. Ela coexiste em espaços ociosos e mutáveis de acordo com as necessidades do momento, unindo a noção de corpo e abrigo em um único personagem. A análise dos locais de pernoite, permitiu uma identificação na maneira como essas pessoas usam a arquitetura formal das cidades como fator de auxílio para sobrevivência.

Para trabalhos futuros, propõem-se uma análise mais aprofundada sobre a arquitetura informal produzida por essas pessoas. Além do desenvolvimento de novos levantamentos que identifiquem outras formas de ocupação dos espaços públicos, por parte dos nômades urbanos, que envolvam outros fins que não sejam a pernoite, como por exemplo, locais de armazenagem de pertences pessoais.

Quanto ao perfil do nômade urbano, identificou-se dentro do grupo de estudo, um segmento de desfiliaados, caracterizado pelo completo rompimento com os vínculos sociais e, conseqüentemente, apresentando dificuldades de reinserção na sociedade. Esses sujeitos, tendem a negar qualquer forma de assistência que resulte em um processo de acolhimento coletivos ou de convívio forçado com outras pessoas.

Essa ausência na capacidade de envolvimento, coloca essas pessoas na categoria mais vulnerável socialmente, pois não possuem nenhuma forma de auxílio externo para sobrevivência e nenhum registro formal ou afetivo que reforce a sua existência na sociedade. Partindo dessa constatação, comprovou-se a necessidade no desenvolvimento de um abrigo diferenciado para esses sujeitos. Surge então a proposta de um abrigo individual, com o objetivo de traduzir as necessidades de sobrevivência dessa população nas ruas, em um espaço formal e respeitado dentro da cidade, gerando mais dignidade, visibilidade e respeito dessa população de nômades urbanos, criando assim, uma formalização da sua existência perante a sociedade formal.

8 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDERS, Gustavo Caminata. **Abrigos temporários de caráter emergencial**. São Paulo. USP, 2017.

ARCHDAILY. **Hotel Ebisu °C (Do-C) / Schemata Architects**. Março de 2018. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/890467/hotel-ebisu-oc-do-c-schemata-architects>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

BEM PARANA. **Morador de rua é esfaqueado na boca maldita**. Disponível em: <http://www.bemparana.com.br/noticia/531226/morador-de-rua-e-esfaqueado-na-boca-maldita>. Acesso em: 09 de nov. de 2017

BONDUKI, Nabil. **Os Pioneiros da Habitação Social** - Vol. 1: Cem Anos de Política Pública no Brasil. São Paulo: Unesp, 2014. 388 p.

_____. **Política nacional para a população em situação de rua**. Decreto Nº 7.053, Brasil, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 29 de set. de 2017

CARDOSO, Sônia Letícia de Mello. **Direito urbanístico**. Revista Jurídica Cesumar V.3, n.1, 2013.

CARVALHO, Miguel Meira. **Abrigo Móvel Sustentável para Nômadas Urbanos**. Técnico Lisboa. Lisboa, Maio de 2015.

CASTELNOU, Antonio. **Teoria do Urbanismo**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CHAPANSKI, Gisele. Palestra: **Genius loci, memórias e poética do espaço**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 07 mar. 2017.

CONRAD GARGETT. **Emergency Shelter**. Disponível em: <http://www.conradgargett.com.au/project/emergency-shelter/> Acesso em: 01 de jun. 2017.

CORTEZ, Glauco Rodriues. **Os espaços de comunicação nas cidades medievais: um estudo sobre a mediação cultural e a constituição comercial da mídia moderna**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Brasília, v.12, n.1, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/243/332>. Acesso em: 01 de set. de 2017.

CURITIBA. **Casa da Acolhida e Centro POP estão prontos para atender a população de rua**. Notícias, Bairro Novo, 2017. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/casa-da-acolhida-e-centro-pop-estao-prontos-para-atender-a-populacao-de-rua/42218>. Acesso em: 30 de out. de 2017.

CURITIBA. **Curitiba inaugura primeiro condomínio social do Brasil.** Ação Social, 2014. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-inaugura-o-primeiro-condominio-social-do-pais/33012>>. Acesso em: 30 de out. de 2017.

CURITIBA. **FAS realiza pesquisa sobre população em situação de rua em Curitiba.** Notícias, Ação Social, 2016. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/fas-realiza-pesquisa-sobre-populacao-em-situacao-de-rua-de-curitiba/40126>>. Acesso em: 23 de maio de 2017.

CURITIBA, Humans of. **Humans of Curitiba.** 2017. Disponível em: <<https://humansofcuritiba-blog.tumblr.com/>> Acesso em: 23 de maio de 2017

DELEUZE, Gilles. GUATARRI, Félix. **Mille plateaux - Capitalisme et scbizophrénie.** V. 5. Editora 34, Paris, 1980.

DE LUCCA, Daniel. **A rua em movimento – experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua.** 241f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

EICHEMBER, André Teruya. **Moradores de rua: paredes imaginárias, corpo criativo.** Vitruvius, 047.07, ano 04, abril de 2014: Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.047/597>>. Acesso em: 23 de maio de 2017.

_____, **Site Oficial,** Fundação Social de Ação Social, 2017. Disponível em <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br>> Acesso em 13 de abr. de 2017.

_____, **FAS realiza pesquisa sobre população em situação de rua de Curitiba.** Fundação Social de Ação Social, 2016. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/fas-realiza-pesquisa-sobre-populacao-em-situacao-de-rua-de-curitiba/40126>>. Acesso em: 01 de jun. de 2017.

FRANGELLA, Simone M. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo.** Ananblume, Fapesp, 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Corpo de moradora de rua é achado com marcas de tiros em Copacabana.** Outubro de 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1928263-corpo-de-moradora-de-rua-e-achado-com-marcas-de-tiros-em-copacabana.shtml>>. Acesso em: 09 de nov. de 2017

FURUTU, Alison. **Vencedor do Concurso de Abrigo de Emergência / Nic Gonsalves + Nic Martoo.** Archdaily, 2013. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-122586/vencedor-do-concurso-de-abrigo-de-emergencia-slash-nic-gonsalves-plus-nic-martoo>>. Acesso em 01 de jun. de 2017.

FURZER, James. **Homes for Homeless.** Space for new vision, FARKO, 2015 Disponível em: <http://www.fakro.com/att/COMMON/prof/architect/JAMES_FURZER_1.pdf> Acesso em 25 de maio de 2017.

G1. **Morador de rua é morto a pauladas dentro de abrigo em Colatina noroeste do es.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/espírito-santo/norte-noroeste-es/noticia/morador-de-rua-e-morto-a-pauladas-dentro-de-abrigo-em-colatina-noroeste-do-es.ghtml>>. Acesso em: 09 de nov. de 2017.

G1. **Morador de rua tem o corpo queimado enquanto dormia no centro do Recife.** Disponível em: <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/morador-de-rua-tem-o-corpo-queimado-enquanto-dormia-no-centro-do-recife.ghtml>>. Acesso em: 09 de nov. de 2017

G1. **Cesta básica ficou mais cara em 16 capitais em março, aponta Dieese.** Seu Dinheiro, 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2016/04/cesta-basica-ficou-mais-cara-em-16-capitais-em-marco-aponta-dieese.html>>. Acesso em: 10 de nov. de 2017.

GALINDO, Rogerio. **Em três meses de gestão Greca, problema dos moradores de rua aumentou, dizem números.** Gazeta do Povo, Blog, 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/em-tres-meses-de-gestao-greca-problema-dos-moradores-de-rua-aumentou-dizem-numeros/>>. Acesso em: 30 de out. de 2017.

GAZETA DO POVO. **No Rebouças tem uma casa de mulheres.** Vida e Cidadania, 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/jose-carlos-fernandes/no-reboucas-tem-uma-casa-de-mulheres-ckmvcyazj66k2mqj2chtpvt4q>>. Acesso em: 30 de out. de 2017.

GAZETA DO POVO. **Conheça a Casa da Acolhida.** Vídeos, 2014. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/videos/conheca-a-casa-da-acolhida-e-do-regresso-de-curitiba/>>. Acesso em: 27 de maio de 2017.

GAZETA DO POVO. **Curitiba tem menos dias de sol que NY, Londres, Berlim e Praga.** Curitiba, 2014. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/curitiba/curitiba-tem-menos-dias-de-sol-que-ny-londres-berlim-e-praga-97wqsyff1z08plr9sby7v0i6>. Acesso em: 09 de nov. de 2017.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Visão do Paraíso.** Cia das Letras, 2010. Disponível em: <<https://www.companhiadasletras.com.br/detalhe/trechos/12895.pdf>>. Acesso em: 01 de set. de 2017.

HYPENESS. **Abrigo para refugiados inovador e de baixo custo pode ser feito com qualquer material disponível.** Hypeness, 2010. Disponível em: < www.hypeness.com.br/2016/01/abrigo-para-refugiados-inovador-e-de-baixo-custo-pode-ser-feito-com-qualquer-material-disponivel/> Acesso em: 25 de maio de 2017.

_____. **Censo Demográfico 2010.** IBGE, 2011. Disponível em: < censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 de out. de 2017.

_____. **Nosso Bairro / Centro.** Regional Matriz, Curitiba, IPPUC, 2015. Disponível em: < <http://www.ippuc.org.br/nossobairro/anexos/01-Centro.pdf>>. Acesso em: 01 de set. de 2017.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. Parte 1, 3 edição. Editora Martinsfontes, São Paulo, 2011.

JAMESON, F. **A virada cultural**: reflexões sobre o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOSCHIAVO, Maria Cecília. **Arquitetura, os moradores de rua e a transfiguração de nossa sociedade**. Arqtexto. 2005.

MAIRS, Jessica. **James Furzer to crowdfund parasitic sleeping pods for London's homeless**, Dezeen, 2015. Disponível em: <https://www.dezeen.com/2015/08/19/james-furzer-crowdfund-parasitic-sleeping-pods-london-homeless-indiegogo/>. Acesso em: 25 de maio de 2017.

MAGGIE PROGRAM. **Innovation of the maggie**. Disponível em: <http://maggie-program.org/innovation-of-the-maggie/#why>. Acesso em: 25 de maio de 2017.

META, Instituto de Pesquisa e Opinião. **Primeiro censo e pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Caderno de Estudos n.13. 2012. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/C13%20n104%20-%20PRIMEIRO%20CENSO%20E%20PESQUISA%20NACIONAL%20SOBRE%20A%20POPULACAO%20EM%20SITUACAO%20DE%20RUA.pdf>>. Acesso em: 20 de out de 2017.

NASCIMENTO, Denise Morado; BRAGA, Raquel C. de Queiroz. **Deficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma questão a ser aprendida?** Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. USP, 2009.

NOLLI, M. Vivian; LAROCA, Christine; VARISCO, Q. Varisco. **Desenvolvimento de projeto para um abrigo de caráter temporário, emergencial e sustentável em madeira e bambu**. XV EBRAMEN. Curitiba, PR. Maio de 2016.

OH, Eric. **Casulos anexados a edifícios proporcionam abrigo para moradores de rua no Reino Unido**. Archdaily. Julho de 2015. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/770584/casulos-moveis-proporcionam-abrigo-para-moradores-de-rua-no-reino-unido>> Acesso em: 25 de maio 2017.

ONU, **Relatório de Desenvolvimento Humano de 2016**. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/relatorio-do-pnud-destaca-grupos-sociais-que-nao-se-beneficiam-do-desenvolvimento-humano-brasil-estagnou-no-idh/>> Acesso em: 24 de abr. 2017.

PREECE, Rob. **Lost Britain from above: Thousands of historic aerial photographs - which were almost lost forever - go online for the first time**. Daily Mail, 2012. Disponível em <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2164074/Britain-Above-Thousands-historic-aerial-photographs-online-time-today.html#ixzz4fDoBdatE>>. Acesso em: 24 de abr. 2017,

RAMOS, Márcia Eliane. **A cidade no capitalismo: O lugar do homem.** Boletim Goiano de Geografia, Universidade Federal de Goiás. Jan/Jun, 1997.

ROCHA, Bruno Massara. **Conceitos sobre arquitetura primitiva e derivações.** Artigo Online. 2002. Disponível em <http://www.territorios.org/teoria/H_C_primitiva.html>. Acesso em: 24 set. 2014.

RODRIGUES, Auro Jesus et al. **A urbanização no mundo e no Brasil sob um enfoque geográfico.** Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT, p.95-106, out. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/view/2235>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

RUBIN, Graziela Rossatto; BOLFE, Sandra Ana. **O desenvolvimento da habitação social no Brasil.** Ciência e Natura, Santa Maria, v. 2, n. 35, p.201-213, maio 2014.

SANTOS, Cristiane de Souza et al. **Uma análise sobre o atendimento à população em situação de rua no município de Belém/PA.** VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2013.

SANTOS, Sabrina. **DMOA's Maggie Shelter Provides Stable Facilities for Refugees.** Archdaily, 2015. Disponível em: <http://www.archdaily.com/779693/dmoas-maggie-shelter-provides-more-stable-facilities-for-refugees>. Acesso em: 26 de maio de 2017.

SILVA, Daiane Gasparetto. **Corpos em Situação de Rua em Belém do Pará.** Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Pará, 2014.

SOARES, Gustavo Brandão Nogueira. **Proposta de abrigo temporário móvel para uso emergencial com perfis metálicos.** Departamento de Engenharia Civil, Universidade Federal de Ouro Preto, 2014.

TONHATI, Wendy. **Jovem é preso após pisotear e bater cabeça de morador de rua no muro.** Midiamax. Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/policia/preso-pisotear-bater-cabeca-morador-rua-muro-356175>>. Acesso em: 09 nov. de 2017

USP. **Histórico das cidades.** Gestão Ambiental Urbana, 2008. Disponível em: <http://cmq.esalq.usp.br/wiki/lib/exe/fetch.php?media=publico:syllabvs:lcf0300:histori_codascidades.pdf>. Acesso em: 01 set. de 2017

VALENCIO, Norma et al. **Sociologia dos desastres: Construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** RiMa Editora, São Carlos, v. 2, p 53 - 72, 2010.

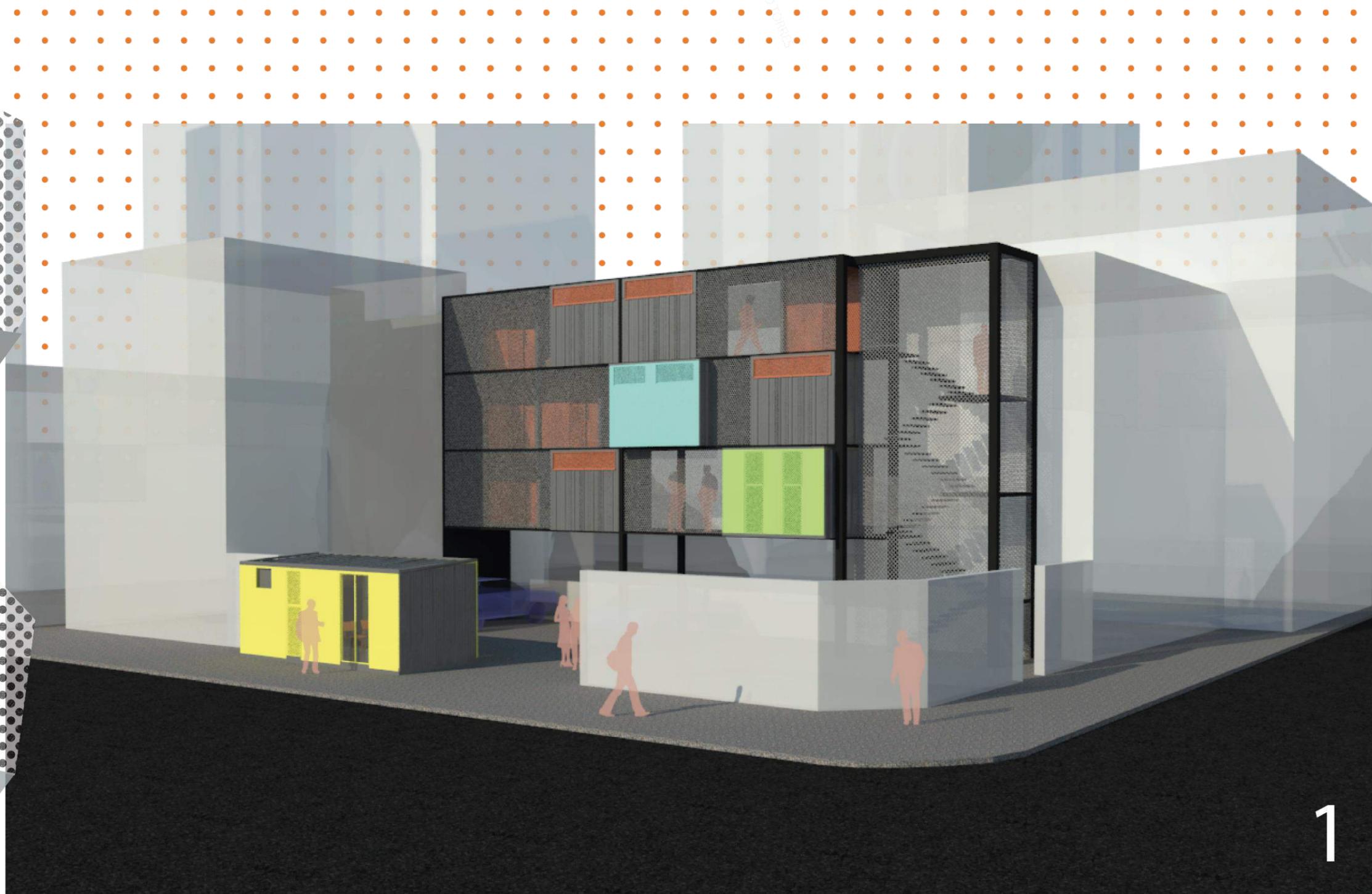
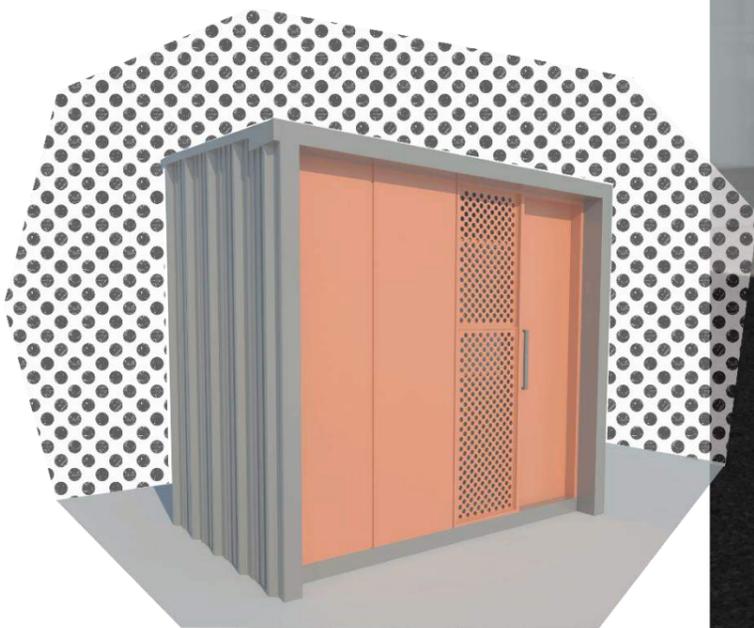
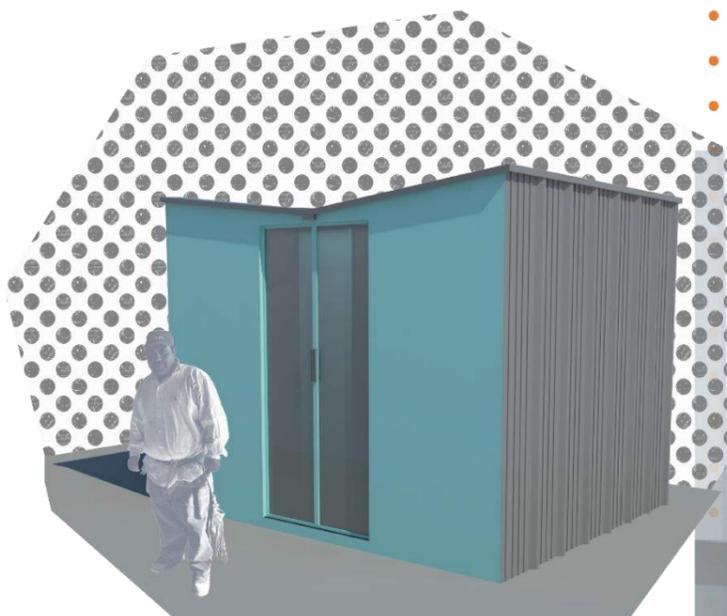
VALENCIO, Norma. **Da área de risco ao abrigo temporário uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária.** 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008.

VALENÇA, Márcio Moraes. **Alternativa de provisão habitacional no Brasil e no mundo.** Mercator vol.13, no.3. Fortaleza, Sept/Dec. 2014.

A VIVÊNCIA DOS NÔMADES URBANOS UMA PROPOSTA DE ABRIGO INDIVIDUAL ESTUDO DE CASO : CURITIBA

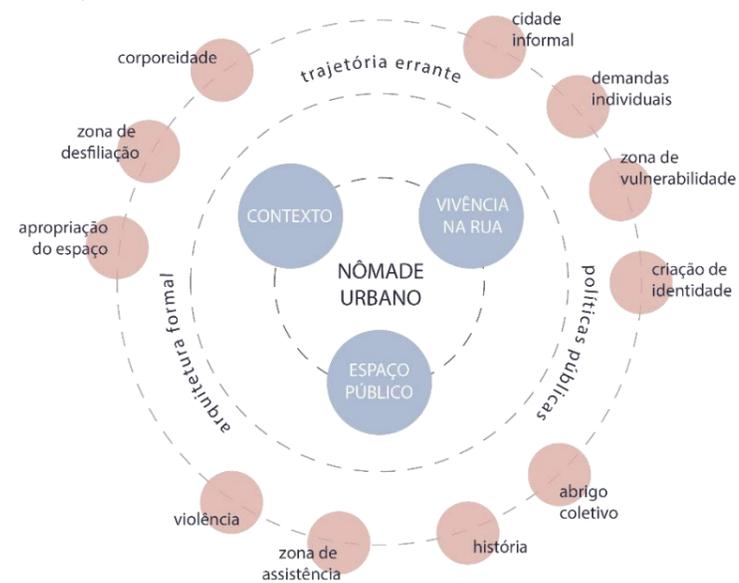
Aluna Geórgia Collete R. S. Cadamuro
Profa. Dra. Yumi Yamawaki

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ | ARQUITETURA E URBANISMO | TCC 2018.1



NÔMADES URBANOS

Fatores que envolvem a vivência dos nômades urbanos



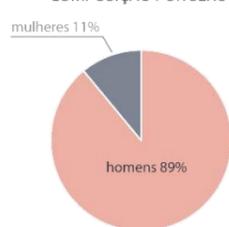
Classificação da sociedade, considerando a segregação social



Fonte: CASTEL, 2017
Elaboração: a autora

PERFIL DO NÔMADE URBANO CURITIBANO

COMPOSIÇÃO POR SEXO



FORTE: FAS, 2017

MOTIVO QUE LEVARAM A PERMANÊNCIA NA RUA



DEPENDENTE QUÍMICO



52% dos nômades urbanos, estão na rua, pois são dependentes químicos

Esse segmento não é o foco do projeto, pois já existem instituições específicas para cuidado e tratamento dessas pessoas

DESEMPREGADO



10% dos nômades urbanos, estão na rua, por causa do desemprego

A maioria dessas pessoas, não são consideradas desfiliações sociais e é possível reintegrá-las a sociedade com maior facilidade

DESAVENÇAS FAMILIARES



22% dos nômades urbanos, estão na rua por causa de desavenças familiares

Esses já estão na zona de desfiliação social, por isso são o público alvo desse projeto

PÚBLICO ALVO

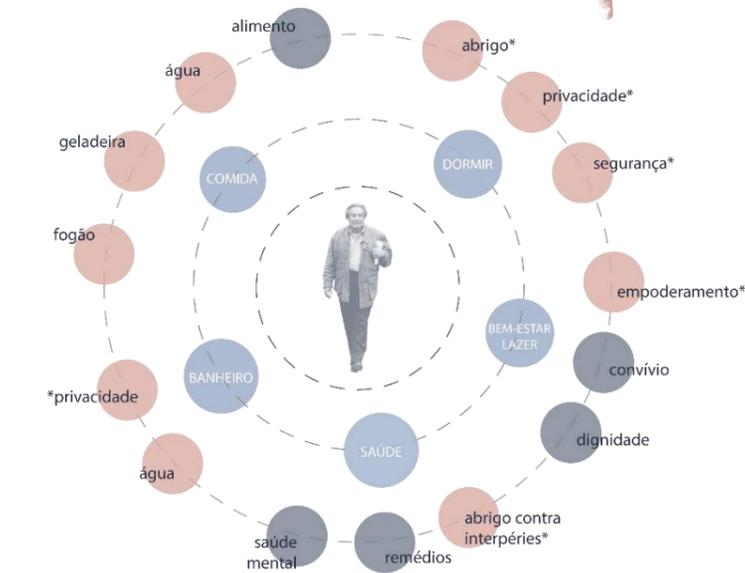
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM CURITIBA: 1715 PESSOAS*

NA REGIONAL MATRIZ: 670 PESSOAS*

PESSOAS EM DESFILIAÇÃO SOCIAL NA MATRIZ: 147 PESSOAS considerando uma porcentagem de 22% em relação ao total

*dados da pesquisa realizada pela FAS no ano de 2016

NECESSIDADES BÁSICAS AO HOMEM



REAFIRMAÇÃO NA SOCIEDADE > SOBREVIVÊNCIA

DIGNIDADE > PRESERVADA A INDIVIDUALIDADE DO NÔMADISMO

*ABRIGO INDIVIDUAL MÍNIMO > CARÁTER EMERGENCIAL > POUCO CONFORTO

OUTRAS NECESSIDADES SANADAS COM MÓDULO DE SUPORTE

CONDICIONANTES

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS À UM ABRIGO EMERGENCIAL BEM-SUCEDIDO:

01. ADAPTABILIDADE AO CONTEXTO
02. SIMPLICIDADE
03. FLEXIBILIDADE DE LAYOUT E DE USO
04. FÁCIL PROCESSO DE MONTAGEM
05. FÁCIL TRANSPORTE
06. NARRATIVA ITINERANTE
07. FABRICAÇÃO REPLICÁVEL E BARATA



TRANSPORTE

TRANSPORTE

MEDIDAS MÁXIMAS PARA TRANSPORTE NAS ESTRADAS (CONAMA)
LARGURA: 2,60 m
ALTURA: 4,40 m
COMPRIMENTO: 14,00m*
*para veículo de carga simples

MEDIDAS CONTAINER 20 PÉS
LARGURA: 2,44 m
ALTURA: 2,60 m
COMPRIMENTO: 6,06m

MÓDULOS

1. MÓDULO DE ABRIGO
2. MÓDULO CÁPSULA
3. MÓDULO CANTINA
4. MÓDULO HIGIENE
5. MÓDULO DE APOIO

LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO DOS MÓDULOS NO BAIRRO CENTRO, NA CIDADE DE CURITIBA



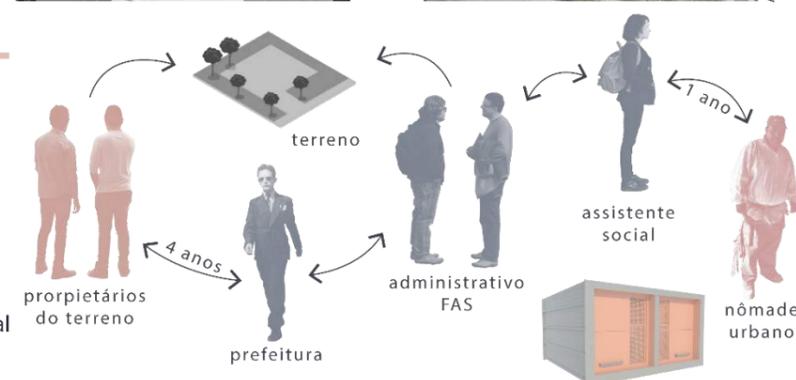
LOCAIS PARA IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO DE SUPORTE E FAS



GESTÃO

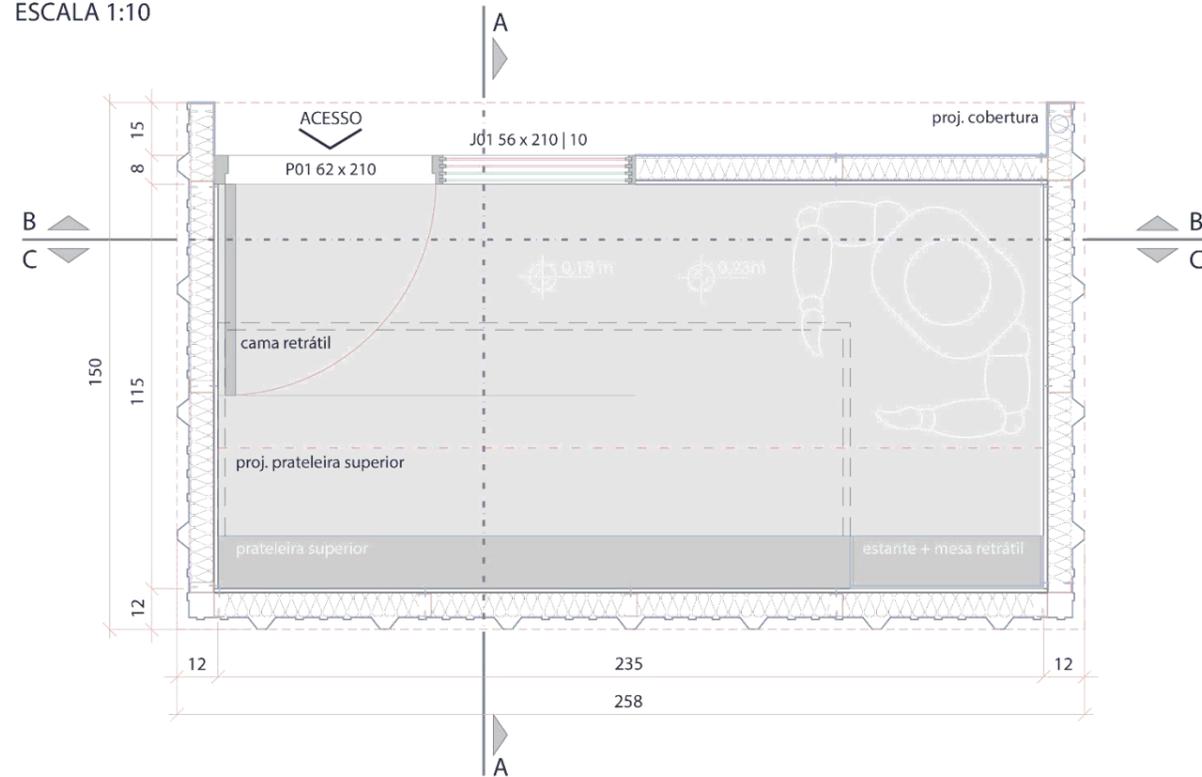
RELAÇÃO - PÚBLICO x PRIVADO

- os proprietários que cederem os seus imóveis receberão desconto no IPTU
- não será permitido o uso capião do terreno por tempo de ocupação
- o proprietário poderá rescindir o contrato a qualquer momento, tendo a prefeitura 30 dias para desocupar o local



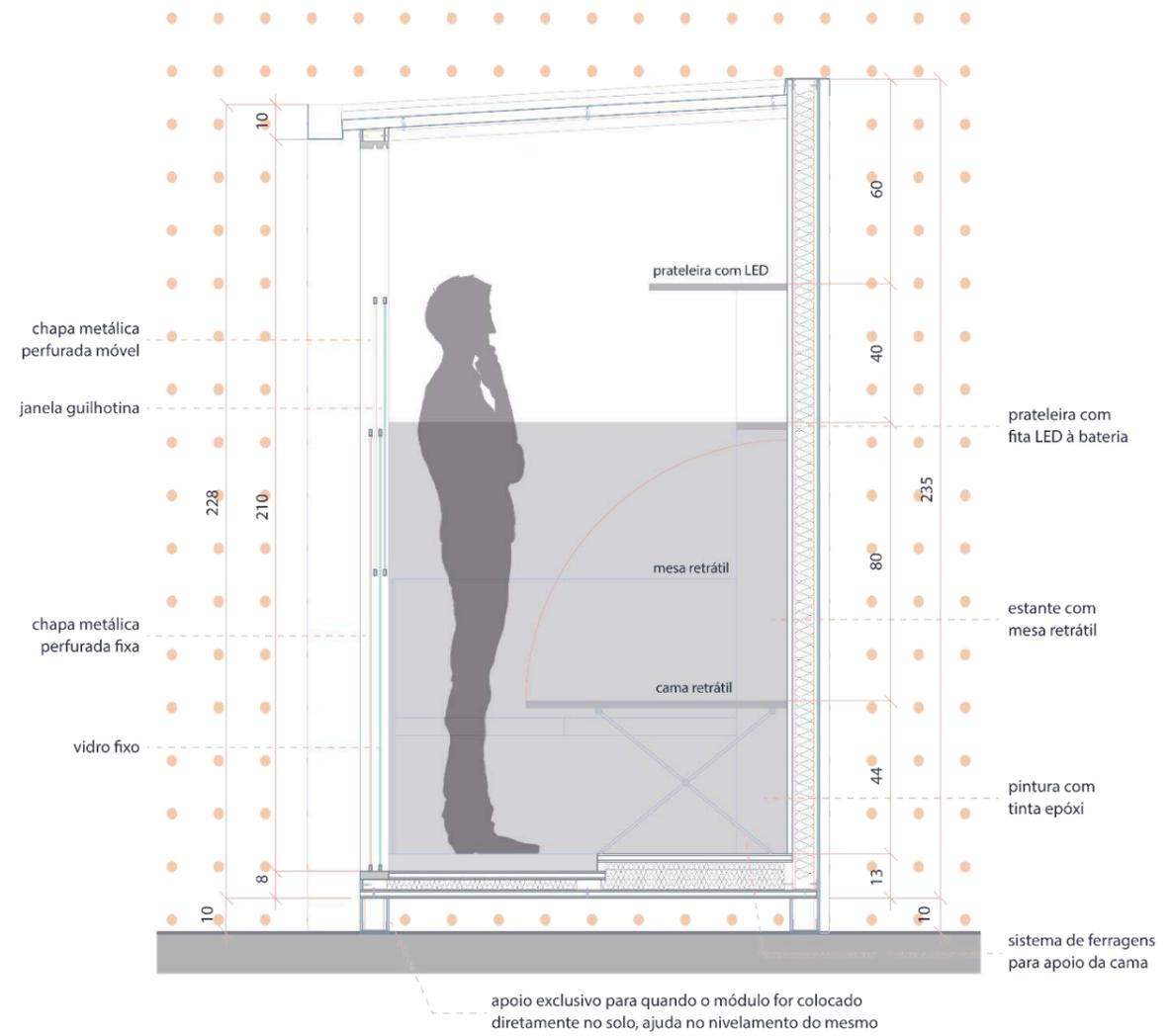
MÓDULO ABRIGO - PLANTA BAIXA

ESCALA 1:10



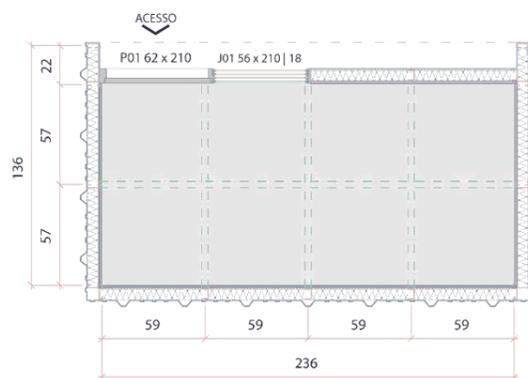
MÓDULO ABRIGO - CORTE AA

ESCALA 1:10



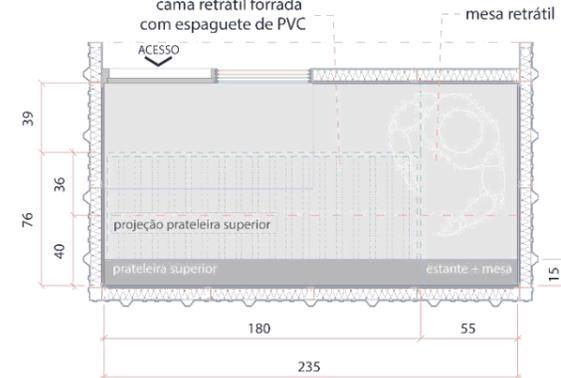
MÓDULO ABRIGO - PLANTA BAIXA - ESTRUTURA

ESCALA 1:20



MÓDULO ABRIGO - PLANTA BAIXA - MOBILIÁRIO

ESCALA 1:20



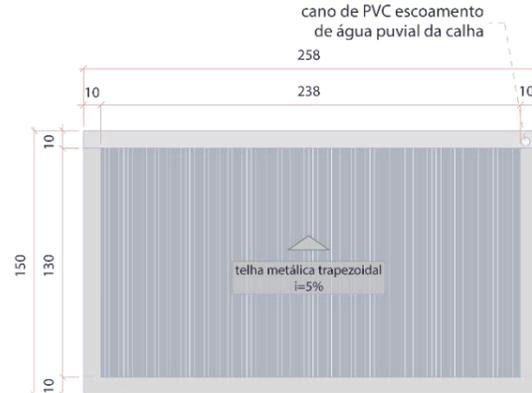
MÓDULO ABRIGO - PLANTA BAIXA - PISO

ESCALA 1:20



MÓDULO ABRIGO - PLANTA DE COBERTURA

ESCALA 1:20



MÓDULO ABRIGO

APLICAÇÃO : SOLO E FIXADO NA PAREDE

FUNÇÃO : ABRIGO INDIVIDUAL

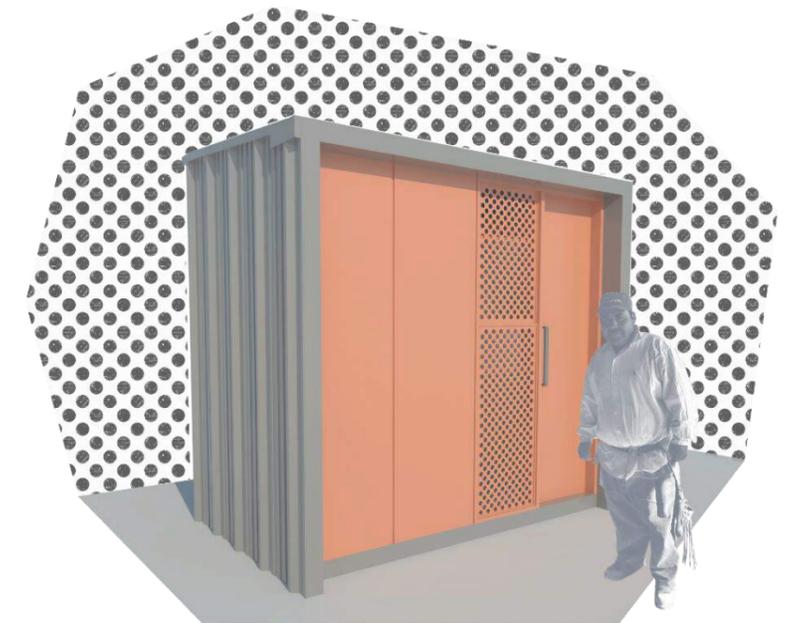
DIMENSÕES : 2,58 x 1,50 x 2,35 m

CADA MÓDULO FORNECE ABRIGO PARA UMA PESSOA

O MÓDULO POSSUI UMA CAMA RETRÁTIL, QUE QUANDO ESTIVER SEM USO, PODE SER RECOLHIDA LIBERANDO ESPAÇO NO INTERIOR

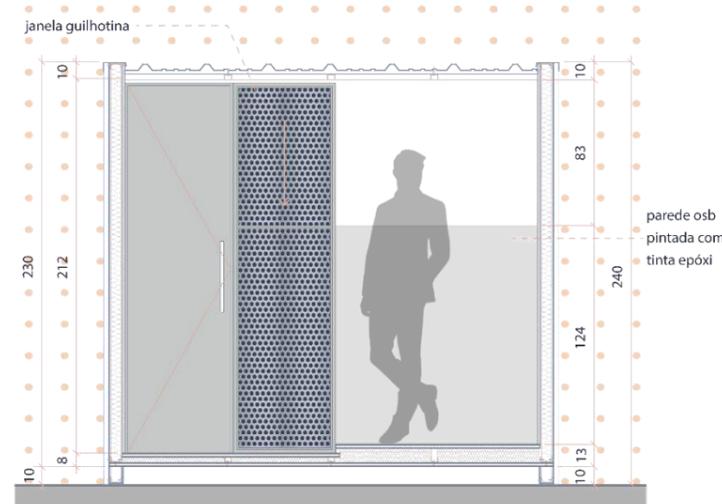
TAMBÉM EXISTE UM MÓVEL QUE CUMPRE A FUNÇÃO DE MESA RETRÁTIL E ESTANTE

AS PRATELEIRAS POSSUEM ILUMINAÇÃO A BATERIA POR MEIO DE FITA LED



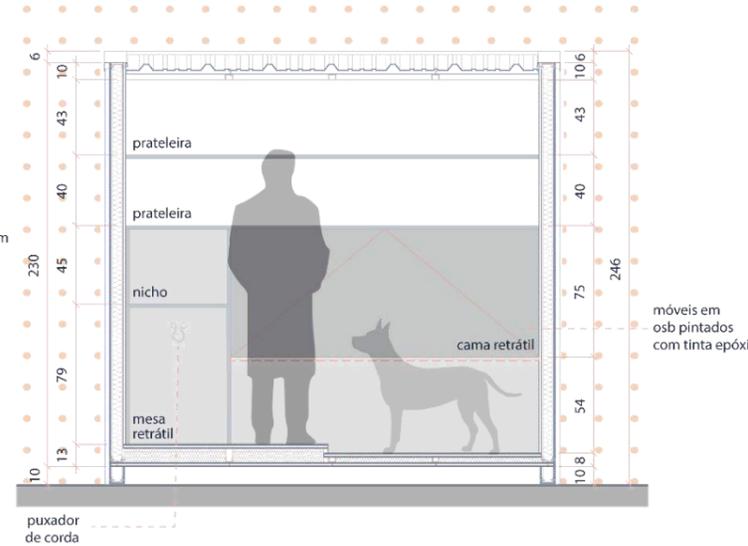
MÓDULO ABRIGO - CORTE BB

ESCALA 1:20

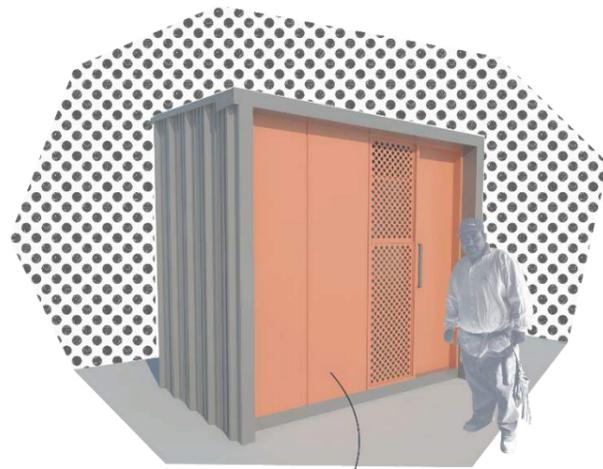


MÓDULO ABRIGO - CORTE CC

ESCALA 1:20

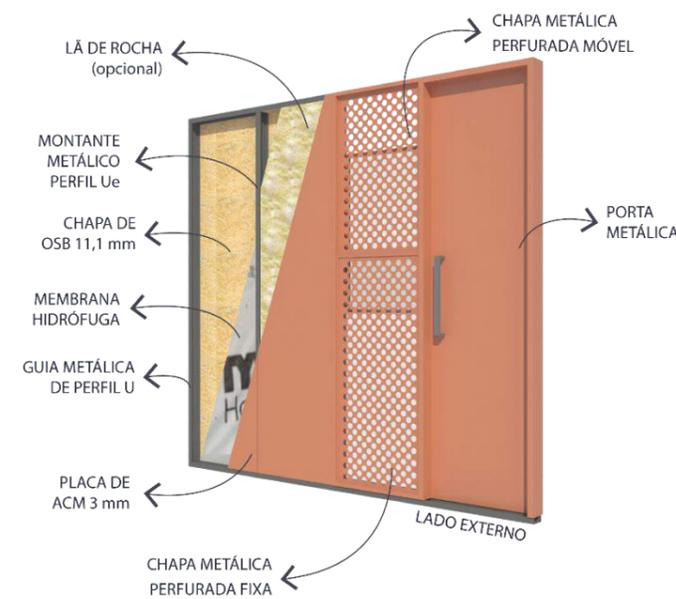


MÓDULO ABRIGO

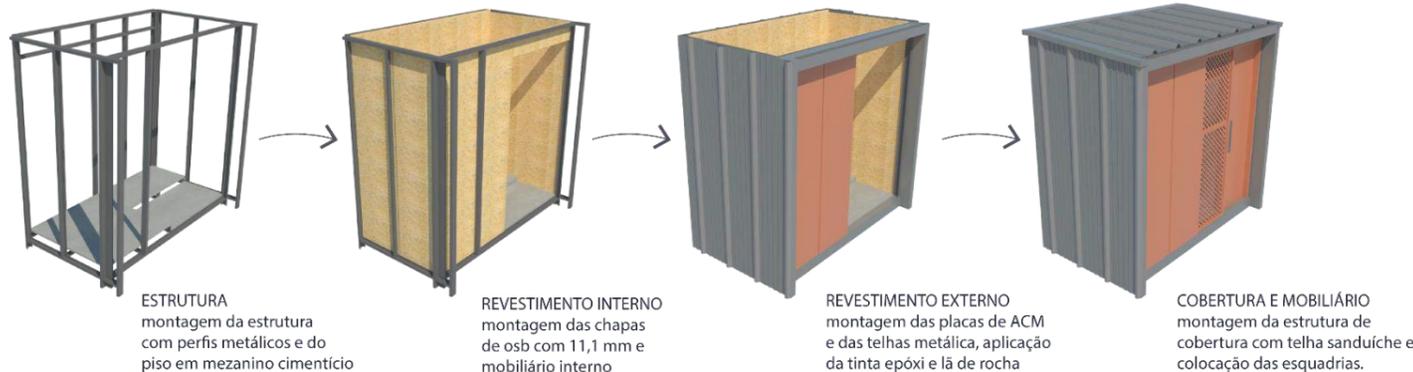


A COR DA CHAPA DE ACM COMPOEM A IDENTIDADE E PERSONALIZAÇÃO DE CADA MÓDULO DE ACORDO COM O USO E FUNÇÃO

SEÇÕES DA PAREDE



MÓDULO ABRIGO - PROCESSO DE MONTAGEM



ABRIGO INDIVIDUAL INTERNAMENTE



MATERIALIDADE

- TELHA METÁLICA TRAPEZOIDAL**
FUNÇÃO: REVESTIMENTO EXTERNO
DIMENSÕES: 2,40 x 1,10 m VÃO MAX.: 2,40 m
ESPESSURA: 0,8 mm
PESO: 5,20 kg / m²
CUSTO: R\$ 24,50 m²
- PLACA OSB**
FUNÇÃO: REVESTIMENTO INTERNO E MOBILIÁRIO
DIMENSÕES: 2,40 x 1,20 m VÃO MAX.: 0,60 m
ESPESSURA: 9,5 e 11,1 mm CARGA MÁXIMA: 60 e 70 kg/m²
PESO: 17,5 e 20,4 kg a placa
CUSTO: R\$ 50,00 a placa
- PERFIL METÁLICO U**
FUNÇÃO: ESTRUTURAL
DIMENSÕES BARRA: 0,70 x 0,30 x 6,00 m
ESPESSURA: 3 mm
PESO: 4,85 kg / m
CUSTO: R\$ 150,00 a barra
- MEZANINO CIMENTÍCIO**
FUNÇÃO: CONTRAPISO
DIMENSÕES: 2,50 x 1,20 m VÃO MAX.: 0,83 m
ESPESSURA: 23 mm CARGA MÁXIMA: 500 kg/m²
PESO: 23,3 kg / m²
CUSTO: R\$ 196,00 a placa
- CHAPA METÁLICA PERFURADA**
FUNÇÃO: VEDAÇÃO ESQUADRIAS
DIMENSÕES: 2,00 x 1,20 m DIST. ENTRE FUROS: 60 mm
ESPESSURA: 3 mm ÁREA DE ABERTURA: 22,6 %
CUSTO: R\$ 250,00 m² RAIOS DO FURO: 30 mm

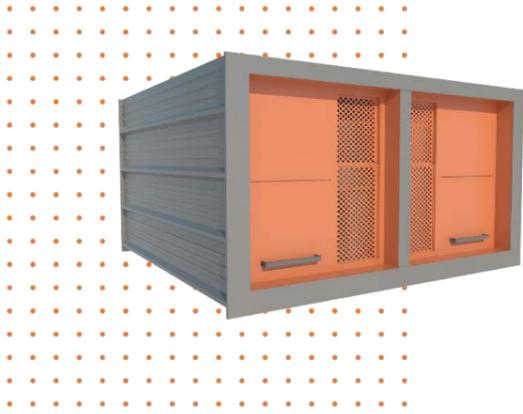
CUSTO ESTIMADO DOS MATERIAIS : R\$ 2.956,00

- PLACA DE ACM**
FUNÇÃO: REVESTIMENTO EXTERNO
DIMENSÕES: 2,10 x 1,50
ESPESSURA: 3 mm
CUSTO: R\$ 200,00 m²
- TINTA EPÓXI**
FUNÇÃO: PISO E REVESTIMENTO INTERNO
ESPESSURA: 3 mm
PESO: 5,30 kg / m²
CUSTO: R\$ 40,00 m²
- TELHA TERMOACÚTICA COM PU**
FUNÇÃO: COBERTURA
DIMENSÕES: 2,40 x 1,10 m
ESPESSURA: 50 mm
PESO: 10 kg por m²
CUSTO: R\$ 86,00 m²
- MEMBRANA HIDRÓFUGA**
FUNÇÃO: PROTEÇÃO
DIMENSÕES: 2,74 x 30,48 m
PESO: 9 kg / rolo
CUSTO: R\$ 570,00 o rolo

ESPAGUETE DE PVC
FUNÇÃO: MOBILIÁRIO
MATERIAL UTILIZADO COMO COMPLEMENTO PARA A CAMA



MÓDULO CÁPSULA



APLICAÇÃO : GALERIAS DO PLANO MASSA

FUNÇÃO : ABRIGO INDIVIDUAL

DIMENSÕES : 2,42 x 2,58 x 1,35 m

CADA MÓDULO POSSUI DUAS CAPSULAS, CADA QUAL FORNECE ABRIGO PARA UMA PESSOA

A ESTRUTURA DO MÓDULO SE ASSEMELHA AO MÓDULO DE ABRIGO, SÓ QUE DEITADO, OU SEJA, A ALTURA SE TRANSFORMA EM COMPRIMENTO E A LARGURA EM ALTURA

O MÓDULO POSSUI UM MÓVEL QUE CUMPRE A FUNÇÃO DE MESA E ESTANTE, ESTE POSSUI ILUMINAÇÃO A BATERIA POR MEIO DE FITA LED

ACESSO MÓDULO CÁPSULA

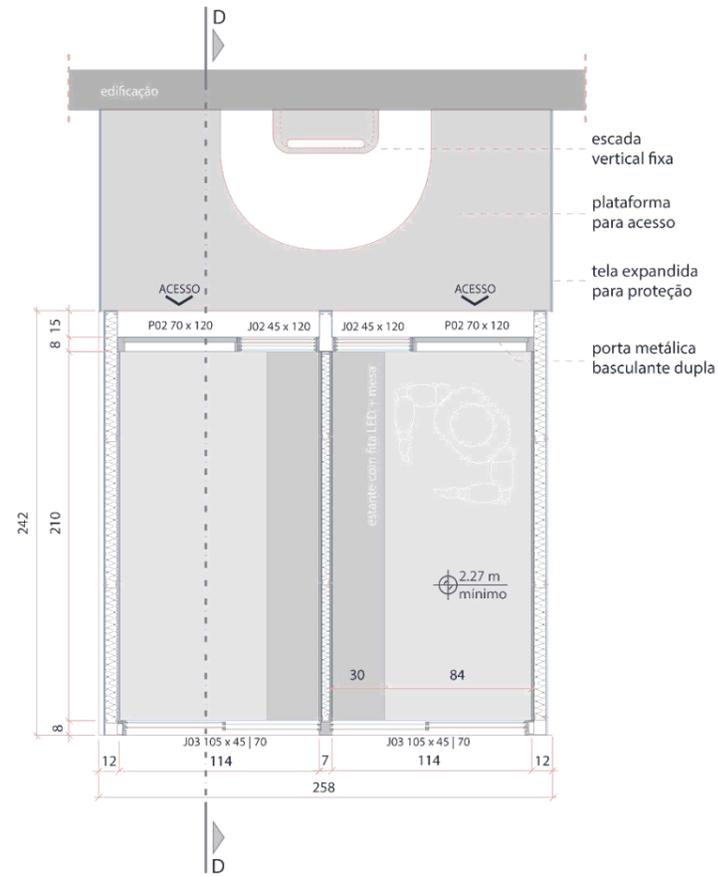


ACESSO AO MÓDULO CÁPSULA



MÓDULO CÁPSULA - PLANTA BAIXA

ESCALA 1:20



MÓDULO CÁPSULA

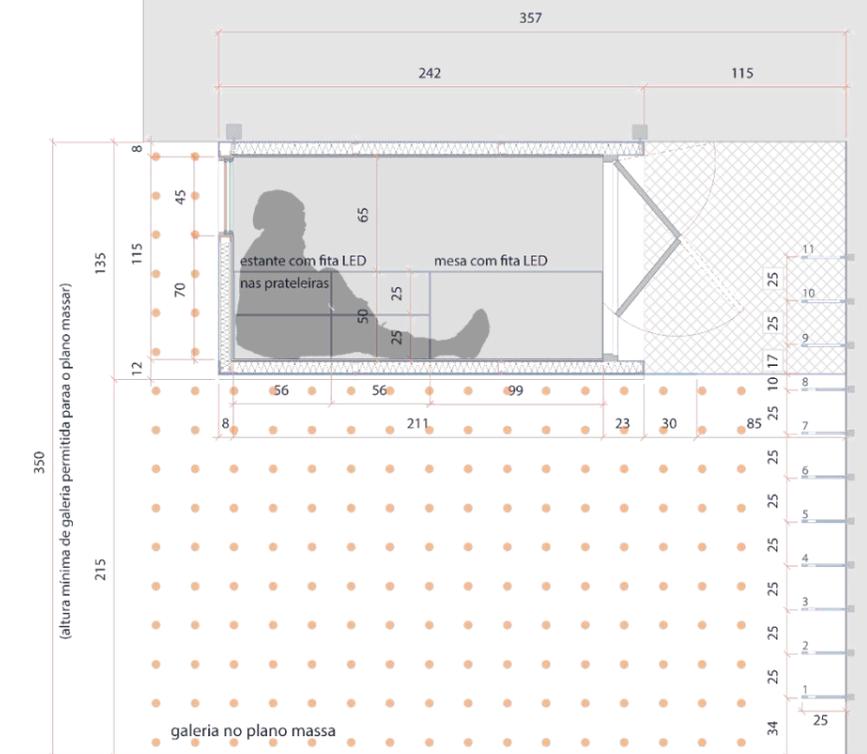


edifício

sobreloja do plano massa

MÓDULO CÁPSULA - CORTE DD

ESCALA 1:20



INTERIOR MÓDULO CÁPSULA

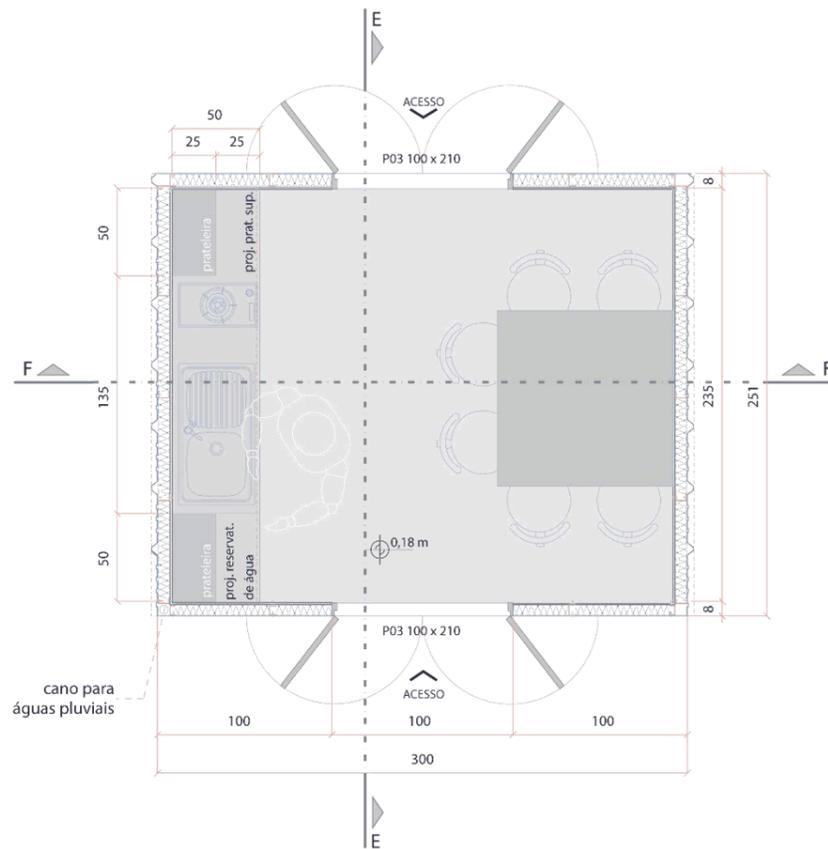


INTERIOR MÓDULO CÁPSULA



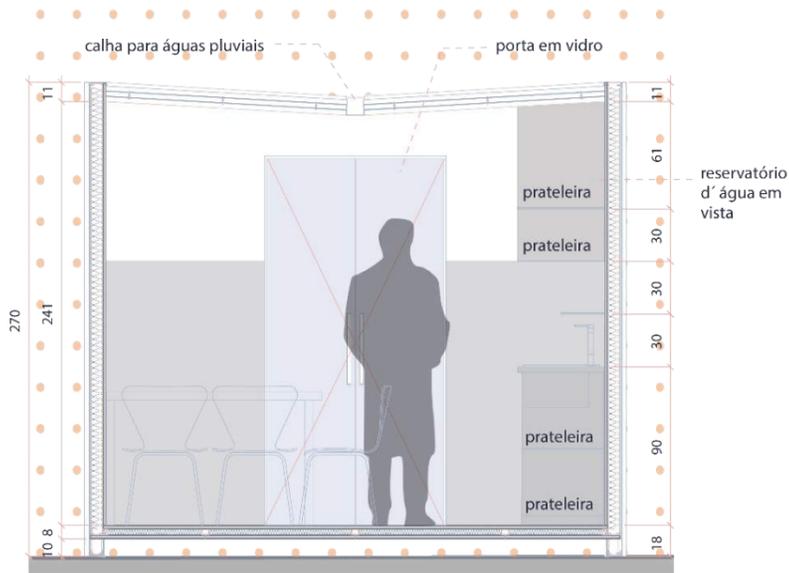
MÓDULO ABRIGO - PLANTA BAIXA

ESCALA 1:10



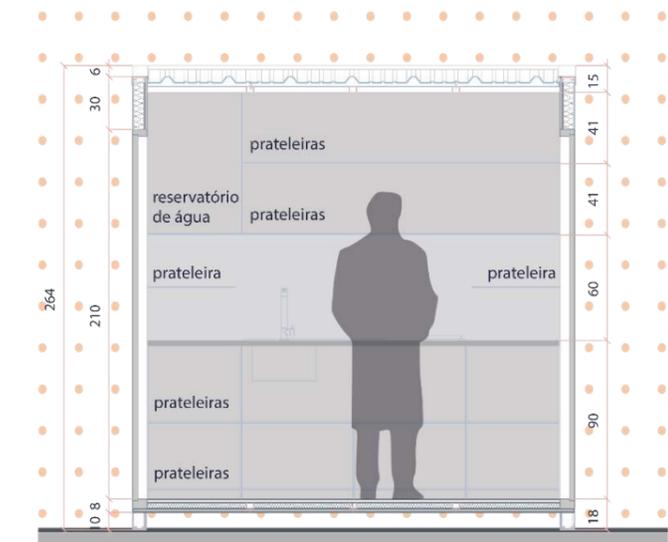
MÓDULO CANTINA - CORTE EE

ESCALA 1:20



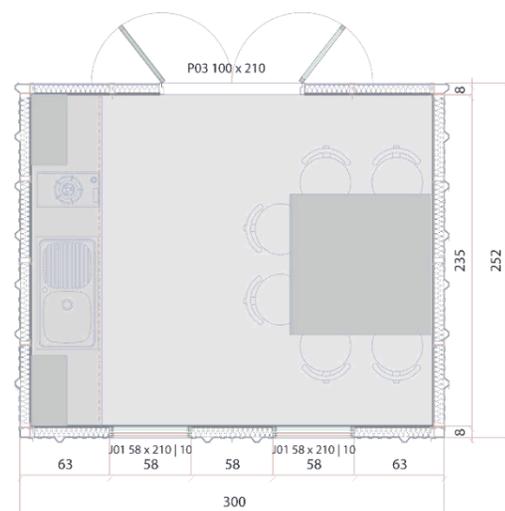
MÓDULO CANTINA - CORTE FF

ESCALA 1:20



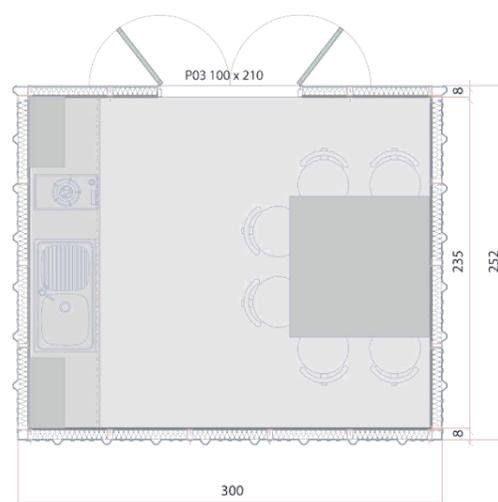
MÓDULO ABRIGO - VARIAÇÃO 1

ESCALA 1:25



MÓDULO CANTINA - VARIAÇÃO 2

ESCALA 1:25



MÓDULO CANTINA

APLICAÇÃO : APOIADO NO SOLO

FUNÇÃO : PREPARO DE REFEIÇÕES

DIMENSÕES : 3,00 x 2,52 x 2,35 m

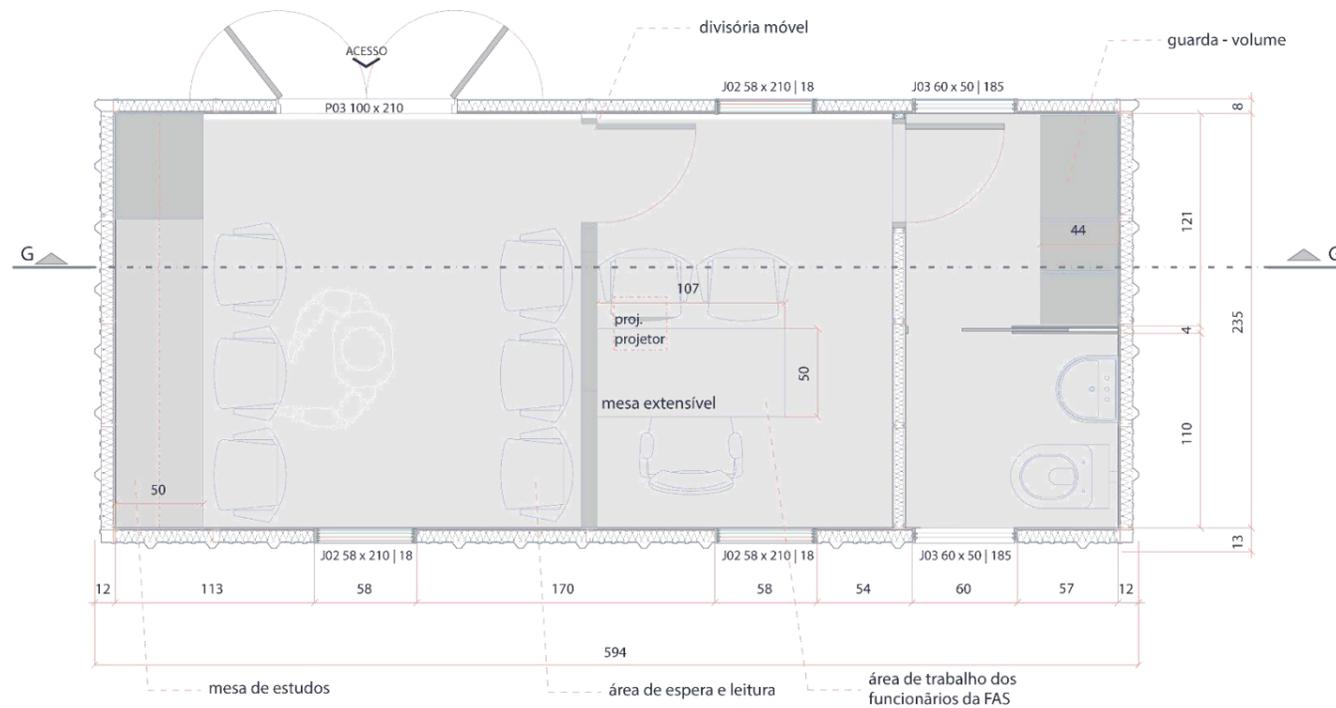
CADA MÓDULO É EQUIPADO COM UM FOGÃO, UMA PIA, E UM RESERVATÓRIO DE ÁGUA

TAMBÉM EXISTE UMA MESA PARA REFEIÇÃO E CONVIVÊNCIA



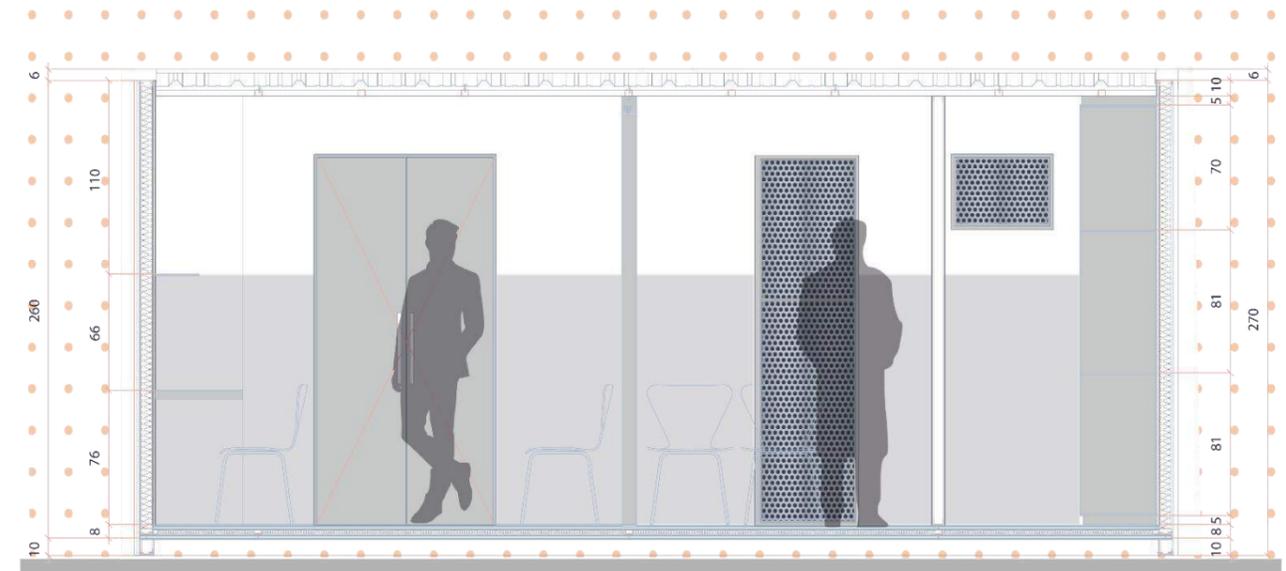
MÓDULO APOIO - PLANTA BAIXA

ESCALA 1:20



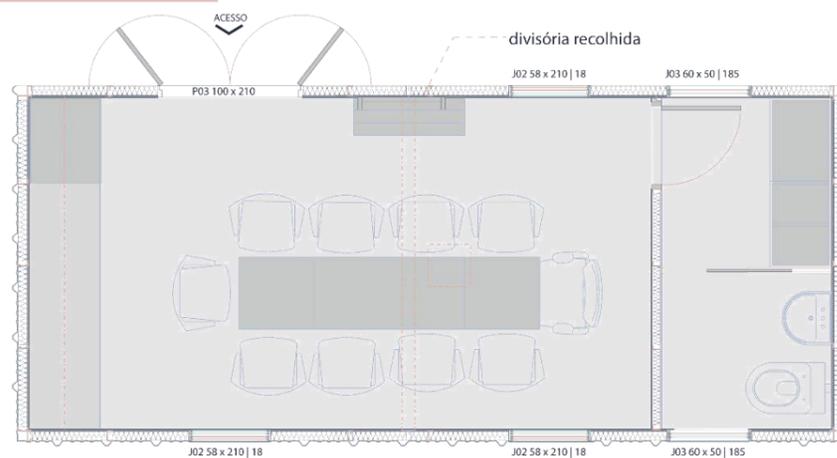
MÓDULO APOIO - CORTE GG

ESCALA 1:20



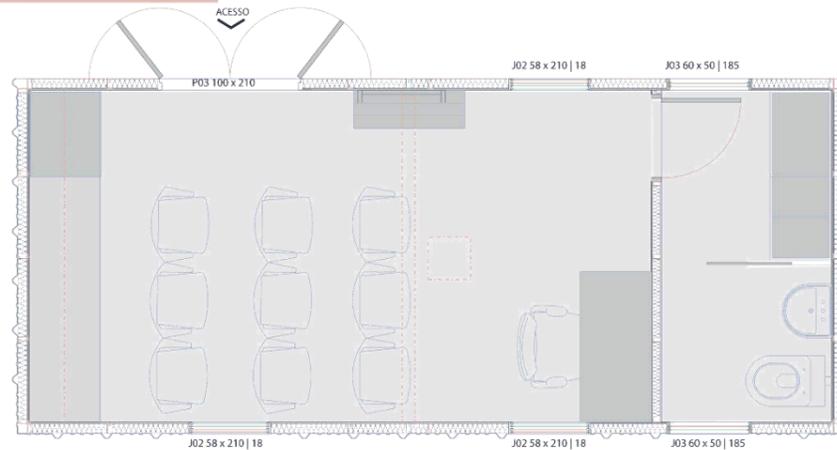
MÓDULO APOIO - LAYOUT REUNIÃO

ESCALA 1:25



MÓDULO APOIO - LAYOUT PROJEÇÃO

ESCALA 1:25



MÓDULO APOIO

APLICAÇÃO : SOLO

FUNÇÃO : REUNIÕES, DINÂMICAS E
ESTAÇÃO DE TRABALHO

DIMENSÕES : 5,94 x 2,56 x 2,70 m

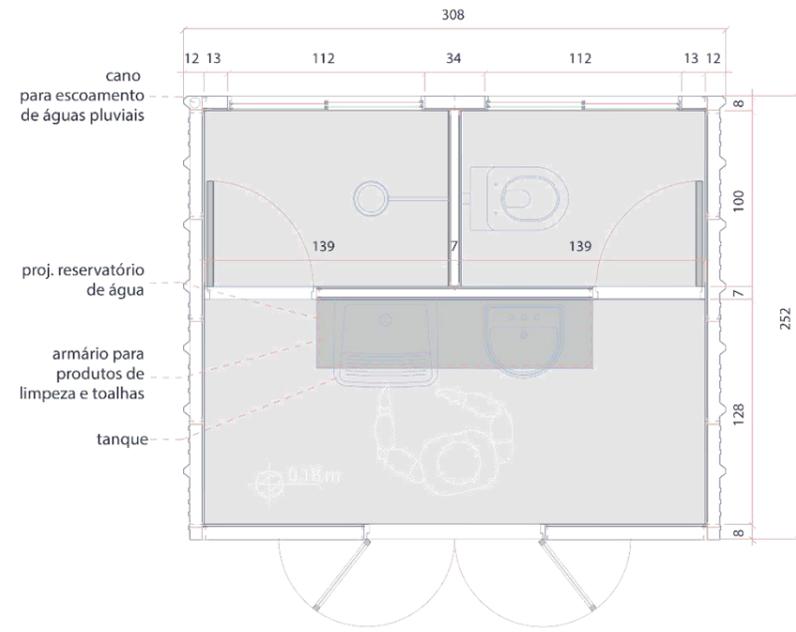
O MÓDULO DE APOIO FUNCIONA PRINCIPALMENTE
COMO ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA OS
FUNCIONÁRIOS DA FAS

ELE POSSUI UMA DIVISÓRIA MÓVEL QUE PERMITE
AO ESPAÇO NOVOS USOS, COMO SALA DE REUNIÃO,
SALA DE PROJEÇÃO E SALA DE DINÂMICAS



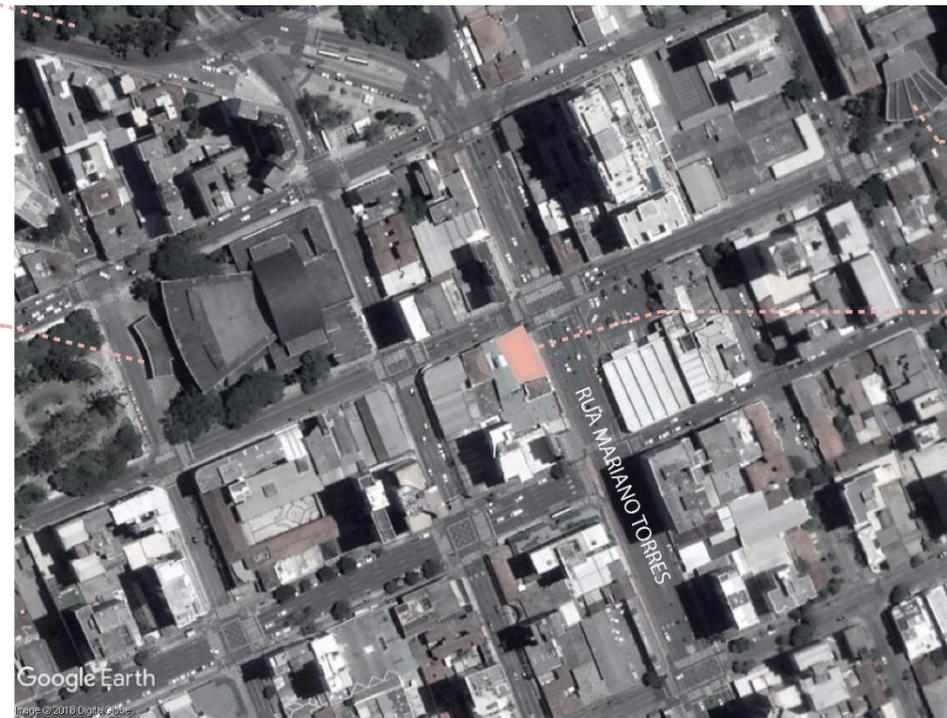
MÓDULO HIGIENE - PLANTA BAIXA

ESCALA 1:20



TERRENO PILOTO PARA IMPLANTAÇÃO

Passeio Público



UFRP

Teatro Guaíra

Terreno



MÓDULO HIGIENE

APLICAÇÃO : SOLO

FUNÇÃO : SANITÁRIO E LAVANDERIA

DIMENSÕES : 3,08 x 2,52 x 2,70 m

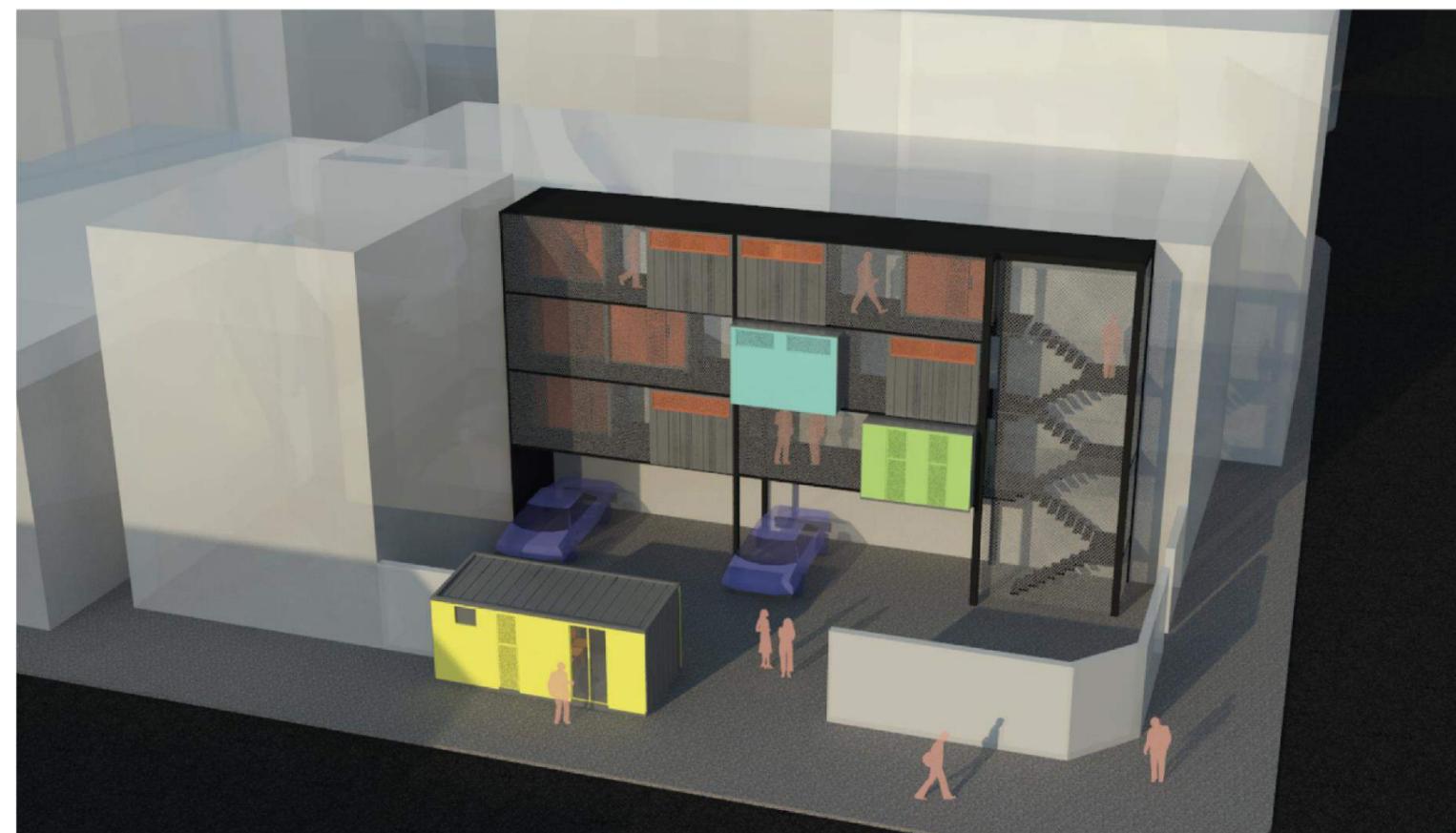
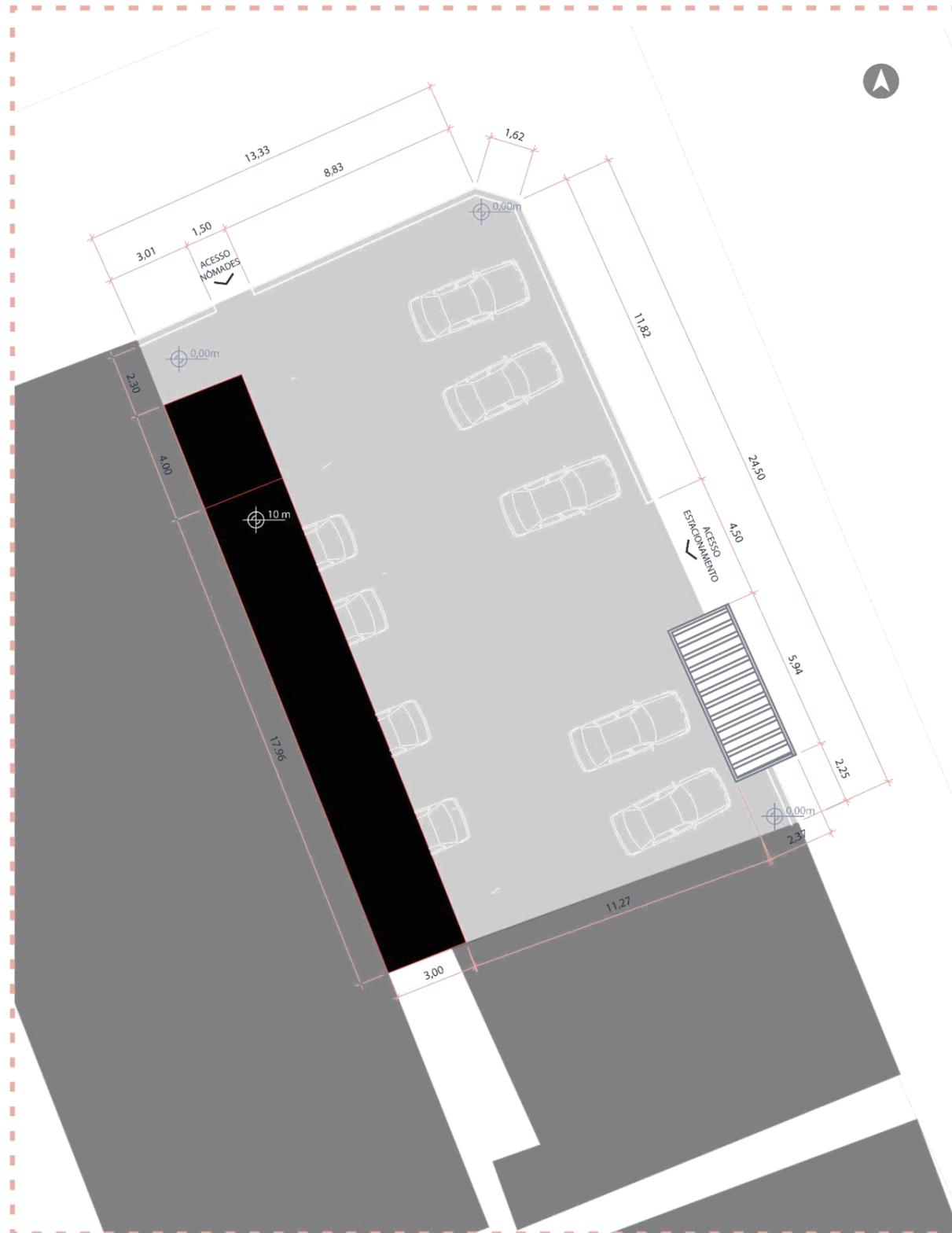
O MÓDULO HIGIENE FUNCIONA COMO SANITÁRIO, PODENDO SER UTILIZADO POR ATÉ 3 PESSOAS AO MESMO TEMPO.

ELE TAMBÉM CONTA COM UM TANQUE PARA LAVAR ROUPAS E COM UM RESERVATÓRIO DE ÁGUA PARA A DA TORNEIRA E CHUVEIRO.



MÓDULO HIGIENE - IMPLANTAÇÃO

ESCALA 1:50



ELEVAÇÃO

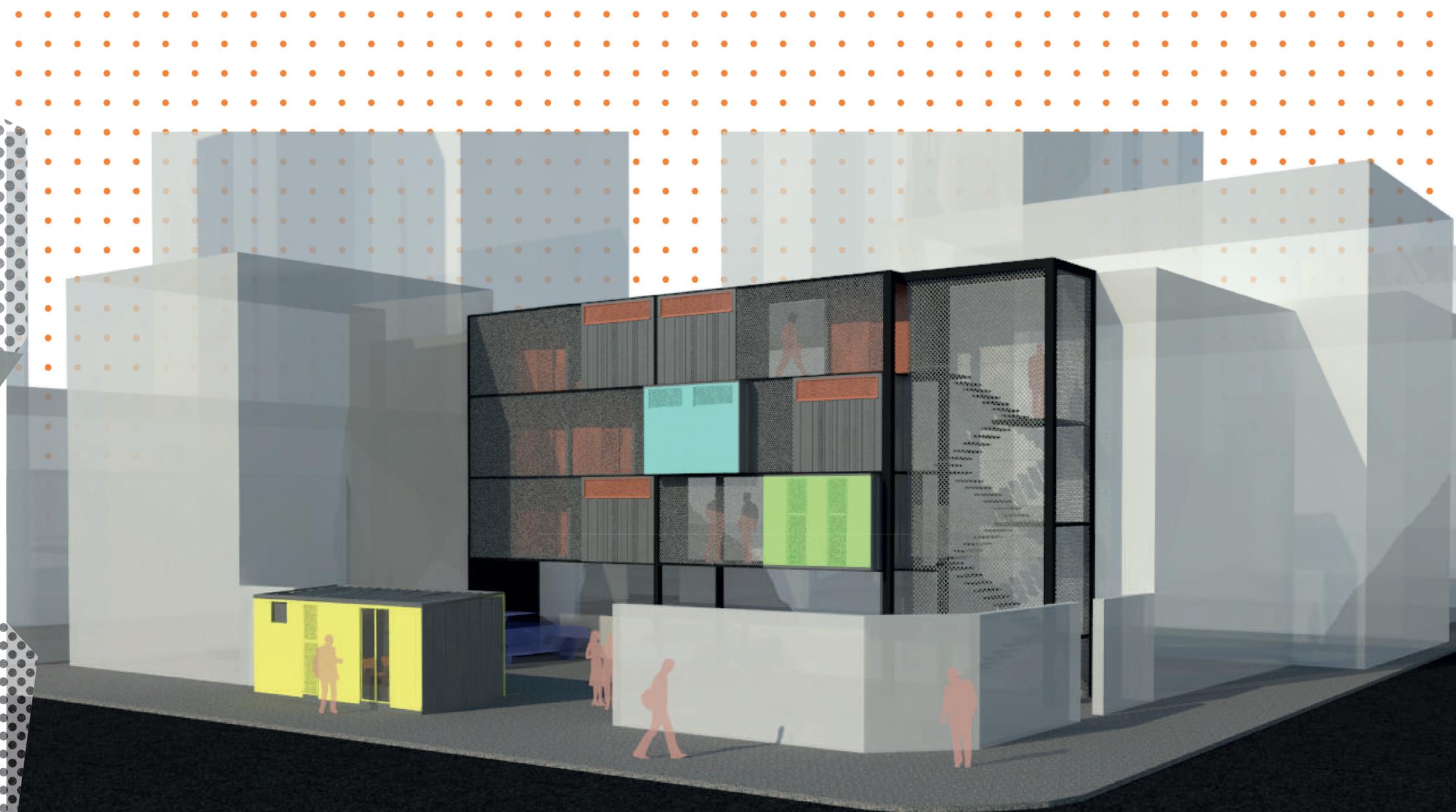
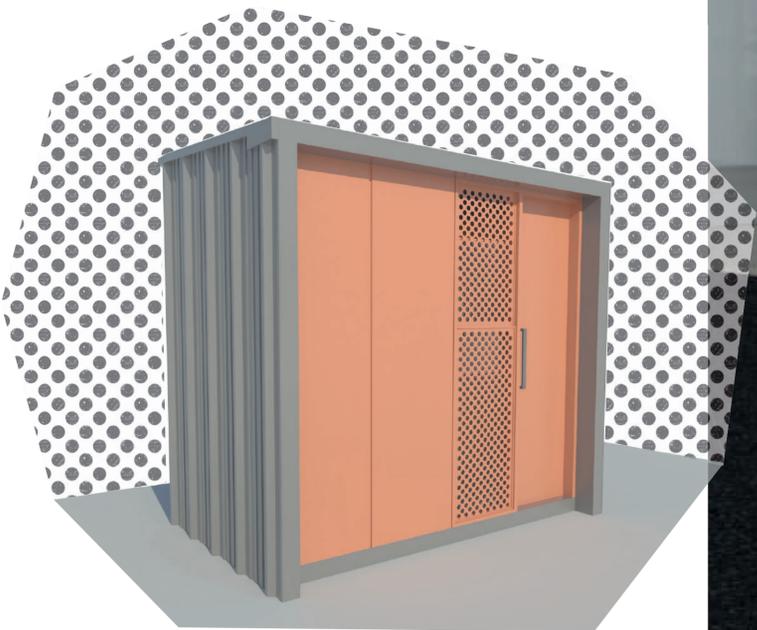
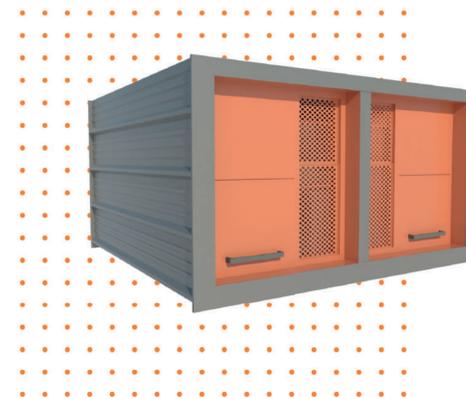
SEM ESCALA



A VIVÊNCIA DOS NÔMADES URBANOS UMA PROPOSTA DE ABRIGO INDIVIDUAL ESTUDO DE CASO : CURITIBA

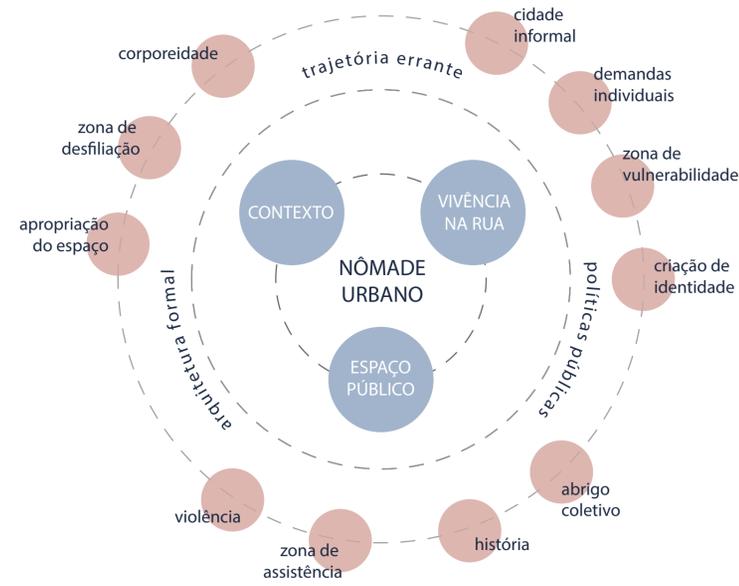
Aluna Geórgia Collete R. S. Cadamuro
Profa. Dra. Yumi Yamawaki

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ | ARQUITETURA E URBANISMO | TCC 2018.1



NÔMADES URBANOS

Fatores que envolvem a vivência dos nômades urbanos



Classificação da sociedade, considerando a segregação social



Fonte: CASTEL, 2017
Elaboração: a autora

PERFIL DO NÔMADE URBANO CURITIBANO

COMPOSIÇÃO POR SEXO



FORTE: FAS, 2017

MOTIVO QUE LEVARAM A PERMANÊNCIA NA RUA



DEPENDENTE QUÍMICO



52% dos nômades urbanos, estão na rua, pois são dependentes químicos

Esse segmento não é o foco do projeto, pois já existem instituições específicas para cuidado e tratamento dessas pessoas

DESEMPREGADO



10% dos nômades urbanos, estão na rua, por causa do desemprego

A maioria dessas pessoas, não são consideradas desfiliações sociais e é possível reintegrá-las a sociedade com maior facilidade

DESAVENÇAS FAMILIARES



22% dos nômades urbanos, estão na rua por causa de desavenças familiares

Esses já estão na zona de desfiliação social, por isso são o público alvo desse projeto

PÚBLICO ALVO

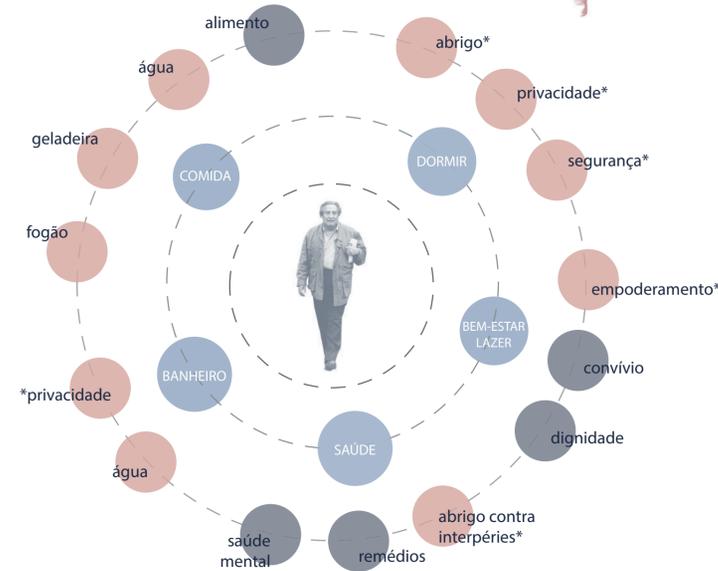
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM CURITIBA: 1715 PESSOAS*

NA REGIONAL MATRIZ: 670 PESSOAS*

PESSOAS EM DESFILIAÇÃO SOCIAL NA MATRIZ: 147 PESSOAS considerando uma porcentagem de 22% em relação ao total

*dados da pesquisa realizada pela FAS no ano de 2016

NECESSIDADES BÁSICAS AO HOMEM



REAFIRMAÇÃO NA SOCIEDADE > SOBREVIVÊNCIA

DIGNIDADE > PRESERVADA A INDIVIDUALIDADE DO NÔMADISMO

*ABRIGO INDIVIDUAL MÍNIMO > CARÁTER EMERGENCIAL > POUCO CONFORTO

OUTRAS NECESSIDADES SANADAS COM MÓDULO DE SUPORTE

CONDICIONANTES

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS À UM ABRIGO EMERGENCIAL BEM-SUCEDIDO:

01. ADAPTABILIDADE AO CONTEXTO
02. SIMPLICIDADE
03. FLEXIBILIDADE DE LAYOUT E DE USO
04. FÁCIL PROCESSO DE MONTAGEM
05. FÁCIL TRANSPORTE
06. NARRATIVA ITINERANTE
07. FABRICAÇÃO REPLICÁVEL E BARATA



TRANSPORTE

TRANSPORTE

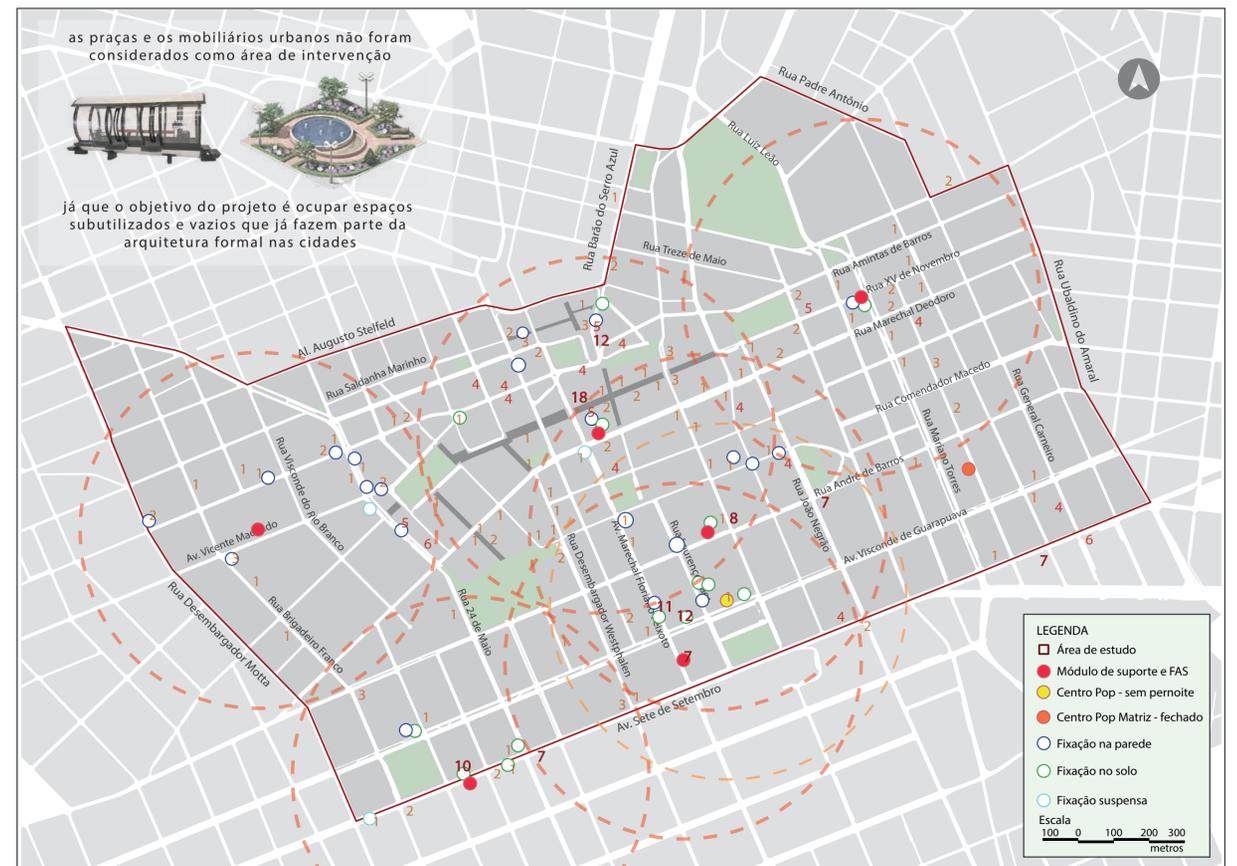
MEDIDAS MÁXIMAS PARA TRANSPORTE NAS ESTRADAS (CONAMA)
LARGURA: 2,60 m
ALTURA: 4,40 m
COMPRIMENTO: 14,00m*
*para veículo de carga simples

MEDIDAS CONTAINER 20 PÉS
LARGURA: 2,44 m
ALTURA: 2,60 m
COMPRIMENTO: 6,06m

MÓDULOS

1. MÓDULO DE ABRIGO
2. MÓDULO CÁPSULA
3. MÓDULO CANTINA
4. MÓDULO HIGIENE
5. MÓDULO DE APOIO

LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO DOS MÓDULOS NO BAIRRO CENTRO, NA CIDADE DE CURITIBA



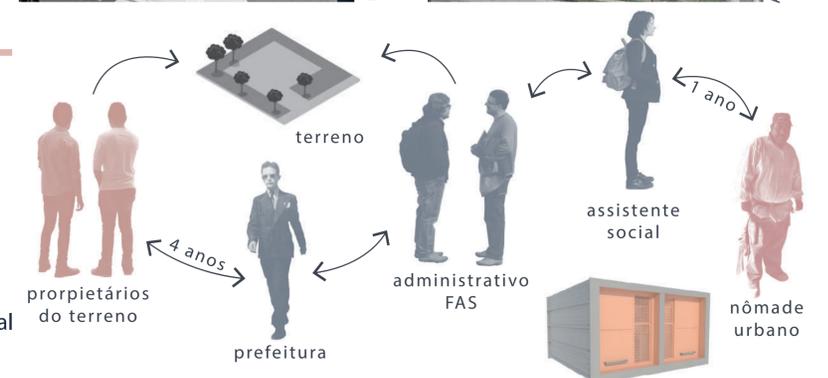
LOCAIS PARA IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO DE SUPORTE E FAS



GESTÃO

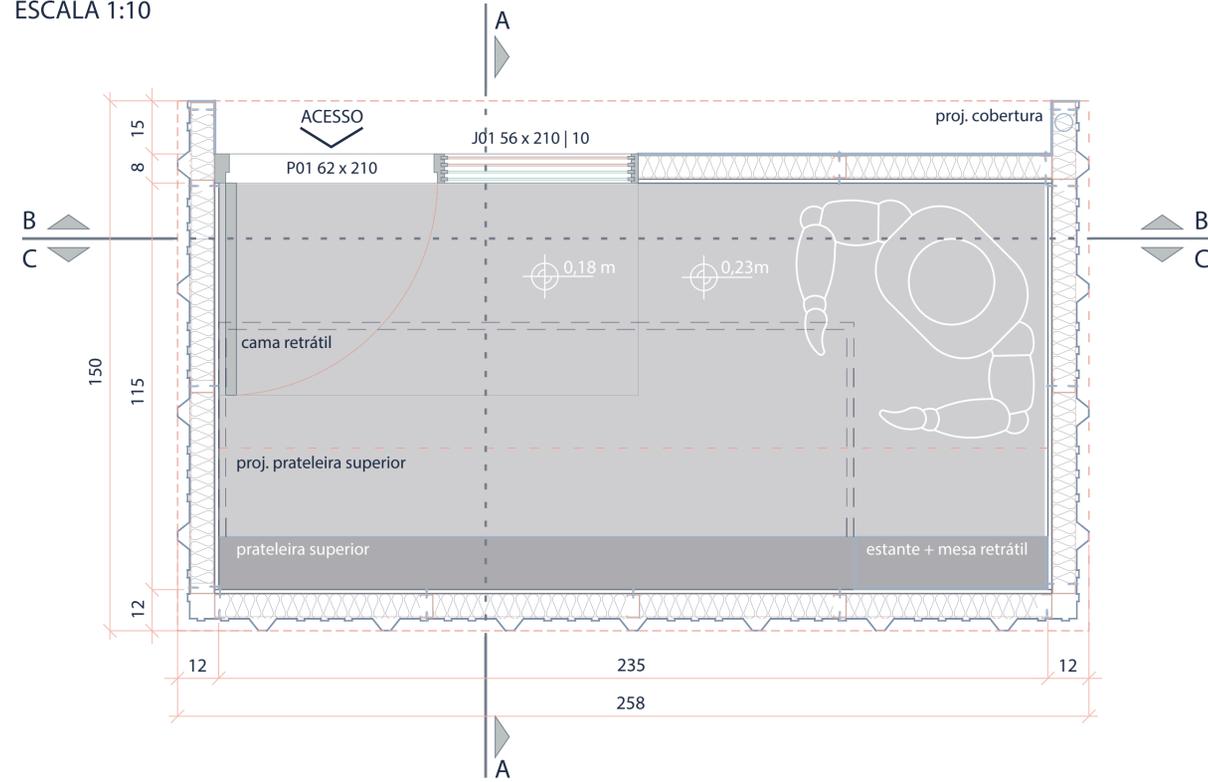
RELAÇÃO - PÚBLICO x PRIVADO

- os proprietários que cederem os seus imóveis receberão desconto no IPTU
- não será permitido o uso capião do terreno por tempo de ocupação
- o proprietário poderá rescindir o contrato a qualquer momento, tendo a prefeitura 30 dias para desocupar o local



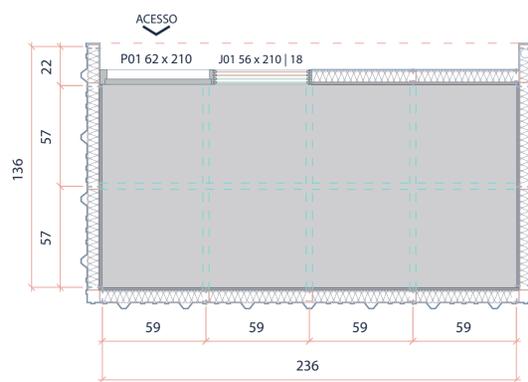
MÓDULO ABRIGO - PLANTA BAIXA

ESCALA 1:10



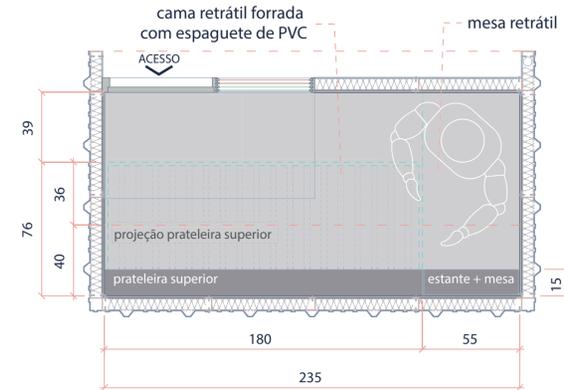
MÓDULO ABRIGO - PLANTA BAIXA - ESTRUTURA

ESCALA 1:20



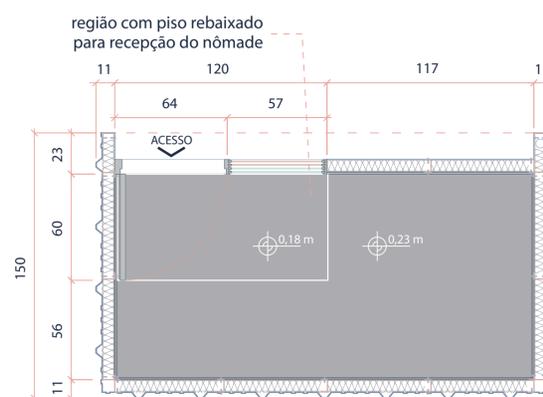
MÓDULO ABRIGO - PLANTA BAIXA - MOBILIÁRIO

ESCALA 1:20



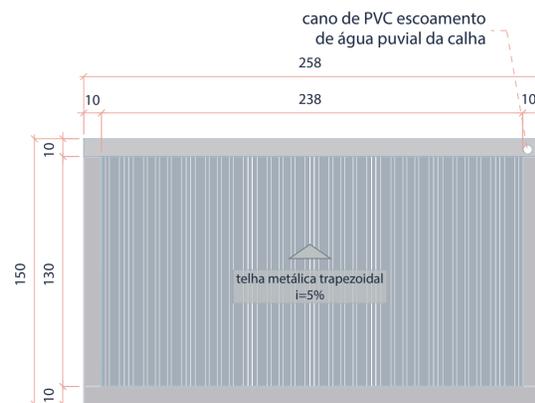
MÓDULO ABRIGO - PLANTA BAIXA - PISO

ESCALA 1:20



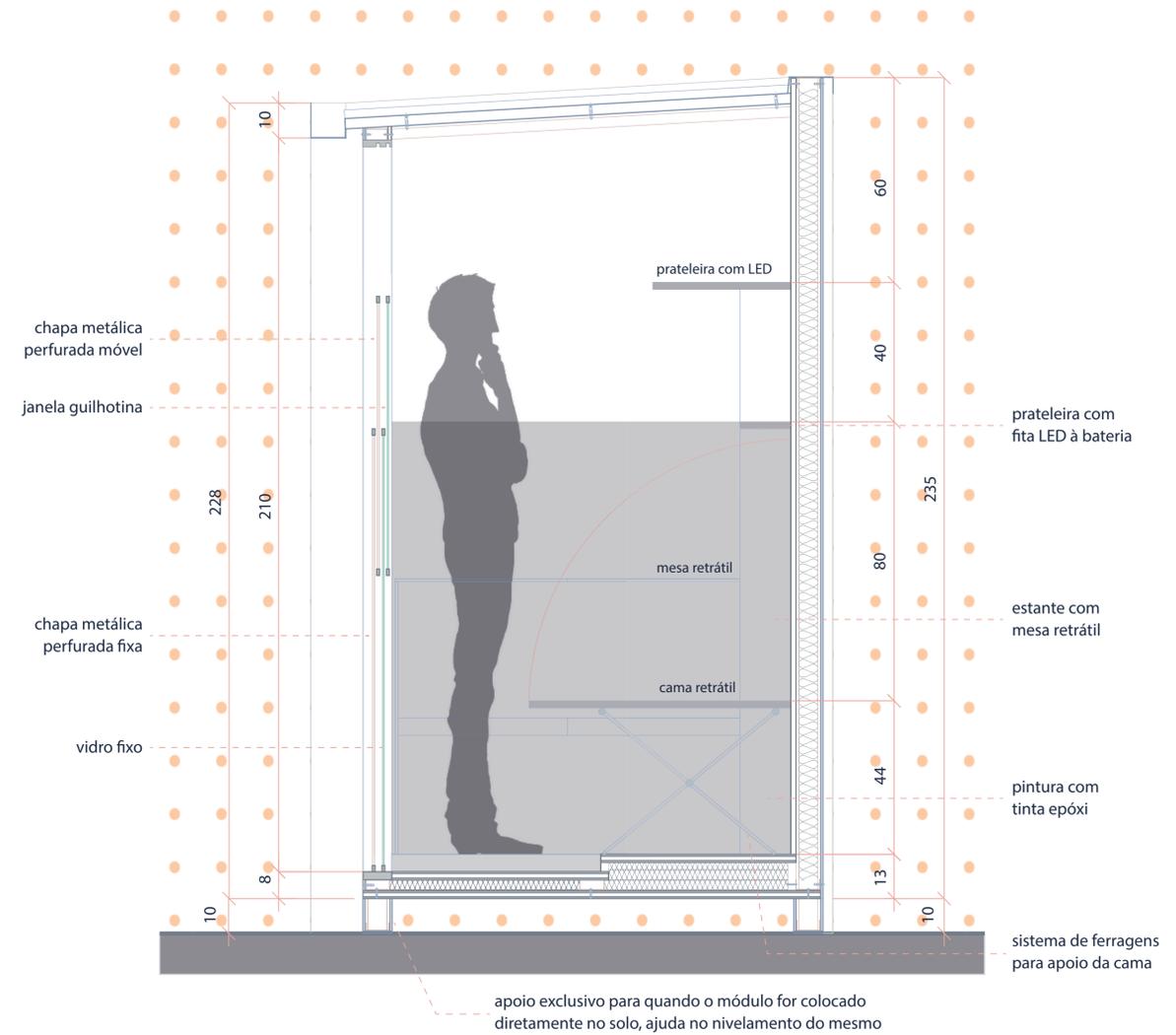
MÓDULO ABRIGO - PLANTA DE COBERTURA

ESCALA 1:20



MÓDULO ABRIGO - CORTE AA

ESCALA 1:10



MÓDULO ABRIGO

APLICAÇÃO : SOLO E FIXADO NA PAREDE

FUNÇÃO : ABRIGO INDIVIDUAL

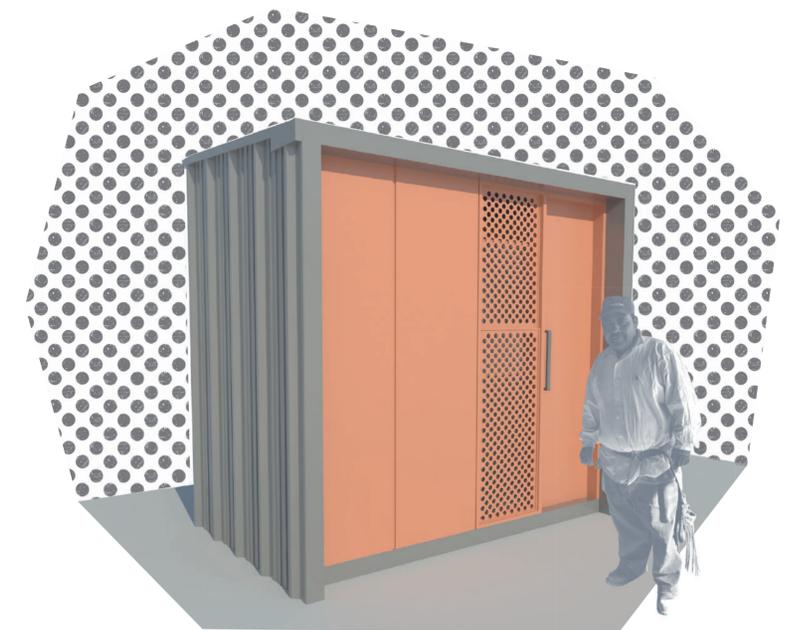
DIMENSÕES : 2,58 x 1,50 x 2,35 m

CADA MÓDULO FORNECE ABRIGO PARA UMA PESSOA

O MÓDULO POSSUI UMA CAMA RETRÁTIL, QUE QUANDO ESTIVER SEM USO, PODE SER RECOLHIDA LIBERANDO ESPAÇO NO INTERIOR

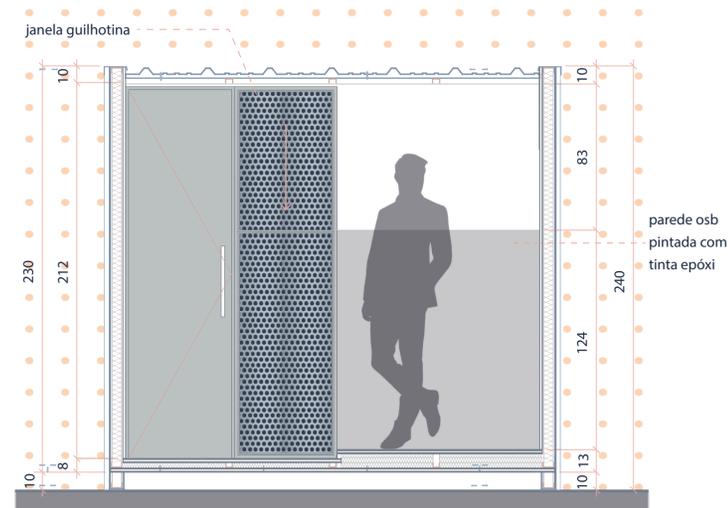
TAMBÉM EXISTE UM MÓVEL QUE CUMPRE A FUNÇÃO DE MESA RETRÁTIL E ESTANTE

AS PRATELEIRAS POSSUEM ILUMINAÇÃO A BATERIA POR MEIO DE FITA LED



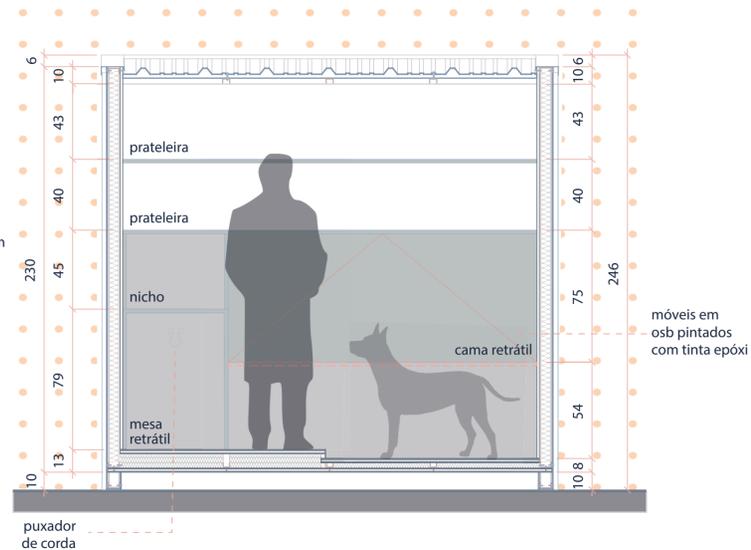
MÓDULO ABRIGO - CORTE BB

ESCALA 1:20

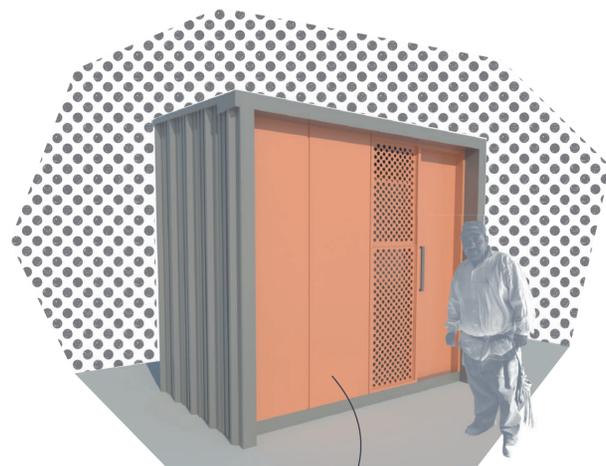


MÓDULO ABRIGO - CORTE CC

ESCALA 1:20

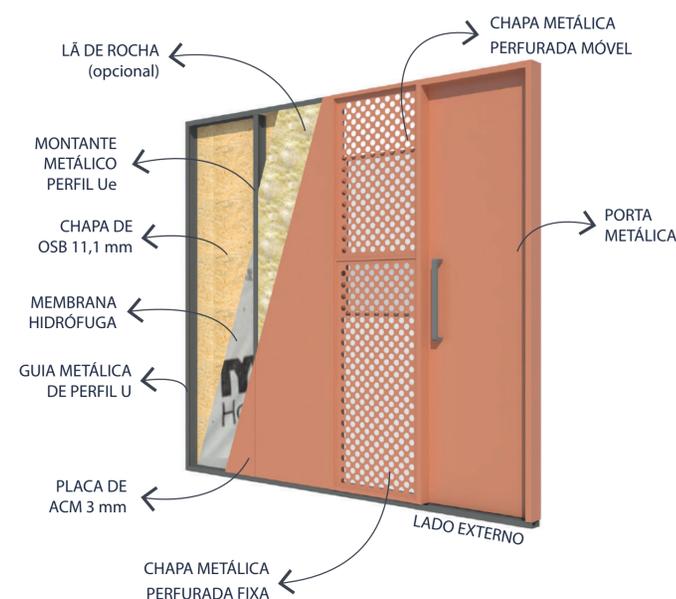


MÓDULO ABRIGO

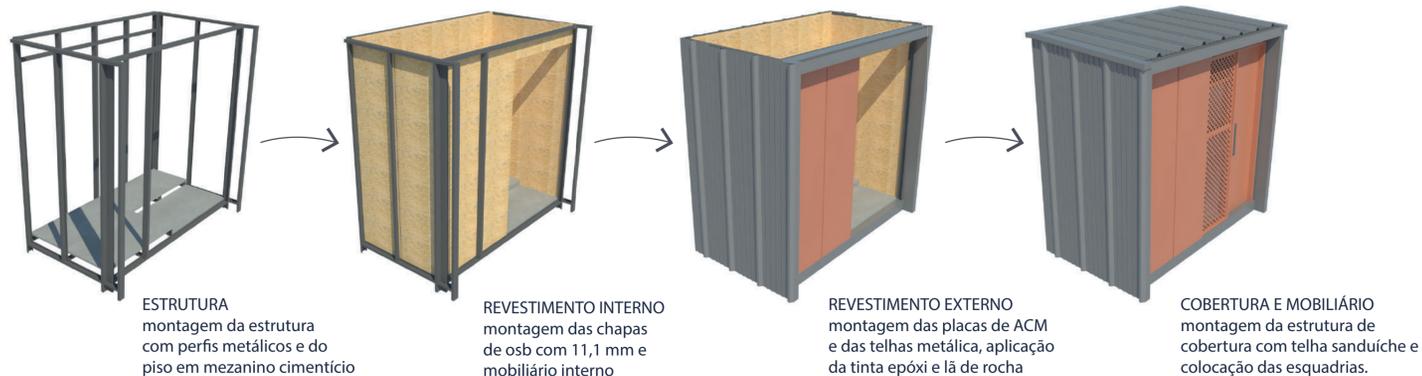


A COR DA CHAPA DE ACM COMPÕEM A IDENTIDADE E PERSONALIZAÇÃO DE CADA MÓDULO DE ACORDO COM O USO E FUNÇÃO

SEÇÕES DA PAREDE



MÓDULO ABRIGO - PROCESSO DE MONTAGEM



ABRIGO INDIVIDUAL INTERNAMENTE



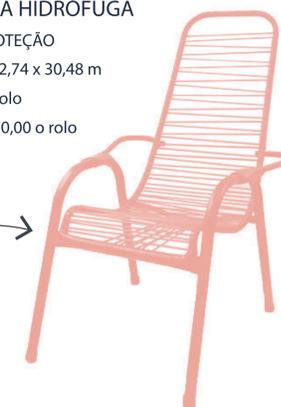
MATERIALIDADE

- TELHA METÁLICA TRAPEZOIDAL**
FUNÇÃO: REVESTIMENTO EXTERNO
DIMENSÕES: 2,40 x 1,10 m VÃO MAX.: 2,40 m
ESPESSURA: 0,8 mm
PESO: 5,20 kg / m²
CUSTO: R\$ 24,50 m²
- PLACA OSB**
FUNÇÃO: REVESTIMENTO INTERNO E MOBILIÁRIO
DIMENSÕES: 2,40 x 1,20 m VÃO MAX.: 0,60 m
ESPESSURA: 9,5 e 11,1 mm CARGA MÁXIMA: 60 e 70 kg/m²
PESO: 17,5 e 20,4 kg a placa
CUSTO: R\$ 50,00 a placa
- PERFIL METÁLICO U**
FUNÇÃO: ESTRUTURAL
DIMENSÕES BARRA: 0,70 x 0,30 x 6,00 m
ESPESSURA: 3 mm
PESO: 4,85 kg / m
CUSTO: R\$ 150,00 a barra
- MEZANINO CIMENTÍCIO**
FUNÇÃO: CONTRAPISO
DIMENSÕES: 2,50 x 1,20 m VÃO MAX.: 0,83 m
ESPESSURA: 23 mm CARGA MÁXIMA: 500 kg/m²
PESO: 23,3 kg / m²
CUSTO: R\$ 196,00 a placa
- CHAPA METÁLICA PERFURADA**
FUNÇÃO: VEDAÇÃO ESQUADRIAS
DIMENSÕES: 2,00 x 1,20 m DIST. ENTRE FUROS: 60 mm
ESPESSURA: 3 mm ÁREA DE ABERTURA: 22,6 %
CUSTO: R\$ 250,00 m² RAIOS DO FURO: 30 mm

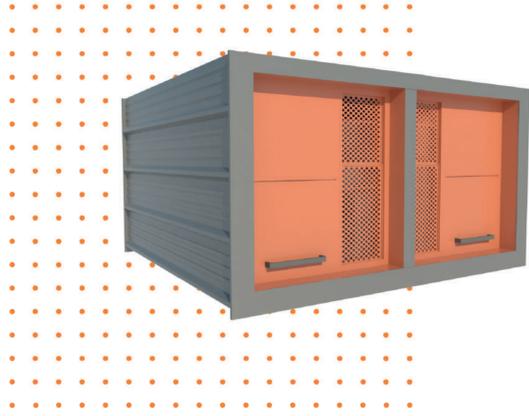
CUSTO ESTIMADO DOS MATERIAIS: R\$ 2.956,00

- PLACA DE ACM**
FUNÇÃO: REVESTIMENTO EXTERNO
DIMENSÕES: 2,10 x 1,50
ESPESSURA: 3 mm
CUSTO: R\$ 200,00 m²
- TINTA EPÓXI**
FUNÇÃO: PISO E REVESTIMENTO INTERNO
ESPESSURA: 3 mm
PESO: 5,30 kg / m²
CUSTO: R\$ 40,00 m²
- TELHA TERMOACÚTICA COM PU**
FUNÇÃO: COBERTURA
DIMENSÕES: 2,40 x 1,10 m
ESPESSURA: 50 mm
PESO: 10 kg por m²
CUSTO: R\$ 86,00 m²
- MEMBRANA HIDRÓFUGA**
FUNÇÃO: PROTEÇÃO
DIMENSÕES: 2,74 x 30,48 m
PESO: 9 kg / rolo
CUSTO: R\$ 570,00 o rolo

ESPAGUETE DE PVC
FUNÇÃO: MOBILIÁRIO
MATERIAL UTILIZADO COMO COMPLEMENTO PARA A CAMA



MÓDULO CÁPSULA



APLICAÇÃO : GALERIAS DO PLANO MASSA

FUNÇÃO : ABRIGO INDIVIDUAL

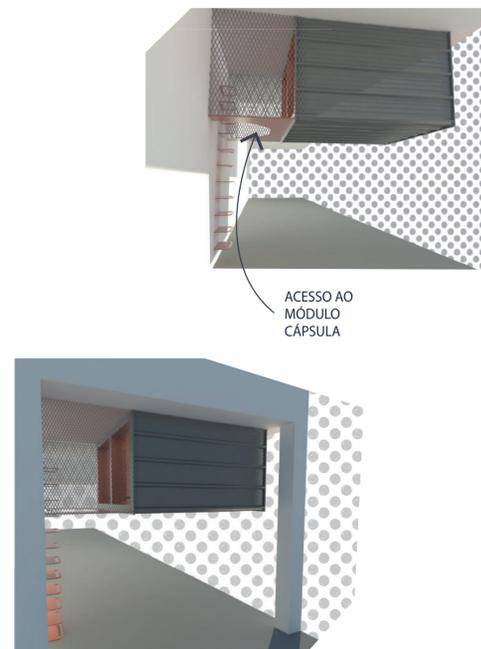
DIMENSÕES : 2,42 x 2,58 x 1,35 m

CADA MÓDULO POSSUI DUAS CAPSULAS, CADA QUAL FORNECE ABRIGO PARA UMA PESSOA

A ESTRUTURA DO MÓDULO SE ASSEMELHA AO MÓDULO DE ABRIGO, SÓ QUE DEITADO, OU SEJA, A ALTURA SE TRANSFORMA EM COMPRIMENTO E A LARGURA EM ALTURA

O MÓDULO POSSUI UM MÓVEL QUE CUMPRE A FUNÇÃO DE MESA E ESTANTE, ESTE POSSUI ILUMINAÇÃO A BATERIA POR MEIO DE FITA LED

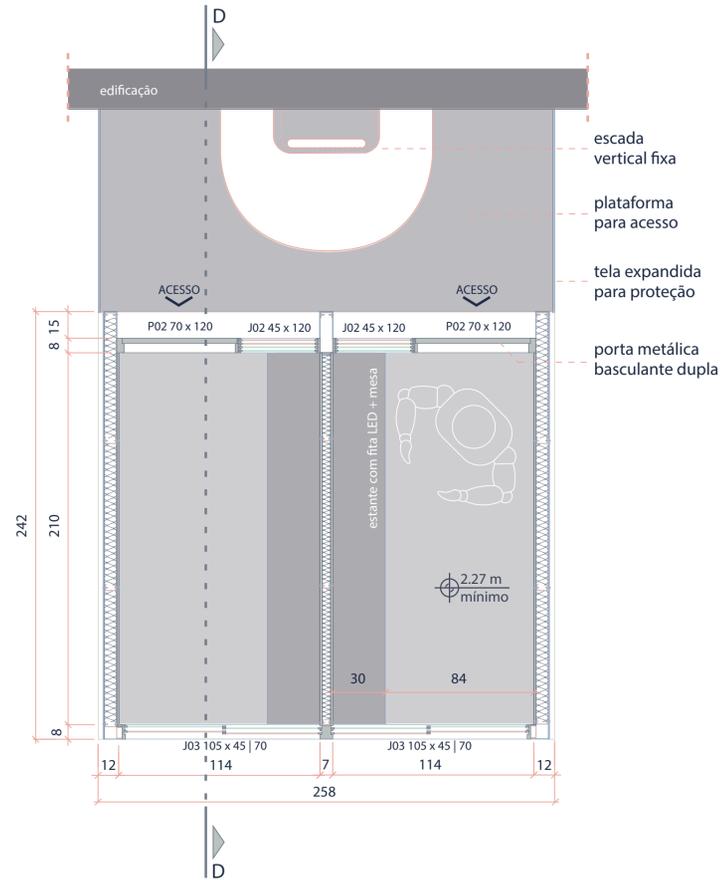
ACESSO MÓDULO CÁPSULA



ACESSO AO MÓDULO CÁPSULA

MÓDULO CÁPSULA - PLANTA BAIXA

ESCALA 1:20



MÓDULO CÁPSULA

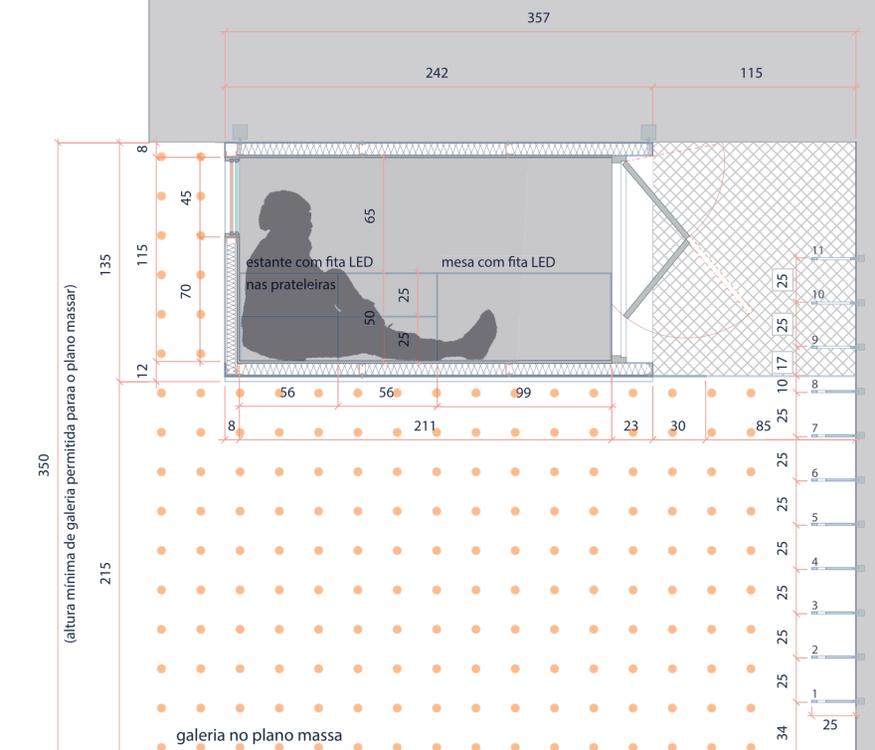


edifício

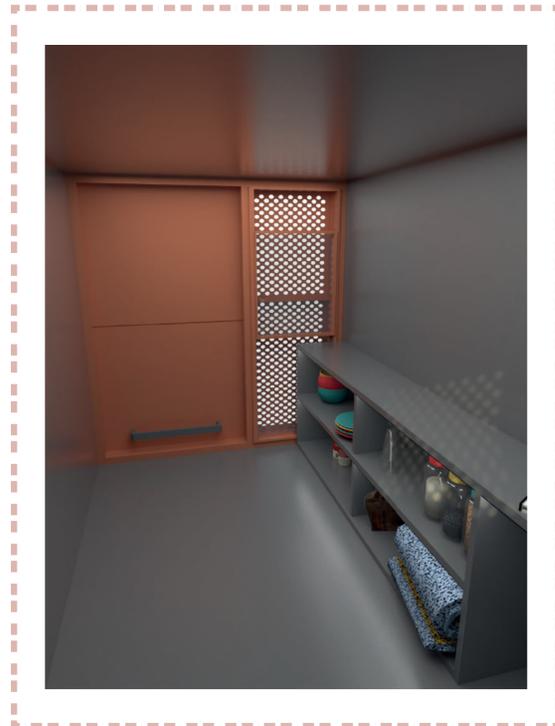
sobreloja do plano massa

MÓDULO CÁPSULA - CORTE DD

ESCALA 1:20



INTERIOR MÓDULO CÁPSULA

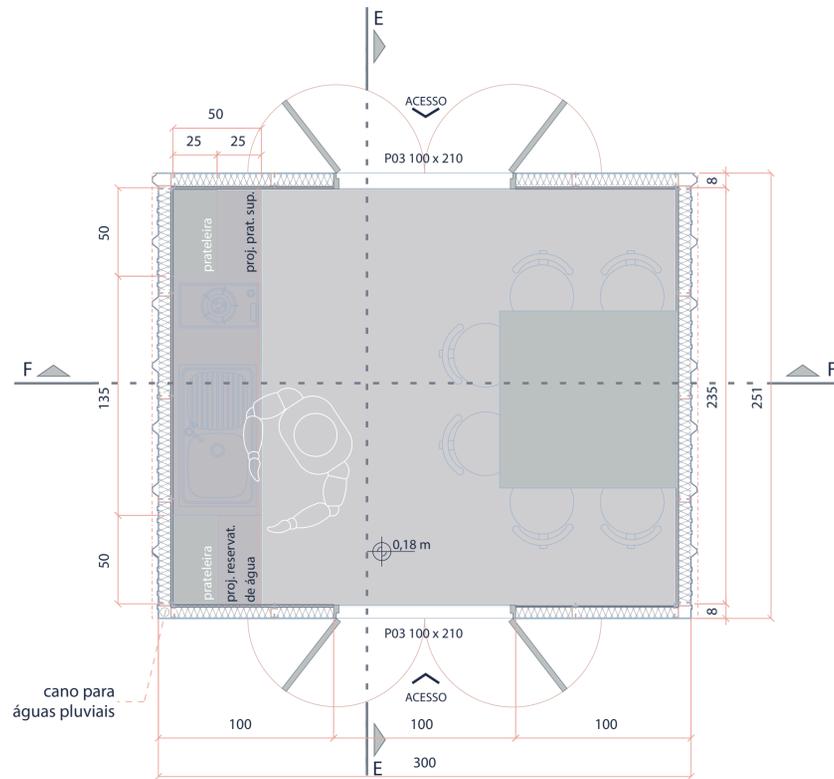


INTERIOR MÓDULO CÁPSULA



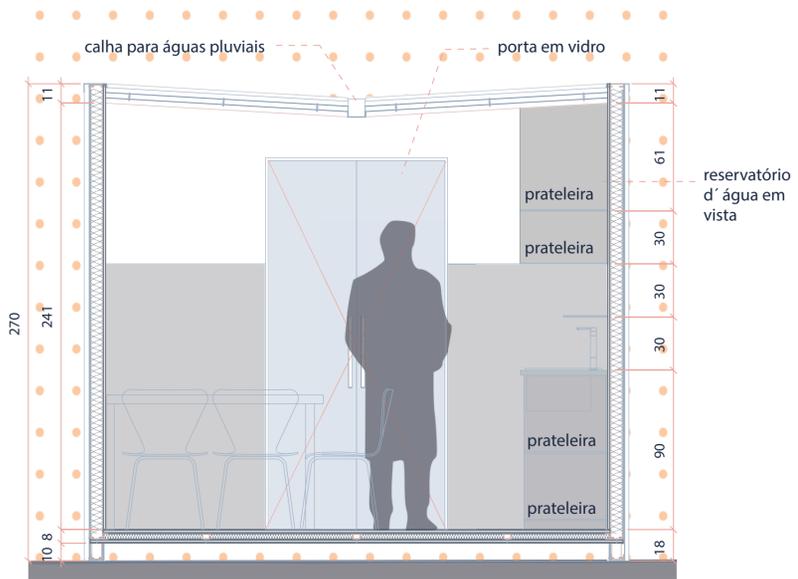
MÓDULO ABRIGO - PLANTA BAIXA

ESCALA 1:10



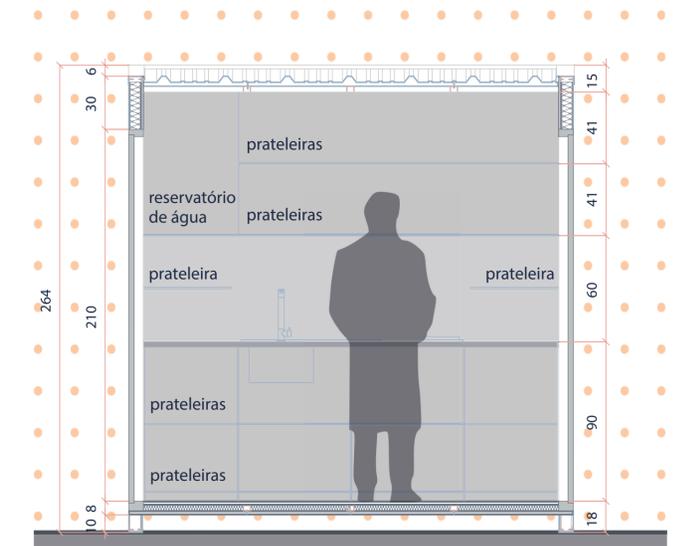
MÓDULO CANTINA - CORTE EE

ESCALA 1:20



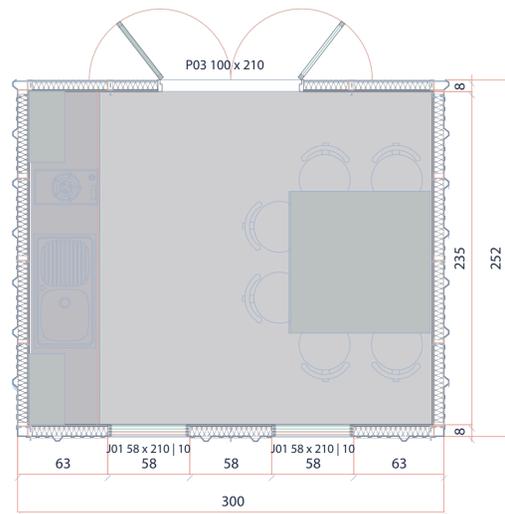
MÓDULO CANTINA - CORTE FF

ESCALA 1:20



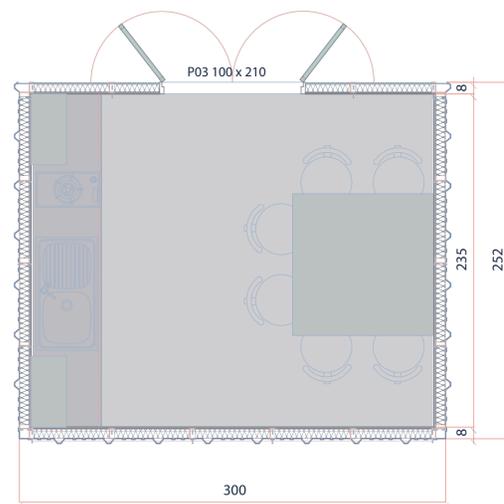
MÓDULO ABRIGO - VARIAÇÃO 1

ESCALA 1:25



MÓDULO CANTINA - VARIAÇÃO 2

ESCALA 1:25



MÓDULO CANTINA

APLICAÇÃO : APOIADO NO SOLO

FUNÇÃO : PREPARO DE REFEIÇÕES

DIMENSÕES : 3,00 x 2,52 x 2,35 m

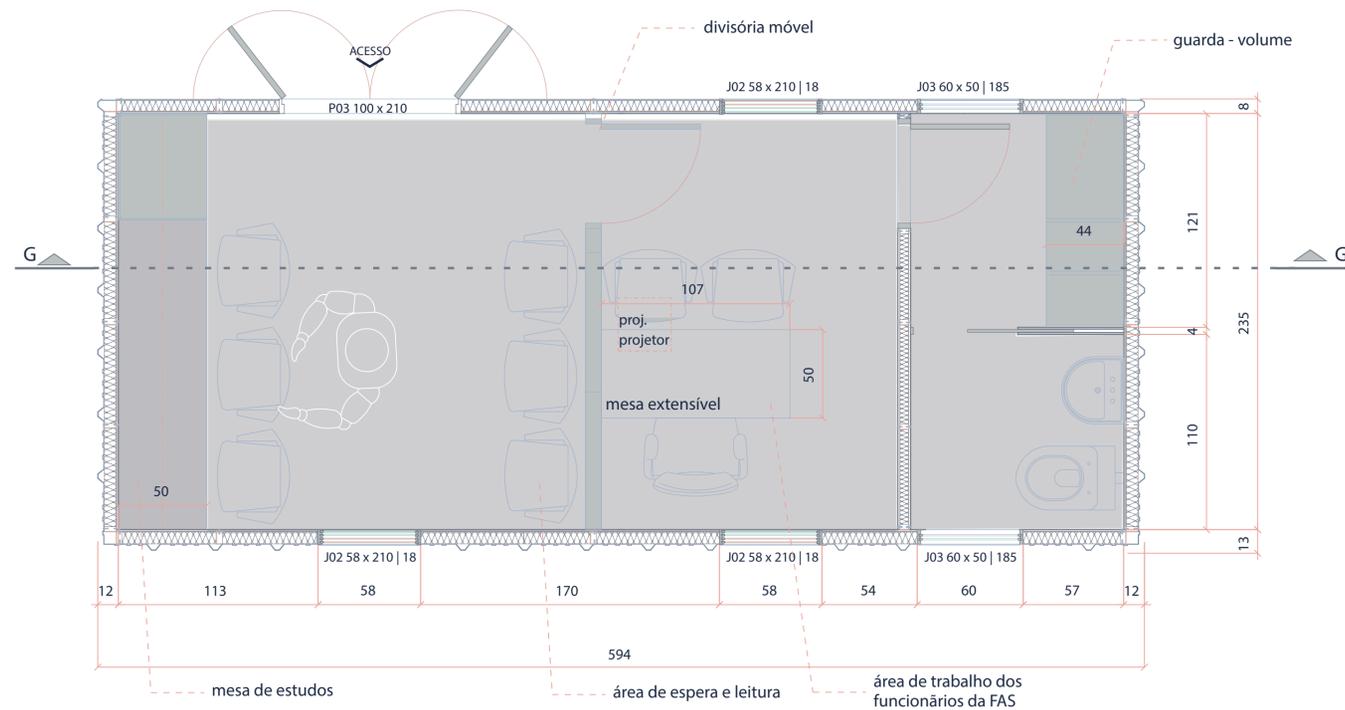
CADA MÓDULO É EQUIPADO COM UM FOGÃO, UMA PIA, E UM RESERVATÓRIO DE ÁGUA

TAMBÉM EXISTE UMA MESA PARA REFEIÇÃO E CONVIVÊNCIA



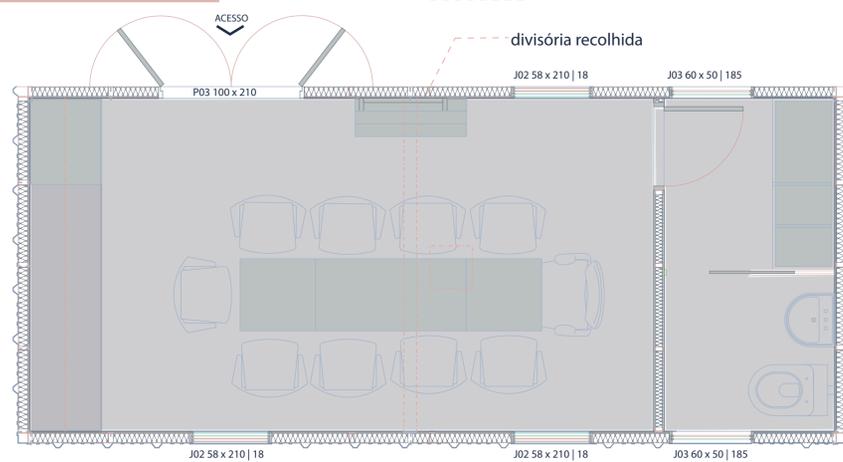
MÓDULO APOIO - PLANTA BAIXA

ESCALA 1:20



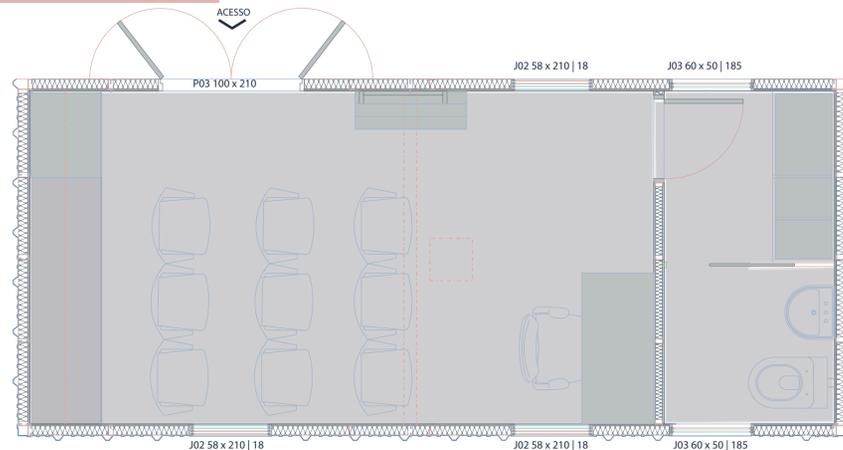
MÓDULO APOIO - LAYOUT REUNIÃO

ESCALA 1:25



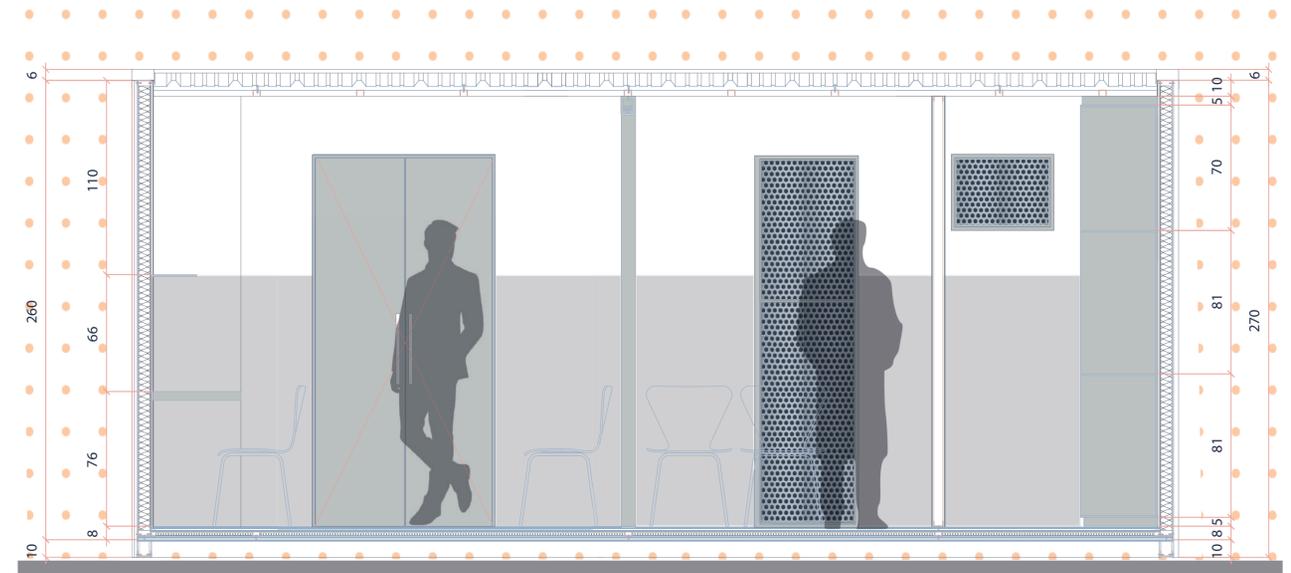
MÓDULO APOIO - LAYOUT PROJEÇÃO

ESCALA 1:25



MÓDULO APOIO - CORTE GG

ESCALA 1:20



MÓDULO APOIO

APLICAÇÃO : SOLO

FUNÇÃO : REUNIÕES, DINÂMICAS E
ESTAÇÃO DE TRABALHO

DIMENSÕES : 5,94 x 2,56 x 2,70 m

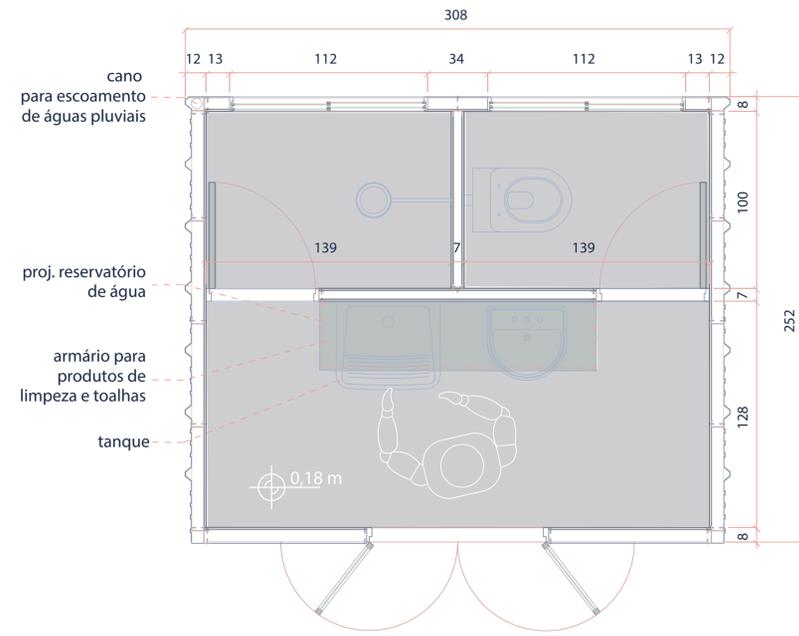
O MÓDULO DE APOIO FUNCIONA PRINCIPALMENTE
COMO ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA OS
FUNCIONÁRIOS DA FAS

ELE POSSUI UMA DIVISÓRIA MÓVEL QUE PERMITE
AO ESPAÇO NOVOS USOS, COMO SALA DE REUNIÃO,
SALA DE PROJEÇÃO E SALA DE DINÂMICAS



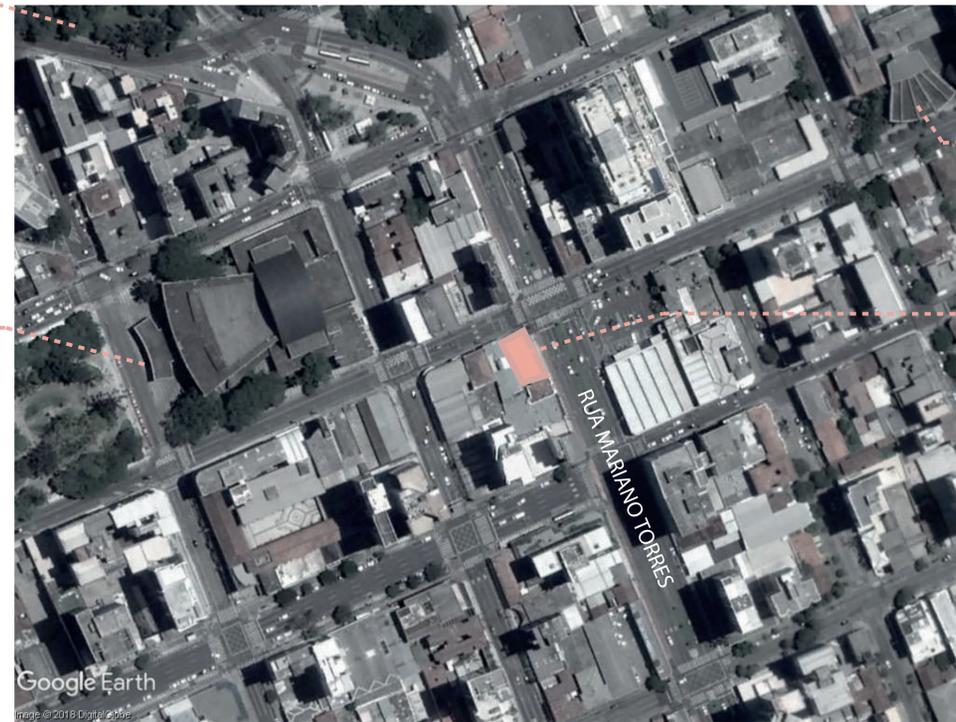
MÓDULO HIGIENE - PLANTA BAIXA

ESCALA 1:20



TERRENO PILOTO PARA IMPLANTAÇÃO

Passeio Público



UFPR

Teatro Guaira

Terreno



MÓDULO HIGIENE

APLICAÇÃO : SOLO

FUNÇÃO : SANITÁRIO E LAVANDERIA

DIMENSÕES : 3,08 x 2,52 x 2,70 m

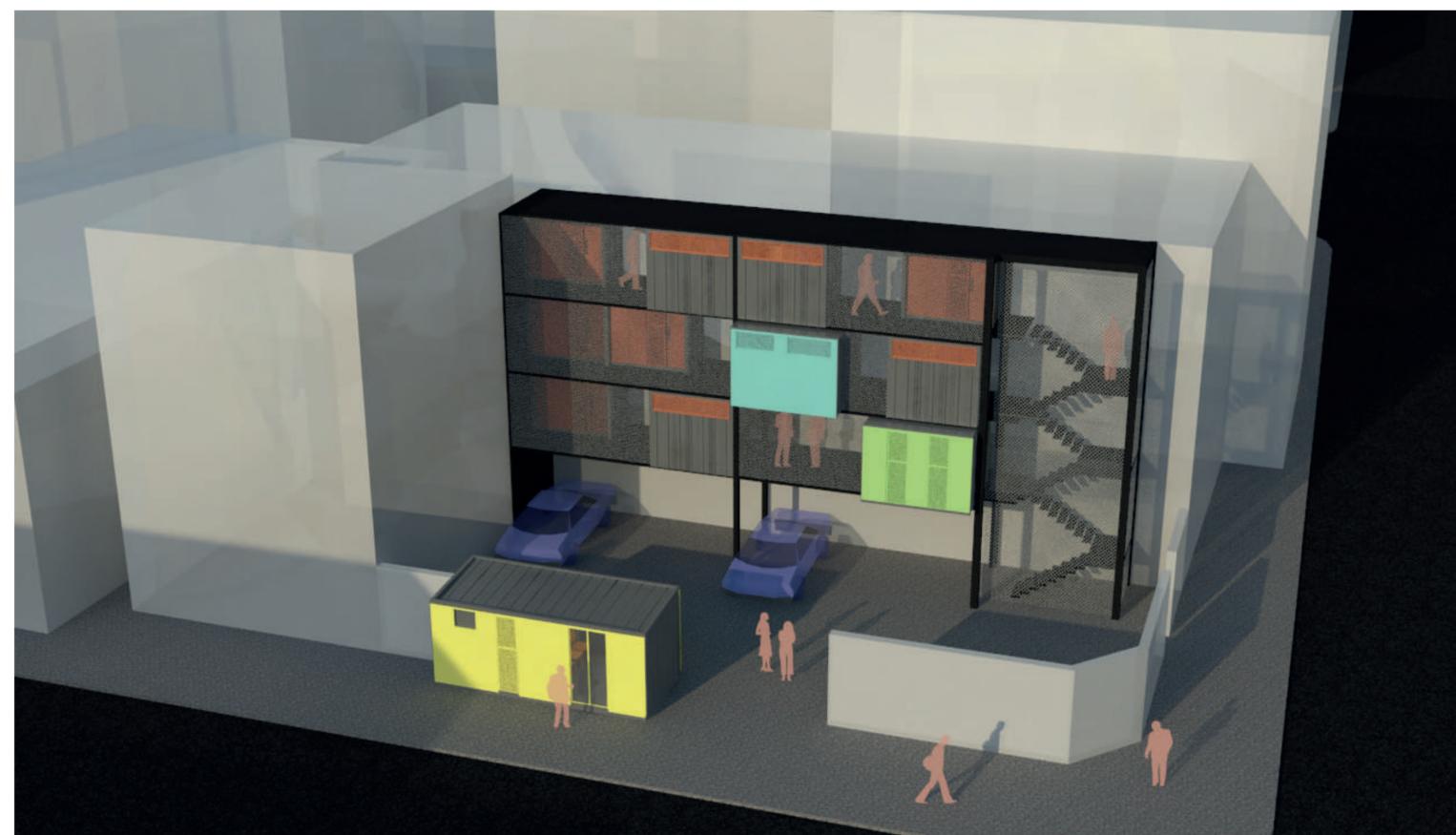
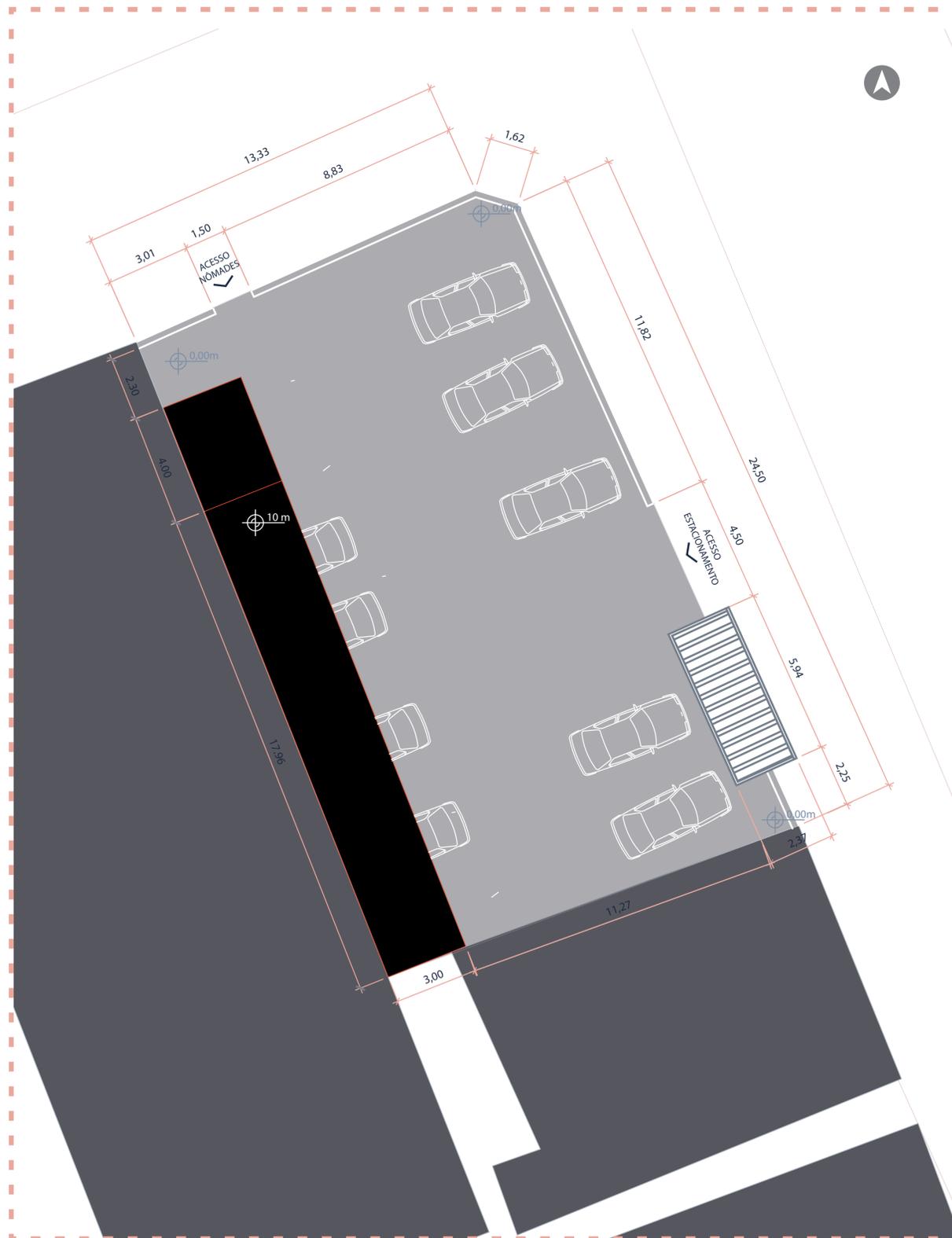
O MÓDULO HIGIENE FUNCIONA COMO SANITÁRIO, PODENDO SER UTILIZADO POR ATÉ 3 PESSOAS AO MESMO TEMPO.

ELE TAMBÉM CONTA COM UM TANQUE PARA LAVAR ROUPAS E COM UM RESERVATÓRIO DE ÁGUA PARA A TORNEIRA E CHUVEIRO.



MÓDULO HIGIENE - IMPLANTAÇÃO

ESCALA 1:50



ELEVAÇÃO

SEM ESCALA

